

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Organização produtiva e socioterritorial da
agroecologia – o MST e sua Cooperativa
Agropecuária Vitória, Paranacity-PR

Trabalho de Graduação Individual

Paula Camargo

Orientadora: Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo, abril de 2010

SUMÁRIO	2
ÍNDICE DE FIGURAS	4
ÍNDICE DE QUADROS	4
ÍNDICE DE GRÁFICOS	4
ÍNDICE DE CROQUIS	4
SIGLAS	5
APRESENTAÇÃO	8
1 DESENVOLVIMENTISMO, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, EXPLORAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E ARTICULAÇÕES SOCIAIS	17
1.1 Ideologia do desenvolvimento	17
1.2 Conflitos e articulações socioambientais	25
1.2.1 Dos impactos socioambientais	26
1.2.2 Dos processos de concentração fundiária, expropriação e migração	33
1.2.3 Da Expropriação à Luta pela Soberania Alimentar	38
1.3 Agroecologia: capitalismo verde, campo científico e/ou prática revolucionária?	50
1.3.1 Agriculturas alternativas	50
1.3.2 Camponato e racionalidade ecológica	57
1.3.3 Inserções da agroecologia na Academia, nas políticas públicas e no meio rural	61
2. A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	71
2.1 Organização territorial e produtiva no MST	80
2.2 A territorialização da agroecologia nos territórios do MST	94
3 A COPAVI COMO PARTE DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MST E DA AGROECOLOGIA 101	
3.1 Luta pela terra: Ocupação e acampamento	101
3.2 A luta na terra: Assentamento Santa Maria	110
3.2.1 Vivência em coletividade	114
3.2.2 A segurança alimentar na COPAVI	127
3.2.3 Educação e Formação na COPAVI.....	129
3.2.4 Equidade de Gênero na perspectiva do MST e na COPAVI	133
4 A PRODUÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA COPAVI	141
4.1 Cooperação e cooperativismo	141
4.2 Comercialização e Certificação	152
4.3 Matrizes tecnológicas, Agregação de valor e Agroindústria	163
4.3.1 Setor “Horta e Auto-Consumo”	164

4.3.2	Setor “Cana e Derivados”	172
4.3.3	Setor “Leite e Derivados”	174
4.3.4	Setor “Padaria e Refeitório”	178
4.3.5	Inovações tecnológicas	179
4.4	Agroecologia: reorganização produtiva e territorial	183
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	183
	ANEXO I – LOCALIZAÇÃO DE PARANACITY E DO ASSENTAMENTO SANTA MARIA.....	183
	ANEXO II – FOTOGRAFIAS	183
	ANEXO III – ESTATUTO	183
	ANEXO IV – REGIMENTO INTERNO	183
	ANEXO V – QUESTIONÁRIO APLICADO EM FEVEREIRO DE 2006.....	183

Índice de Figuras

Figura 1- Identificação das agriculturas alternativas	51
Figura 2 – Caracterização das agriculturas “alternativa” (intensificação verde) e “agroecológica” segundo associação com os setores públicos e privados	52
Figura 3 - Organograma da COPAVI	142
Figura 4 - Cadeia Produtiva Agroecológica	163
Figura 5 - Esquema Produtivo da Avicultura na COPAVI.....	165
Figura 6 - Esquema Produtivo da Cana e Derivados da COPAVI	174
Figura 7 - Esquema Produtivo do Leite e Derivados da COPAVI	175

Índice de Quadros

Quadro 1 - Linhas políticas do MST sobre relação com a natureza, recursos naturais e matriz tecnológica e organização da produção do Campo	90
Quadro 2 - Assentamentos em fase inicial de discussão, aprendizados e práticas agroecológicas que ainda não apresentam de forma consolidada a integração entre as produções, práticas de trabalho e sociais, e o manejo dos recursos naturais.....	96
Quadro 3 - Assentamentos com práticas e produções agroecológicas que se encontram em processo de ecologização constante progressiva de todo o agroecossistema.	97
Quadro 4 - Estratégias de comercialização dos produtos da COPAVI.....	153
Quadro 5 – Programa de Aquisição de Alimentos – CAEAF (2003 e 2004).....	158
Quadro 6 - Aquisição de recursos monetários segundo fonte provedora – COPAVI	182

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Paranacity: População total, urbana e rural (1970-2000)	101
Gráfico 2 –Participação da População Adulta do Assentamento Santa Maria em outra organização	106

Índice de Croquis

Croqui 1 – Uso do Solo, COPAVI (Paranacity), 2003	18386
Croqui 2 - Uso do Solo, COPAVI (Paranacity), 2005	18387

- ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
- AOPA – Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
- AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa
- CAEAF – Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CCA-PR – Central de Cooperativa de Reforma Agrária do Paraná
- CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
- CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente
- CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
- CIMAs – Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade e os Núcleos de Agroecologia
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONAMURI – Coordenação Nacional de Mulheres Rurais Indígenas do Paraguai
- CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- COPAVI – Cooperativa Agropecuária Vitória
- COPERAL – Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados da Reforma Agrária
- CPA - Cooperativas de Produção Agropecuária
- CTAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
- EFAS – Escolas Família Agrícola
- EJGS – Escola José Gomes da Silva
- ELAA – Escola Latino-Americana de Agroecologia
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica Rural do Rio Grande do Sul

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

EMS – Escola Milton Santos

FAEP – Federação dos Agricultores do Estado do Paraná

FIDAM – Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia

IEJC – Instituto de Educação Josué de Castro

IN – Instrução Normativa

ITEPA – Instituto de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MCP – Movimento Campesino Paraguaio

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ONG - Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAES – Programa de Acompanhamento às Empresas Sociais

PIN – Programa de Integração Nacional

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PRV – Pastoreio Racional Voisin

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSE – Universidade Federal do Sergipe

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Apresentação

O trabalho aqui apresentado visa analisar criticamente os progressos, limites e as contradições das formas de resistência desenvolvidas em face do avanço do capitalismo sobre o campo brasileiro. Trata, de forma geral, das mobilizações sociais e ambientais que, por décadas, caminharam paralelamente e recentemente passaram a se apropriar da perspectiva socioambiental.

Enfatiza o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em função de sua luta pela socialização dos meios de produção no campo, em especial da terra. Seu surgimento foi impulsionado pela necessidade de lutar pela posse da terra e, em menos de uma década, o Movimento se pôs a almejar uma outra sociedade a partir da crítica à lógica capitalista de produção e sua expansão sobre o campo. cujos processos de expropriação e segregação vão se tornando mais evidentes, contribuindo para que o MST passe a sustentar, principalmente a partir de 2000, que é preciso reduzir progressivamente as relações de dependência que pautam a inserção dos assentamentos no mercado capitalista.

Ademais, ao olhar para dentro do próprio Movimento e de suas territorialidades, a direção do MST reconhece dificuldades em implementar tanto o cooperativismo quanto as práticas modernas decorrentes da revolução verde. Além disso, a análise conjuntural mostra ser crescente a ofensiva do Estado em criminalizar o Movimento e reduzir os créditos agrícolas, tendo como fortes aliados entidades como a União Democrática Ruralista e os meios de comunicação.

Deste modo, o MST, ao lado de outros sujeitos sociais, como demais movimentos, organizações não governamentais, acadêmicos, estudantes e técnicos, contesta a apropriação privada dos recursos naturais e as diversas formas de expropriação do ser humano pelo capital e, concomitantemente, busca construir o “novo”.

Nesse trabalho, “novas” são as formas de pensar a organização produtiva, territorial e social a partir da agroecologia. São formas de resistência e negação ao modo de produção capitalista que contraditoriamente as produziu. E, contraditoriamente também, mais rápido do que conseguimos perceber, tais formas podem ser (re) apropriadas pela lógica do capitalismo verde.

Para compreender a territorialização das decisões político-ideológicas que levaram o MST a propor o valor da “cooperação” e as novas “matrizes tecnológicas” para o homem no campo, escolhi estudar neste trabalho o assentamento-modelo “Santa Maria”, mais conhecido como Cooperativa Agropecuária Vitória (COPAVI), fundado em 1993, localizado na região noroeste do Paraná. Isto, pois estudar e conhecer a COPAVI é poder visualizar a territorialização das implicações dos direcionamentos do MST ao longo de sua história. Portanto, significa se deparar com um processo de reorganização produtiva do assentamento, no caso igualmente territorial e social, dada a transição agroecológica em pleno capitalismo financeiro.

Aspectos metodológicos

Este TGI é compreendido como uma tentativa de organizar no papel uma infinidade de reflexões, questionamentos, idéias e, certamente também, de diversos e contrastantes sentimentos e percepções acerca das formas de resistência a um modo de produção avassalador e destruidor.

Assim, temos que a pesquisa bibliográfica e documental foi apenas parte do processo de aprendizado. Foi também determinante e marcante o direto envolvimento com a luta pela terra, a luta na terra e com as mobilizações sociais que procuram promover formas diferenciadas de organização socioterritorial e produtiva, que sejam pautadas por novas racionalidades.

Portanto, desde o primeiro trabalho de campo do TGI, realizado no segundo semestre de 2004, a pesquisa bibliográfica e documental foi intercalada com pesquisas e vivências de campo. Nestes cinco anos e meio, diversos foram os momentos de pausa absoluta da leitura e escrita, porém nunca das vivências e reflexão.

Quanto às referências bibliográficas, as principais fontes serão apresentadas no item a seguir, ao descrever a estrutura deste trabalho final. Vale colocar que parte dos livros consultados foi identificada no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo. Contudo, dada a reduzida quantidade de obras na Geografia que tratasse da agroecologia, quantidade significativa dos textos e obras foi indicada por colegas presentes nos encontros de Agroecologia e Geografia Agrária.

Já o levantamento de documentos do MST e outros relacionados com a agroecologia ocorreu durante os trabalhos de campo e por meio de pesquisas na internet, principalmente por meio do Centro de Documentação e Memória da UNESP, o qual dispõe das versões digitalizadas das publicações do Jornal e Revista Sem Terra. Assim, puderam ser obtidos, impressos e/ou por meio digital, os documentos de Congressos, Encontros, Cadernos de Formação, jornais, revistas, cartilhas, bem como estudos acadêmicos.

É fundamental esclarecer que compreendo o MST constituído e construído historicamente de modo não homogêneo, que possui divergências internas, em todos os setores e instâncias, mas que, no entanto, são geralmente invisíveis a quem não é parte de sua organicidade interna. Para a elaboração deste trabalho optei por utilizar os materiais publicados pelo MST e que, assim, não permite estudar a heterogeneidade existente, pois, em geral, reproduzem diretrizes extraídas dos espaços políticos de legitimação, tal como o Congresso Nacional do MST. Por outro lado, se tivessem sido realizados demais estudos de campo, em outras territorialidades do MST, poderíamos a partir das transformações provocadas no espaço ter identificado especificidades daquilo que é proposto pelo Movimento quanto à forma de luta pela terra (contra o latifúndio), construção de um novo modelo econômico (contra o capital) e formação consciente da classe trabalhadora (contra a ignorância).

Por fim, elencamos abaixo aqueles trabalhos de campo e vivências que marcaram a trajetória desta longa preparação do Trabalho de Graduação.

Trabalhos de Campo e Vivências (2004-2006)

2003 2º semestre	Participação pontual no Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA) realizado em Candeias do Jamari (RO). Andanças por três semanas nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, passando pelos municípios de Porto Velho, Vilhena, Vila Bela da Santíssima Trindade, Sinop, Pontes e Lacerda, Tangará da Serra, Cuiabá, Primavera do Leste, Barra do Garças e Goiania.
2003 2º semestre	Disciplina de Trabalho de Campo I com o Prof. Ariovaldo U. Oliveira, com minha primeira visita à COPAVI.

2004 1º semestre	Criação e participação do Grupo Comuna da Terra, constituído por “amigos” do MST e coordenado pela Regional Grande São Paulo. Envolvimento na luta pela terra com a ocupação e o acampamento Camilo Torres e Irmã Alberta e com a luta na terra do assentamento Dom Tomás Balduino. Atividades de discussão de gênero e atividades de permacultura.
2004 2º semestre 2005 1º e 2º semestre	Integrei o Projeto de Extensão Universitária com o Assentamento Dom Tomás Balduino intitulado “Planejamento Participativo de Habitação e Organização Social do Assentamento Dom Tomás Balduino”.
outubro a 06 de novembro de 2004	Realização do primeiro trabalho de campo na COPAVI. Permanência por quatro semanas no noroeste do Paraná, sendo três delas na própria COPAVI e uma no acampamento Quilombo dos Palmares (PR). Ao chegar na COPAVI estabeleci junto com a coordenação um cronograma indicando dia a dia qual o setor que eu iria trabalhar, conforme havia solicitado. Foi feita pesquisa bibliográfica e documental no acervo da Brigada Iraci Salete Strozake, a qual faz parte a COPAVI. Registro fotográfico. O mais importante deste trabalho de campo foi a vivência do cotidiano dos cooperados.
11 a 15 de novembro de 2004	XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária realizado em novembro no município de Gramado (RS). Primeiro contato com pesquisadores acadêmicos que estudam a reforma agrária e sustentabilidade ambiental.
22 a 25 de novembro de 2004	II Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário Internacional de Agroecologia e VI Seminário Estadual de Agroecologia, realizado em Porto Alegre (RS)
25 a 28 de novembro de 2004.	Viagem (carona) com Manfred Osterroht, diretor da Revista Agroecologia Hoje, entre Porto Alegre e São Paulo. Teve duração de três dias que incluíram visitas às diversas experiências com agroecologia que seriam pauta das próximas edições da revista, tais como o Centro Ecológico Ipê, e a Associação da Agricultura Ecológica do Ipê e Antônio Prado (AECIA).
04 a 06 de dezembro de 2004	Participação do trabalho de campo da disciplina de Geografia Agrária II da Profª. Marta Inez Marques que incluía um dia de visita à COPAVI. Além de novo contato com os assentados, foi possível obter os registros fotográficos com máquina digital.
26 e 31 de janeiro de 2005	Durante participação no Fórum Social Mundial, visitei o assentamento Eldorado do Sul (RS) que comercializava alimentos nas feiras de Porto Alegre.

	Parte das famílias do assentamento se organizava por uma cooperativa agroecológica. Contato realizado com Clarice a Marinês do Grupo de Mulheres.
23 de janeiro de 2005	Inauguração oficial da Escola Nacional Florestan Fernandes.
20 a 25 de março de 2005.	X Encontro de Geógrafos da América Latina, participação como ouvinte, inclusive de mesa em que um dos trabalhos apresentados tinha como estudo de caso a COPAVI.
12 a 14 de novembro de 2005	Participação como ouvinte no III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ II Simpósio Internacional Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, realizados em Presidente Prudente (SP). Visita à Escola Milton Santos do MST em Maringá (PR); Visita à COPAVI com o fotógrafo Douglas Mansur.
2005, 2º semestre	Participação ativa na proposição da Aliança Social, núcleo São Paulo. É uma iniciativa coletiva para o consumo, que busca formas mais saudáveis e solidárias de alimentação e consumo. A primeira experiência nasceu em Fortaleza, há dez anos atrás, e o Núcleo São Paulo foi extinto 1 ½ ano depois.
25 de janeiro a 05 de março de 2006	Campo direcionado para suprir algumas lacunas de dados, realizar entrevistas com os cooperados, aplicar questionários e acompanhar as transformações socioterroriais e produtivas no assentamento.
02 a 06 de julho de 2006	II Encontro Nacional de Agroecologia, representante da Aliança Social. Hospedagem no alojamento destinado aos militantes e amigos do MST.
06 a 10 de setembro de 2006	I Oficina Itinerante da Juventude da Articulação Paulista de Agroecologia, (JAPA) realizada no assentamento Professor Macedo do MST, em Apiaí (SP)

Os quatro trabalhos de campo na COPAVI tiveram como objetivo principal a apreensão de elementos com forte grau de subjetividade tais como: a relação dos assentados e da cooperativa com o “trabalho”, “tempo”, “inovação tecnológica”, “mercado”, “capital”, “família” e “relações de gênero”.

Somente no último campo realizado em fevereiro de 2006, realizei entrevistas com roteiro e uso de gravador, apliquei questionários e fiz registros fotográficos, em vista

a preencher as lacunas e questões então pendentes; inclusive boa parte delas permanece com interrogações.

O fato de a cada semestre imaginar que este trabalho iria ser concluído fez com que eu não considerasse como plausível o retorno à COPAVI para obter dados mais precisos, ou me deparasse com a leitura de obras que certamente teriam contribuído nesta versão final.

Mesmo sem tal insumo, os enfoques, as leituras e as vivências foram diversas, o que dificultou num primeiro momento a delimitação de objeto de estudo que nem fosse superficial, e nem tão complexo. Vieram, então, aquelas perguntas de “Qual o momento certo de seguir em frente ou parar?”, “O que fazer com tantas questões que surgem no decorrer do processo de pesquisa?”, ou então “Como processar tantos dados, tantas sensações, impressões, reflexões, memórias, gerados na descontinuidade temporal?”, Como desenvolver e produzir um texto final, se o que tenho são esboços isolados que representam profundos mergulhos de campo e bibliográficos?”.

Em meio a tantas questões acadêmicas, e também por mudanças significativas pessoais e, contraditoriamente também, profissionais, veio também a ameaça: não encerrar o bacharelado. Ou seja, foi crescente o descontentamento com as reflexões acumuladas, insuficientes para acalmar a mente e o coração, e o desejo, de antemão, frustrado por uma resposta.

Mas aqui está, antes tarde do que nunca! Longe do ideal e com algumas pendências importantes de serem comunicadas antes da leitura do trabalho que segue.

O texto ficou enorme, muito além das exigências de um TGI, e das necessidades do próprio trabalho. Porém, o formato apresentado é também reflexo dos questionamentos e da construção lenta, gradual e descontínua do próprio texto. Além de prejudicar a unidade do texto, o prolongamento da pesquisa também prejudicou a atualidade das informações, o que demandou até certo momento repensar todo o trabalho a partir de novos eventos históricos. Nos últimos tempos, faltou esta disponibilidade e capacidade para uma análise simultânea e atual.

Faltou trabalhar o conteúdo deste texto sob outras formas, não escritas, de linguagem. Assim, em muitos momentos poderiam ter sido melhor utilizadas formas de representação como os mapas, gráficos, tabelas; inclusive para dar maior consistência às colocações e análises do estudo.

Por fim, e certamente a lacuna principal deste trabalho, é não ter tratado devidamente as informações coletadas em campo, delegando às pesquisas futuras o melhor aproveitamento das entrevistas gravadas, por exemplo. Ainda, assim, e por mais este trabalho contenha trechos reproduzidos de apenas uma entrevista realizada, os capítulos 2, 3 e 4, que tratam do MST e da COPAVI, somente puderam ser escritos com tantos detalhes em função da leitura cuidadosa de todos os registros de campo, os quais possuem anotações sobre as entrevistas e participações em reuniões, entre outras informações.

Sobre a estrutura do trabalho

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos, sendo os dois primeiros resultantes da necessidade de obter novos referenciais teóricos sobre processos ocorridos no Brasil desde meados do século XX, que envolvem temáticas chaves como: “modernização da agricultura”, “movimento ambientalista”, “mobilização social no campo”, “campesinato”, “agriculturas alternativas”, “agroecologia”, “MST” e “formas de cooperação no campo”.

Assim, no primeiro capítulo, optei por retomar duas temáticas já bem exploradas na área de ciências humanas: o desenvolvimentismo e a revolução verde. Isto, pois considerei importante ressaltar algumas das noções de desenvolvimento do século XX que sustentaram, e ainda sustentam, a apropriação privada do mundo material e subjetivo, repercutindo em processos de expropriação e atos de violência.

Num movimento dialético, em resposta a injustiças e descontentamentos, a segunda metade do século XX ficou marcada pela propagação de mobilizações sociais, tão numerosas quanto diversas. No item 1.2, considerei aquelas mobilizações e sujeitos sociais que têm em comum uma atuação propositiva quanto às formas de

organização produtiva e social no campo, as quais vêm se mostrando, porém, ideologicamente distintas entre si.

O item 1.3 trata, por sua vez, das diversas experiências de “agriculturas alternativas” e a apropriação dos conceitos da sustentabilidade pelo capitalismo. Todo esse caminho de reflexão contribui para chegarmos naquele cuja utopia é nada mais do que “conseguir viver”: a classe camponesa. Como bem disse WALDMAN (2002:13), “Não há nada mais anticapitalista do que promover a vida”. Assim sendo, apontaremos brevemente a agricultura camponesa sob o viés da racionalidade ecológica para, em seguida, apontar a “agroecologia” como um conceito em disputa entre diversos sujeitos sociais, representantes de classes sociais distintas.

No Capítulo 2 deste trabalho, procurei compreender a estrutura organizativa e produtiva do MST (Item 2.1), com olhar atento quanto à incorporação e construção da agroecologia (Item 2.2). O MST, considerado o movimento social mais relevante no Brasil, dada a sua capacidade de mobilização, organização e territorialização, contribui para que os camponeses permaneçam ou voltem à terra de trabalho e, assim o sendo, para que a agroecologia se territorialize. Contudo, mostraremos como o encontro “oficial” entre MST e agroecologia somente ocorre no início do século XXI.

O terceiro capítulo traz o desafio de identificar no cotidiano dos Sem Terra que conduzem o Assentamento Santa Maria, da COPAVI, parte das reflexões teóricas dos capítulos anteriores. É feita a distinção entre o momento em que lutavam pela posse da terra (Item 3.1) daquele posterior à legalização da área como assentamento rural (Item 3.2), onde são tratadas questões pertinentes à discussão em torno da agroecologia, tais como: segurança alimentar, formação e gênero. Para tanto, descrevo o funcionamento do Assentamento Santa Maria, especialmente quanto à sua especificidade de coletivização da terra e de todos os meios de produção e dos produtos do trabalho.

Finalmente o quarto, e último, capítulo traz informações de campo relativas à produção agropecuária cooperativista da COPAVI, no que se refere à “Cooperação e Cooperativismo” (Item 4.1), “Comercialização e Certificação (Item 4.2) e “Matrizes Tecnológicas” (Item 4.3), remetendo aos processos agroindustriais e de agregação

de valor de cada setor de produção da cooperativa. O último capítulo é encerrado pelo Item 4.4, o qual busca compreender como a construção de conceitos e práticas agroecológicas na COPAVI vem acarretando modificações na organização produtiva, territorial e social promovida pelos assentados desde sua fundação, há 16 anos.

1 Desenvolvementismo, modernização da agricultura, exploração, expropriação e articulações sociais

Para darmos início a este trabalho, colocamo-nos a refletir sobre as ideologias que sustentaram as políticas fundiárias adotadas no período de intensificação da modernização da agricultura no Brasil. Quais as práticas público-privadas que teriam contribuído para o avanço das relações capitalistas de produção no campo? O que teria sido a chamada “Revolução Verde”? Quais os processos e as articulações sociais que vieram a fortalecer, reformar e, parte delas, tentar revolucionar as ideologias dominantes?

1.1 Ideologia do desenvolvimento

A ideologia desenvolvimentista iniciada nos finais da década de 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e consolidada durante o regime militar pelo autoritarismo, foi responsável pelo aumento da concentração fundiária e da apropriação de terras pelas empresas nacionais e multinacionais. Elas foram beneficiadas pelos incentivos fiscais e pela constituição de um grande exército de trabalhadores espoliados, cujo destino foi a cidade ou a migração temporária, vagando de um lugar para o outro em busca de trabalho. (SILVA, 2004b: 40)

A partir dos anos 1950, no cenário mundial do pós-guerra e em plena Guerra Fria, uma série de teorias foi formulada tendo em vista a legitimação de políticas que visaram ações de intervenção em países da Ásia, África e América Latina, considerados subdesenvolvidos ou países em vias de desenvolvimento.

O rótulo do subdesenvolvimento tem sido estabelecido a partir de padrões identificados por índices de desenvolvimento¹ que repercutem a ideologia do crescimento ilimitado que leva boa parte da população a desejar símbolos e signos do “desenvolvimento”.

Conforme tais teorias, aqueles países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento ainda não alcançaram índices sociais e econômicos suficientes

¹ Atualmente, dentre eles, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o mais conhecido e utilizado nos meios de comunicação e pela comunidade acadêmica, mesmo com as reconhecidas limitações de análise que oferece.

para adotarem “os padrões de vida e de consumo alcançados pelas nações ocidentais industrializadas” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a: 80). Nessa concepção, tudo se trata de uma questão de tempo e investimento para que os países subdesenvolvidos alcancem os desenvolvidos, nivelando-se numa escala hierárquica.

A nosso ver, tratam-se aqui de dois lados de uma mesma moeda, na qual o desenvolvimento de certos países, medido segundo indicadores sócio-econômicos, ocorre à custa do não-desenvolvimento de tantos outros, por meio de exploração de força de trabalho, recursos naturais, manipulação ideológica de uma suposta globalização cultural e econômica.

Os processos de desenvolvimento desigual e combinado, que caracterizam o modo capitalista de produção, podem ser identificados nas relações internacionais ou nacionais, mesmo internamente àqueles países considerados mais desenvolvidos ².

Os signos e símbolos das políticas desenvolvimentistas são fundados em ideais de progresso, modernização, urbanização, industrialização e especialização, atrelados na maioria dos casos à dependência financeira externa, para que sejam realizados.

No Brasil, a diversidade de posicionamentos e debates sobre os rumos da sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960 foram “abafados” pelo Golpe Militar de 1964, vigorando a teoria econômica neoclássica. (FILHO, 2008) A economia priorizou o estímulo à produção de bens duráveis para uma pequena parcela da população e a produção de bens primários para exportação, com a manutenção de um sistema social extremamente desigual. (SILVA, 2004a: 336).

[...] enfatizando-se sobretudo a necessidade de dar continuidade ao processo de industrialização iniciado nos anos 1930 com a política de substituição de importações. Estava clara, naquele momento, a estreita vinculação entre os processos de desenvolvimento rural/agrícola e urbano/industrial. (SILVA, s/d: 7)

² “Essa minoria [que reproduz a política dos países desenvolvidos] que concentra toda a riqueza em suas mãos, cria os “padrões que pretensamente constituíram o ideal de desenvolvimento, usa todo o seu poder para nos enfiar goela abaixo certa concepção de mundo, determinando assim nossos sonhos em relação ao futuro de nossos filhos, nossos desejos e ambições, nossos valores e as bases de nossa ética.” (LEROY, 2002: 18)

Para que tais políticas desenvolvimentistas fossem postas em prática, foram criadas instituições multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial (BIRD), em 1944; no ano seguinte o Fundo Monetário Internacional (FMI); e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1959. Tais instituições destinaram-se a proporcionar aos países “ainda” não desenvolvidos empréstimos financeiros supostamente capazes de provocar o almejado crescimento econômico ou a estabilidade monetária que, em teoria, levaria a melhorias sociais passíveis de serem identificadas via “indicadores de desenvolvimento”.

A relação de dependência econômica através da realização de empréstimos, associada à forte política dos países desenvolvidos de protecionismo via barreiras alfandegárias e subsídios agrícolas, foi acirrada na década de 1970 tendo em vista a alta acentuada verificada na taxa de juros.

No contexto da Guerra Fria, “a ideologia do desenvolvimento” dos países ocidentais industrializados, ao mesmo tempo em que fundamenta, é consequência da conjuntura econômica vivenciada por eles, levando-os a intervir de forma mais contundente nos países em desenvolvimento, ampliando, assim, o mercado consumidor de produtos e maquinários que não mais poderiam permanecer estocados. Da mesma forma, o rápido avanço do conhecimento técnico-científico exigido e financiado pelas guerras da primeira metade do século XX, agora poderia ser utilizado em outros setores industriais.

Para Enrique Leff³, “a ideologia do desenvolvimento provocou processos de ‘desposseção’ não só de terras, mas de saberes, ‘gerando desigualdades sociais pela má distribuição e acesso aos recursos naturais.” (LEFF, 1998:110, apud SILVA, 2004a: 337)

Dentre os “processos de ‘desposseção’”⁴, nosso foco reside aqui no processo de modernização do campo, que ocorreu em diferentes escalas de tempo e

³ LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. México: Siglo Veintiuno Editores.

⁴ “Na verdade, a noção de desenvolvimento enfatiza o valor de troca (mercantil, comercial) da terra e desqualifica os atores que lhe atribuem um valor de uso, ligado à sobrevivência e a um modo de vida não guiado por valores mercantis e portador de um conhecimento local específico, não subordinado aos paradigmas da tecnociência ocidental moderna e construído num processo de co-evolução entre o meio social e o natural. Nessa vala vai ser colocada a maioria das populações rurais do chamado

intensidade, percorrendo todos os continentes, e que recorrentemente é reconhecido pela terminologia de “Revolução Verde”. Tal denominação foi empregada pelo Banco Mundial para se referir aos novos cultivos baseados em sementes de alto rendimento desenvolvidas pelo agrônomo norte-americano Norman Borlag, e passou a ser comumente utilizada para se referir ao conjunto de políticas e estratégias adotadas para acelerar a imposição da lógica industrial capitalista no campo.

A própria denominação Revolução Verde para o conjunto das transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica. (GONÇALVES, 2004: 212)

A insegurança alimentar era uma realidade para a Europa, cujas redes de infraestrutura e campos de produção haviam sido destruídas pela II Guerra Mundial. Gonçalves (2004) salienta a disputa ideológica entre comunistas e capitalistas, ou seja, entre concepções de modelo de produção que poderiam responder à fome e outros problemas sociais latentes no período.

Os países “vitoriosos” da II Guerra passaram a dominar o conhecimento técnico-científico produzido não somente em seus países, mas também aqueles desenvolvidos por japoneses e alemães. Parte dos cientistas dos países “perdedores” passou a trabalhar para as indústrias bélicas, farmacêuticas e agroquímicas dos EUA, França, Inglaterra e Suíça. As fórmulas químicas da IG Farben⁵ foram tratadas como informações secretas e seu complexo industrial foi dividido entre as empresas Bayer, Basf e AGFa. Mais do que isso, possuíam também toda a estrutura que havia sido montada para a guerra, com parque

Terceiro Mundo: índios, quilombolas, camponeses mestiços, populações tradicionais, ribeirinhos, extrativistas etc.” (MAZZETTO, 2004: 338)

⁵ Trata-se de um conglomerado de empresas criado entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial para a produção de tintas e solventes. Durante o Julgamento de Nuremberg parte de seus diretores foram condenados e presos pela acusação de terem cooperado com o extermínio de pessoas durante o Holocausto, produzindo e comercializando o pesticida Zyklon B utilizado nas câmara de gás e também por forçar dezenas de milhares de pessoas a trabalharem em sua fábrica sediada em Auschwitz.

industrial e matérias-primas químicas e biológicas, cujo consumo havia se reduzido drasticamente a partir de 1945.

Não por acaso, já em 1943, iniciava-se a experimentação de mercadorias produzidas a partir desse arsenal industrial em países como o Brasil. Quase vinte anos mais tarde, em 1965, houve a difusão do que ficou conhecido como “pacote tecnológico”, conjunto de produtos como sementes melhoradas, insumos e defensivos químicos e biológicos atrelados ao uso de equipamentos e máquinas agrícolas nas áreas de paisagem homogênea, onde prevaleciam os cultivos de monoculturas.

Estivesse no Hemisfério Norte ou Sul⁶, a orientação de práticas agrícolas da Revolução Verde era a mesma: uso intensivo do solo, irrigação, rotação de curta duração, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas, fungos e ervas, e uso regular de maquinários. (GLIESSMAN, 2000: 34)

Os fabricantes por detrás dos pacotes tecnológicos enfatizavam que os resultados econômicos da produção agropecuária estavam diretamente atrelados ao uso combinado de tais mercadorias, como coloca Waldman (1992: 44-45):

[A Revolução Verde] Foi promovida pelas transnacionais, que com o patenteamento de sementes, criaram “pacotes tecnológicos” onde a seleção laboratorial do germoplasma constituiu ponto de partida para relações de dependência e subordinação do homem no campo. Seleccionadas para necessitar de determinados produtos químicos e praguicidas, as sementes recolham colheitas que por sua vez requeriam maquinário também específico.

Temos que reconhecer que a implantação de políticas e práticas agrícolas características da Revolução Verde repercutiu diretamente no aumento da produção agrícola e produtividade. Contudo, diversos autores⁷ destacam a desproporcionalidade existente entre o repentino crescimento do uso dos produtos químicos e a contribuição em termos de produção e produtividade, demasiadamente inferior.

⁶ Disseminada por todo o mundo, as repercussões da Revolução Verde são extremamente distintas considerando a importância da agricultura nas economias nacionais, suas características e estrutura produtiva.

⁷ CAPORAL; COSTABEBER (2004a); SILVA (s/d); GONÇALVES (2004).

Todavia, a Revolução Verde não se reduz exclusivamente à produção de mercadorias. Ela também permitiu a difusão da ideologia do desenvolvimentismo para o campo, o que significava modernizá-lo, determinando relações capitalistas de produção no campo, deixando-o menos suscetível às leis e tempo da natureza e o mais próximo possível das necessidades da reprodução do capital.

Numa perspectiva mecanicista, a engrenagem funcionaria da seguinte forma: o produtor produziria matérias-primas alimentares e consumiria bens de capital; o extensionista difundiria inovações e viabilizaria o crédito rural; a pesquisa testaria pacotes, dosagens, aplicações e controles; o Estado financiaria; e o complexo industrial produziria insumos químicos, biológicos e mecânicos. Como resultado dessa máquina, teríamos aumento do número de empregos, da produção e produtividade agrícola e, conseqüentemente, auto-suficiência alimentar e excedentes agrícolas negociáveis no mercado externo, gerando diminuição da miséria e pobreza, e, portanto, desenvolvimento socioeconômico. (BRACAGIOLI, 2003: 34)

Utilizando a terminologia adotada por Gonçalves (2004), podemos dizer que Bracagioli (2003) destaca a aliança entre “grandes indústrias-laboratórios de adubos de fertilizantes, de herbicidas e de sementes” e o Estado. Este, quando intervém legalmente, o faz via criação de legislação permissiva, criação de instituições e programas federais, além da liberação de recursos para o suporte de infra-estrutura. Porém, a própria omissão de controle, fiscalização e penalidades, em anuência no que diz respeito ao contrabando de espécies vegetais e animais, à grilagem de terra e à apropriação indevida dos saberes das comunidades tradicionais também não deixam de ser atuação estatal.

Ademais, cabe ressaltar, que o financiamento de projetos, políticas e o próprio crédito rural têm por detrás “grandes corporações financeiras internacionais”. E, no outro extremo da cadeia produtiva do campo, encontram-se as “grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias” (GONÇALVES, 2004), fundamentais num modo de produção que depende da circulação de mercadorias e efetivação da troca.

Os países subdesenvolvidos, ao consumirem as mercadorias e o conhecimento técnico-científico produzidos nos países centrais do ocidente, estavam consumindo a ideologia de desenvolvimento do capitalismo financeiro e industrial. O que acabou por se realizar como uma forma de negar a saída socialista e combater a tensão

provocada pela luta de classes que, em plena Guerra Fria, era promovida de forma organizada por movimentos sociais do campo, organizações sindicais do campo e da cidade, assim como pelos próprios partidos comunistas ou socialistas.

Além de adotar os pacotes tecnológicos, os produtores deveriam receber assessoria técnica que validasse os mesmos e que, ao invés de orientá-los como proceder tecnicamente, instruía-os todos a consumir. Para viabilizar a adoção do pacote, criaram-se créditos agrícolas específicos e subsidiados que tinham o seu uso condicionado à compra de tais mercadorias. Como fundamento para a sua disseminação, a intervenção chegou às universidades e aos colégios técnicos, dominando pesquisa, ensino e extensão, onde prevalecem as premissas filosóficas modernas⁸.

Estas premissas contribuem para a manutenção dos mesmos paradigmas antropocêntricos de dominação e controle, estruturantes da lógica capitalista, os quais mercantilizam e capitalizam as relações entre os homens e deles com o seu meio e, no que se refere particularmente aos interesses deste trabalho, o faz de forma “desvinculada da memória coletiva e dos valores culturais e históricos que favorecem a autonomia e a coesão social das comunidades agricultoras.”⁹ (PETERSEN et al, 2002: 05)

Podemos dizer, portanto, que a ideologia desenvolvimentista promovida pelos países centrais do ocidente tinha em vista o comprometimento do maior número possível de nações com o novo padrão de acumulação que se consolidava, fundamentado no capital industrial monopolista e no capital financeiro, cujo diferencial estava no domínio de elevado padrão técnico-científico.

Gonçalves (2004: 228), por sua vez, faz uma leitura geográfica da Revolução Verde, fazendo-nos observar que enquanto as sedes das principais empresas e indústrias do setor agroquímico localizam-se nos países centrais do ocidente, especialmente da Europa e América do Norte, os parques industriais poluidores têm sido instalados

⁸ Tais como atomismo, mecanismo, universalismo, objetivismo, monoísmo, e que podem ser remetidas ao Iluminismo do século XVIII.

⁹ “Em paralelo à difusão de um modelo técnico orientado segundo um princípio organizador que privilegia o lucro e a dependência tecnológica, enraizou-se na consciência social dos agricultores uma série de mitos e valores relacionados a uma pretensa superioridade e modernidade das tecnologias baseadas na químico-mecanização” (ALMEIDA, 1992, apud PETERSEN et al, 2002: 05)

na América Latina e Ásia, justamente nas regiões onde há legislação permissiva e/ou fiscalização menos eficaz, e onde se tem verificado o progressivo aumento do consumo dos produtos agroquímicos¹⁰.

No Brasil, os investimentos da Revolução Verde priorizaram a região Sudeste e Sul para, posteriormente, intensificar sua expansão no Centro-Oeste, caracterizando-se por uma disputa do uso do solo agrícola, em que houve aumento das produções voltadas à exportação, tais como soja, cana-de-açúcar, café e laranja, e a conseqüente redução dos cultivos alimentares como mandioca, trigo, arroz e feijão.¹¹

Desta forma, quando tratamos do “processo de modernização do campo” compreendemos o espaço agrário e suas transformações como parte de um processo desigual, territorial e temporal. (OLIVEIRA, 1991: 20)

O desenvolvimento contraditório e desigual territorialmente no campo brasileiro também aparece expresso nas diferenças entre o processo de expropriação nas regiões Sudeste e Sul do país. Este processo certamente é comandado diretamente pelo capital na região Sudeste. Na região Sul, porém, junto com a ação direta do capital, há também a subordinação e o processo de ampliação da propriedade camponesa através da anexação das pequenas pelas médias e grandes. (OLIVEIRA, 1991: 32)

No processo de recriação de formas de reprodução do capital verificamos que, a partir da década de 1980, a biotecnologia¹² passa a dominar os investimentos no campo científico, tornando-se a nova esperança para a resolução da produtividade no Terceiro Mundo. Nos laboratórios são criadas sementes, como a da soja Roundup, que reduzem ainda mais a autonomia camponesa, pois além dos agricultores terem que pagar royalties pelo uso das mesmas, não podem reproduzir as sementes, pois estão “protegidas” por patentes, e tais sementes necessariamente

¹⁰ Como um dos inúmeros exemplos da “injustiça ambiental” e social que vem sendo provocada, Gonçalves (2004: 228) faz menção ao acidente ocorrido na fábrica da UNION Carbide, atual Dow Chemical, que matou 3.000 pessoas.

¹¹ “Mais de 80% do valor dos financiamentos concedidos às empresas e cooperativas a partir da década de 1970, por exemplo, dirigiu-se para os três estados do Sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná -, para alguns cinturões produtivos em São Paulo, Minas Gerais e Bahia, e para os três estados centrais do bioma cerrado – Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O número de tratores, por outro lado, se concentra em apenas 10% dos estabelecimentos rurais, situados especialmente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.” (BRACAGIOLI, 2003:34)

¹² Seria a segunda “revolução”, chamada de “Revolução Verde-Verde”, por fazer alusão à imagem de progresso e lucratividade da primeira, vendendo-se com a fardar de ambientalmente correta, ao menos em termos ambientais. Parece ignorar os estudos que desde a revolução verde vem comprovando cientificamente seus males socioambientais. Parece satirizar e debochar do curto alcance e notoriedade pública que os mesmos tiveram ao longo das décadas.

produzirão novas sementes com capacidade inferior de germinação. Além disso, para apresentar resultados de produção e produtividade, essas sementes continuam inseridas na idéia de “pacote tecnológico”, ou seja, demandam o uso de fertilizantes inorgânicos e agrotóxicos.

Com a consolidação da biotecnologia, o domínio sobre os recursos genéticos tem significado para as empresas e indústrias dos setores farmacêutico, veterinário, cosmético e agroquímico¹³ a forma mais rápida de obter maiores lucros. Por meio principalmente da biopirataria, a biodiversidade dos países periféricos tem sido transformada em medicamentos, insumos agrícolas e cosméticos que logo são patenteados e vendidos como produtos com alto valor agregado, dada sua “propriedade intelectual”.

1.2 Conflitos e articulações socioambientais

A implementação de políticas agrícolas e agrárias, a partir da década de 1960, voltadas para a modernização da agricultura repercutiu no acirramento e/ou desencadeamento de diversos conflitos e impactos socioambientais. Contudo, estão diretamente relacionadas ao sobressalto de articulações sociais, que vão desde a formação de movimentos ambientalistas que buscam adaptar o modo de produção vigente, para que o mesmo seja menos impactante, até o surgimento de movimentos sociais que apontam para o rompimento dos paradigmas do modo de produção capitalista e aspiram à construção de novas relações sociais, o que implica novas formas de apropriação dos recursos naturais¹⁴.

Nesse sentido, apresentamos aqui os principais aspectos relacionados aos impactos socioambientais vinculados às práticas agrícolas da Revolução Verde para, mais adiante no Item 1.2.3, tratarmos de diferentes formas de mobilização social no Brasil em torno da questão, que foram reorganizadas ao término do período de Ditadura

¹³ Quando falamos em “empresas e indústrias” dos setores econômicos mencionados acima, ainda que os nomes sejam muitos, os grupos e as famílias aos quais pertencem suas ações são poucos se tivermos em vista os valores e transações em questão. A partir da década de 1990 acentuaram-se os processos de aquisições e fusões. (SILVA, s/d)

¹⁴ GONÇALVES (2004) e MENDONÇA (1993)

Militar, e que nos anos 1990 vieram a somar forças com a proliferação das chamadas “ONGs” - Organizações Não Governamentais.

1.2.1 Dos impactos socioambientais

Insumos e defensivos químicos tornaram-se os dois componentes mais marcantes dos pacotes da Revolução Verde. Nos trabalhos de PINHEIRO (1989), GLIESSMAN (2000), BRACAGIOLI (2003) e GONÇALVES (2004) o contínuo aumento do consumo de agrotóxicos é ressaltado. Ainda que os números variem de autor para autor¹⁵, todos eles mencionam que o Brasil tornou-se, a partir de 1970, um dos maiores consumidores mundiais¹⁶ desses produtos sintéticos, fabricados com derivados de fósforo e petróleo, portanto, petro-dependentes.

O uso de agrotóxicos, no entanto, teve outras finalidades para além do agrícola. No Brasil, por exemplo, Sebastião Pinheiro¹⁷ (1989) publicou uma obra narrativa sobre a utilização ilegal de herbicidas para o desmatamento da área que seria inundada com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, estado do Pará, que agiam como desfolhantes, tendo ficado conhecido como Agente Laranja¹⁸, Nesse período, Pinheiro era pesquisador e havia sido convidado para participar de

¹⁵ Sobre os herbicidas, por exemplo, PINHEIRO (1989: 17) cita o aumento em 54000% do consumo, somente no período entre 1965 e 1979. Já BRACAGIOLI (2003: 35) fala em 421% de 1964 a 1979 para se referir aos agrotóxicos.

¹⁶ Segundo ANVISA (2009) houve o consumo de 700 mil toneladas de agrotóxicos entre janeiro e novembro de 2009, destacando o Brasil como o maior consumidor do mundo, além de ter movimentado aproximadamente US\$ 7 bilhões.

¹⁷ PINHEIRO (1989). Sebastião Pinheiro é ex-funcionário da multinacional Bayer A. G., sendo hoje Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) e Assessor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

¹⁸ Trata-se da mistura do 2,4-D e 2,4,5-T e pode apresentar como subproduto do 2,4,5-T a dioxina Tetraclorodibenzodioxina que se tornou conhecida ao ser usada pelo exército americano na Guerra do Vietnã. A utilização do Agente Laranja em território nacional não é reconhecida oficialmente até hoje. No entanto, PINHEIRO (1989) afirma que o uso do desfoliante a partir de 1965 foi intenso no Brasil, tendo somente o Banco da Amazônia S. A. (BASA) financiado semanalmente aproximadamente 50 mil litros do produto. (PINHEIRO, 1989: 17). Obviamente que o nome contido nas embalagens não era “Agente Laranja”. Diversos nomes foram utilizados e registrados, o que envolveu instituições de renome, como o International Research Institute, da Fundação Rockefeller. O BASA, por sua vez, foi rearticulado durante o período de Ditadura Militar tornando-se o agente financeiro das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, responsabilizando-se pela administração dos recursos nacionais e estrangeiros do Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), este último criado para viabilizar a ação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

expedições de campo a fim de verificar os “boatos” de que estavam ocorrendo centenas de mortes, abortos e mutilações na área próxima ao empreendimento.

O pesquisador conta ainda, nessa mesma obra, sua experiência em trabalhar numa das maiores empresas responsáveis pela produção de insumos químicos, a Bayer A. G.:

[...] éramos treinados como genocidas, doutrinados como se fôssemos super-homens e distribuíamos até amostras grátis de produtos organo-mercuriais.

Vendíamos, vendíamos tudo. [...] éramos treinados até para recomendar produtos veterinários sem qualquer constrangimento, assim como médicos veterinários recomendavam produtos agrícolas. (PINHEIRO, 1989: 7-8)

Mostra, deste modo, como tais produtos não eram vistos como instrumento para a “erradicação da fome no mundo”, e sim como uma mercadoria como outra qualquer, que precisava ser posta em circulação, difundida e vendida a qualquer custo. Outra evidência está no efeito inverso provocado pela pretensa eliminação de pragas, pestes e fungos dos campos agrícolas. Segundo levantamento apontado por BRACAGIOLI (2003: 34-35), entre 1948 e 1976, o número de espécies que provocavam algum tipo de prejuízo para as plantas cultivadas aumentou em 300%¹⁹.

Outro ponto crítico está na possível relação existente entre os agrotóxicos, *organofosforados*, que provocariam uma tendência ao suicídio, conforme verificado em trabalhos científicos também analisados por BRACAGIOLI (2003: 35).

Em vista à obtenção mais rápida e maior de lucro, os agrotóxicos, associados às demais práticas e técnicas difundidas como benéficas para o controle do ambiente natural, vêm degradando os solos a ponto de comprometer sua fertilidade ou mesmo disponibilidade.

A perda de solo, que nos anos 1990 atingiu a média de 100t/ha/ano, ou 1 cm de solo por ano, representa a perda de matéria orgânica e, conseqüentemente, a perda de sementes que estavam em outro estágio anterior ao de germinação, que brotariam posteriormente se houvesse tempo e condições. Deste modo, animais responsáveis

¹⁹ Recentemente uma dada “erva daninha” tem prejudicado o cultivo da soja transgênica, o fez com que fosse solicitado a CNTbio a aprovação de testes de um novo herbicida.

como dispersores de sementes deixam de circular em áreas com esse impacto e, por vezes, acabam mortos pela ação dos biocidas.

De acordo com GLIESSMAN (2000:41) “a degradação do solo pode envolver salinização, alagamento, compactação, contaminação por agrotóxicos, declínio na qualidade da sua estrutura, perda de fertilidade e erosão”, esta provocada pela ação do vento, da água ou pela desintegração das partículas pelo uso de agrotóxico.

Portanto, para além do uso de agrotóxicos, devem ser igualmente considerados como responsáveis pela degradação do solo: o desmatamento, o uso de maquinários e tecnologias elaborados para ambientes de outras latitudes e uso indevido das águas fluviais ou subterrâneas.

Além disso, a “agricultura” é responsável pela maior parte do consumo de água doce no mundo. No entanto, a menor parte dessa água é verdadeiramente aproveitada pelo setor agropecuário. No caso das agriculturas irrigáveis, grande parte da água se perde em processos de evaporação ou drenagem. (GLIESSMAN, 2000).

Quando a água é escoada pela superfície, leva também agrotóxicos aplicados na produção, facilmente lixiviados, contribuindo para a poluição do solo e de córregos, lagos e rios. Quando há infiltração, a contaminação ocorre da mesma forma com os solos e águas subterrâneas. As cadeias animais aquáticas são afetadas de imediato, assim como qualquer animal ou ser humano que participe de tal cadeia alimentar contaminada.

Outra questão relevante é o processo de eutrofização, o qual se refere ao excesso de nutrientes na água que provoca a multiplicação de algas e o conseqüente prejuízo à qualidade da mesma pela intensificação de processos oxidantes. A sobrecarga de nutrientes pode estar relacionada com o despejo de efluentes de origem industrial, urbana ou agrícola, esta última justamente devido ao uso de insumos e defensivos sintéticos ou biológicos ricos de fósforos e nitrogênios. Ao restringir a quantidade de oxigênio disponível nas águas, dificulta-se a respiração e, portanto, a sobrevivência de boa parte das espécies daqueles habitats que se encontram sob processos de eutrofização.

Apesar de sabido que o acesso às águas, aqui no Brasil, é uma questão de renda e poder, GONÇAVES (2004) contribui para nossas reflexões sobre a apropriação desigual dos recursos naturais ao longo de nossa história.

[...] cabe destacar, ainda, o profundo desequilíbrio hídrico que se instaura com os latifúndios produtivos de agronegócio, com a captação de água trazidas à superfície para uma irrigação, com sistemas de pivô central, de baixíssima eficiência, onde se perde até 70% da água por evaporação direta e, assim, com a quebra/inversão da função de caixa d'água das chapadas. No fundo de vale a água já não jorra mais o ano todo, as fontes e córregos secam, rios se tornam intermitentes, o que passa a exigir, inclusive, barragens para regularizar os cursos de rios permanentes, como o São Francisco, que nasce nos cerrados, como tantos rios. (GONÇALVES, 2004: 16)

As concepções modernas de uso intensivo do solo, monocultura, irrigação, fertilizantes inorgânicos e defensivos químicos para a produção no campo são todas interdependentes e seu uso em larga escala é viabilizado com a moto mecanização desde o preparo do solo, semeadura até a colheita.

E o processo de mecanização das atividades agrícolas está atrelada à expulsão do homem do campo, do principal *lócus* de sua produção de saberes. Autores como GLIESSMAN (2000), GUTERRES (2006), GONÇALVES (2004), GERMER (2006) e ALTIERI (2002) remetem à mecanização da agricultura os processos de “erosão genética e cultural”.

Um dos maiores danos que a agricultura das multinacionais causou aos camponeses foi roubar-lhes séculos de conhecimentos que foram transmitidos de pai para filho, durante várias gerações, em especial através da fala (tradição oral) e da experiência (aprendizado da prática e do ensino). Boa parte do conhecimento não foi registrada, não foi escrita. Muito conhecimento, muita sabedoria camponesa popular se perdeu para sempre. (GUTERRES, 2006:24)

No que se refere à América Latina, desde o período de colonização vem ocorrendo a apropriação indevida dos conhecimentos indígenas, e depois camponeses, o que tem acarretado forte prejuízo aos processos e mecanismos de produção, codificação e transmissão do manejo agrícola.

[...] a grande diversidade de variedades das espécies cultivadas que conhecemos (muitas desaparecidas ou em via de desaparecimento) se devem à adaptação que o homem fez às diferentes condições sobre as quais cultivou e se desenvolveu a agricultura, as suas

preferências e diferentes estratégias de sobrevivência.
(GLIESSMAN: 2000: 35)²⁰

Tais práticas agrícolas incidem sobre toda a cadeia alimentar, justamente pela interação e dependência de tudo o que há no ecossistema: animais, plantas, sementes, solo, água, ar, fogo etc. Portanto, quando falamos em erosão cultural e erosão genética, fazemos referência às espécies de plantas e também de espécies animais; falamos dos aspectos culturais transmitidos de geração a geração. Falamos da redução da disponibilidade hídrica, da perda de solo, das contaminações. Logo, fazemos referência à concentração fundiária e de apropriação privada dos recursos naturais.

Essa interdependência entre produção agrícola e ecossistema pode ser melhor compreendida ao lermos os trabalhos de GUTERRES (2006), GLIESSMAN (2000), ALTIERI (2002), GONCALVES (2004), que nos detêm em suas descobertas sobre a existência de milhares e milhares de variedades de alimentos²¹ que vinham sendo cultivadas por comunidades rurais existentes em todo o mundo até o século XX. São citados casos de camponeses da China, dos Andes, da Índia e do México.

Em algumas chácaras dos Andes, foram encontradas mais de 50 variedades de batatas em uma mesma comunidade, algumas resistentes à neve, outras à seca, adaptadas a diferentes altitudes ou tipos de solo e com diferentes características nutricionais, medicinais e rituais. Não só foi importante a criação de diversidade, também foi o conhecimento adquirido no seu manejo, os sistemas agrícolas desenvolvidos e o uso da flora e da fauna silvestre. (GUTERRES, 2006: 57)

Contudo, grande parcela dessas variedades já não é mais encontrada em seus ambientes naturais, nem mesmo como espécies exóticas nas demais regiões biogeográficas, encontrando-se atualmente extintas ou em vias de extinção²².

GONÇALVES (2004) destaca que são as grandes corporações que têm se aproveitado do conhecimento “ancestral” e das informações genéticas da parcela da biodiversidade já conhecida para confecção de produtos em laboratórios, desde sementes melhoradas até cosméticos.

²⁰ Apesar da extinção de espécies fazer parte da história natural do Planeta Terra, as observações aqui colocadas fazem crítica à velocidade de tais processos ao longo do Século XX.

²¹ “Na China, até a metade do século passado, se cultivava mais de dez mil variedades de trigo. [...] Na Índia, se empregava mais de 30 mil variedades de arroz.” (GUTERRES, 2000: 57)

²² Os autores utilizam diferentes fontes para apontar estimativas sobre a quantidade de espécies animais e vegetais em vias de extinção. Assim, optamos por utilizar nenhuma delas.

Esses conhecimentos ancestrais são, paradoxalmente, reconhecidos *de facto* pelas grandes corporações, que deles se apropriam com o apoio dos Estados onde residem seus principais proprietários e acionistas que lhes dão a segurança *de jure* (patentes e direitos de propriedade intelectual individual). O trigo hoje cultivado no Canadá, por exemplo, tem genes procedentes de catorze países diferentes. [...] Segundo José SANTAMARTA (2002)²³, “as multinacionais dos EUA, da União Européia e do Japão pretendem obter grátis, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, os recursos genéticos para logo vender-lhes a preços de usura as sementes, animais ou medicamentos obtidos, com base na ‘propriedade intelectual’”. (PORTO GONÇALVES, 2004:209)

Dentro do contexto de dominação das cadeias produtivas por parte de grandes corporações de capital industrial e financeiro, a partir da produção de sementes, processamento dos alimentos e comercialização em grandes redes de supermercados, e considerando os processos de erosão genética e cultural, acabamos vivenciando o momento histórico caracterizado, de um lado, pela restrição da dieta alimentar e, por outro, pelo aumento do consumo de alimentos industrializados em substituição aos alimentos em seu estado natural. Entre 1970 e 1990, GLIESSMAN (2000:49) comenta que os países desenvolvidos quintuplicaram a exportação de alimentos para os chamados países em desenvolvimento, submetendo estes a produtos industrializados, que na maioria das vezes apresentam menor valor nutritivo, porém mostram-se mais acessíveis economicamente do que os alimentos *in natura* ou processados dos países importadores. O processo de padronização da dieta alimentar pode ser visualizado pelos dados apresentados por GUTERRES:

Basta destacar que, na atualidade, das 20 mil-50mil plantas com utilidade como alimento mundialmente, se utilizam de forma importante 200, se comercializam 100, no entanto 80% dos alimentos provêm de 20 cultivos, e, desses, o trigo, o arroz, o milho e a soja representam mais de 85% do consumo de grãos. (GUTERRES, 2000: 59)

OLIVEIRA (2004), por sua vez, contribui para abrimos a cortina de fumaça que nos faz imaginar um cenário bilateral, como se houvesse um lado fraco constituído pelos países em desenvolvimento em oposição ao lado forte dos países desenvolvidos. Os capitalistas para que possam ampliar seu capital buscam bons negócios, os quais independem de nação, setor ou atividade econômica.

²³ SANTAMARTA, J. La crises de la biodiversidad. 2002. Disponível em: <www.nodo50.org/worldwatch/ww/htm/02-15.html>

Hoje, a lógica do desenvolvimento capitalista é de caráter mundial. É o chamado neoliberalismo, a internacionalização definitiva da burguesia e do capital. Uma empresa ou indústria brasileira se associa a um grupo com que está territorializado em outros países. Acaba monopolizando o território de outros países por fusões acionárias e não por acordos políticos governamentais, como era há décadas atrás e que era uma contradição. Isto quer dizer que o capitalismo mundializado está, quer dizer, os capitalistas que atuam nesse capitalismo mundializado estão em todo canto e lugar onde é possível produzir para o mercado mundial. E é o mercado mundial que é o cerne básico deste capitalismo. Os mercados internos estão submetidos à lógica do mercado internacional. Interesses capitalistas não têm 'nação'. (OLIVEIRA, 2004. Informação verbal²⁴)

No contexto de economia mundializada, no qual capitalistas parecem conceber os alimentos e os recursos naturais necessários para sua produção unicamente como mercadorias, a questão da insegurança alimentar que assola todo o mundo deve ser compreendida como um conflito de classes.

O setor alimentício caracteriza-se como um dos setores com melhores perspectivas de lucratividade, assentada na exploração da força de trabalho do homem no campo, pelo uso indevido, irregular e ilegal das terras e das águas e demais recursos naturais, pela grande participação de intermediários que vivem do lucro, e certamente também, pelo suposto teor "humanitário" deste setor responsável pela produção de alimentos para a população mundial, o qual acaba conseguindo o apoio político-econômico dos Estados Nacionais.

Nesse sentido, setores como o de alimentos encontram no Brasil a possibilidade de realizarem vários movimentos econômicos simultâneos conforme aponta GUTERRES:

Temos aqui, em especial, o capital dos grandes grupos econômicos mundiais da indústria da química fina e da biotecnologia nas suas frações relacionadas com o agronegócio burguês e com o capital financeiro internacional.

O que atrai com maior ênfase esses capitais para o Brasil é a facilidade de realizarem simultaneamente vários movimentos econômicos:

Acumulação primitiva ao se apropriarem dos recursos naturais como florestas, minérios e biodiversidade.

²⁴ Palestra proferida por Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA no XVII ENGA Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Gramado (RS) em 2004 e gravada pelo Laboratório de Agrária do Departamento de Geografia da USP, sendo o seu uso previamente autorizado.

O mercantilismo ao usufruírem a impunidade no comércio ilegal de madeira, e a acumulação capitalista monopolista ao controlarem o comércio internacional da soja e outras commodities. (GUTERRES, 2006:84)

1.2.2 Dos processos de concentração fundiária, expropriação e migração

Dado que o processo de expansão das relações capitalistas no campo brasileiro ocorreu de forma desigual, foi da mesma forma díspare o processo de intensificação da concentração da estrutura fundiária.

Ainda que desigual no tempo e no espaço, o processo de concentração das terras, portanto também dos recursos naturais, foi/é caracterizado pela expropriação direta ou indireta pelo capital. Dentre os processos descritos por OLIVEIRA (1991; 1993) e GONÇALVES (2004), o aumento da produção na agricultura capitalista, proporcionado pelas inovações que marcaram a “Revolução Verde” e pelo incentivo estatal²⁵, possibilitou ao latifundiário concentrar capital, levando-o a investir na expansão de seu patrimônio, agregando novas terras, o que não necessariamente significa dar-lhes qualquer uso social.

As terras utilizadas pelos latifundiários-capitalistas foram sendo adquiridas via compra ou grilagem e concessão de terras devolutas do Estado. São processos distintos, porém estreitamente vinculados, que têm feito com que a expansão agropecuária ocorra avançando sob terras de uso indígenas e camponesas, sejam proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros.

O primeiro processo a tratarmos pode ser exemplificado pela atuação das agroindústrias, como aquelas do setor sucroalcooleiro, que se instalam no campo

²⁵ Os governos militares no Brasil foram responsáveis pelo aumento da dívida externa. A perspectiva de redução ou liquidação da mesma estava na produção de matérias-primas agrícolas e de recursos minerais para a exportação. Assim, durante este período, os proprietários de médias e grandes propriedades receberam incentivos, como subsídios e créditos agrícolas, para aumentar sua produção. No entanto, para conseguir implementar as políticas agrícolas que levassem ao aumento da produção, o país requisitou empréstimos que, naturalmente, fez aumentar ainda mais a dívida, exigindo assim maior volume de exportação. No entanto, este processo de dependência das exportações, justificando as políticas que visam à expansão e crescimento das atividades voltadas para tal fim, não foi encerrado com o fim do regime militar, e ainda caracteriza a economia brasileira no início do século XXI. Nesse sentido, fica evidente a relação entre latifundiários, capitalistas, cujos sujeitos sociais fundem-se num só e estão intimamente ligados ao Estado. (OLIVEIRA, 1991 e 1993)

para que ao seu redor e proximidades sejam produzidas as matérias-primas necessárias ao processamento industrial, com base no uso intensivo de capital, redução contínua da força de trabalho e regulação precária do trabalho assalariado no campo, por vezes se utilizando de trabalho forçado, análogo ao escravo²⁶. Tal processo que combina propriedade privada da terra, controle do processo produtivo e do processamento industrial da produção agropecuária é chamado por OLIVEIRA²⁷ (1986) de “*territorialização dos monopólios no campo*”.

O aumento da produtividade e da produção diminui a necessidade de divisão do espaço produtivo, reduzindo a quantidade de força de trabalho ali focada, tanto na agricultura capitalista quanto na camponesa.

É importante ressaltar, também novamente, que este processo geral do país é produto do seu desigual desenvolvimento territorial. A região Sul do Brasil conheceu no período 70/85 o declínio de todos os tipos de produtores (o total caiu 6%; proprietários 6%, arrendatários 17%, parceiros 28% e posseiros 2%). Isto significa que de forma clara e inequívoca que neste período o processo de expropriação foi praticamente absoluto, não só eliminando a possibilidade do trabalho camponês, como certamente atuando no sentido de concentrar ainda mais as terras. (OLIVEIRA, 1991: 15 ou 32)

Para alavancar a expansão da agricultura capitalista e dos planos de desenvolvimento dos Governos Militares foram realizadas obras de infra-estrutura como barragens, hidrelétricas²⁸, estradas e rodovias. Essas obras foram novamente responsáveis pela expropriação da terra e demais meios de reprodução camponesa. Em nome da promoção da “segurança nacional” no combate às mobilizações sociais

²⁶ A partir de 2003, ano no qual o Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu a Presidência da República, foi intensificado o combate ao uso do trabalho análogo ao escravo no Brasil. Segundo dados da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), num prazo de quatro anos, entre 2003 e 2007, foram libertados cerca de vinte mil trabalhadores, enquanto nos oito anos anteriores, sob gestão do Partido da Social-democracia Brasileira (PSDB), a quantidade não chegou a seis mil. (BRASIL, 2008:08)

²⁷ Desde meados da década de 1980, OLIVEIRA faz menção a dois processos que comandam a produção agropecuária não somente no Brasil, como em todo mundo. São os processos territorialização do monopólio e monopolização do território sem territorialização. (OLIVEIRA, 1986)

²⁸ Acentuando ainda mais os problemas ligados à questão agrária, em 1973, durante o governo Emílio Médici, inicia-se a construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional, localizada na fronteira entre Brasil, no estado do Paraná, e Paraguai. Para a consolidação do aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, além dos impactos ambientais, como a destruição do Salto de Sete Quedas, foi promovida a expropriação de terras de mais de quarenta mil pessoas, entre posseiros, pequenos proprietários de terras, índios guaranis etc. A fim de mobilizar a população atingida pela construção da usina e denunciar o valor baixo das indenizações, foi criado o Movimento Justiça e Terra para responsabilizar o Estado a pagar também com “terra” os danos causados. Dentre as lideranças do movimento, destaca-se o Pastor da Igreja Luterana Werner Fuchs, sujeito importante na história de formação do MST.

e ameaça comunista, aos “vazios democráticos” e à proteção de reservas de recursos naturais, a Amazônia recebeu os projetos de colonização e infra-estrutura. Já as políticas estatais para o nordeste brasileiro²⁹, o qual vivenciava tensões sociais intensificadas justamente por mobilizações no campo, viria a incentivar a industrialização e ter parcela de sua população atraída a migrar para as regiões amazônicas “recém-ocupadas”.

Os projetos de colonização nas regiões norte e centro-oeste ocorriam via ação de capitalistas³⁰ nacionais e internacionais que assumiam o papel de latifundiários e empresas colonizadoras, os quais contavam direta ou indiretamente com o auxílio do Estado.³¹ Assim, as terras amazônicas foram recebendo os investimentos necessários para facilitar a acumulação capitalista daqueles sediados no exterior ou no centro-sul do Brasil. Segundo IANNI (1979b:78-79)³²:

[...] as grandes facilidades fiscais e creditícias, além do apoio político, também ostensivo, ao grande capital nacional e estrangeiro, propiciaram uma intensa e generalizada corrida à terra, por parte de nacionais e estrangeiros. Daí a recriação do latifúndio, sob novas modalidades, ao lado da criação e expansão de empresas de extrativismo, agropecuária, agroindústria ou indústria. Mas foram os projetos agropecuários, que receberam os maiores incentivos fiscais e creditícios governamentais, que provocaram uma intensa e generalizada transformação das terras tribais, devolutas ou ocupadas em terras de grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários” (IANNI, 1979b:78-79, apud HOLLANDA, 2009:33)

Tais regiões presenciaram a chegada de milhares de migrantes das regiões nordeste, sul e sudeste³³, esperançosos por dar continuidade ao modo de vida camponês³⁴, compreendendo a colonização de novas áreas, supostamente

²⁹ Para tanto reestruturou-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja criação foi justificada pelo desenvolvimento econômico da região nordeste.

³⁰ Pessoas físicas e/ou jurídicas

³¹ Por exemplo, em 1966, houve a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que centralizou os esforços estatais para a Amazônia e cujos projetos acabaram por beneficiar médias e grandes propriedades por meio de ajuda financeira e incentivos fiscais. Dos programas centrais criados neste período, destacam-se o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), assim como os programas destinados aos pólos de desenvolvimento como POLOAMAZÔNIA, o POLOCENTRO e o POLONOROESTE (HOLLANDA, 2009).

³² IANNI, Octávio. Ditadura e agricultura. O desenvolvimento no capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

³³ Enquanto a Amazônia Oriental recebeu os migrantes nordestinos, para a Amazônia Ocidental foram os sulistas.

³⁴ Partimos aqui do entendimento que a terra para o camponês é espaço para a reprodução da vida, não apenas para a realização do valor de troca, mas detém principalmente importância quanto ao seu

despovoadas, como uma oportunidade de viabilizar a reprodução camponesa. Parte destes eram minifundistas do Sul que, para se dirigir aos empreendimentos de colonização, tiveram suas terras compradas por latifundiários e capitalistas atuantes na região.

Para promover a ocupação pelos projetos de colonização, as áreas habitadas por índios e posseiros tiveram que ser desocupadas, ou seja, expropriados pela violência. Aqueles que chegavam tinham como parâmetro o ambiente de origem, extremamente diferenciado seja quanto às estruturas existentes, como pelas próprias características dos ecossistemas.

Desprovidos de qualquer infra-estrutura necessária para a produção agrícola e seu escoamento, a maioria não prosperou segundo a finalidade a qual se anunciava e a população que ali se encontrava, quando resistiam e permaneciam naquelas terras, tornou-se força de trabalho para os projetos desenvolvimentistas do Estado ou então para os grileiros capitalistas que ali se instalaram justamente pelos incentivos estatais e força de trabalho disponível. OLIVEIRA (1991) destaca tais interesses das classes dominantes:

A colonização no Brasil tem se constituído, historicamente, na alternativa escolhida pelas classes dominantes do país para evitar, simultaneamente, a necessária reforma estrutural do campo e suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira. (OLIVEIRA, 1991: 110)

Neste mesmo momento histórico, passou a se configurar na região Sul a expansão do campesinato possibilitado pela recriação do trabalho familiar camponês, ocasionado principalmente pelo processo que OLIVEIRA (1986) denomina de monopolização do território pelo capital sem se territorializar. Nesse processo, o capital cria mecanismos de sujeição e subordinação à sua lógica de formas de produção não capitalista, como a camponesa, a comunitária e a coletiva. O capital “sujeita e expropria a renda da terra. E, mais do que isso, expropria praticamente todo o excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física” (OLIVEIRA, 1991: 110)

valor de uso, ou seja, como espaço simbólico e espiritual (relação homem-natureza) que provê acesso a base de sua subsistência alimentar.

Outra forma de expropriação das terras pelo capital ocorre quando os próprios camponeses conseguem de alguma forma utilizar-se do avanço tecnológico. Parte deles não tem a produção e/ou o retorno financeiro esperado e, em médio prazo, acabam perdendo suas terras para os bancos ou outras instituições que lhes deram crédito e financiamentos.

Demais camponeses expandem a produção para toda a área agrícola de sua propriedade, ocupando terras que antes seriam destinadas à diversificação produtiva e ao uso compartilhado com seus parentes, em especial, seus filhos, os quais acabam tendo que buscar novos meios de produção. Outros, ainda, acumulam capital para que possam comprar ou arrendar áreas de seus vizinhos que, muitas vezes, também são camponeses.

Em qualquer uma dessas situações, identificamos processos de expropriação de terra e dos recursos naturais, que freqüentemente eram utilizados de forma extensiva e comum pelos camponeses³⁵, dotados de forte valor cultural e econômico.

Com suas terras expropriadas ou pela pressão econômica ocasionada pela redução da renda agrícola³⁶, ou seja, pela crescente sujeição da renda da terra ao capital, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela brusca redução do número de produtores agrícola.

O êxodo rural contribuiu para o rápido crescimento das cidades, as quais passavam pela acentuação dos processos de industrialização e urbanização. Milhares de famílias camponesas deixaram o campo à procura de alguma ocupação no cenário de ascensão econômica dos centros urbanos, logo freado por crises econômicas que desaceleraram setores como o da construção civil, principal responsável na época pelo uso de força de trabalho dos migrantes. Outros, residindo nas cidades, buscaram se tornar empregados assalariados ou bóias-frias nas médias e grandes propriedades.

³⁵ Utilizavam tais áreas para a pastagem do gado, a coleta de flores e frutos, caça, pesca, uso de ervas medicinais e aromáticas, além do uso da madeira para a construção ou como lenha.

³⁶ A redução da renda agrícola é explicada a partir da contínua redução do preço pago pelos produtos agrícolas associada ao crescente custo de produção, o qual está atrelado ao aumento do preço da terra, dos insumos e sementes.

Emigrados de um modo de vida em que o calendário se regulava pelos elementos, pelos ritmos de trabalho e festa, inúmeros camponeses viram-se de uma hora para outra prisioneiros dos relógios de ponto e da disciplina férrea das fábricas. (MOURA, 1986: 50)

1.2.3 Da Expropriação à Luta pela Soberania Alimentar

Neste mesmo contexto da segunda metade do século XX, quando aumentaram as evidências científicas em relação aos passivos sociais e ambientais das atividades econômicas em todo o mundo, reconhecemos a modernização da agricultura brasileira como marco histórico que, ao passo que produziu diversas formas de expropriações sócio-ambientais, também potencializou a emancipação e o fortalecimento de articulações sociais e ambientais.

As articulações da sociedade civil ocorreram de forma extremamente diversa, seja pela estrutura organizativa, pelas regiões geográficas abrangidas, áreas temáticas de abordagem ou pelas estratégias de intervenção e atuação. Registradas sob a denominação de “organização social”, “instituição” ou “associação”, ou atuando sem qualquer registro oficial, as articulações sociais nem sempre tiveram o caráter de resistência ao processo de expansão da lógica capitalista que então se implantava no campo brasileiro.

Ademais, propondo ou não o enfrentamento ao “status quo”, as bandeiras ambientalistas e sociais estiveram constantemente erguidas em caminhos paralelos. As lutas dos seringueiros, das quebradeiras de coco, são exceções que compartilham de alguma forma as reflexões do ecologismo social e conservacionistas.

Porém, ao tornarem-se público certos posicionamentos e atitudes preservacionistas, acirrou-se a percepção de distanciamento entre a “causa” ambiental e social.

Em 1968, por exemplo, as publicações “*The population Bomb*”, de Paul R. Ehrlich, e “*The Tragedy of the Commons*”, de Garrett Hardin, reacenderam as críticas previamente colocadas por Thomas Malthus³⁷ quanto à velocidade do crescimento

³⁷ Para suas formulações, apoiavam-se na tese de Maltusiana de que o crescimento populacional ocorre em ritmo geométrico, enquanto que as possibilidades de suprimento, vinculada à

populacional mundial. Os ensejos de uma generalizada degradação ambiental foram vinculados à desproporcionalidade entre o ritmo do aumento populacional e a capacidade do planeta de suprimento de recursos, em especial dos alimentos. Para Hardin, o ponto de partida era o conflito existente entre os interesses individuais e o “bem comum” para o uso de recursos, finitos, do planeta.

Na bibliografia utilizada para este trabalho, não foi identificada nenhuma referência de ambientalistas à estrutura econômica que sustentava e aprofundava as desigualdades sociais já existentes. A pobreza em si fora identificada como a grande ameaça para que os problemas ambientais fossem solucionados. E, por intensificar a problemática ambiental, a pobreza passou a ser inserida como pauta de reuniões internacionais e estudos afins.

Na América Latina, a questão do esgotamento dos recursos naturais foi tratada ao fazer referência ao “mito do desenvolvimento econômico” fazendo críticas ao que no Brasil foi chamado de “Milagre Econômico”.

Nessa perspectiva, a questão dos recursos naturais era vista como uma barreira ao crescimento ilimitado das nações, já que não seria possível manter o padrão de consumo de mercadorias característico dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos da América do Norte. Ademais, era reforçada a compreensão de que o subdesenvolvimento é base do sistema capitalista de produção, opondo-se as compreensões de ambientalistas de que aquele é um estágio inferior em relação ao desenvolvimento dos países de primeiro mundo da época³⁸.

O impasse entre crescimento econômico e o “meio ambiente” ganha concretude, irradiando para diversos campos do meio acadêmico e conquistando certa atenção política de governantes ao redor do mundo.

disponibilidade de recursos, somente poderia ocorrer num ritmo aritmético, portanto mais lento e que implicaria um colapso mundial.

³⁸ De certa forma, poderíamos dizer que se colocavam em oposição a ambientalistas, já que estes colocavam o subdesenvolvimento como um dos maiores entraves da crise ecológica e por isso deveria ser priorizado politicamente. Parte dos ambientalistas, inclusive, manteve visões preservacionistas, considerando o homem a priori um degradador do ambiente e que, assim, deveriam proteger o ambiente de qualquer intervenção humana. Este conceito de natureza intocada advém do século XIX, e contribuiu para a criação de “ilhas” naturais protegidas, implementadas por meio da remoção de toda a população humana que habitava tais territórios.

Em 1972 é realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, hoje a CNUCED, em Estocolmo na Suécia, a fim de reunir representantes políticos e da sociedade civil organizada de todo o mundo para debater a questão ambiental e buscar resoluções para crescimento populacional e pobreza, estereotipados como os maiores responsáveis pela poluição ambiental.

A representação do Brasil pelos militares, comandada pelo militar Costa Cavalcante no evento de Estocolmo-72 polemizou ainda mais a questão. O Brasil liderou os países “subdesenvolvidos” em defesa do desenvolvimento unicamente voltado ao crescimento econômico e pela continuidade das atividades industriais, baseadas no uso de tecnologia obsoleta e mais poluente transferidas pelos países “desenvolvidos”, independentemente de seus efeitos socioambientais.

Ao final da Conferência, foi produzido o documento conhecido como a “Declaração de Estocolmo” que enfatiza vinte e seis princípios para “servirem de inspiração e orientação para guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente” (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, 1972) dos quais cabe aqui destacar o que trata da superação dos impasses do subdesenvolvimento:

Princípio 9 – As deficiências do meio ambiente decorrentes das condições de subdesenvolvimento e de desastres naturais ocasionam graves problemas; a melhor maneira de atenuar suas conseqüências é promover o desenvolvimento acelerado, mediante a transferência maciça de recursos consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna, quando necessária. (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, 1972)

Em busca de alternativas que viabilizassem a continuidade do processo de produção de mercadorias e acumulação de capital, na década de 1980, Ignacy Sachs³⁹ cria o termo ecodesenvolvimento.

Segundo RAMOS (2001:142), este termo é

[...] a primeira abordagem que procurou romper com a dicotomia desenvolvimento e meio ambiente (não superada pelo preservacionismo que surgiu nas décadas de 1960/70), buscando

³⁹ SACHS é diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da École des Hautes Études Sciences Sociales (EHESS), instituição de pesquisa e ensino superior francesa.

construir uma abordagem voltada em especial para as realidades rurais do Terceiro Mundo.

O ecodesenvolvimento prevê a necessidade de proteção e uso adequado dos recursos naturais para que o progresso e o desenvolvimento continuem sendo promovidos em todo o mundo, uma concepção que visa a continuidade do modo de produção capitalista.

Em comum, as proposições de pesquisadores como SACHS, o relatório “The Limits of Growth”⁴⁰, a “Declaração de Estocolmo” e o relatório “Nosso Futuro Comum”⁴¹ vislumbram a compatibilidade entre meio ambiente e economia capitalista. Conseqüentemente reiteraram a compreensão de que os países em desenvolvimento são uma ameaça ao “ecologicamente correto”, por apresentar altos índices de desigualdade social e limitada capacidade de proteção⁴² dos recursos naturais, cabe lembrar, necessários para o contínuo desenvolvimento do capital produtivo, e conseqüentemente, do capital especulativo.

Ao criticar especificamente o relatório “Nosso Futuro Comum”, RAMOS comenta como a aceleração do crescimento econômico é apontada como ação prioritária para alcançar o desenvolvimento sustentável:

Avançando nesta perspectiva, é também estranho a comissão reconhecer o problema da decrescente disponibilidade dos recursos não-renováveis e da pobreza mundial, mas destacar como primeiro “imperativo estratégico” das políticas ambientais e desenvolvimentistas a retomada do crescimento econômico (elevação de renda per capita) e apenas em segundo lugar mencionar a alteração da “qualidade do desenvolvimento”. A leitura do relatório deixa claro que a comissão não desconhecia que a

⁴⁰ Relatório produzido por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology e divulgado pela primeira vez no Clube de Roma de 1972, um dos documentos que pautaram o evento em Estocolmo.

⁴¹ Este relatório, conhecido como Relatório de Brundtland, foi elaborado como documento base para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil. Tornou pública, pela primeira vez, o conceito “Desenvolvimento Sustentável” (DS), o qual sinteticamente diz: “*Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*”.

⁴² No conceito de ecodesenvolvimento, a capacidade de proteção dos recursos naturais está diretamente relacionada às possibilidades de consumo e produção consideradas ecologicamente corretas. Assim, se a população é de baixa renda, portanto este grupo não terá o capital necessário para adquirir produtos que o custo do ecológico agrega a eles. Da mesma forma, faltar-lhes-ia capital para trocar os produtos industrializados obsoletos por outros mais novos que tivessem o selo “ecológico”, ou ainda adotar em suas empresas novos procedimentos operacionais sustentáveis ecologicamente. Da mesma forma, tais empresários e/ou industriais poderiam não ter acesso às novas eco tecnologias produzidas nos países desenvolvidos.

pobreza decorre fundamentalmente de um problema distributivo.
(RAMOS, 2001:144)

Outro ponto, que distanciou ambientalistas de lutadores sociais a partir da década de 1970, foi a concepção de nivelamento das responsabilidades para o combate dos problemas sociais ou ambientais.

Neste mesmo sentido, LAYRARGUES (1996), citado por Leff (1996 e 1997) no trabalho produzido para o Projeto Brasil Democrático e Sustentável⁴³, faz a seguinte reflexão:

O conceito oficial de desenvolvimento sustentável (o do chamado Relatório Brundtland) vem, na verdade, diluir o sentido da proposta do ecodesenvolvimento, reiterar a idéia da “poluição da pobreza” e, diplomaticamente, sob o rótulo *do futuro e do desafio comum*, nivelar as responsabilidades sobre a crise socioambiental contemporânea.
(LAYRARGUES, 1997⁴⁴ apud SILVA, s/d, 02)

Enquanto deseja-se o nivelamento das responsabilidades quanto ao cuidado com os recursos naturais, o usufruto de tais recursos é completamente desigual. Tais concepções chegam a reconhecer o processo desigual e violento ao qual a maior parte da humanidade encontra-se submetida, como exemplifica o trecho abaixo extraído da Carta da Terra⁴⁵.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.” (CARTA DA TERRA, s/d:01)

Do outro, o caminho da resolução “deste problema” está na formação de uma “aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida.” (CARTA DA TERRA, s/d:01)

⁴³ Trata-se de um projeto interinstitucional, coordenado pela FASE – que proporcionou o desenvolvimento de seis cadernos de debate e dez cadernos temáticos.

⁴⁴ LAYRARGUES, Philippe P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? n.71, 5-10. Revista Proposta, Rio de Janeiro: Fase, 1997.

⁴⁵ A Carta da Terra é um dos documentos que começaram a ser produzidos durante a realização da CNUCED, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil. A sua publicação final ocorreu em 2000 a partir dos esforços da sociedade civil organizada em todo o mundo.

Para que haja a “aliança pelo futuro do planeta”, mantêm-se a proposição de nivelamento das responsabilidades:

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. (...) Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. (...)

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. (CARTA DA TERRA, s/d:02)

Nesse sentido, concebida a possibilidade de aliança entre representantes de interesses opostos e excludentes, desconsidera-se que as desigualdades sociais dão sustentação ao modo de produção capitalista. Procura-se equivaler a importância do econômico e do ecológico na sociedade moderna, sem pensar que o valor de troca prevalece sobre o valor de uso, ignorando processos de sujeição dados pela inserção no sistema capitalista. Ainda que ambos coexistam em todas as coisas, é o tempo e o mundo da mercadoria.

Em tal contexto de alarmismo ambiental e expectativa por alianças interssetoriais e internacionais, em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, ocorre a CNUCED. Promovido pela UNEP⁴⁶, recebeu diversos “apelidos” como Rio-92, Cúpula da Terra e Eco-92, e diferenciou-se dos eventos anteriores, como o de Estocolmo realizado em 1972, pela ampla participação ao reunir centenas de chefes de Estado e participantes de mais de 170 países.

A Rio-92 significou um mote para a articulação de grupos, pesquisadores e militantes que vinham desde a década de 1970 desenvolvendo isoladamente e de forma restrita as suas experiências de ação local. Diversos outros eventos antecederam o evento da ONU, propiciando que aqueles que atuavam dentro das mesmas temáticas e regionalidades pudessem reconhecer-se e pensar novas formas de ação.

⁴⁶ Fórum da ONU e sigla para *United Nations Environment Programme*.

O anúncio de um evento ambientalista promovido pela ONU e da magnitude que era a Rio-92, significou a mobilização de autoridades que extrapolavam o âmbito da sociedade civil. No contexto de formulações acadêmicas e bandeiras que claramente se preocupavam em compatibilizar desenvolvimento econômico capitalista e sustentabilidade ambiental, parte dos grupos ambientalistas passaram a estreitar relações e a se comprometer com grandes grupos econômicos no intuito de desenvolver o capitalismo verde.

O capitalismo verde ao não questionar formas de produção, paradigmas econômicos e modelos de consumo, legitima o Consumismo Verde procurando contemporizar uma modalidade de consumo, que é perdulária, com uma nebulosa “preocupação ambiental”. (WALDMAN, 1992:30)

Apesar de polêmico, o termo ‘desenvolvimento sustentável’ foi aos poucos sendo difundido entre diversos setores econômicos e classes sociais, sendo hoje interpretado e apropriado de forma bastante variada. A carga ideológica, no entanto, resiste e dissemina-se por onde é utilizado: o desenvolvimento sustentável deve existir sem alterações profundas no modo vigente da economia mundial, ou seja, sendo mais uma peça dentro da lógica capitalista de produção, e visto como o estágio ideal de desenvolvimento a ser buscado e que propiciará um bem-estar social a todos no planeta, com acesso a mercadorias verdes que satisfaçam nossas necessidades presentes e futuras, assim como as das próximas gerações.

A “defesa do meio ambiente” ganha conteúdo absolutamente inodoro e inofensivo, perfeitamente assimilável pelos estratos dominantes. Propondo, no máximo, medidas paliativas e pontuais, é evidente sua despreocupação com uma reformulação homem/natureza, pois em seu cerne estão interesses secularmente predatórios. (WALDMAN, 1992:30)

Conforme WALDMAN (1992) aponta acima, a perspectiva ambiental vai aos poucos deixando de ser exclusivamente um entrave ao desenvolvimento econômico, tal como era tida durante o período do milagre econômico, para ser crescentemente apropriada pelos “estratos dominantes”.⁴⁷

⁴⁷ Esta nova perspectiva tem feito com que as instituições financeiras que regulam a produção tecnológica e industrial estejam cada vez mais vinculadas a diretrizes norteadas pela idealização de “responsabilidade socioambiental empresarial”, a qual discursa pela responsabilização e defesa ao meio ambiente e do homem em geral. Como exemplo, o “Princípios do Equador” tem se constituído numa das mais importantes ferramentas da responsabilidade socioambiental empresarial por estabelecer que as instituições financeiras signatárias devem considerar os 10 princípios

Posto que a degradação dos ecossistemas e seus recursos naturais não é fato recente, e a notoriedade pública de tal questão está diretamente vinculada não somente à intensificação dos efeitos adversos, mas principalmente ao fato de que as classes dominantes somente agora estão sendo impactadas. São afetadas seja pela escassez de matéria prima em suas cadeias produtivas, pela queda de qualidade de vida dada exposição a tantos tipos de poluição – sonora, do ar, visual – até pelo receio dos efeitos das “mudanças climáticas”.

Entretanto, para além das novas formas de apropriação da questão ambiental, é necessário destacar que aquelas populações que usufruem, sobrevivem e se relacionam intensa e cotidianamente com recursos naturais sentem com outra intensidade os impactos ambientais que notória e imediatamente tornam-se “socioambientais”.

Em resposta à segregação social e territorial provocada pela modernização do campo e implementação de redes e estruturas viárias, elétricas e de comunicação, somadas às notícias desanimadoras trazidas pelas famílias que se dirigiram aos centros urbanos ou aos projetos de colonização, milhares de famílias camponesas permaneceram no campo, lutando pelo retorno e posse à terra.

Se as teses da extinção do campesinato de fato tivessem capacidade explicativa, esses posseiros deveriam ter se tornado proletários. Mas não foi isso o que ocorreu. Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses. (OLIVEIRA, 2004: 29)

O trabalho realizado pelas pastorais rurais foi determinante para a conscientização de grupos familiares e comunidades rurais que, organizados, passaram a ocupar terras como forma de lutar por sua sobrevivência e permanência na terra⁴⁸.

estabelecidos no processo de avaliação e aprovação de novos financiamentos cujo valor ultrapasse US\$ 10 milhões. (PRINCIPIOS DO EQUADOR, 2010)

⁴⁸ Desde o período colonial, desde que há ações de expropriação e violência contra aqueles que querem viver da terra, há conflitos e lutas no campo. Em 1850, com chamada Lei de Terra, a terra passa a ser capitalizada e somente acessível àqueles que tivessem recursos. Foi uma medida estratégica para que os ex-escravos e imigrantes pobres recém chegados não ocupassem as imensidões de áreas desabitadas e improdutivas do Brasil e uma forma de enriquecer aqueles que somente conheciam os cartórios locais. Para os posseiros ou comunidades inteiras que desconheciam a Lei ou não tiveram recursos para ganhar a titularidade da terra, a ameaça de sofrer expropriações e violência por parte dos jagunços das empreiteiras tornou-se constante. Como veremos adiante, tais empresas eram contratadas para abrir estradas, “colonizar” áreas visadas pelos governos, construir ferrovias. A partir de 1850 e até meados do século seguinte, os atos de

As lutas, que até então estavam ocorrendo de forma localizada, passaram a ter uma nova dimensão a partir de 1981 com a organização, pela Comissão Pastoral da Terra⁴⁹ (CPT), de encontros regionais que viabilizaram o acúmulo de debates e a reunião dos líderes das mobilizações. O trabalho realizado pela CPT reunia membros das Igrejas Católica e Luterana, mostrando que a luta deveria ser de fato popular, não se limitando à Igreja e seus fiéis. Sob a corrente da Teologia da Libertação, a CPT trouxe o aspecto ideológico à ação pastoral, levando a análise marxista aos ensinamentos da Igreja, o que foi considerado determinante para a construção de um único movimento de caráter nacional. (STEDILE; FERNANDES, 1999: 21).

Com o cenário político nacional de transição para uma suposta abertura democrática, houve o incitamento para a retomada das greves operárias, e a criação ou “recriação” de sindicatos, organizações e movimentos sociais, cujo funcionamento havia sido proibido ou reprimido durante a Ditadura Militar⁵⁰.

Os camponeses, sem terras e populações tradicionais voltaram a lutar de forma organizada a favor do acesso à terra e aos recursos naturais, inclusive pelo direito do uso diferenciado, tal qual ocorre na luta pelos babaçu e pequi livres.

O fazendeiro podia ser proprietário da terra, mas não do babaçu, ou do pequi, ou do baru, ou da fava d’anta, o que mostra uma modalidade mais complexa de apropriação dos recursos naturais onde as territorialidades não são mutuamente excludentes, onde a propriedade privada absoluta, sobretudo quando capitalista, acaba por instaurar uma relação conflituosa. (PORTO GONÇALVES, 2004:222)

A reação por parte dos políticos e/ou latifundiários veio também em forma de violência física e assassinatos. Em 1985, a CPT passou a coletar, sistematizar e analisar os dados sobre os conflitos no campo. Atualmente, a CPT vem

resistências concentraram-se em torno de lutas messiânicas, caracterizadas pela liderança espiritual. A história de Canudos, na Bahia, ficou como uma das mais conhecidas.

⁴⁹ A CPT foi criada em Goiânia, em 1975.

⁵⁰ A partir de 1950 houve ascensão de diversos movimentos de luta pela terra, mas que foram desorganizados e destruídos com o Golpe Militar em 1964 e cuja vigilância e repressão perdurou até o início da década de 1980. Durante o governo do General João Batista Figueiredo (1979-1985), no entanto, a sociedade conseguiu conquistar espaços, no campo e na cidade, e lutar pelo processo de democratização. Os três movimentos que tiveram maior repercussão e que foram destruídos foram: Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), a União de Lavradores Agrícolas do Brasil (ULTLAB) e as Ligas Camponesas. O MST se considera “herdeiro e seguidor das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas.” (STEDILE; FERNANDES, 1999:18)

caracterizando tal reação segundo a quantidade de conflitos e as pessoas envolvidas neles, a ação por parte do poder privado, contabilizando assassinatos e famílias expulsas de suas terras e as ações do poder público, calculando a quantidade de famílias despejadas e as prisões.

Dados recentes divulgados pela CPT dão conta de que os estados brasileiros por onde se expande o agronegócio são os estados onde é maior o número de lideranças rurais assassinadas e de famílias despejadas. Em somente um desses estados, o Mato Grosso, governado pelo maior produtor de soja do mundo, o Sr. Blairo Maggi, somente no ano de 2003, o equivalente 6,2% da população rural foi, simplesmente, despejada de suas terras ou das terras que reivindicam. Isso implicaria que em menos de 15 anos toda a população rural do estado estaria despejada. Nem no período colonial se conseguiu tal façanha. (PORTO GONÇALVES, 2004:224)

E no momento em que fica clara a vinculação direta do agronegócio⁵¹ com a violência no campo e, principalmente, que se compreende que não há harmonização possível de coexistência territorial com a agricultura camponesa, o embate ao agronegócio torna-se um uma questão política.

Nesse sentido, os movimentos sociais organizados do campo parecem olhar com mais interesse para as formas de produção que buscam se diferenciar daquelas disseminadas desde a revolução verde, inclusive com intuito de reduzir paulatinamente sua dependência em relação às empresas e produtos inseridos na cadeia de consumo dos pacotes tecnológicos, o que para além de inviabilizar a produção em termos econômicos, também torna os produtores cada vez mais reféns da lógica capitalista de produção.

Ademais, em luta pela terra ou por condições de reprodução social, parte dos camponeses e das populações tradicionais, que já se diferenciam pela relação homem e natureza, foi envolvida pelo debate estruturado sobre o “desenvolvimento sustentável” disseminado por meio de articulações locais, como as ONGs.

Direcionando suas atividades especialmente aos agricultores, as articulações ganharam espaço de atuação ao se colocarem como intermediárias no diálogo entre agricultores e agentes técnicos de extensão rural, representantes de governo,

⁵¹ Segundo FILHO (2008), o termo agronegócio é “eufemismo para o atual modelo de desenvolvimento da agropecuária capitalista”. GONÇALVES (2008) coloca que o agronegócio é termo ideológico para os “latifúndios empresariais monocultores de exportação”.

agências doadoras de recursos para o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Suas ações envolvem fornecimento de crédito rotativo, fortalecimento da capacidade organizativa dos agricultores, instrução sobre novas oportunidades de acesso ao mercado e projetos nas áreas da saúde e educação.

Em teoria, buscam praticar os princípios da Rio-92, como o de promoção de processos participativos e valorização dos conhecimentos tradicionais. A partir do recebimento direto de recursos financeiros, muitas vezes enviados por instituições internacionais, conseguem implementar projetos de pesquisa e experimentação, conquistando um espaço paralelo à academia e às agências de extensão rural. Algumas delas, ao conquistarem reconhecimento por seu trabalho, por vezes passam a atuar em articulação direta com a esfera pública e a interferir ou, ao menos, opinar a respeito de projetos e propostas governamentais, como é o caso das entidades como a Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA). Passam a ter papel político, econômico e tecnológico nas localidades em que atuam. Apresentam grande heterogeneidade, principalmente quanto à proposição e visão de seus trabalhos.

Contudo, independentemente das propostas dos movimentos sociais e das articulações sociais, OLIVEIRA (2008a) analisa que ao longo das duas gestões do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), especificamente após o auge das mobilizações em 2004, a quantidade de ocupações de terras e de famílias acampadas vem diminuindo ano a ano. O que é compartilhado por PORTO GONÇALVES (2008):

É o que se depreende da geografia dos conflitos agrários no Brasil em 2008, onde os programas compensatórios com suas bolsas-família e outras continuam eficazes na sua missão de compensar as contradições estruturais do padrão de acumulação do capital no campo brasileiro, sobretudo por diminuir o poder de convocação dos movimentos sociais para mobilizar na luta pela reforma agrária. (PORTO GONÇALVES, 2008)

Contraditoriamente, é nesse momento histórico que a agroecologia ganha notoriedade pública, sobressaindo-se como um termo do “*socioambientalismo*”, em disputa pelos setores acadêmicos, da sociedade civil institucionalizada e/ou organizada e até mesmo pelo setor público. Para uns trata-se de uma categoria científica, disciplina acadêmica, para outros uma proposta de desenvolvimento rural

sustentável, outros então mencionam a agroecologia como um conjunto de técnicas agrícolas sustentáveis. Para movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), a agroecologia é posta como um conhecimento em construção, que vem sendo experimentado em parte de suas territorialidades, identificadas por evidenciar a íntima relação entre campesinato e ambiente, sustentáveis apenas sob uma nova estrutura sócio-econômica.

1.3 Agroecologia: capitalismo verde, campo científico e/ou prática revolucionária?

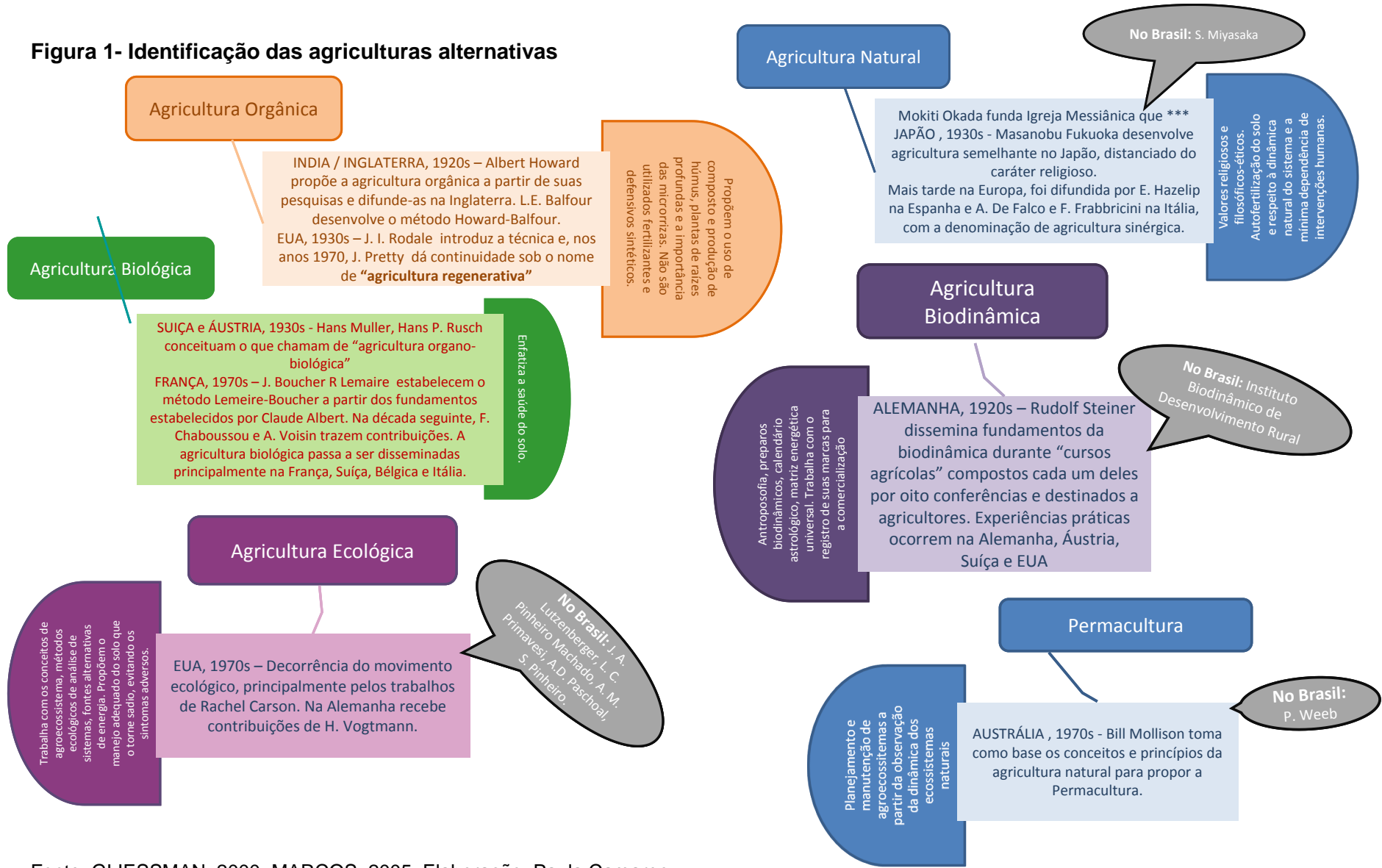
1.3.1 Agriculturas alternativas

A partir do destaque das principais problemáticas relacionadas à concepção e prática da agricultura convencional, bem como do efeito reativo ao discurso e à disseminação da modernização da agricultura, cabe neste momento do trabalho identificar as proposições que nascem no sentido de resgatar, adaptar e desenvolver tecnologias que provoquem menor impacto na sociedade e no ambiente.

Sucintamente, o quadro abaixo apresenta as experiências, propostas da agricultura que, estruturadas por pesquisadores e praticadas por agricultores, opuseram-se às proposições da agricultura convencional, positivando formas alternativas de produção e organização do agroecossistema, e que, por isso, acabaram sendo genericamente rotuladas de “agriculturas alternativas”. No entanto, é possível perceber a singularidade característica a cada uma delas frente a suas especificidades, especialmente aquelas de cunho epistemológico.

De forma geral, todos eles partem das conseqüências da crise ecológica resultante da artificialização e simplificação da agricultura e de seus processos, oriundos da introdução da lógica da produção industrial na agricultura. Por outro lado, esses mesmos autores apoiados em pressupostos semelhantes, norteiam-se por diferentes construções teóricas e apresentam focos teóricos, metodológicos e inclusive epistemológicos diferentes. (IAMAMOTO, 2005:30)

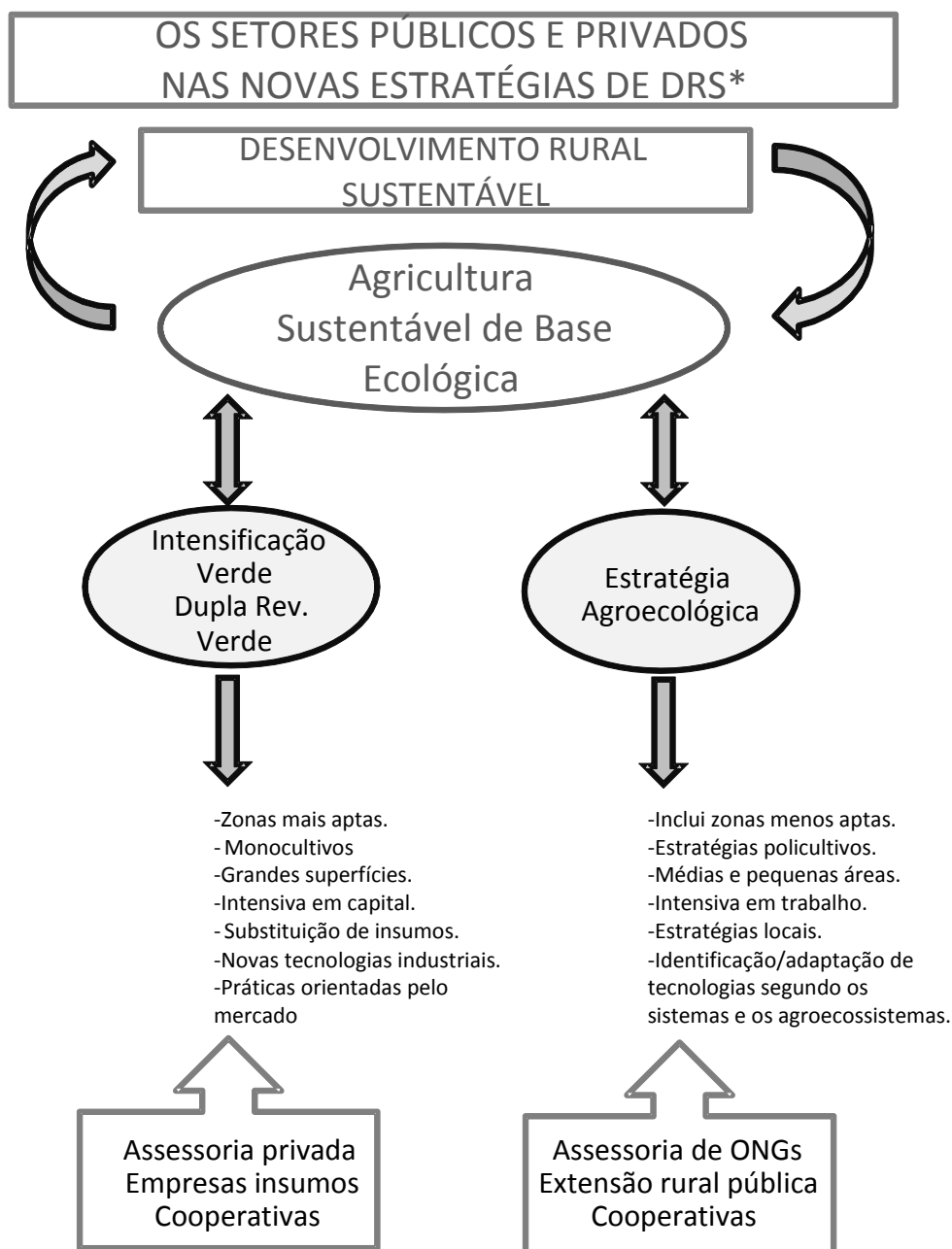
Figura 1- Identificação das agriculturas alternativas



Fonte: GLIESSMAN, 2000; MARCOS, 2005. Elaboração: Paula Camargo

No entanto, as agriculturas acima indicadas quando praticadas sob a lógica capitalista de produção no campo, muitas vezes acabam tendo sua capacidade de contestação limitada à reprodução de valores e atitudes que contribuem principalmente à continuidade do padrão vigente. A Figura 2 elaborada por CAPORAL e COSTABEBER (2004a) aponta alguns indicativos do mesmo:

Figura 2 – Caracterização das agriculturas “alternativa” (intensificação verde) e “agroecológica” segundo associação com os setores públicos e privados



Fonte: CAPORAL; COSTABEBER, 2004a:60

*Desenvolvimento Rural Sustentável

A partir da Figura 1, a qual reúne os principais aspectos que buscam diferenciar as “agriculturas alternativas” dos princípios e conceituações da agroecologia, tem-se que as agriculturas alternativas acabam também sendo subordinadas de um lado pelas empresas controladoras do mercado de insumos orgânicos importados e de outro pelas certificadoras internacionais que impõem regras e normas para que os produtos possam ter os selos reconhecidos pelos consumidores deste nicho. Ou seja, os agricultores que praticam desta forma alguma das correntes da agricultura alternativa, tornam-se da mesma forma subordinados e dependentes em relação às grandes corporações transnacionais⁵², comprometendo a autonomia financeira e cultural dos mesmos. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

Outro aspecto, que levanta críticas à forma como as agriculturas alternativas foram pensadas e postas em prática, e ainda têm sido, refere-se à maneira fragmentada e parcial com que os aspectos ambientais são contemplados na produção. Por exemplo, a realização de uma única intervenção, como a troca de insumos químicos por orgânicos, possibilita que todo o processo produtivo seja denominado ecológico, e assim seus produtos rotulados como ecologicamente corretos para a devida aquisição por parte do respectivo segmento consumidor.

Na realidade, ainda sem provocar contaminações pelo uso de insumos químicos, tal agroecossistema poderia estar sendo mantido à custa de exploração do trabalho, por solos empobrecidos e monocultivo.

Para CAPORAL e COSTABEBER (2004b:08) se tratam de “vã tentativa de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, sem qualquer propósito ou intenção de alterar fundamentalmente as frágeis bases que até agora lhe deram sustentação”.

Tal inserção na lógica do “capitalismo verde⁵³” é realizada não somente por capitalistas que enxergam unicamente o lucro no recente público consumidor, mas também por aqueles que desejam vincular maiores ganhos monetários a práticas agropecuárias consideradas, por eles mesmos, menos danosas.

⁵² Utilizam-se de insumos importados produzidos por corporações internacionais e aderiram às normas de certificadoras internacionais.

⁵³ O capitalismo verde seria a apropriação do alarde ambiental promulgado por pesquisadores e políticos ainda em meados do século XX para que a solução fosse a adaptação do modo de produção capitalista, mantendo a racionalidade econômica, porém com uma maquiada preocupação ambiental.

Há outros, porém, que entendem que a comercialização e certa adequação da produção ao mercado vigente é necessária, mas que isso não deveria ser visto como o ponto de chegada, somente o meio de sobrevivência enquanto a utopia de uma nova produção e sociedade não possa ser vivenciada. Nesse sentido, ao passo que muitos agricultores necessitam assegurar a posse da terra, milhares de famílias ingressam na luta pela aquisição de terra para viver.

Em meio a esse processo de lutas, a conscientização política é inevitável e a crítica extrapola a questão tecnológica-cultural da Revolução Verde, passando a questionamentos que indiretamente ou diretamente tratam da apropriação e concentração privada da terra, da água, dos recursos da floresta, do conhecimento etc.

No estado do Paraná, por exemplo, há um forte histórico de atuações no sentido da crítica mais profunda a tais bases sustentadoras do modo de produção capitalista, ainda que também seja um dos estados brasileiros que mais comercializa produtos sob rótulos de ecologicamente corretos inseridos na lógica do capitalismo verde.

Reconhecemos a importância de sujeitos sociais, que ao lutar por transformações na agricultura e na sociedade, a partir de 1980, se organizaram e certamente contribuíram para transformações significativas na geografia da paisagem, tornando-a certamente mais heterogênea em termos de espécies animais e vegetais.

Tal processo contou com o envolvimento de articulações sociais de abrangência nacional, como a CPT, mas também de outras com atuação regionalizada, como é o caso das organizações não governamentais: Fundação Rureco, Assessorar, CAPA e a AS-PTA. Na última década, destacaram-se ainda o IAF e a ONG do Instituto Equipe. Outros sujeitos que contribuíram com novos olhares e estratégias de luta e organização são: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT), o MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Além das redes Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) e a REDE ECOVIDA, esta última, criando recentemente uma cooperativa agroecológica.

São diversas as motivações que levaram os movimentos e agricultores a se interessarem por técnicas e práticas diferenciadas e em negação àquelas adotadas na “Revolução Verde”.

Poderíamos nos ater ao âmbito cultural, no sentido de uma “*cultura camponesa*” de dar prosseguimento aos aprendizados passados de pai para filho, continuando os tratos da terra e com os animais.

Porém, consideramos importante discutir os aspectos do âmbito econômico que podem ter sido decisivos no processo de aceitação, recusa e/ou adaptação da agricultura moderna, num primeiro momento. E de readaptação ou recusa às agriculturas chamadas “alternativa”, num segundo momento.

Se por um lado havia a promessa do aumento da receita e da produtividade por parte da agricultura moderna, por outro, era necessário alto investimento monetário para que os novos pacotes tecnológicos pudessem ser adquiridos⁵⁴. Assim, relatam-se casos em que os produtores não conseguiram empréstimos via banco ou cooperativas de crédito e foram segregados da chamada modernização da agricultura. Outros tantos podem ter tido recurso para investir, mas que não obtiveram o retorno financeiro esperado, e cujas dívidas previamente realizadas tiveram que ser renegociadas com as agências financiadoras, caso suas terras já não tivessem sido confiscadas pelas seguradoras.

MAYER (2006), analisando a situação dos agricultores da região metropolitana de Curitiba (Paraná), exemplifica este contexto:

Embora não tenha incorporado integralmente os padrões produtivos da “Revolução Verde”, a agricultura familiar da região, em sua grande maioria, adota manejos tradicionais que, no atual contexto, têm levado ao esgotamento da fertilidade natural dos solos e à degradação das fontes de água. Seus produtos são mal-remunerados e chegam aos mercados por meio de uma cadeia de intermediação que se apropria de parte significativa da renda gerada.

Diante desse panorama estrutural adverso, um número crescente de grupos e organizações da agricultura familiar se mobiliza para construir e disseminar alternativas técnicas, econômicas e sócio-organizativas para o enfrentamento das dificuldades. Assessorados pela Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa),

⁵⁴ Desde sementes melhoradas, passando por insumos e defensivos, até novas ferramentas e novos maquinários.

esses grupos vêm promovendo ações em diferentes campos que, juntas, contribuem para a promoção de níveis superiores de sustentabilidade nos agroecossistemas geridos pela agricultura familiar da região. (MEYER, 2006:15-16)

Desta forma e posto que a modernização da agricultura não era acessível a grande percentual dos agricultores, dar continuidade ou retomar a produção agrícola de menor escala e sem uso de insumos ou defensivos químicos passou a ser uma nova oportunidade de inserção no mercado. Aos poucos, uns por opção e outros por ser a única forma de continuar a produzir, passaram a apropriar-se do discurso dos “alimentos orgânicos”, o qual começava a se constituir um nicho de mercado cada vez mais promissor.

WALDMAN (1992: 28) utiliza-se do termo “microempresa ecológica” para questionar a validade do “ecologismo eletista”, que se aproveita do alarde da “crise ambiental” para desenvolver e vender produtos ecologicamente corretos.

Este nicho é sustentado pelas classes média e alta que, preocupados com a sua dieta alimentar, diferenciam produtos orgânicos dos demais, considerados não ecologicamente corretos, e cujo poder aquisitivo propicia-lhes arcar com o diferencial de preço representado por tais alimentos e derivados.

É, portanto, nesse sentido que a adoção de práticas alternativas de manejo por si só não significa existir um posicionamento de contraposição à lógica de produção industrial no campo, assim como pretende a agroecologia e será visto adiante no trabalho.

Deste modo, dentre a parcela de agricultores (proprietários, arrendatários ou meeiros) que deu continuidade ou retomou formas alternativas de manejo, destacamos aqueles camponeses que no dia a dia reafirmam a agricultura camponesa sob diferenciadas formas no lidar com a terra em seus respectivos agroecossistemas.

1.3.2 Campesinato e racionalidade ecológica

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida simplesmente. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. (MARQUES, 2002: 01)

A agricultura camponesa se organiza e se reinventa também com base na racionalidade ecológica. Esse era, inclusive, o alicerce de sua constituição até poucas décadas atrás, diferenciando-se das formas de manejo e organização que têm na racionalidade econômica seu eixo principal e que no campo têm na agricultura capitalista sua forma de manifestação.

Na agricultura camponesa a relação com o seu meio se dá de forma a pensar na sua reprodução, nas necessidades da família, altamente dependente dos recursos naturais locais.

Para eles próprios e, consciente ou inconscientemente, a toda humanidade, os camponeses realizam múltiplos serviços no espaço rural, contribuindo para a diversificação da paisagem, das espécies, da alimentação, bem como para a manutenção e recuperação das águas, dos solos e do ar. (LEROY, 2002)

Os camponeses dotados dos saberes familiares acumulados observam o espaço rural para que tais aprendizados possam ser cotidianamente incorporados à sua dinâmica, adaptando os sistemas agrícolas de modo a produzir espaços diversificados e articulados entre si.

Os sistemas agrícolas são produtos da atividade humana e os fatores determinantes da agricultura não se limitam às cercas das propriedades rurais. (ALTIERI, 2002:30)

Contudo, a intensificação das modificações socioeconômicas e territoriais tornou as famílias camponesas cada vez mais susceptíveis e dependentes das externalidades

de seus sistemas agrícola, diferentemente de seus antepassados os quais vivenciaram momentos em que a dependência e subordinação de seu trabalho ao capital atingiam-nos mais lentamente, haja vista as diferentes realidades demográficas e tecnológicas.

Sejam camponeses agrícolas, pastoris, pescueiros ou florestais, sejam proprietários, posseiros ou arrendatários de terra, suas lógicas de relações de produção e modo de vida diferenciam-se da lógica capitalista de produção; mesmo que todas as lógicas de produção estejam interligadas, dado que a existência de diversas formas de subordinação do trabalho ao capital é necessária à reprodução contínua e ampliada da lógica capitalista de produção. Assim, a existência da agricultura camponesa e dos processos que têm levado à sua reprodução, ao mesmo tempo em que produz contradições, é contraditória em si por ser estrutural do sistema.

A existência e recriação de formas de produção não capitalistas são parte do processo histórico e dialético do modo de produção capitalista. Porém isto não significa que tais relações não capitalistas sejam aceitas e reconhecidas como legítimas. São evidentes e numerosos os exemplos de expropriação e exploração aos quais essas populações têm sido submetidas, e cuja principal característica de tais processos e ocorrências é a violência a qualquer tipo de resistência e luta. São também diferentes formas de violência que juntas acabam por impossibilitar a reprodução de modos de vida pautados por outras racionalidades.

É no reconhecimento da importância social das populações que lutam pela vida na área rural, que movimentos como a Via Campesina⁵⁵ reúnem sob a denominação de “campeinato” tão variadas formas de viver e produzir.

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cesão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já resultantes dos assentamentos de

⁵⁵ A Via Campesina promove a luta internacional a favor da agricultura camponesa, em oposição à agricultura capitalista. Em 1995 o MST passou a integrar este movimento.

reforma agrária. (Via Campesina do Brasil⁵⁶ (2004), apud GUTERRES, 2006: 70).

Ou seja, trata-se da constituição de um conceito para o reconhecimento e fortalecimento das populações rurais em respeito a sua singularidade, que justamente se opõe a qualquer forma de síntese, e se enriquece ao serem preservadas as denominações que cada indivíduo tem por si. Portanto, o conceito de camponês não deve ser confundido como um conceito-síntese normalmente utilizado nas políticas pública no intuito de simplificar e igualar características e demandas, como fazem os conceitos de “pequeno produtor rural” ou “agricultor familiar”, este último em uso atualmente.

No esforço de compreender quem seriam os sujeitos do conceito “Camponês”, tentamos reunir na bibliografia consultada e nas experiências de campo quais seriam os principais aspectos desta categoria:

- “A ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade.” (MARQUES, 2002 em referência à WOORTMANN, 1990⁵⁷)
- Preocupação com o auto-consumo e segurança alimentar da família segundo suas necessidades e desejos, prevalece o valor de uso sobre o valor de troca;
- A fim de prover segurança alimentar à família, promove a diversificação da produção através do uso diferenciado das terras, aproveitando suas especificidades físico-biológicas, em atenção ao relevo, solo, disponibilidade hídrica e florestal, entre outros. A construção de mosaicos produtivos tende a respeitar e beneficiar-se das características e potencialidades dos agroecossistemas locais. Assim, promove-se e incrementa-se a biodiversidade, também diversidade genética, contribuindo para maior estabilidade energética, visto que permite a redução da ação de pragas e doenças;
- Organização do espaço rural também tendo como premissa a importância de promover a interação das atividades produtivas, num modelo em que o resíduo ou produto é insumo para outra atividade, refletindo na redução contínua de dependência de insumos externos e dos riscos;
- O estabelecimento de relações de vizinhança e reciprocidade entre famílias produtoras que passam a trocar seus recursos produtos, de origem animal ou vegetal, o que inclui também maquinários e a própria força de trabalho. Ainda

⁵⁶ Via Campesina do Brasil. Estratégias para o desenvolvimento do campesinato no Brasil. (texto para debate). Brasília, mimeo, 37 páginas.

⁵⁷ WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral, in Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

que não mensurados monetariamente, tal dinâmica impacta positivamente a contabilidade da produção familiar;

- Compreensão de co-evolução homem/natureza, quando a organização do espaço rural compreende o uso potencial e de longo prazo das espécies e dos recursos, inclusive aquelas desconhecidas, e não visa promover exclusivamente o manejo daquilo que possa resultar em ganho econômico imediato.
- O contato direto e intenso com o agroecossistema limita que sua produção ocorra normalmente em pequena e média escala o que viabiliza a compreensão das relações sistêmicas naquela localidade. Por outro lado, os limites da propriedade nem sempre coincidem com a área de usufruto dos recursos naturais, compartilhando espaços de coleta, extração, pesca, plantio e criação animal, detendo a mesma importância.
- Ainda quando subordinados aos complexos agroindustriais, por exemplo, os camponeses detêm autonomia para tomadas de decisões, orientadas também pela racionalidade ecológica, o que os leva a compreender seu agroecossistema como locus de reprodução da vida e repleta de significados e cosmologia.
- Sob a racionalidade ecológica, os camponeses apresentam formas diferenciadas de sociabilidades, bem como das relações homem/natureza;

Esses modelos e visões de mundo se colocam, muitas vezes, como instrumentos de resistência ante o avanço das práticas e dos modelos capitalistas. Auto-suficiência, autonomia, valor de uso, pequena escala, pouca disponibilidade de capital, redução de risco, conhecimento integrado/não fragmentado, trabalho e gestão familiar e potencialização dos recursos internos/locais são características, valores e estratégias camponesas que se manifestam diferenciadamente nos países de composição e miscigenação étnica diversas das puramente européias-ocidentais (TOLEDO, 1996).

Esses conhecimentos e modelos são desconectados, em geral, da lógica moderna capitalista e construídos em processos históricos, às vezes bastante longos, frutos da co-evolução do sistema social com o sistema natural (NOORGARD; SIKOR, 2002). [...]

São outros sistemas cognitivos, outras matrizes de racionalidade (PORTO GONÇALVES, 2001)

Usar a definição da Via Campesina de campesinato significa dizer que se reconhece como agentes potenciais de transformação, passíveis de agregar força à classe proletária, não somente o proletariado do campo e da cidade, mas todos citados como camponeses pela Via. Trata-se de uma questão de força política para a transformação e não de identificar em cada situação quem é ou não capitalista, pequeno burguês ou proletário, por sua condição econômica objetiva. Pois ainda

que sejam proprietários de meios de produção, sua concepção de mundo não é burguesa.

1.3.3 Inserções da agroecologia na Academia, nas políticas públicas e no meio rural

Reflexões sobre os elementos que compõem a caracterização da racionalidade camponesa, diretamente associada à agroecologia, podem ser identificados hoje tanto na bibliografia da área de ciências humanas, quanto na área das ciências biológicas. Até 1980, no entanto, os referenciais sobre modo de vida e a abordagem da produção e organização espacial no meio rural não eram comuns às ciências biológicas.

Desde então os estudos voltados à ecologia agrícola, geralmente conduzidos pela Agronomia ou Ecologia, têm ao menos reconhecido a importância dos aspectos socioeconômicos, aproximando-se de conteúdos antes restritos às ciências humanas, sejam eles internos ou externos aos agroecossistemas estudados. Por vezes, parte destes estudos tem feito referência à terminologia “agroecologia”.

O histórico da agroecologia na academia remete à década de 1920, quando a ecologia agrícola foi a responsável por estreitar os laços entre as áreas de Agronomia e Ecologia. Através da Teoria de Sistemas, buscou-se prioritariamente a publicação de pesquisas com perspectiva à estabilização ecossistêmica, focada exclusivamente nos processos ecológicos. Até o início da segunda guerra mundial, a qualidade e produtividade agrícola a longo prazo pautavam os estudos, tanto que em 1930 chegou a ser utilizado pela primeira vez a terminologia “agroecologia”.

Contudo, em 1934 o início da Segunda Guerra Mundial marcou o fortalecimento da agronomia e seus estudos experimentais voltados à produtividade no curto prazo, num processo de negação e desestruturação das pesquisas voltadas à ecologia agrícola.

Somente a partir de 1970, a ecologia agrícola voltou a ganhar importância no meio científico em meio às discussões sobre ecossistemas e segurança alimentar. Até este momento, o agroecossistema manteve-se como unidade fundamental de

análise, estando os outros fatores sociais e econômicos subordinados, em última instância, à elaboração e ao detalhamento ecológico de sistemas produtivos sustentáveis.

IAMAMOTO (2005:49) faz referência a diversos pesquisadores que, ainda na década de 1970, estudaram e sistematizaram de forma pioneira os sistemas camponeses no México, Espanha e Estados Unidos⁵⁸, justamente por influência do movimento de contestação aos processos de modernização da agricultura.

Os estudos dos sistemas camponeses são considerados de grande importância para dali adiante os aspectos socioeconômicos passarem a compor as pesquisas da agroecologia.

Neste sentido ALTIERI (2002:44) e IAMAMOTO (2005:45) fazem menção a uma dezena de autores cujos trabalhos publicados na década de 1980 sobre agroecologia receberam ênfase das relações de produção.⁵⁹

É também a partir de 1970-80 que a agroecologia passa a receber definições teórico-metodológicas. A publicação em 1983 da primeira edição do livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”, de Miguel Altieri, repercutiu positivamente para a divulgação da agroecologia nas Américas.⁶⁰

Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não-sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido.” (ALTIERI, 2004: 16)

Em comum, consideram fundamentais que tanto os estudos quanto as práticas agrícolas tenham um trato qualitativo focado nas especificidades ecológicas,

⁵⁸ Os pesquisadores mencionados por IAMAMOTO (2005) são: Angel Palerm, Efraín Hernandez Xolocotzi, idéias desenvolvidas por Victo M. Toledo (mexicanos), e GLIESSMAN (americano), Joan Martinez Alier e José Manuel Naredo (espanhois).

⁵⁹ ALTIERI (2002:44) faz referência aos pesquisadores Richards (1985), Bremen e de Wit (1983), Watts (1983), Posey (1984), Denevan et. al. (1984), Brokenshaw et al. (1979) e Conklin (1956). Outros trabalhos com abordagem da agricultura e desenvolvimento regional: Altieri e Anderson (1986), Brush (1977), Richards (1984 e 1986), Kurin (1983), Bartlett (1984), Hecht (1985) e Blaikie (1984).

⁶⁰ A edição em português foi publicada em 1989.

econômicas e culturais de cada propriedade, utilizando-se escala de análise apropriada.

A idéia básica é a de que a agroecologia não pode ser implementada a partir de pacotes tecnológicos, requerendo, ao contrário, um tratamento qualitativo específico no contexto de cada propriedade (com base, por certo, em alguns princípios gerais). Esse tratamento, em seu sentido mais profundo, só pode ser realizado em escala apropriada, descentralizada, e mediante a gestão da terra e dos recursos dirigida por indivíduos para quem a propriedade não seja apenas uma fonte objetiva de lucros, mas, sim uma fonte de vida e de conhecimentos. (...) A agroecologia, ao envolver um certo caráter artesanal, associa-se bem melhor à escala da gestão familiar. (BRACAGIOLI, 2003: 46)

Nos enfoques recentes, a agroecologia é compreendida pela interação das ciências biológicas e humanas com os conhecimentos tradicionais camponeses. O desafio comum a todos eles, segundo PERTESEN (2002), é superar os obstáculos epistemológicos existentes entre agricultores, pesquisadores, militantes – e interno a cada um deles – ao promover o “encontro do mundo dos agricultores-experimentadores (forma de conhecimento não linear, intuitiva e integradora) e dos pesquisadores acadêmicos (forma de conhecimento linear, racional e analítico)”. (PERTESEN: 2007).

Para além das diferenças quanto ao conteúdo, a centralidade da questão talvez seja justamente a maneira pela qual o campesinato organiza e compartilha suas experiências e seus aprendizados. Ou seja, qualquer interação requer pluralidade epistemológica. “Trata-se, na verdade, de um sistema de organização econômica cuja apreensão analítica demanda a formulação de uma estrutura conceitual e metodológica ajustada e inteiramente nova.” (ALMEIDA, 2005:05)

Estudiosos como CAPORAL, COSTABEBER (2000) e GLIESMMAN (2000) enfatizam a importância da constituição da agroecologia como categoria científica voltada à dinamização da agricultura familiar, de forma semelhante como as políticas públicas enxergam o pequeno agricultor como empreendedor do desenvolvimento rural sustentável, conforme demanda recente do capitalismo.

Numa outra vertente, ALTIERI (2002), GUZMAN (2005), GERMER (2006) e GUTERRES (2006), por exemplo, não fazem referências à agroecologia como categoria científica, mas destacam a necessidade de situar o agroecossistema, seus

problemas, suas origens e demandas, em contextos mais amplos e historicamente construídos, tal como a sociedade no estágio atual de desenvolvimento capitalista. Estabelecem diálogos com a antropologia, sociologia rural, e economia e buscam compreender relações complexas de interação entre o que ALTIERI (2002) denomina “sistemas ecológicos” e “sistemas sociais”.

A agroecologia pode ser melhor descrita como uma abordagem que integra concepções e métodos de diversas outras áreas do conhecimento e não como uma disciplina específica. (...) Cada uma destas áreas apresenta diferentes objetivos e metodologias, ainda que tomadas em conjunto, todas têm influência legítima e importante no pensamento agroecológico. (ALTIERI, 2002:31)

Neste sentido, GUZMAN (2005) e ALTIERI (2002), GERMER (2006) e GUTERRES (2006) diferenciam-se de CAPORAL;COSTABEBER (2000) e GLIESSMAN (2000) ao identificar, por exemplo, as relações sociais e o sistema de produção como peças-chaves, e não apenas complementares, para a compreensão e intervenção nos sistemas agrários.

À medida que reconhecemos a influência de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos sobre a agricultura, devemos também mudar nosso enfoque, da sustentabilidade dos agroecossistemas para a sustentabilidade de nossos sistemas alimentares. (GLIESSMAN, 2000:600)

Na mesma perspectiva, ALTIERI (2002) propõe o uso da expressão “sistema agroalimentar”, na medida em que amplia a análise para a “produção agrícola, distribuição de recursos, processamento e comercialização de produtos numa região e/ou num país.” (ALTIERI, 2002:85)

ALTIERI (2002) parte da teoria geral dos sistemas para estabelecer as relações existentes de um sistema agrícola, organizado na relação entre sistemas internos e externos, sociais e ambientais. Faz a proposição de uma série de parâmetros e enquadramentos para a sistematização de análises socioeconômicas que se pretende realizar. Estabelece parâmetros qualitativos que possibilitem analisar os diversos agroecossistemas. Realiza, por exemplo, estudos comparativos, que ressaltem os possíveis contrastes em função do tamanho da propriedade, da disponibilidade de capital e do tipo do sistema de produção agrícola. Contudo, ele próprio reconhece que: “Existem, no entanto, poucos instrumentos ou indicadores adequados para avaliar a viabilidade, adaptabilidade e durabilidade dos programas agroecológicos.” (ALTIERI, 2004:50)

GUZMÁN; MOLINA (2005) por sua vez, identifica a agroecologia como uma orientação teórica que incide sobre diversos campos do conhecimento. Suas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento rural retomam a questão agrária russa do século XIX, trazendo o debate entre os marxistas ortodoxos e populistas, ou Narodniki, sobre o papel do campesinato em meio ao desenvolvimento capitalista na Rússia e seu avanço sobre o campo.

Assim como GUZMAN (2005), GERMER (2006) na perspectiva de análise marxista propõe a reflexão quanto ao rumo tecnológico da agricultura frente à viabilização dos assentamentos de reforma agrária, inseridos no contexto de luta de classes. Deixa claro a necessidade de organizar a luta para a redistribuição de toda a estrutura produtiva, e não somente da terra.

Por fim, Enio GUTERRES traz uma perspectiva utópica da agroecologia e considera que “essa utopia permite a produção de tensões necessárias ao enfrentamento da dependência.” (GUTERRES: 2006,133). Destaca que a agroecologia, tendo como base o resgate dos saberes tradicionais, requer a retomada da consciência de classe no sentido de positivar a concepção de campesinato.

Agroecologia é uma forma de entender a atuar para campenisar a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e velhos), de classe (não exploração do capital ao trabalho), de espécie (não exploração dos recursos naturais), de gênero (não exploração do homem à mulher), de identidade (não exploração entre etnicidades). (GUTERRES, 2006:90)

Os autores acima destacados foram priorizados na bibliografia deste trabalho por serem sensibilizados pelos impactos ambientais que assolam todo o mundo, mas por terem claro que a problemática principal não reside numa crise do modelo tecnológico, mas sim por enxergarem que por detrás estão “as relações sociais e forças econômicas que direcionam e legitimam o modo de produção em questão”. (IAMAMOTO, 2005:49) Questões como ‘reforma agrária’ e ‘segurança e soberania alimentar’ constam das bibliografias dos autores priorizados.

Se o campesinato que temos feito referência não ficou imune às transformações socioterritoriais e ambientais promovidas pelo avanço do capitalismo no campo, é comum a existência de famílias produtoras que há décadas vêm realizando o manejo convencional de seu agroecossistema.

Não podemos esquecer que a terra está contaminada e depende de insumos químicos. Ao redor continuam as práticas da monocultura e do uso intensivo de venenos. O pequeno agricultor não é uma ilha. As práticas dos vizinhos afetam as suas. E muitos conhecimentos básicos de uma agricultura diversificada, ecológica e sem venenos foram esquecidos. E entre um prejuízo insuportável para o pequeno agricultor e o uso de alguma técnica ou insumo da “revolução verde”, ele não tem alternativas a não ser continuar usando. (GUTERRES, 2006:18)

Assim, dada a intenção de realizar a transição do manejo convencional para o agroecológico, este processo tem que ser realizado de acordo com cada realidade local, em consideração ao processo histórico sociocultural, o que inclui a relação homem/natureza – valores, símbolos, organização social, produtiva e territorial.

É preciso ir reforçando a partir de práticas concretas os elementos que diminuem a dependência e aumentam a autonomia do camponês na construção de um novo jeito de produzir na terra. (GUTERRES, 2006: 18)

Contudo, a autonomia camponesa não deve ser compreendida somente em relação à dependência dos insumos externos e às políticas extensionistas de imposição e novos conhecimentos e técnicas. Há comunidades que realizam a pesca, agricultura e o extrativismo que não tiveram acesso ou interesse em promover a modernização de seus processos produtivos.

Experiências vêm demonstrando a importância do diálogo e da troca de aprendizados entorno de princípios agroecológicos a fim de inovar práticas tradicionais para suprir parte das demandas e necessidades atuais destas comunidades. A experiência relatada por MARCIEL et al (2006) na região de Cametá, estado do Pará, a qual tem no extrativismo do açaí sua principal atividade, é um exemplo dos manejos que não foram objeto direto da modernização da agricultura. No entanto, dado o contexto socioeconômico sentem indiretamente os efeitos pela redução da qualidade das águas, disponibilidade de animais marinhos, e por dificuldades de acesso ao mercado consumidor o qual traz exigências técnicas, sanitárias e organizativas cada vez maiores.

Na perspectiva da transição para a agroecologia, ONGs com atuação em todo o território nacional têm promovido formação e extensão rural a partir de metodologias de “investigação-ação participante” ou “agricultor-experimentador”, em que “A

ciência entra como um processo de retroalimentação entre teoria e prática” (PETERSEN et al, 2002:18)

No estado do Paraná é marcante a atuação AS-PTA cuja metodologia de investigação-ação participante parte da “revalorização dos conhecimentos tradicionais a respeito do manejo agrícola” (PETERSEN et al, 2002:18) para problematizar os agroecossistemas camponês, para então via “amplo processo de experimentação e intercâmbio de inovações técnicas e sociais” desenvolverem e implementarem juntos as novas proposições.

Ademais, no Rio Grande do Sul (RS) ainda no início da década de 1980, as mobilizações civis no sentido de reduzir as queimadas, os desmatamentos e o uso de defensivos agrícolas, foram aos poucos sendo introduzidas nas políticas públicas do estado, principalmente no que diz respeito a reestruturar a então vigente política de extensão rural via a Empresa de Assistência Técnica Rural do Rio Grande do Sul (EMATER)⁶¹, a qual havia sido implementada junto com as políticas de modernização da agricultura.

Aos poucos, a realização de atividades de capacitação, relacionamento mais próximo do produtor e uso de novas metodologias de trabalho fez com que a extensão rural no estado do Rio Grande do Sul (RS) recebesse nova adjetivação, a “agroecológica”. Segundo CAPORAL; COSTABEBER (2004a), a Extensão Rural Agroecológica apresenta metodologias de “investigação-ação participante”:

[...] que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a:34)

Décadas depois, em 2004, a EMATER passou a contar com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), resultante de um longo processo de articulação com os movimentos sociais e sociedade civil organizada.

⁶¹ A criação da EMATER-RS data de 1955.

Dentre seus princípios está o rompimento com o modelo extensionista baseado na difusão do conhecimento e nos pacotes da Revolução Verde e a adoção da agroecologia como paradigma tecnológico. Segundo o documento [PNATER], as atividades de assistência técnica e extensão rural devem partir da análise dos diferentes agroecossistemas, da diversidade cultural e condições socioeconômicas, devendo desempenhar o papel de facilitadores através de metodologias participativas.” (BORGES, 2007:127-128)

Ainda que notadamente as proposições da EMATER-RS se destaquem, inclusive frente às demais unidades da EMATER dispersadas pelo território nacional, trata-se de um organismo público que vem representar os interesses do Estado.

O mesmo ocorre com a criação em 2003 da linha de crédito exclusivo à agroecologia, denominado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Agroecologia, o qual compreende a “Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento”. (MDA, 2010). Outros tipos de crédito semelhante são: Pronaf Eco, para investimentos em tecnolovias para reduzir o impacto ambiental das atividades rurais, e o Pronaf Floresta voltado aos sistemas agroflorestais e preservação de áreas de proteção.

BORGES (2007) coloca que as exigências para a obtenção de crédito, especificamente quanto à linha PRONAF Agroecologia, destoam das realidades locais.

Apesar dessa inovação, as exigências governamentais obrigavam os agricultores a apresentar um planejamento de transição a curto prazo, o que não é compatível com os elementos de conversão agroecológica. Isso dificultou o acesso ao crédito por grande parte dos produtores, os quais não conseguiam atender as condições de financiamento. Diante desse quadro, essa modalidade de PRONAF apresenta-se inadequada à produção agroecológica no país, cujas práticas estão, em sua maioria, em processo de avaliação e aperfeiçoamento. (BORGES, 2007:128-129)

Neste sentido, tanto a abordagem da EMATER-RS, quanto o PRONAF Agroecologia, quanto de pesquisadores como Jalcione Almeida, enxergam a agroecologia como referenciais teóricos neutros, a serem incorporados nas políticas de desenvolvimento rural sustentável, compatíveis e parte do modo de produção capitalista. Este também é o posicionamento dos eventos acadêmicos estaduais ou

nacionais, como os congressos e seminários de Agroecologia, apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal.

ALMEIDA (2002) faz críticas à vinculação da agroecologia com “campo político-ideológico” através de “ideário político partidário ou com grupos políticos específicos”. Segundo o mesmo, o posicionamento político-ideológico acaba por fragilizar a mobilização em torno da agroecologia e sua constituição como um “movimento agroecológico”. Coloca que a presença desta diversidade nos principais eventos relacionados à agroecologia expõe “[...] diferenças que dizem respeito à metodologia, aos beneficiários prioritários e aos espaços a serem abertos e consolidados pela ação agroecológica.” (ALMEIDA, 2002:05)

Porém, a diversidade existente é de fato reflexo de posicionamentos político-ideológico distintos. Tanto a Jornada Paranaense de Agroecologia quanto o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) reúnem desde pesquisadores e funcionários públicos, ONGs e movimentos sociais engajados na militância política por transformações sociais, estruturais ou não.

Ao longo deste Capítulo 1 buscamos apresentar como a problemática ambiental e seus desdobramentos se relacionam com as perspectivas ideológicas das classes dominantes do modo de produção capitalista. Assim, as mobilizações e proposições para o meio rural podem ou não prever a ruptura da estrutura produtiva. Ao tratarmos da Agroecologia, destacamos sua relação estreita com outras formas de racionalidades, não econômica, que só podem existir em meio ao campesinato e a sua realização plena, segundo seus princípios, somente seria viável sob outro modo de produção.

Estas também são reflexões que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra têm se colocado. Na utopia de uma nova sociedade, cada vez mais o Movimento compreende a agroecologia incorporada ao seu projeto político de enfrentamento das contradições e dificuldades colocadas pelos padrões culturais e sistema de produção vigente. O Capítulo a seguir inicia-se com uma apresentação sobre quem é o Movimento, quais seus objetivos e estratégias de luta, e logo busca aprofundar o diálogo sobre a produção no campo e em seus assentamentos. Neste sentido, traz questões que ora se reduzem e ora sobressaem ao aspecto técnico-produtivo no

MST, as transformações ao longo de sua história e como aos poucos a agroecologia vai sendo incorporada no recente contexto que lhe exige renovar as formas de resistência e inovar em suas proposições.

2. A construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Ao final do período de Ditadura Militar no Brasil, foram diversos os fatores do lento, porém intenso, processo que propiciou o nascimento oficial do MST.

Em 1984, a reunião de 80 lideranças dos movimentos de agricultores e agricultoras de 13 estados no Primeiro Encontro Nacional de Sem Terras resultou na fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a fim de lutar por três grandes objetivos. Primeiramente, a luta pela terra, para plantar. Depois, a reivindicação pela realização da Reforma Agrária no Brasil, e o terceiro objetivo é a transformação da sociedade brasileira em uma sociedade mais justa. (STÉDILE; SÉRGIO, 1993: 45).

As implicações negativas do processo de modernização capitalista no campo, por si só, justificariam a volta da questão agrária ao debate nacional. Todavia, quem de fato o fez foram os sem-terra, que reivindicam o acesso à terra e lutam por direitos sociais. (FILHO, 2008)

Para os sem terras, nessa nova sociedade não caberia pobreza ou desigualdade social. Assim, para além de modificar a estrutura fundiária e a forma como a terra vem sendo utilizada, seria preciso num primeiro momento “democratizar o capital”, de modo que a reestruturação do sistema permitisse reduzir e eliminar a concentração dos meios de produção, dos recursos e dos conglomerados agrícolas, por exemplo.

Além destes três objetivos, há outras pautas de reivindicações que têm sido formuladas nos eventos nacionais, como os Congressos e Encontros Nacionais do MST. As pautas específicas a certas regiões e estados têm sido discutidas nos respectivos encontros regionais e estaduais, bem como o enfrentamento e a resistência direta com os governos e seus órgãos setoriais, da mesma forma que o embate junto aos latifundiários e capitalistas.

Contudo, os eventos organizados pelo MST não têm como objetivo somente a ratificação das análises, propostas e dos encaminhamentos construídos em todas as instâncias, respeitando a hierarquia, desde a base até a direção. Dado o ambiente propício para a reunião de Sem Terras de diferentes realidades socioeconômicas e territoriais, dos diversos biomas brasileiros, os eventos se tornam um momento único

para a reflexão sobre as estratégias de luta, possibilitando a troca de experiências, contribuindo para a formação política e, naturalmente, propiciando a confraternização entre todos os presentes.

[...] O MST se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem terra, que tem caráter, ao mesmo tempo, sindical (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), popular (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e político (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais). (STÉDILE: SÉRGIO, 1993)

A descrição “popular” do movimento faz referência, também, à inclusão na luta de todos os membros das famílias, inclusive aqueles que antes não estavam acostumados a participar da vida política, pública, tais como a mulher, os jovens e as crianças. Ademais, como veremos mais adiante, o MST notou a necessidade de se abrir a todos que ideologicamente lutam pela reforma agrária, como os chamados “amigos do MST”.

O aspecto sindical apresenta caráter corporativo, pois interessa à classe dos camponeses⁶², os quais lutam pela permanência ou retorno à terra como meio de produção. Isso é o que os motiva, ao menos num primeiro instante, a fazer ocupações, permanecer acampados, fazer marchas, ocupar prédios e praças públicas.

Ao passo que são assentados, o MST segue com seus objetivos para que os camponeses continuem organizados para produzir alimento, ter moradia, ter instrumentos de trabalho e, enfim, tenham condições de prosseguir na militância do Movimento. Para além de sua reprodução, ao permanecer junto com o MST, o camponês está junto na luta pelos outros dois amplos objetivos do Movimento, lembrando: a reforma agrária e a construção de uma sociedade mais justa.

Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político. (STÉDILE; FERNANDES, 1999: 35)

⁶² O MST compreende que os camponeses são uma categoria social da classe dos trabalhadores, os quais podem ser do campo ou da cidade.

Quando o MST aponta para o aspecto político, torna-se mais evidente o embate da luta de classes. O conceito de camponês aqui utilizado vem a reforçar o embate político da classe camponesa⁶³ em oposição à classe dos latifundiários e seus representantes, que compõem grande parcela dos três poderes do Estado, Legislativo, Judiciário e Executivo. Portanto, é uma luta também contra o Estado burguês, o direito inalienável da propriedade e a desvalorização da vida frente ao capital e à propriedade.

Em 1985⁶⁴, somente um ano após a criação oficial do MST, houve o I Congresso Nacional do Movimento. Da palavra de ordem utilizada pela CPT “Terra para quem nela trabalha”, passaram a utilizar “Sem Reforma Agrária não há democracia”, demonstrando, desde o início e no momento de “redemocratização” do país, a necessidade de realização da reforma agrária.

Dentre tantas estratégias para se alcançar os três grandes objetivos do Movimento, a principal marca histórica do MST é a ocupação daquelas terras que não fazem jus ao seu uso social. A prioridade tem sido dar preferência a terras que já estejam em litígio, em vias de desapropriação, ou com alguma ação criminal, tendo em vista que, teoricamente, o processo de desapropriação venha a ser mais rápido.

No entanto, a medida provisória MP 2.027-38, aprovada no Governo Fernando Henrique Cardoso, em maio de 2000, passou a proibir a vistoria e a desapropriação de terras ocupadas por um período de dois anos. Durante o Governo Lula, esta MP foi substituída, em agosto de 2001, pela MP 2.183-56, a qual ampliou as restrições também para os imóveis públicos⁶⁵ e, deste modo, qualquer pessoa que se envolvesse direta ou indiretamente com a ocupação de imóveis rurais ou prédios públicos poderia estar sujeita a ser excluída do Programa de Reforma Agrária.

⁶³ Na primeira década de existência do Movimento, e ainda hoje, a denominação de classe camponesa muitas vezes aparece como classe dos trabalhadores ou operária. Mais adiante buscaremos expor os embates que por detrás destes conceitos.

⁶⁴ Neste ano, os latifundiários criaram a União Democrática Ruralista (UDR) por sentirem ameaçada a “propriedade da terra” em função de considerarem que “uma ala política de esquerda radical queria acabar com esse direito com objetivo explícito de se implantar um sistema comunista no Brasil” (UDR, 2010).

⁶⁵ Além de terras, o MST tem como estratégia a ocupação de prédios e praças públicas e realização de greve de fome e jejuns públicos.

As medidas provisórias dos últimos presidentes⁶⁶ são apenas ilustrativas de ações que visam conter a mobilização da classe camponesa, e que têm forte indicativo de que a criminalização dos movimentos sociais não acabou com o fim do período de Ditadura Militar no Brasil⁶⁷.

A ocupação de terra é promovida normalmente dentro de um contexto em que não tenha havido negociação ou disposição das autoridades competentes para realizar o assentamento de sem terras. Seu objetivo é conseguir negociar. Por isso, pressiona autoridades e seus representantes, e faz tornar pública a problemática agrária no Brasil.

A construção e permanência de acampamentos em latifúndios é outra estratégia. No entanto, mais do que em qualquer outro lugar, são nessas “cidades de barracos” que são fortalecidos os laços de solidariedade e cooperação. Na identidade comum de “Sem Terra”, o vínculo afetivo vai sendo construído na proximidade espacial entre os barracos e nas atividades coletivas, como cozinha e horta comunitárias.

Outro elemento fundamental, que também contribui para o fortalecimento dos laços do grupo, é a presença da mística. De acordo com SILVA (2004b: 82),

[...] no que tange ao MST, a mística se constitui na seiva da vida no acampamento... ‘é a força vital e misteriosa’ que leva homens e mulheres a acreditarem em seus sonhos, a terem esperança e acreditarem na vitória. É uma paixão que anima a militância daqueles que se entregam à causa popular. Torna-se decisiva na hora do desânimo, da derrota, da decepção, da crise.

A mística, com uso da bandeira, mas canções e do hino do MST, fortalece a moral dos acampados, dando-lhes mais disposição para enfrentar as dificuldades encontradas pelas famílias no cotidiano dos acampamentos e visualizar na força da cooperação sua superação. E as dificuldades são muitas: desde a falta de

⁶⁶ Fernando Henrique Cardoso e Luis Inacio Lula da Silva, sendo que este último sancionou uma lei, a Lei Nº 11.763 de 1º de agosto de 2008, a MP 422, que estabelece os parâmetros para a regularização de terras públicas, em especial àquelas de até 1,5 mil hectares apropriadas ilegalmente por grileiros. (OLIVEIRA, 2008b)

⁶⁷ Juntos Estado, latifundiários e capitalistas se utilizam de diversas formas de repressão dos movimentos que lutam pela posse da terra, dos recursos naturais, pela terra de trabalho, e contra a terra de negócio. VILLALOBOS (2000), ao tratar do MST no estado do Paraná, define as ações governamentais como “Repressão Policial Direta em Escala Local, Estadual e Nacional”, “Aliança com fazendeiros na repressão local”; “Ação Sistemática dos Serviços de Informação Estadual” e “Prisão de militantes sob acusação de formação de quadrilha entre outros”. A Comissão Pastoral da Terra utiliza dois indicadores quando se refere ao estado: a quantidade de famílias despejadas e as prisões efetivadas.

alimentos, acesso à água de qualidade e o enfrentamento de frio e calor extremos, até o embate direto com a polícia do Estado ou de particulares.

Contraditoriamente à atmosfera de apreensão provocada pela violência e criminalização dos movimentos sociais, o espaço do acampamento se torna um momento estratégico para fortalecer valores de coletividade e, nesse sentido, pode representar outras conquistas para o MST e aos acampados. Por meio de atividades de formação e conscientização, o Movimento mobiliza os acampados para que possam lutar juntos pela reforma agrária e transformações sociais, extravasando o sonho de “terra para plantar”. A perspectiva é exista cada vez mais sem-terras compreendidos pela organização do MST como militantes e lideranças da luta ampla e coletiva.

Neste sentido, os acampamentos caracterizam-se pela presença de elementos que estruturam os papéis sociais dentro do Movimento, a organização espacial como resultado do acúmulo de experiência na luta pela terra, e a promoção da cooperação como valor e estratégia de sobrevivência. A descrição de SILVA (2004b), abaixo, dos acampamentos no MST faz referência a cada um desses elementos.

A construção dos barraquinhos obedece às regras da coordenação e da liderança. O espaço físico vai, paulatinamente, transformando-se em espaço social. As marcas sociais vão delimitando os espaços privados e públicos como ruas, cozinha e lavanderias comunitárias, construção de banheiros, poços, enfim, a infra-estrutura necessária ao funcionamento da vida coletiva.

Em seguida, há a divisão do trabalho por meio da formação de equipes, responsáveis pela higiene, limpeza, cozinha, educação, saúde, fornecimento de alimentos, segurança e contatos externos com outros agentes mediadores do movimento social – sindicatos, sociedade civil, governos estadual e federal, além do Ministério Público e dos juízes. Doravante, as famílias ali presentes participarão de reuniões constantes e de assembléias, momentos em que as informações sobre o andamento das negociações com os agentes externos serão discutidas, assim como as estratégias a serem produzidas para agilizar o processo de assentamento. Segundo os vários depoimentos colhidos, tudo é muito organizado e controlado. A entrada e a saída de pessoas são controladas pelas equipes responsáveis. Exigem-se pelo menos que alguns membros da família permaneçam no acampamento. Em virtude da necessidade de alimentos, muitos trabalham fora, enquanto outros fazem campanhas nas cidades vizinhas e também solicitações às prefeituras e aos governos estadual e federal.⁶⁸ (SILVA, 2004b: 82)

⁶⁸ Em “A luta pela terra – experiência e memória”, SILVA (2004) consegue levar àqueles leitores que nunca estiveram num acampamento aspectos subjetivos e objetivos dessa forma de luta.

Dentre tantas formas de luta, foram as caminhadas e marchas promovidas regionalmente ou de abrangência nacional que mais conseguiram alcançar o apoio e a atenção da população. Em 1997 e 2005 ocorreram as marchas nacionais, as quais conseguiram envolver diversos setores da classe trabalhadora, intelectuais, políticos e estudantes.

Por fim, a partir do IV Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília em 2000, uma nova forma de luta ganhou força entre os movimentos sociais ligados à Via Campesina. É a ocupação de prédios e das terras de multinacionais instaladas no Brasil justificada pelo embate contra o “capital”; isto, pois, se nem mesmo para atender a necessidades conjunturais do modo de produção capitalista o Estado promoveu a Reforma Agrária, então o embate deve ser “a luta contra quem está por trás da propriedade da terra, ou seja, o capital” (PORTO GONÇALVES, 2004)⁶⁹. Ao lado do questionamento sobre a concentração fundiária no Brasil, o Movimento passa a dar centralidade à forma de produção no campo.

A nova questão agrária é caracterizada pelo forte agravamento dos velhos efeitos do avanço do capital em detrimento dos trabalhadores e camponeses. As análises das principais cadeias produtivas existentes no país - soja, eucalipto e cana-de-açúcar - comprovam o fato. (FILHO, 2008)

O intuito das ações é denunciar os prejuízos sociais e ambientais que tais multinacionais promovem no país, e deste modo buscar fazer que os meios de comunicação de massa acabem indiretamente divulgando situações de exploração de força de trabalho, grilagem de terra⁷⁰, entre outras, frequentes no processo de acumulação de capital destas empresas.

⁶⁹ Países como Itália, Finlândia e os Países Baixos fizeram a Reforma Agrária, de modo a responder às pressões sociais e pelo contexto e conjuntura provocada pela concentração de terra e de capital, inerentes ao modo de produção capitalista. Contudo, no Brasil o formato da desapropriação a descontento dos proprietários de terra fez com que, nem para atender as necessidades do capital, a reforma agrária fosse realizada e não há perspectiva que ocorra por determinação do Estado Nacional em curto prazo.

⁷⁰ Dentre as ações do MST no sentido de denunciar a grilagem de terras realizadas por empresas, está o ato realizado em setembro de 2009 pelo MST-Estado de São Paulo o qual promoveu o acampamento e a destruição de pés de laranja nas terras na União usadas pela Sucocítrico Cutrale. Tal ato teve forte repercussão nos meios de comunicação pela suposta destruição das plantações e dos maquinários, e pouco se divulgou sobre a denúncia de uso ilegal das terras públicas. O MST Nacional noticiou nota de esclarecimento reforçando seus princípios e suas justificativas para a ocupação de demais terras públicas em outras regiões, como Pontal do Paranapanema (SP) pela mesma empresa Sucocítrico Cutrale, no estado do Pará pelo Banco Opportunity e na região sul da Bahia pela empresa Veracel/Stora Enso. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009)

Segundo o MST, tantas estratégias de luta somente podem se viabilizar se houver um processo permanente e contínuo de formação e educação de base e militância.

[...] nós temos só uma bandeira: para ser militante dos Sem Terra tem que estar estudando. (STÉDILE, 2007)

Deste modo, a militância do MST, principalmente, residente ou não dos assentamentos, recebe convites por parte da coordenação e das regionais para participar de inúmeros cursos, bem como para freqüentar certos espaços de reflexão e disseminação de linhas políticas importantes do movimento, como é o caso dos encontros estaduais e os Encontros e Congressos Nacionais do MST, realizados a cada dois anos e cinco anos, respectivamente.

Destes espaços de aprendizados e sociabilidade, os militantes retornam tendo muito a compartilhar, trazendo consigo recomendações de leituras⁷¹ e materiais impressos produzidos pelo próprio MST ou pelas organizações vinculadas às Pastorais da Terra e Via Campesina, por exemplo. Os espaços promovidos pelo MST, além de serem fundamentais para a legitimação e disseminação das decisões, provoca nos militantes participantes grande entusiasmo, o que é transmitido em suas localidades.

O desafio reside em como aproveitar tal ânimo em capacidade de disseminação e adaptação dos aprendizados à realidade local. Isto, pois, no sentido de atender aos anseios do mercado capitalista, a fim de suprir suas próprias necessidades, o dia-a-dia da vida no campo e da produção dificulta a promoção desse tempo lento que é o da apreensão de novos conhecimentos e discussões. Inclusive por isso, os militantes são convidados, cada um segundo seu setor de atuação, a deixarem seu cotidiano e se isolarem por um dia, ou mais, junto a outros com interesses e saberes semelhantes, para que a discussão ganhe profundidade e contribua para o avanço da luta do Movimento.

Assim, com o passar do tempo, com a vivência nas atividades do assentamento, em contato com as necessidades e demandas pré-existentes, cada assentado pode se tornar um militante no sentido de estar conectado com as discussões atuais do MST,

⁷¹ MANÇANO aponta em seu estudo, "A Formação do MST no Brasil", os mais importantes pensadores e ativistas que constituem a base da formação ideológica do MST presente em suas publicações. Entre aqueles mencionados por MANÇANO estão: Celso Furtado, Che Guevara, Emiliano Zapata, Florestan Fernandes, Frei Betto, José de Souza Martins, Josué de Castro, Leonardo Boff, Luis Carlos Prestes, Manuel Correia de Andrade, Paulo Freire.

com a conjuntura na qual todos estão inseridos e, em específico, em tudo aquilo pertinente ao seu setor de atuação.

Todo o esforço de formação de militância no MST tem sido realizado em paralelo ao desafio de viabilizar a educação básica (ensino fundamental e médio) a todos os interessados em cada assentamento. Para além dos jovens, que pela idade deveriam ter acesso à educação pública, há muitos adultos não finalizaram o ensino básico. Contudo, a perspectiva é de lutar por “uma escola dos camponeses”, a qual segundo Heloísa Fernandes é a conquista de:

[...] uma escola dos camponeses, que respeite sua luta, sua identidade, seus valores, sua mística. Escolas construídas por práticas educativas onde dominam o trabalho coletivo, a cooperação, a solidariedade, o incentivo para que a criança aprenda a tomar suas próprias decisões e a ser responsável por elas. Escolas que respeitam e dignificam o trabalho manual e o trabalho da terra. Escolas que se colocam contra o individualismo, o autoritarismo, a obediência cega, o machismo e o racismo. (FERNANDES, 2007)

Parte deste processo, desde a década de 1980, os movimentos sociais no Brasil vêm desenvolvendo a chamada “Pedagogia da Terra”⁷², possibilitando o acesso ao ensino do 2º ao 5º ano a mais de 160 mil crianças, por meio de 1800 escolas públicas localizadas nos próprios assentamentos⁷³, nas quais trabalham aproximadamente 3900 educadores. Os programas de alfabetização já alcançaram 30 mil jovens e adultos.

O MST desenvolve, ainda, junto com universidades federais e estaduais e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a formação de militantes em cursos técnicos e superiores, tais como administração, gestão de cooperativa, geografia, agronomia e direito, para formar seus atuais e futuros militantes⁷⁴.

Na atualidade o MST possui diversas parcerias com Universidades e Escolas, formando militantes com conhecimento técnico e científico:

⁷² Trata-se da pedagogia desenvolvida pelos movimentos sociais com atuação no campo, a qual consiste, dentre outras características, na alternância entre o tempo do educando na escola e na comunidade, que se considera preponderante ao aprendizado a realidade do educando.

⁷³ Segundo a terceira edição “Estatísticas do Meio Rural”, estudo divulgado em 2008 e elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 79,3% das escolas que atenderam assentados em 2004 estavam localizadas dentro dos próprios assentamentos rurais, seja nas agrovilas ou fora dos centros comunitários.

⁷⁴ A primeira parceria com uma instituição de ensino superior deu-se em 1994, quando houve o oferecimento do curso de Pedagogia na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

são mais de 2000 educandos participando em mais de 50 cursos formais, desde técnico de nível médio, pós médio, superior e especialistas. (MST: s/d)

Dentre inúmeras universidades parceiras⁷⁵, podemos citar a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), esta última oferecendo também o título de mestre em sociologia. Cabe destacar ainda as dezenas de jovens que têm ido a Cuba estudar medicina, ou que estão na Espanha cursando pós-graduação. Para algumas universidades, o convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e MST é interessante principalmente por demarcar uma relação “aberta” com a sociedade.

Contudo, conforme aponta Maria Gorete, integrante do MST:

[...] sabemos que os convênios com as universidades garantem a formação para as especialidades que precisamos, mas as universidades não formam quadros políticos. A Escola Nacional⁷⁶ tem por objetivo fazer a formação política de dirigentes e de militantes, inclusive daqueles que fazem, ou já fizeram, universidade. (FERNANDES, 2007).

No sentido de constituir espaços apropriados às demandas do Movimento, em 1995 o MST inaugura dois centros de formação política: o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) em Veranópolis (RS). Em, 2005, passada uma década, inaugurou a estrutura física da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)⁷⁷, localizada em Guararema (SP) e, também neste mesmo ano, a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) construída no município da Lapa (PR).

Atualmente, os centros de formação e escolas do MST são vinculados à ENFF, seguindo a pedagogia da terra, e seus objetivos de forma sucinta são:

Ser um espaço de formação para as organizações da classe trabalhadora;
Ser um espaço para os encontros do Movimento Sem Terra e outras organizações, que buscam os mesmos objetivos de transformação social;

⁷⁵ Além da parceria com Universidades Públicas, há também convênio com instituições privadas, e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) é uma delas.

⁷⁶ Faz referência à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). (nota nossa)

⁷⁷ A estrutura física foi inaugurada em janeiro de 2005. Anos antes, porém, diversos cursos foram promovidos como sendo parte da ENFF.

Ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área de produção agroecológica, apresentando resultados concretos para os agricultores/as;
Ser um espaço de desenvolvimento de valores humanistas e socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva;
Aperfeiçoar o método de formação técnica e política e escolarização desde o ensino fundamental até o ensino médio e superior;
Ser espaço de desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas, voltados à realidade camponesa;
Ser um espaço de incentivo e vivência da cultura popular, resgatando especialmente a cultura camponesa. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004)

Segundo material do Movimento publicado em 2004 (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004) a linha política estabelecida para os Centros de Formação é pautada pela agroecologia, de modo que tais espaços possam se configurar como instrumento da

[...] luta da classe trabalhadora na resistência ao modelo imposto pelo capitalismo, promovendo um novo jeito de organizar a produção, a formação e a vida no campo, de forma respeitosa preservando a natureza e promovendo a vida.

Neste sentido, o MST tem se voltado cada vez mais para as atividades de formação, pesquisa e qualificação técnica voltadas à promoção da agroecologia, o que trataremos no Item 2.2 – A territorialização da agroecologia nos territórios do MST.

2.1 Organização territorial e produtiva no MST

Muitos assentamentos têm enfrentado dificuldades para assegurar a produção de alimentos pelos seus próprios assentados. Dentre os motivos que têm dificultado ou impedido o desenvolvimento dos assentamentos, STÉDILE e SÉRGIO (1993: 85) colocam que as terras destinadas à reforma agrária

[...] são de má qualidade, de difícil acesso, de baixa fertilidade, com precária infra-estrutura, quando não esgotadas e desgastadas pelo mau uso que o fazendeiro fez anteriormente. Além disto, como o governo não está interessado em que a reforma agrária dê certo, joga os agricultores em cima da terra e os deixa atirados à sua própria sorte. Não garante nem infra-estrutura, nem crédito, nem meios de produção adequados, nem insumos e [a] assistência técnica [é] irregular. STÉDILE e SÉRGIO (1993: 85)

Além dos aspectos apontados por STEDILE e SÉRGIO (1993), segundo SILVA (2004b: 105), situações adversas vivenciadas por parte dos assentamentos

conquistados junto à luta do MST também podem ter relação com a dificuldade de produzir em meio ao contexto da agricultura modernizada, caminho apresentado pelo Estado e mercado como o principal capaz de satisfazer as necessidades camponesas.

Questões referentes à produção e resistência na terra são discutidas por integrantes do MST desde os primeiros eventos regionais promovidos pela CPT, ainda na década de 1970. Até 1985, lideranças usaram esse tempo para aprofundar suas leituras sobre formas de cooperação e conhecer experiências⁷⁸ em outros países como Cuba, Peru e México.

Segundo STÉDILE (1999: 95) a “memória técnico-produtiva” da massa e da base do Movimento na época era anterior à modernização da agricultura, momento em que os meios de produção necessários eram, principalmente, a terra de boa qualidade, animais para tração e ferramentas. Nesse sentido, os camponeses mobilizados priorizavam a conquista de terras de boa qualidade, o que dificultava o trabalho da militância em organizá-los para ocupar certos latifúndios que não fossem aqueles que apresentassem tais características.

Da mesma forma, a “memória técnico-produtiva” poderia apresentar resistências em adotar inovações pautadas pela lógica modernizante, tal como pretendido pelo Movimento. As inovações que STÉDILE (1999) faz referência eram baseadas justamente na racionalidade moderna e os processos que caracterizaram a revolução verde.

Apesar de criticar veemente a acumulação da terra e a exclusão de milhares de trabalhadores do processo de produção no campo, o MST incorporou contraditoriamente a lógica modernizante para a condução dos projetos dos assentamentos no Brasil. (BORGES, 2007:154)

Idealmente, contudo, a direção nacional do MST justificava que a tal “lógica modernizante” propiciaria o alcance da economia de escala, produção em massa e competitividade no mercado pelos assentados organizados em cooperativas de trabalho⁷⁹, trabalhando e vivendo em terras coletivizadas, tendo a divisão do

⁷⁸ As experiências, para o MST, são apenas referências e nunca um modelo a ser reproduzido, de forma a ignorar a realidade local, com especificidades econômicas, culturais, sociais e ambientais.

⁷⁹ A concepção da produção em forma de cooperativas surgiu no principal país da Revolução Industrial, a Inglaterra, ainda em meados do século XIX, e posteriormente foi amplamente difundida na França e Itália. A proposta, segundo cita SERON (2001), era ser “uma etapa intermediária na

trabalho, agroindustrialização e agregação de valor como conceitos chave da produção.

Em outras palavras, a opção por uma forma diferenciada de organização, poderia, na prática, apresentar resistência à proposta “técnico-produtiva” do MST então vigente, o que dificultaria a compreensão da proposta ideológica de luta de classes, a qual perpassava pela caracterização dos assentados em trabalhadores rurais.

As principais lideranças do movimento, nesse período, se preocupavam em debater teoricamente, aprender com as experiências históricas, ler textos para compreender a importância da cooperação agrícola. Na nossa visão, ocupar e distribuir terras simplesmente não resolvia o problema. Aquele primeiro período foi muito fraco de debate, mas de grande preocupação. De um lado, porque a grande preocupação, em termos gerais do movimento, era de se consolidar como movimento social; de outro, porque a própria base achava que podia resolver o problema só com as próprias forças. Foi preciso então que a própria base do movimento – os assentamentos – começasse a enfrentar os problemas reais: necessidade de mecanizar as lavouras, mudança de padrão técnico do seu trabalho, acesso ao crédito, etc. (STÉDILE; FERNANDES, 1999: 96)

Neste sentido, o final dos anos 1980 no MST foi caracterizado pelo acirramento dos debates sobre cooperação agrícola, forma de produção e matriz tecnológica, e pela consequente necessidade de sistematização das primeiras experiências desta proposição.

O Movimento se manteve focado em estudar e sistematizar o que estavam vivendo e aprendendo, chegando à conclusão de que a cooperação agrícola é fundamental tanto para a viabilidade econômica dos assentamentos conquistados, quanto para a

direção de um objetivo final, que era a transformação da sociedade”. (SERON, 2001: 50). O autor menciona que a criação desta chamada “alternativa às instituições capitalistas” recebeu duras críticas de autores de orientação marxista, como Rosa Luxemburgo, já que tais instituições não produzem contradições no modo de produção capitalista, pois “elas constituem uma produção socializada em miniatura, que é acompanhada por uma troca capitalista”. O autor segue dizendo “Como em toda economia capitalista a relação de troca domina a produção, e em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de trabalho.” No Brasil, as cooperativas surgiram poucas décadas depois, ainda no final do século XIX, porém com propósitos menos ambiciosos se comparado ao “movimento cooperativista” que nasceu na Inglaterra. O objetivo das primeiras cooperativas era se proteger de produtos com baixa qualidade, caracterizando-se como cooperativas de consumo. No campo, os registros apontam que seu surgimento ocorreu na década de 1920, porém segundo o trabalho de SERON as cooperativas de trabalho em território nacional começaram a existir somente a partir de 1965. As proposições das cooperativas que pretendem ser formas alternativas de produção, no entanto, buscam até os dias atuais diferenciar-se das empresas capitalistas, mas ao mesmo tempo necessitando garantir sua sobrevivência econômica. BORGES (2007) considera que as inspirações da base teórica do cooperativismo no MST seja kautskiana, pautada na competição de mercado, na agricultura voltada para a esfera econômica, visão de superação do campesinato, na padronização da produção, no controle organizativo, e na utilização maciça de recursos externos ao assentamento.

formação da “consciência social do camponês” e seu papel na luta de classes, não como um “camponês típico⁸⁰”, como se referiu STÉDILE (STÉDILE; FERNANDES, 1999: 96), mas como parte da classe proletária, de trabalhadores rurais ou urbanos.

No 5º Encontro Nacional do MST, em 1989, a palavra de ordem “Ocupar, resistir e produzir” veio reforçar a necessidade e vontade de criar “uma nova sociedade nos assentamentos, organizar a produção, ter um modelo para a agricultura.” (STÉDILE; FERNANDES, 1999: 53). Palavra de ordem bastante utilizada até 1993⁸¹, ora com mais peso na resistência, em resposta à repressão aos movimentos sociais e às políticas neoliberais que marcaram o início do Governo Collor⁸², ora com ênfase na produção, refletindo os esforços do Movimento no cooperativismo.

Desse período, vale destacar os esforços de Clodomir Santos de Moraes e sua proposição do “laboratório organizacional”, que pretendia, em curto prazo, transformar camponeses que mal se conheciam numa cooperativa de produção agrícola ou agropecuária. Os cursos passaram a ter como referencial teórico o livro por ele escrito “Teoria da Organização”, no qual desenvolvia duas teses, conforme aponta STÉDILE; FERNANDES (1999: 98):

a) o camponês precisa compreender que só a divisão do trabalho vai aumentar a produtividade e, portanto, aumentar a renda e o bem-estar;

b) só a divisão do trabalho vai permitir elevar a sua consciência social de camponês individualista para um sujeito que percebe que é apenas mais um no sistema social. Portanto, aplicando esse método, ele evoluiria para uma consciência social diferente da do camponês típico.

Com o passar do tempo, a própria Direção do MST considerou a metodologia do “Laboratório de Campo” ortodoxa para a realidade da base do movimento.

Em 1990, o MST cria o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) cujo propósito era o de organizar o setor de produção e comercialização, em especial buscando consolidar as propostas de cooperação dentro dos assentamentos, individuais ou coletivos. Segundo ZANI (1994: 12-13), o SCA é constituído por três níveis de atuação: (a) nos assentamentos: Cooperativas de Produção e comercialização; (b)

⁸⁰ Cujas memórias técnico-produtivas são anteriores à modernização da agricultura, compreendendo então como sinônimo de atraso e entrave à luta de classes.

⁸¹ Em 1990 ocorreu o II Congresso Nacional do MST que adotou a mesma palavra de ordem: “Ocupar, Resistir e Produzir”.

⁸² Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito por voto direto após o fim da ditadura. Seu mandato durou entre 1990 e 1992, quando sofreu o processo de impeachment.

no estado: as Centrais Estaduais; (c) federal: a Confederação Nacional das Cooperativas.

Nos anos seguintes, o MST consegue criar as quatro primeiras Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCA) dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. A constituição das primeiras CCAs criou a condição necessária para a fundação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), em 1992.

Dentro e fora do MST, há inúmeras possibilidades de cooperação. A organização em grupos coletivos é a mais recorrente no meio rural, sendo utilizada por grupos de famílias sem necessidade de formalização legal, no momento do plantio ou da colheita, ou ainda para a construção de casas e escolas, via regime de mutirão.

A cooperação econômica, freqüente nos assentamentos organizados pelo MST, é utilizada para comercialização, obtenção de crédito rural para infra-estrutura, maquinários e/ou insumos agrícolas, e seu funcionamento é legalizado por meio de Associações ou Cooperativas.

Já a cooperação no trabalho⁸³ vem sendo considerada a mais complexa e é aquela que o MST/CONCRAB sempre almejou para todos os assentamentos, por entender que esta forma de organização social é a que possui maior potencial de viabilizar os assentamentos em termos econômicos e sociais, e garantir a continuidade da luta, agora já na terra⁸⁴.

Em 1993, o MST e a CONCRAB publicaram juntos a edição n.º 20 da série de Cadernos de Formação⁸⁵, cujo enfoque foi a Cooperação Agrícola nos Assentamentos, em que define que os princípios econômicos da cooperação agrícola:

⁸³ Depois da cooperação no trabalho, representadas pelas CPAs, a organização em grupos de produção coletivos e semi-coletivos são outros exemplos de cooperação e considerados menos complexos.

⁸⁴ Será debatido mais adiante que apesar da cooperação do trabalho ser a mais almejada pelo Movimento, é a que menos se concretizou em seus assentamentos e como, aos poucos, outras formas de cooperação passam ser cada vez mais incentivadas.

⁸⁵ O material produzido pelo MST é disseminado via as lideranças nacionais, estaduais, regionais e dos núcleos de famílias tanto em cursos de formação relacionados ou mesmo nas regiões regionais dos setores de produção que são encarregados de, por mecanismos diversos, fazer chegar aos assentados. Como veremos na parte sobre "Formação", este processo de produção e disseminação de conhecimento é estritamente complexo e vem sendo aprimorado desde o início do movimento. Além de Cadernos de Formação n.º 20, 21 24 e 28, existem os cadernos específicos à produção, os Cadernos de Cooperação Agrícola - os quais somam dez edições entre 1993 e 2001.

[...] aumentar o capital constante, aumentar a produtividade do trabalho, aumentar a divisão do trabalho e a especialização, racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais, conseguir melhorar preços para os produtos e desenvolver a agroindústria. (MST, 1993: 51).

As Cooperativas Agropecuárias implicam a divisão do trabalho, especialização do trabalho para que haja diversificação da produção e economia de escala. O que as diferenciam das “cooperativas capitalistas”, segundo o MST, é que o desenvolvimento das forças produtivas com a divisão do trabalho visa ao aumento e à divisão da renda gerada, ou seja, à eliminação da mais valia.⁸⁶ A apropriação da riqueza gerada pelo trabalho é socializada. O MST, ao dizer que a organização da produção e do trabalho permite a formação de uma nova consciência social ao camponês, diz respeito à expectativa de que esse processo produtivo resulte no “ressurgimento do verdadeiro trabalhador rural”, referindo-se a todos aqueles que atuam no meio rural e que o resultado do trabalho seja distribuído entre todos, independentemente de sua atividade econômica ser na terra ou não. (STÉDILE; FERNANDES, 1999: 110-111). No caso de as agroindústrias estarem nas mãos dos trabalhadores, porém não dentro da mesma unidade produtiva em que a matéria-prima foi gerada, o valor agregado deve ser distribuído entre todos os membros da cadeia produtiva, reunindo os resultados que agricultura e indústria produziram juntas.

A especialização se dá pelas equipes de trabalho, que se especializam num dos setores da cooperativa. A diversificação se dá pelo conjunto da cooperativa, que consegue produzir vários produtos, driblando mais facilmente as intempéries e as crises de preços de alguns produtos. (STÉDILE; SERGIO, 1993: 90)

Como visto, o MST tem como projeto a constituição de cooperativas ou associações em todos os assentamentos. No entanto, esta nunca foi a prática de organização dominante em seus territórios e, assim sendo, o SCA acaba reunindo não somente os assentados que apresentam alguma forma de cooperação legal, mas também os assentados com produção individual que apresentam outras formas de cooperação, como grupos semi-coletivos e mutirão. (CONCRAB, 1997: 29-30 apud BORGES, 2007: 107)

⁸⁶ Outro aspecto importante na distinção entre o cooperativismo adotado pelo MST e as cooperativas capitalistas, muitas destas são membros da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), é que a produção visa prioritariamente o mercado interno, ao invés da exportação, entre outras características do agronegócio.

No III Congresso Nacional do MST, em 1995, Brasília, foi aprovado o Programa Agrário: “O programa deu o salto qualitativo de imaginar o futuro com uma forma superior de organização da produção: nem manter o molde camponês nem aderir ao mercado capitalista.” (STÉDILE; FERNANDES, 1999:75)

Ao se voltar para as questões internas dos assentamentos, o Movimento avalia que, para o desenvolvimento no campo, é necessário que haja trabalhadores com consciência da luta de classes, atuando nas mais diversas atividades no campo, que não são necessariamente agrícolas.

Quando STÉDILE; FERNANDES (1999) reforça a urgência de superação do que ele chama de “molde camponês”, ele se refere ao campesinato, que se limita à produção de matérias-primas numa organização familiar de trabalho, defendendo a tese de que todos aqueles que atuam em “prol” do desenvolvimento do campo são trabalhadores rurais, não necessariamente precisando trabalhar no campo ou com atividades agrícolas.

Partindo dessa perspectiva, o Movimento decide, dentre outras medidas para viabilizar a organização coletiva nos assentamentos, dedicar mais atenção à área de formação e à educação. A meta é a formação de trabalhadores rurais com a ideologia do Movimento, de quadros para atuar em todas as áreas do conhecimento no campo. Trata-se de investimentos a curto, médio e longo prazo para viabilizar formas de organização dos assentamentos que melhor possam desenvolver a “consciência” de classe e possibilitar que os territórios resultantes da luta do MST continuem parte do processo de territorialização do Movimento.

No Programa Agrário aprovado no III Congresso Nacional, consta, pela primeira vez, a relação estreita entre desenvolvimento rural e educação, também é ressaltado o papel das agroindústrias. A idéia presente no Programa Agrário é de que os camponeses não devem lidar apenas com a agricultura, mas também com o processamento dos produtos por eles produzidos, agregando valor, conseguindo vender mais barato e possibilitando acesso à população com menor renda. Dominando o processamento dos alimentos, impede-se que tais camponeses se sujeitem às multinacionais da agroindústria. Por fim, o cooperativismo para comercialização acaba sendo também uma forma de enfrentamento às grandes empresas que dominam o mercado.

Como parte desse momento histórico, em janeiro de 1995 foi fundado o ITERRA, localizado em Veranópolis (RS), “uma Escola do Campo para os trabalhadores do Campo”, que tem como objetivo “a formação, escolarização e pesquisa que atendam prioritariamente às demandas das famílias assentadas nas áreas de Reforma Agrária” (ITERRA, 2007). Fortalece-se a idéia de que é preciso derrubar três cercas: do latifúndio, do capital e da ignorância.

A realização do III Congresso marca ainda o início de uma nova fase para o Movimento, a de consolidação e amadurecimento das CCAs, CONCRAB e do SCA. O Movimento, não deixa de refletir sobre suas experiências e refletir sobre formas de produção que possibilitem a produção em massa, para o abastecimento da população. Nesse sentido, parece tornar mais explícita a vinculação entre economia de escala e mercado de massas com a adoção de técnicas produtivas e introdução de tecnologias modernas ao sistema produtivo. Período, portanto, de tentativas de implantação de agroindústrias dentro dos assentamentos.

Por outro lado, muitas das experiências de coletivização da terra e organização cooperativista ou associativista da produção não tiveram o êxito desejado pelo MST⁸⁷. Segundo SILVA (2004b: 106), a grande maioria de tais projetos incentivados pelas lideranças não se consolidou ao longo do tempo. Em seu trabalho, cita os casos do assentamento Fazenda Reunidas, em Promissão (SP) e Bela Vista do Chibarro, em Araraquara (SP). Tais formas de organização nem sempre são o que as famílias assentadas desejam para si, pois implicam novas relações de trabalho e com o mercado, novas regras, uso e controle do tempo, exigindo das famílias abertura para uma nova racionalidade. Ademais, BORGES (2007) pondera que a organização do trabalho coletivo nos assentamentos rurais está articulada com a matriz tecnológica de produção do MST. Assim, as necessidades dos insumos modernos externos e de organização do trabalho impostas pela matriz tecnológica

⁸⁷ Em 1999 foi publicado o trabalho das pesquisadoras Angel Duarte Ferreira, Cláudia Pereira da Silva e Maria Helena Antuniassi, intitulado “Assentamentos rurais e reforma agrária no Brasil: organização da produção agrícola, condições de vida e sustentabilidade”, o qual se baseia nos dados do Censo Nacional e Pesquisa Sócio-Econômica dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, INCRA/CRUB, 1996/97. Nele as autoras constatam que a forma predominante de organização do trabalho e da produção dos assentamentos continua sendo a familiar (93,02%), aquela que funciona majoritariamente ou exclusivamente com a força de trabalho dos membros da unidade familiar. Algumas formas de cooperação, como a ajuda mútua entre famílias camponesas também foram apontadas, ainda que em quantidade menor (6,98%). (FERREIRA, SILVA & ANTUNIASSI, 1998:153 apud MELLO, 2000:59)

adotada pelo Movimento nem sempre são acessíveis e do interesse das famílias assentadas.

Dentro desse contexto e considerando o acúmulo de experiências, no final da década de 1990, valores como “solidariedade” ganham mais destaque nos espaços de debates e direcionamentos estratégicos⁸⁸. O MST passa a ressaltar a importância da luta por uma nova sociedade, imbuída de novos valores.

O foco antes direcionado à conquista da terra, dos meios de produção e à geração de renda, nesse momento é ampliado para a transformação social, contando com o apoio de todos aqueles que também almejam uma nova sociedade e querem construí-la juntos.

Além do apoio histórico da CPT, pastorais rurais, sindicatos rurais e urbanos, e mesmo de partidos políticos, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), o MST passa a contar com maior apoio de universidades e organizações não governamentais (ONGs). Não por acaso, desde o III Congresso em 1995, a principal palavra de ordem é “Reforma Agrária, uma luta de todos”, o que continua forte até os dias atuais.

Aos poucos, a importância da apropriação coletiva dos recursos naturais, contra a sua apropriação privada pelo capital, na luta contra a mercantilização da natureza vai ganhando projeção e aparecendo nos discursos e nos materiais utilizados em todos os níveis de organicidade do MST.

A lógica de modernização da agricultura, até então compreendida como passível de ser apropriada pelo Movimento e implementada nos territórios sob sua estrutura, passa a ser crescentemente questionada pelos assentados. Os motivos são diversos e estão diretamente relacionados: baixo rendimento das produções, relacionado à má qualidade e localização das terras e à impossibilidade de acessar as tecnologias e os insumos externos dos “pacotes” por completo, o que se choca com o alto investimento dos assentados versus a comercialização a baixo preço conforme estabelecido pelo mercado. (BORGES, 2007)

⁸⁸ Como exemplo, o IX Encontro Nacional do MST, ocorrido no ano de 1998 em Vitória (ES), teve como base de estudo o texto “A vez dos valores”, presente na Cartilha de Formação n° 26. As diferentes formas de Cooperação não deixam de ser estudadas, sistematizadas e disseminadas em todos os níveis, da base à direção, do MST. Em 2000, são publicados três cadernos de “Experiências Históricas da Cooperação” pela CONCRAB.

Atento às demandas de sua base, no próprio Congresso Nacional do MST em 1995 há referência ao “novo tipo de reforma agrária”, com base no “desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais”, por meio da produção familiar cooperativada. (COSTA NETO, 2002: 208). Dado o contexto de abertura para a participação de novos setores e sujeitos da sociedade, houve a aproximação entre o MST e ONGs ligadas a questões ambientais e sustentabilidade no campo.

Em 2000, foi necessário reafirmar a luta “Por um Brasil sem Latifúndio”, palavra de ordem do IV Congresso do MST, ocorrido em Brasília, pois vinte anos após o início dos enfrentamentos organizados na luta pela terra, a estrutura agrária brasileira permanecia concentrada, com grandes áreas improdutivas, terras devolutas sendo griladas pelo agronegócio, e com exploração do trabalho no campo, inclusive sob moldes análogos ao escravo.

Na união entre campo e cidade, entre os diversos sujeitos descontentes com os rumos da sociedade capitalista, contra a proliferação de conglomerados de capital industrial e financeiro, a luta contra o “latifúndio” é a luta contra o “capital”, no sentido de negar e combater o modelo do “agronegócio” para o campo, sua matriz produtiva, baseada nos laboratórios para a produção de insumos e defensivos químicos, nas sementes melhoradas, na monocultura, na moto mecanização, na segregação do homem do campo, na degradação dos recursos naturais e no uso de diversas formas de violência.

As linhas políticas tiradas do V Congresso, promovido em 2007, em Brasília, por exemplo, vieram a reafirmar o caminho em direção a uma nova matriz tecnológica e novas racionalidades de produção, no embate direto ao “modelo das elites, o agronegócio”. Citamos aqui aquelas linhas que estabelecem relação direta entre soberania alimentar e a visão de sustentabilidade da natureza e dos recursos naturais, dando fundamento à nossa argumentação:

Quadro 1 - Linhas políticas do MST sobre relação com a natureza, recursos naturais e matriz tecnológica e organização da produção do Campo

<p style="text-align: center;">IV Congresso Nacional do MST “Por Um Brasil sem latifúndio” (Brasília, 2000)</p>	<p style="text-align: center;">V Congresso Nacional do MST “Reforma agrária, por justiça social e soberania popular” (Brasília, 2007)</p>
<p>3⁸⁹. Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc.. ▪ Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo. ▪ Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade. 	<p>3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.</p> <p>5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.</p>
<p>4. Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.</p>	<p>6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.</p>
<p>5. Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas atividades do MST e na sociedade, a questão de gênero.</p>	<p>9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.</p>
<p>10. Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos. ▪ Desenvolver e participar de campanhas nacionais em torno destas questões. ▪ Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos os assentamentos. ▪ Promover o desenvolvimento de políticas específicas à situação do cerrado e do semi-árido. 	<p>10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.</p> <p>11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.</p> <p>12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.</p> <p>13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.</p>

Fonte: MST (2007a); MST (2007b)

⁸⁹ Os números foram mantidos, respeitando a ordenação das linhas políticas presente na fonte consultada.

Ainda que o termo “agroecologia” apareça somente na 11ª Linha Política do V Congresso, do “Quadro 1” constam diversos direcionamentos que corroboram os princípios agroecológicos, e que foram destacados em “negrito”. As linhas políticas 3 e 10 (Congresso 2000) e 3, 5, 6, 9, 10, 11 e 13 (Congresso 2007), por sua vez, tratam diretamente da questão da soberania alimentar e, portanto, da sustentabilidade, no tempo e no espaço, das experiências agroecológicas. Neste mesmo Congresso foram ainda acordados os compromissos dos camponeses com a terra e com a vida:

Nossos compromissos com a terra e com a vida
Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida
<p>1 – Amar e preservar a terra e os seres da natureza</p> <p>2 – Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura</p> <p>3 – Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.</p> <p>4 – Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas</p> <p>5 – Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.</p> <p>6 – Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores.</p> <p>7 – Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.</p> <p>8 – Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração contra a pessoa, a comunidade e a natureza.</p> <p>9 – Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.</p> <p>10 – Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.</p>

Fonte: MST (2007b)

Conforme o trabalho de SCHREINER (2003) mencionado por RIBEIRO (2002),

[...] no ano de 2001, o MST, fruto das discussões internas, nas diferentes instâncias, começou a reestruturar sua forma organizacional, inclusive o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) no Setor de Cooperação, Produção e Meio Ambiente do MST. O objetivo é ampliar a cooperação. Para além das cooperativas e da produção agroindustrial, para as diferentes dimensões da vida cotidiana nos assentamentos, estimular práticas agroecológicas e o respeito ao meio ambiente. (SCHREINER, 2003:205 apud RIBEIRO, 2002: 239)

RIBEIRO (2002) analisa a colocação do autor sugerindo que no início da década de 2000 o MST começa a voltar-se para questões que vão “ao encontro das ansiedades de suas bases. Retoma seu vínculo com o camponês sem perder de vista seus ideais de sociedade, posto que reestrutura seu modo de ver o cooperativismo.”

Outro pesquisador, Canrobert COSTA NETO (2002: 207-209), afirma que, as questões referentes à “preservação da natureza” já estavam presentes nos primeiros anos do MST. Sua argumentação se sustenta nas propostas, cartas finais e discursos do MST ao longo de sua história. Nesse sentido, destaca o ano de 1985, quando ocorreram o I Congresso Nacional do MST e o I Encontro de Agricultores Assentados.

No Primeiro Congresso Nacional do MST foi deliberado, dentre diversas outras resoluções, que o governo federal deveria garantir que a produção, a ser realizada nos assentamentos, respeitasse a preservação do meio ambiente e que o MST acataria a indicação pelo governo de técnicos agrícolas para atuar nas áreas de assentamento, ‘desde que eles se comprometessem com uma agricultura de pequena propriedade e não com a do modelo capitalista’ (COSTA NETO, 2002: 208)

De forma semelhante, no Primeiro Encontro de Agricultores Assentados os participantes exigiram dos Governos a disponibilidade de assistência técnica que trabalhasse com os camponeses a fim de propiciar menor dependência de insumos externos e de capital. (COSTA NETO, 2002: 208)

BORTILLI, em entrevista à ALMEIDA (2006), compreende que a “produção agroecológica” vem sendo discutida internamente no MST, desde o final da década de 1980, mais exatamente entre 1987 e 1988. A data é precisa, por ter sido o momento de criação do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CTAP), que buscava romper com a idéia de que apenas as tecnologias dominadas pelo grande capital, em sua maioria, transnacional, pudessem ser capazes de produzir na quantidade necessária ao abastecimento da população. Nesse sentido, as tecnologias alternativas e populares tinham como objetivo propiciar mais autonomia ao camponês, portanto menos dependência em relação ao capital.

No entanto, os “discursos” do MST utilizados por COSTA NETO (2002) e BORTILLI (2006) fazem menção à sustentabilidade sem apresentar profundidade nas respectivas proposições de ações.

Nesse sentido, e a partir das referências utilizadas para este trabalho, temos que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, o MST chega a abordar questões referentes à “preservação da natureza” e à “sustentabilidade dos agroecossistemas”, sem, porém, considerá-las fundamentais no processo de luta pela terra e pela reforma agrária.

Consideramos que a década de 2000, por sua vez, torna-se um marco na história da luta por uma “reforma agrária agroecológica” do MST, como alguns autores têm chamado⁹⁰. Isso, pois, os princípios agroecológicos, ainda que não com as mesmas terminologias, passam a ser considerados imprescindíveis nas discussões sobre os rumos do modelo de produção para a agricultura, da necessidade de construção de uma nova matriz tecnológica, reconhecidos como essenciais à questão de gênero, e imprescindíveis para a soberania alimentar.

É na necessidade de embate com o “modelo do agronegócio” que a agroecologia e seus princípios despontam como linha política no MST, conforme é evidenciado nas falas dos dirigentes nacionais do Movimento, Marina dos Santos e João Pedro Stédile:

SANTOS, em entrevista ao Jornal Brasil de Fato:

Desta vez, o debate nas bases aponta para a existência de dois projetos que estão em disputa no campo: o projeto do agronegócio, com a interferência das transnacionais que traz uma perda de soberania enquanto nação e, por outro lado, da necessidade da realização da reforma agrária como forma de se fazer justiça social neste País; como forma de distribuição de terra, gerar empregos saudáveis e garantir a soberania alimentar dos brasileiros (FILHO; LIMA, 2007)

STÉDILE, em entrevista ao Jornal On Line Tribuna da Imprensa:

[...] o MST vai lutar por uma Reforma Agrária de novo tipo, que é a democratização da terra combinada com reorganização da produção, priorizando alimentos para o mercado interno, sem o atual controle das empresas transnacionais. Precisamos também de uma Reforma Agrária que adote novo padrão tecnológico, respeitoso do meio ambiente, levando para o interior do País as agroindústrias na forma de cooperativas, o acesso à escola e à educação. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2007)

E do embate vem nascendo o novo:

⁹⁰ Tais como: Costa Neto, Canrobert; Canavesi, 2000, membros da Rede Bionatur, organizadores e entidades participantes do ENA e da Jornada Agroecológica.

Todos os novos assentamentos que serão conquistados deverão ser construídos com a matriz agroecológica e a cooperação na produção com a implantação do método da organicidade. Daqui para frente devemos construir o diferente, o novo, o bonito que expresse o nosso projeto. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004: 16)

2.2 A territorialização da agroecologia nos territórios do MST

O MST, ao lado da Via Campesina e de ONGs como a Ecovida e AOPA, na região sul, por exemplo, vem construindo, de forma prática e teórica, uma conceituação própria do que seria a agroecologia. Neste momento, tem por certo que os princípios agroecológicos propiciam formas de interação/integração da produção mais condizentes com a sustentabilidade dos agroecossistemas, mas que apenas fazem sentido se, na ação, propiciam uma lógica de organização territorial/produtiva para diminuir a sujeição para com a lógica capitalista (racionalidade econômica), caminhando em direção à utópica autonomia camponesa.

A forma como o MST vem promovendo a agroecologia é considerada por Sevilla Guzmán, em sua essência, semelhante à experiência agroecológica nos assentamentos rurais na Andaluzia (Espanha), tendo esta como:

[...] o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representam alternativas ao atual modelo de administração industrial desses recursos, mediante propostas de desenvolvimento participativo, procurando estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para enfrentar a crise ecológica e social e, com isso, defrontar também o neoliberalismo e a globalização econômica. (COSTA NETO; CANAVESI, 2002:107)

O grande diferencial que possibilita uma práxis agroecológica em busca de sustentabilidade é a valorização da experiência, dos saberes e “consciência social” para o manejo dos recursos naturais.

Quando o MST propõe a construção de novas bases para a sociedade, diz respeito à necessidade de transformações em todas as dimensões da vida humana: social, econômica, ambiental, cultural. Diz respeito a valores e princípios que são o norte, ainda que inconscientes de cada sociedade. Neste trabalho, quando tratamos da incorporação da agroecologia como uma das diretrizes nacionais do MST,

acabamos tendo que refletir sobre a influência do que aparentemente se refere apenas à mudança da matriz produtiva. No entanto, são aspectos sociais, culturais e econômicos que estão sendo questionados e para os quais há alternativas e resistências sendo estudadas, praticadas e vivenciadas.

Isso [a transição agroecológica] implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos. A Agroecologia, como campo de estudos de caráter multidisciplinar, integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como saberes populares, permitindo justamente que se construam estratégias e condições para apoiar esse processo de transformação, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade a médio e longo prazos.

Por outro lado, a agroecologia é ainda compreendida muitas vezes dentro de uma limitação técnica, que promove, exclusivamente, mudanças na prática produtiva agrícola.

Segundo a linguagem utilizada pelo Movimento em uma de suas cartilhas de estudo, um dos princípios relativos à “agroecologia e cooperação na reforma agrária” é a adoção de uma “Economia de resistência: produzir os próprios alimentos, as sementes, os fertilizantes e evitar fazer dívidas. Quem tem dívida não tem autonomia. Produzir primeiro para o gasto, se sobrar vender.” (MST, 2004: 14)

No Rio de Janeiro, por exemplo, houve o Projeto de Formação e Educação Ambiental, dirigido pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) do MST. Segundo o material de divulgação desse projeto, em 2000,

[...] o objetivo do MST é criar um novo modelo de agricultura, que seja produtivo, socialmente não excludente e que assegure a reprodução da capacidade produtiva e a preservação ambiental. As técnicas agroecológicas têm a vantagem de aumentar a autonomia dos assentados em relação às técnicas convencionais, baixando custos com insumos e melhorando as condições de comercialização dos produtos. (COSTA NETO; CANAVESI, 2002).

Ou seja, nesse projeto, ao menos pelo que consta no material de divulgação, a agroecologia é a chave para aumentar a autonomia em relação às transnacionais e facilitar a inserção no mercado pela redução dos custos e do preço final. São aspectos de dimensão econômica (conseguir aumentar a comercialização dos produtos e obter maiores ganhos), ambiental (passar a manejar os recursos de forma a permitir sua conservação, promover a interrelação entre diversos recursos, melhorar as condições de vida dos animais, usar recursos sem comprometê-los

futuramente) e política (a utopia da autonomia camponesa, menor dependência do mercado e das transnacionais).

É preciso ressaltar que necessariamente outras mudanças nas dimensões culturais e sociais devem ser consideradas e, ainda que cada caso seja um caso, o estudo realizado na Cooperativa Agropecuária Vitória (COPAVI) permite que façamos inúmeras reflexões sobre a práxis agroecológica num assentamento, quando concebida dentro das diversas dimensões, e não apenas como um novo vocábulo à agricultura alternativa ou orgânica que quer atingir exclusivamente nichos de mercado elitizados.

Na introdução deste trabalho buscamos explicitar as razões que nos levaram a focar nosso estudo no Assentamento Santa Maria, a COPAVI. Ainda que a COPAVI tenha se tornado um exemplo de assentamento para o MST, inúmeros outros também têm praticado a agroecologia e promovido discussões em torno da matriz tecnológica, das formas de relações de trabalho e com os recursos naturais.

A relação de assentamentos apresentados a seguir é apenas uma pequena amostra da territorialização do MST com experiências agroecológicas⁹¹. Aqui, no entanto, seria extremamente oportuno estudá-los com maior profundidade, buscando identificar os processos que os levaram à transição agroecológica, demarcando-os no tempo e no espaço, a fim de compreender com maior precisão o que estamos aqui denominando de “territorialização do MST e da agroecologia”.

Nesse sentido, por hora, identificamos⁹² alguns assentamentos que podem ser caracterizados segundo as transformações provocadas em seus agroecossistemas.

Quadro 2 - Assentamentos em fase inicial de discussão, aprendizados e práticas agroecológicas que ainda não apresentam de forma consolidada a integração entre as produções, práticas de trabalho e sociais, e o manejo dos recursos naturais.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Alvorada (Júlio de Castilhos - RS) |
| <ul style="list-style-type: none">• Professor Luis Macedo (Apiáí-SP) |

⁹¹ Da mesma forma que a Articulação Nacional de Agroecologia vem mapeando as experiências agroecológicas em todo o Brasil, reside aqui um campo de pesquisa ainda não explorado: a territorialização das experiências agroecológicas ligadas ao MST.

⁹² Utilizamos aqui a sítio eletrônico oficial do MST. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 10 mai 2008.

<ul style="list-style-type: none"> • Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha - SP)
<ul style="list-style-type: none"> • Irmã Alberta (São Paulo - SP)
<ul style="list-style-type: none"> • Che Guevara (Mirante do Paranapanema – SP)⁹³

Quadro 3 - Assentamentos com práticas e produções agroecológicas que se encontram em processo de ecologização constante progressiva de todo o agroecossistema.⁹⁴

<ul style="list-style-type: none"> • Nova Estrela (Vacaria - RS), produção de amora desde 1995. 32 famílias envolvidas.⁹⁵ Trabalho coletivo e associação
<ul style="list-style-type: none"> • Nove assentamentos (Nova Santa Rita, Charqueadas, Viamão, Guaíba, Eldorado do Sul e Tapes – Região Metropolitana de Porto Alegre/RS), produção de arroz ecológico em consórcio com a piscicultura. 130 famílias. Trabalho coletivo e cooperativo.
<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Freire (São Jerônimo da Serra – PR), produção de café sombreado.
<ul style="list-style-type: none"> • Contestado (Lapa – PR), produção de mais de 30 itens, tais como verduras, legumes, frutas, pão, geléias, feijão, arroz, mandioca, batata doce, milho verde. 32 famílias.
<ul style="list-style-type: none"> • Etiene e mais cinco assentamentos (General Carneiro, Guarapuava e Inácio Martins - PR), produção de mel. 220 famílias.
<ul style="list-style-type: none"> • Rede da Bionatur (20 municípios - RS, SC, PR, MG), produção de sementes desde 1997. 230 famílias.

⁹³ Segundo Trabalho de Campo realizado em 04 de dezembro de 2004 com a Prof. Dr^a Marta Inez Medeiros Marques. Dados os quase quatro anos que se passaram, o assentamento deve se encontrar em outra situação quanto à agroecologia.

⁹⁴ Terminologia utilizada pela Rede de Agroecologia Ecológica para a caracterização de agroecossistemas que vêm sendo lidados com base nos princípios e práticas que sustentam a sua concepção de agroecologia.

⁹⁵ MST, 2008.

Por fim, vale ressaltar que outra forma de territorialização da agroecologia pelo MST tem sido a criação de cursos em Escolas e Centros de Formação já existentes, ou mesmo via fundação de novos espaços, com ênfase na pesquisa, no ensino-aprendizagem e em atividades práticas na perspectiva dos princípios agroecológicos.

As principais ações promovidas pelo MST para “massificar o princípio da agroecologia e a participação social” são:

- Rede de pesquisa em agroecologia, promovida em assentamentos do Maranhão, Sergipe, Paraná, Espírito Santo;
- Centros irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade e os núcleos de agroecologia (CIMAs), localizados em assentamentos no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Ceará, Maranhão, e Rio Grande do Norte;
- Produção de sementes agroecológicas na rede BioNatur, presente em assentamentos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais;
- Programa de Acompanhamento às Empresas Sociais (PAES), existente nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do Distrito Federal; e
- Formação em agroecologia, cursos técnicos e de especialização, também disponíveis em parceria com universidades públicas⁹⁶.

Quanto à formação em agroecologia, segundo a CONCRAB (s/d),

[...] vêm sendo oferecidos (cursos) como agroecologia, agrotécnico, criação animal agroecológica, agronomia, gestores de assentamentos e especialização em agroecologia, em parcerias com as universidades UFPR, UFPB, UFSC, UFSE, UFPA, UFBA e Unicamp, além das escolas EFAS, IEJC e CEETEPS⁹⁷.

⁹⁶ Tais como a parceria com a Universidade do Estado do Mato Grosso com o oferecimento do Curso de Agronomia para Movimentos Sociais no Campo e outros pelo PRONERA do MDA, como o de Especialização e pesquisa em rede na Agricultura Familiar Camponesa e Especialização em Agroecologia. (BORGES, 2007:135-136)

⁹⁷ As abreviações correspondem às seguintes universidades: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Sergipe, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de

Ao promover o estudo da agroecologia, o movimento contribui para o questionamento do padrão científico-tecnológico dominante.

Dentre as escolas do MST, além das escolas que já mencionamos, ressaltamos a seguir os principais centros e escolas do MST que abordam a agroecologia e encontram-se localizados especificamente no estado do Paraná:

- Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente (Ceagro) – Cantagalo, inaugurado em 1993.
- Escola José Gomes da Silva e Instituto de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (EJGS/ITEPA) - São Miguel do Iguaçu, inaugurado em 2000.
- Escola Milton Santos (EMS)– Maringá, inaugurado em 2002
- Centro Chico Mendes de Agroecologia – Ponta Grossa, inaugurado em 2003

Além dos cursos técnicos, como integrante da Via Campesina o MST oferece cursos superiores na ELAA e no Ceagro; no caso deste, há parcerias com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

Por sua vez, a ELAA foi inaugurada em 2005 no município da Lapa (PR), e é resultado da parceria da Via Campesina com o Governo do Paraná, a Universidade Federal do Paraná, o Governo Venezuelano. A sua prioridade é a formação de quadros⁹⁸ para a atuação nos acampamentos, assentamentos e comunidades rurais com o claro objetivo de adotar a agroecologia como modo de enfrentamento e resistência à matriz tecnológica característica da Revolução Verde. Com duração de três anos, os cursos devem abordar questões teóricas e práticas referentes às ciências humanas e biológicas, além do trabalho de formação política implícito nas atividades.

Dentre os enfoques tratados nos cursos estão aqueles relacionados com a recuperação e conservação do solo, considerados essenciais para reflexão e ação

Campinas, Escolas Família Agrícola, Instituto de Educação Josué de Castro e Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

⁹⁸ Os movimentos que buscam a formação de quadros e já contam com militantes camponeses participando dos cursos de agroecologia são: MCP (Movimento Campesino Paraguai), CONAMURI (Coordenação Nacional de Mulheres Rurais Indígenas) do Paraguai, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), PJR (Pastoral da Juventude Rural) e MMC (Movimento de Mulheres Camponesas).

dos camponeses cujos territórios foram altamente prejudicados pela destruição dos recursos naturais com a adoção de práticas advindas do período da chamada “modernização conservadora”.

Segundo depoimento de Simone Aparecida Rezende (ENGELMAN, 2007) da equipe de pedagogia da ELAA: "Queremos resgatar os saberes populares dos agricultores e construir uma nova teoria científica, fortalecendo a sustentabilidade da agricultura e melhorando a qualidade de vida dos povos”.

Ainda sobre a ELAA, dentre os professores colaboradores, vale citar José Maria Tardin, técnico agropecuário que vem há 12 anos estudando e trabalhando com agroecologia. A partir de 2005, integrou-se ao MST como membro do setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente.

Ao considerar que a educação e a formação são ferramentas fundamentais para a mudança dos padrões técnicos nas atividades agrícolas, e o desenvolvimento de uma racionalidade ecológica, que venham a superar os padrões constituídos numa lógica capitalista, sob uma racionalidade econômica de mundo, o MST tem construído uma base sólida para a transformação presente e futura de tantas realidades locais e o faz ao lado de outros movimentos e organizações, como a AOPA, com atuação no estado do Paraná desde 1995.

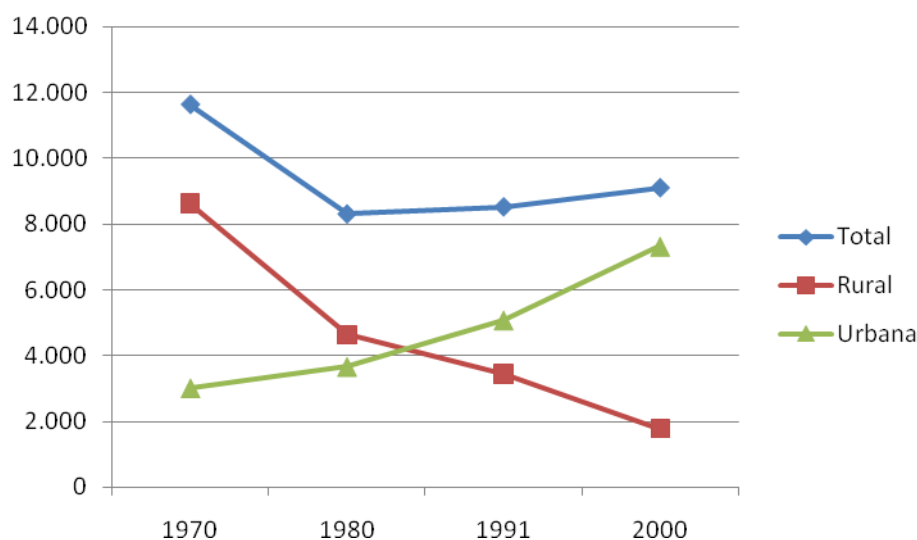
3 A COPAVI como parte do processo de territorialização do MST e da agroecologia

Antes de fazermos um exercício de reflexão sobre o funcionamento do assentamento e da produção, faz-se necessária a referência a alguns processos históricos que marcaram o surgimento do assentamento Santa Maria, na medida em que revelam aspectos importantes sobre as proposições de coletividade, cooperativismo e da própria agroecologia.

3.1 Luta pela terra: Ocupação e acampamento

Paranacity, município no qual se encontra o assentamento Santa Maria⁹⁹, localiza-se na região noroeste do Estado do Paraná e vem apresentando há décadas o processo de êxodo rural.

Gráfico 1 – Paranacity: População total, urbana e rural (1970-2000)



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY, 2007

⁹⁹ A entrada do assentamento localiza-se a 1 km do perímetro urbano, na estrada PR-464, que faz a ligação com o município de Inajá, conforme ANEXO I.

O Gráfico 1. acima aponta que apesar de na década de 1930 a população total municipal ter reduzido em cerca de 30%, a partir de 1980, contudo, a população municipal vem aumentando lentamente.

O histórico da região noroeste do Paraná¹⁰⁰ é marcado por conflitos no campo e disputas de terra que vêm ocorrendo desde meados do século XIX, mas que se acentuaram nas décadas de 1940 e 1950, tendo como principal motivo a concentração de terra e expropriação¹⁰¹ dos bens de produção, de capital e do acesso aos recursos naturais a grande parte da população residente da região¹⁰².

O Assentamento Santa Maria, atualmente gerido por 23 famílias, tem numa mangueira a principal referência simbólica da luta e da conquista da terra. Ao seu

¹⁰⁰ É importante ressaltar que o MST não é o único movimento social atuando no estado do Paraná. Outros movimentos importantes são: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Grupo Xambrê, Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Social Organizado (MSO), Movimento Sonho da Terra (MSONT), Movimento Social dos Sem Terra (MSST), Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil (MTB), Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná (MTRSTP), Movimentos Unidos pela Terra PR (MUT), Organização Agrária Camponesa (OAC), Organização dos Trabalhadores no Campo (OTC), Quilombolas e Via Campesina. (NERA, 2007)

¹⁰¹ Expropriação é o “Processo que resulta na tomada de terra de pequenos proprietários e posseiros por grandes fazendeiros ou empresários. Há, também, a perda de ferramentas e animais, e a destruição de plantações. O objetivo é obrigar, geralmente por meio da violência, a saída da terra.” (SILVA, 2004:130)

¹⁰² A partir da década de 1920, a dinâmica local foi profundamente transformada com a migração de trabalhadores nordestinos trazidos pela BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio), empresa pertencente a Brasil Railway, para trabalhar no cultivo do café. Inicialmente, a BRAVIACO abriu uma estrada de rodagem ligando a fazenda até o rio Paranapanema, estabelecendo uma rota para Presidente Prudente, e outro caminho rumo ao rio Paraná, para escoar a futura produção cafeeira de barco para a República Argentina e o Porto Epitácio – SP, de onde a carga seria deslocada de trem até São Paulo. Em 1929, ano da quebra da bolsa de Nova York e conseqüente crise do café no Brasil, as terras dominadas pela BRAVIACO chegaram a ter cerca de 1.400 famílias alojadas. Na década de 1930, o Brasil passa por conturbações em seu aspecto político, especificamente devido à posse de Getúlio Vargas, e dentre as medidas de intervenção foi imposto um novo governador ao estado do Paraná, o qual imediatamente iniciou uma revisão da situação das concessões até então realizadas em seu território. Nesta conturbada conjuntura, os diretores da BRAVIACO abandonaram a fazenda deixando à própria sorte os colonos ali presentes que logo migraram para outras regiões, contribuindo para a saída de grande parte da população do noroeste paranaense. Em 1942, foi fundado o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), que centralizou a política fundiária do Estado do Paraná, e elaborou um plano de colonização regional denominado “Colônia Paranaíba”, e cujo planejamento dividia as terras da BRAVIACO em glebas de 15.000 alqueires cada uma. A partir de então, diversas outras empresas particulares passaram a organizar e desenvolver projetos de colonização no Noroeste paranaense com a aquisição de terras públicas. Isso também desencadeou a ação de grileiros que através da ação de jagunços violentou posseiros da região, os quais ainda conseguiam sobreviver nas terras já desmatadas.

redor foram construídas as primeiras infra-estruturas para o acampamento: barracos, cozinha e banheiro. (Foto 1¹⁰³)

No dia 19 de janeiro de 1993, como parte da ação estratégica de luta do MST, a área foi ocupada por dezesseis famílias já participantes do Movimento. Os barracos de lona preta foram construídos à revelia do antigo proprietário, Michel Sayão, que ilegalmente havia arrendado a área pelo período de 10 anos para a Usina Santa Terezinha. Depois de diversas solicitações para que a cana-de-açúcar fosse colhida pela Usina interessada, a qual não o fez, os acampados acabaram queimando parte da plantação e colhendo o restante para que pudesse dar início ao plantio de outras culturas. (Foto 2 e Foto 3)

A Usina Santa Terezinha é propriedade da família Meneguetti, que há 20 anos está na presidência da Federação dos Agricultores do Estado do Paraná (FAEP), pertencente ao Grupo Usacúcar, cuja principal atividade é a exportação do açúcar produzido na região norte e noroeste do estado do Paraná e que atualmente conta com quatro unidades de produção agroindustrial.

A ilegalidade se explica pelo fato de esta propriedade, denominada Fazenda Santa Maria, ter sido classificada como improdutivo e desapropriada para fins de Reforma Agrária pelo Decreto Presidencial nº 96.259 do INCRA no ano de 1988. (PEREIRA: 2000). Deste modo, o proprietário da Fazenda Santa Maria não tinha o direito legal de arrendar a área por tal período, já que a qualquer instante a área deveria ser concedida aos assentados da reforma agrária. O INCRA teve de entrar na justiça e somente quatro anos depois, em 1992, foi publicado no Diário Oficial da União a emissão de posse da área ao INCRA por meio da resolução nº 306 de 12 de novembro de 1992.

Tal notícia logo chegou à direção estadual do MST no Paraná¹⁰⁴, que rapidamente mobilizou famílias para ocupar a Fazenda Santa Maria. No entanto, havia uma preocupação: a luta deveria resultar num assentamento que pudesse colocar em prática os direcionamentos políticos do Movimento.

¹⁰³ Todas as fotografias mencionadas ao longo do texto estão destacadas entre parênteses e encontram-se na seção ANEXO II, por ordem crescente de numeração.

¹⁰⁴ Em 2008 o MST no Estado do Paraná reunia trinta Brigadas, envolvendo 15 mil assentados e 7 mil acampados. (CARVALHO, 2008)

O contexto histórico vivenciado pelo MST no final de 1992 era o de aprofundamento das reflexões sobre as formas de **luta na terra**. Foi o período em que o MST publicou, junto à CONCRAB e CCA-PR, diversos cadernos de formação e de produção, além de cartilhas, buscando disseminar as reflexões acumuladas pela direção, coordenação e grupos de estudo do Movimento. Lembramos ainda a criação da COPAVI acontece apenas dois anos depois da criação do SCA.

Nesse sentido, o processo de decisão pela organização e produção coletiva que marcou a história da COPAVI vai ao encontro do que MARCOS (1998:58) aponta como práticas necessárias para a “concretização de mudanças”. Ainda que tenha sido imposto que, naquele dado território, seria realizada uma experiência coletivista, os Sem Terra, militantes ou não, que acamparam em Paranacity, o fizeram por se identificarem e desejarem tornar realidade o que ainda era somente um sonho.

Para os assentados que tinham experiência como lideranças regionais e estaduais ou como militantes do MST, ou ainda integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Partido dos Trabalhadores e do movimento sindical, a ocupação da Fazenda Santa Maria se constituiu numa tentativa de colocar em prática os ideais de uma sociedade socialista no campo, por meio da coletivização dos meios de produção, organizados em uma cooperativa. Para outro grupo de assentados, a ocupação significava o meio mais rápido e mais fácil de conquistar o bem estar de sua família, movidos pelo ideal da solidariedade e “trabalho duro”, que sempre praticaram enquanto camponeses, no seu local de origem. No entanto, os dois grupos têm, em comum, a não exploração do outro como um valor moral, na experiência coletiva. (PEREIRA, 2000: 17)

As pessoas predispostas a viver e trabalhar coletivamente foram identificadas pelos militantes das coordenações regionais e estadual do Paraná¹⁰⁵. Eram famílias e indivíduos acampados nos inúmeros acampamentos localizados nas regiões próximas ao noroeste do Paraná. A maioria desses Sem Terras já se encontrava há, pelo menos, dois anos na luta pela terra sob organização do MST. A família Calza¹⁰⁶, por exemplo, chegou a ficar cinco anos¹⁰⁷. Seus relatos apontam para uma trajetória de diversas ocupações, despejos e acampamentos.

¹⁰⁵ As famílias que participaram do acampamento em Santa Maria, em sua maioria, eram famílias que estavam acampadas em outros municípios e regiões. Houve casos de famílias que já estavam assentadas. A organização do Encontro Estadual do MST, na época, propiciou a articulação da militância para identificar e convidar as famílias consideradas mais adequadas ao novo projeto de assentamento.

¹⁰⁶ Moram no assentamento 8 pessoas da família. O casal Ildo e Dirlei Calza teve as duas primeiras filhas, do total de cinco filhos, ainda acampados.

Cada indivíduo e cada família que fundou a COPAVI poderia identificar em suas histórias de vida os principais motivos que potencializaram o desejo por uma forma alternativa à individual e familiar de organização e produção. A luta pela terra representa o encontro dessas histórias. Portanto, ao lutar pela terra, essas famílias encontraram um espaço a mais de sociabilização política, podendo estabelecer relações solidárias e de cooperação.¹⁰⁸

A gente sempre pensava, temo que tá todo mundo unido. A união deixa a gente mais forte. Isso nosso pai sempre dizia. O pessoal do movimento também nos ajudou muito, sempre falavam para nós, que o jeito melhor de enfrentar tudo é estar unido. Daí eu penso a vida no tempo no acampamento também ajudou o grupo a decidir pelo coletivo. E como você ta vendo, ta dando certo. A gente trabalha mais, mas vê crescer mais também. (PAGAMUNICI, 2001:117)

No entanto, conforme alegam alguns autores como SOUZA (1988); MARCOS (1998) e MOURA; RAMOS (2005), são recorrentes os casos de assentamentos onde houve intervenção de forma hierarquizada por parte das lideranças e da direção de movimentos sociais, sem a devida participação e envolvimento das famílias pré-assentadas, desejando fazer dos assentamentos territórios de implantação de práticas coletivistas e cooperativistas de organização social e da produção.

Segundo os autores, a maioria desses coletivos acabou se dissolvendo. De fato, dificilmente seria possível consolidar trabalhos de cooperação, baseados na autogestão e nas relações de confiança, respeito e cooperação, sem que os sujeitos, que cotidianamente tornariam o “sonho” realidade, acreditassem na proposta política e compartilhassem valores e aspirações. Como bem coloca MARCOS (1998:57): “Ao imporem práticas coletivas sem o devido preparo, estas lideranças vão contra os anseios destes camponeses e minam toda e qualquer possibilidade de uma realização, posterior e com sucesso, deste tipo de prática.”

¹⁰⁷ Segundo entrevista realizada com a família no dia 05/03/2006, por Paula Camargo.

¹⁰⁸ Durante os trabalhos de campo realizados (entre 2004 e 2006), diversos assentados entrevistados disseram que a COPAVI representa um “ambiente seguro para moradia”, “longe da violência das cidades”, liberdade para as crianças. Terra para trabalhar, alimentar a família, dignidade.

Cabe ressaltar que a decisão comum e prévia pela coletividade é fundamental para a continuidade dessas experiências, porém certamente ela não é o único fator determinante. Cada experiência traz consigo complexas relações sociais entre os assentados, destes com o território, com a sociedade, tudo e todos inseridos no modo de produção capitalista, que cria e recria formas de sujeitar os sujeitos sociais à sua lógica.

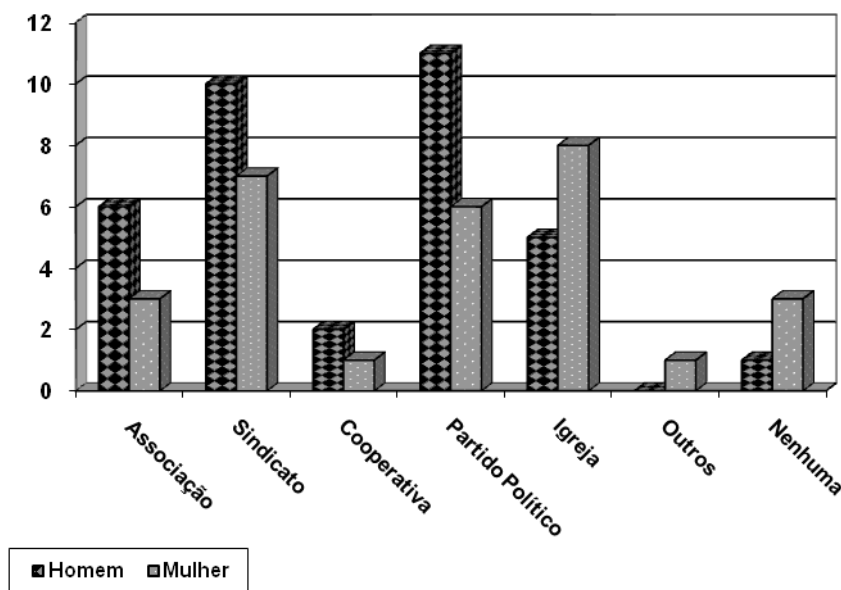
Para tanto, temos o âmbito individual que considera cada assentado segundo sua cultura política¹⁰⁹, conforme apresenta SOUZA (1998):

[...] como possuidor de um conhecimento empírico (vivenciado nas diferentes atividades anteriores, tais como posseiro, arrendatário, pequeno proprietário, desempregado), portanto resultado de experiências e da transmissão oral por parte da família. Com relação aos valores, seriam centralizados no trabalho, na família e na terra, centrados na figura do pai/marido – na maioria dos casos -, importância da terra enquanto sobrevivência e herança para os filhos; relações de trabalho do tipo familiar e mutirão. As atitudes com relação ao cotidiano são centralizadas nas decisões familiares e autonomia com relação à produção; participação do tipo presença, em reuniões de sindicatos, partidos e movimentos. Atitudes orientadas por objetivos preestabelecidos e que possam beneficiar a família. (SOUZA, 1998: 25)

Os primeiros assentados na COPAVI foram sujeitos históricos na decisão da forma de organização futura na terra em que seriam assentados. Conforme mostra o Gráfico 2, abaixo, a COPAVI foi constituída por indivíduos que já participavam em espaços coletivos de discussão e decisão.

Gráfico 2 – Participação da População Adulta do Assentamento Santa Maria em outra organização

¹⁰⁹ Apresenta a cultura política a partir das dimensões dos conhecimentos, valores e das atitudes.



Fonte: GUHUR, 1998:11¹¹⁰, apud PAGAMUNICI, 2001:117

Quanto à forma de **luta pela terra**, desde o início do movimento já se sabia que a ocupação de terra era o “instrumento mais eficaz de pressão para conquistar terra para os trabalhadores.”¹¹¹ (STEDILE; SÉRGIO: 1993)

E viemo pra Paranacity. Troxemo quinze saco de bugiganga...ropa, panela, um pouco de comida, essas coisa que deu prá trazer no bagagero do ônibus. Passemos cinco ônibus pra chegar em Paranacity. (...) Fiquemos quase dois anos de baixo da lona ali.” (entrevista realizada por GREMPEL, 2001: 70)

Durante o período de acampamento, as famílias do MST chegaram a sofrer diversos tipos de pressão já que a área que já se encontrava disponível para reforma agrária também era pleiteada por famílias do município e tinham, assim, o apoio do então Prefeito José Bonifácio Mourão e de sindicalistas rurais, os quais supostamente tinham realizado acordo com a Usina que arrendou as terras, fato que fez com que tais famílias ficassem aguardando a liberação da área pacificamente. No entanto, o grande diferencial de luta foi o fato de as famílias do MST estarem justamente acampadas reivindicando o uso da terra para plantar e viver. A resolução desse

¹¹⁰ GUHUR, Dominique Michele Perito. Levantamento, diagnóstico e planejamento de um assentamento de reforma agrária visando seu manejo sustentável. Maringá, 1998, pp.86. Estágio curricular (Graduação em Agronomia). Universidade Estadual de Maringá.

¹¹¹ No I Congresso, realizado em 1985 em Curitiba, o MST criou duas palavras de ordem que demonstram a opção por esta estratégia de luta e sua força: “ocupação é a única solução” e “Terra não se ganha, terra se conquista”.

conflito se deu com uma negociação direta com as famílias de Paranacity e uma intervenção do então prefeito que, em entrevista para o Jornal Brasil de Fato, revelou: “Naquele tempo, falar em sem-terra, em reforma agrária era bicho-papão, algo assustador. Eu tinha que ficar no lado dos locais.” (Brasil de Fato, 2005: 08)

Na mesma reportagem sobre a COPAVI, outro relato de José Mourão sobre o período da ocupação da Fazenda Santa Maria mostra que a chegada do Movimento à Paranacity provocou alterações no uso das terras dominadas pelos latifundiários, os quais passaram a temer novas ocupações:

Quando o pessoal da COPAVI chegou, havia uma grande dificuldade para arrendar um pedaço de terra junto aos fazendeiros. Com medo de possíveis ocupações, eles passaram a arrendar terra para plantar mandioca, algodão e, principalmente, cana para usina. Isso contribuiu não só para o município, mas para toda a região, pois criou mão-de-obra no campo. (Brasil de Fato, 2005: 08)¹¹²

Tendo em vista as diretrizes nacionais e estaduais do Movimento, ao longo do processo de negociação da área para fins de reforma agrária, a coordenação regional do movimento conseguiu debater junto aos técnicos do INCRA uma proposição de assentamento coletivo, evitando que o mesmo fosse dividido em lotes individuais¹¹³.

Para o Movimento, conseguir junto ao INCRA que o uso da área não fosse concedido individualmente a cada assentado, representaria a garantia da área como coletiva e, portanto, a manutenção da experiência de trabalho e vivência coletivos.

Nesse sentido, caso houvesse desistências, não haveria fragmentação do território, o que representaria um obstáculo físico para a continuidade das atividades produtivas coletivas, uso dos recursos naturais e de infra-estrutura, e mesmo para a sociabilidade interna.

A forma de organização social e econômica pretendida para o assentamento exigia uma organização territorial diferente daquela comumente utilizada nos assentamentos de lotes individuais.

¹¹² Certamente um estudo da dinâmica agrária nas décadas de 1980, 1990 e 2000 de Paranacity e seus municípios vizinhos poderia demonstrar se houve ou não alterações na estrutura fundiária e uso da terra decorrente da ação do movimento socioterritorial que é o MST, compreendendo novas territorialidades das agriculturas camponesa e capitalista.

¹¹³ O trabalho de ZANI (1994:21) faz referência ao planejamento inicial realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) para a área desapropriada, o qual propunha a constituição de uma agrovila rural com 50 famílias.

Se num primeiro momento o formato de cooperação e coletivização do trabalho determinou que a área do assentamento não devia ser dividida entre os assentados e nem estaria a eles vinculada judicialmente, e sim à cooperativa, num segundo momento a prática cotidiana de trabalho e vivência somente reforçou a necessidade de tal arranjo espacial.

As condições físicas da área destinada ao assentamento também influenciaram na aprovação da coletivização da terra. O município de Paranacity encontra-se sob a Região do Arenito Caiuá. Segundo estudos realizados pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), a partir de amostras colhidas no assentamento, “os solos da área são de maneira geral arenosos, pouco fértil (distróficos) susceptíveis à erosão, com baixo teor de matéria orgânica.” (ZANI, 1994: 21), o que torna a terra pouco produtiva. Prejudicando ainda mais a qualidade do solo, por décadas houve o uso intensivo pela monocultura da cana.

Nesse sentido, para viabilizar a produção numa área cujos aspectos físicos encontravam-se, de certo modo, comprometidos¹¹⁴, o uso coletivo dos recursos naturais existentes e manejo ecológico do solo¹¹⁵ acabaram sendo considerados aspectos que poderiam potencializar o desenvolvimento econômico do assentamento.

[...] por ser uma terra muito fraca, é muito provável que de forma individual, algumas famílias não teriam condições de produzir, haja vista que em determinados lugares do assentamento simplesmente não se conseguia produzir quase nada. Então, essas áreas puderam ser recuperadas, e outras foram utilizadas para reflorestamento e também para a produção de madeira, que hoje é utilizada nas caldeiras das agroindústrias como lenha. (STRONZAKE, 2006: 29)

Os Sem Terras acampados e o MST tiveram nesse momento, portanto, duas conquistas, uma resultado da luta pela terra e outra a possibilidade de lutar gestar uma organização espacial de assentamento diferenciada.

Suzana Ribeiro (2002), em sua dissertação de mestrado, coloca sua percepção sobre o significado da conquista da terra para os Sem Terra:

¹¹⁴ Além dos aspectos pedológicos e geológicos, na área desapropriada havia 30ha de florestas consideradas “Reserva Legal” e protegidas pelo Código Florestal Federal.

¹¹⁵ Naquele momento já se pretendia realizar uso diversificado do solo, com rotação de culturas e adubação orgânica e verde. São formas de manejo que podem ser identificadas em diversas culturas, há centenas de anos.

Durante o trabalho de campo, observei a visão que indivíduos e núcleos parentais têm da trajetória de luta pela posse da terra e qual a importância que dão ao MST como catalisador e requalificador desse processo.

A conquista da terra é sempre relacionada à ação do movimento social, mas nunca como um processo alheio. O movimento social não aparece nesses discursos como um agente externo. Percebo que cada um dos colaboradores sente-se parte dele e estão cientes de que, se não fosse por seu engajamento pessoal na luta, as conquistas não teriam sido realizadas. (RIBEIRO, 2002: 163)

Na COPAVI, os assentados sentem-se parte do MST, cada um contribuindo do seu modo, na terra ou na Secretaria Regional, para o alcance de novas conquistas. Os momentos passados em campo possibilitaram notar que muitos dos discursos e linhas políticas do MST são, na verdade, desafios pessoais e, por assim ser, os Sem Terra seguem confiantes na luta. Na compreensão de que são os grandes responsáveis pela construção do assentamento Santa Maria, carregam a alegria de estar servindo como um exemplo para a sociedade de “construção de um novo estilo de viver e produzir no campo”, e lutando para que tal mudança não se restrinja a alguns caso-modelos de assentamento rural¹¹⁶. Ganhar a posse da área da Fazenda Santa Maria representou, portanto, poder continuar lutando.

3.2 A luta na terra: Assentamento Santa Maria

“quebrei cercas, derrubei muros, abri portas”

Frei Betto

A COPAVI, por ter se tornado um assentamento modelo (MST, 2008c) em diversos aspectos, tais como “cooperação de trabalho”, “coletivização dos meios de produção” e “produção agroecológica”, tem sido correntemente citada em diversos meios de comunicação¹¹⁷ como um assentamento rural que “prova” a viabilidade da

¹¹⁶ Consideramos que mesmo os modelos não estão livres de processos contraditórios, em que muitas vezes aquilo que chamamos de resistência acaba sendo absorvido pelo modo de pensar vigente, tornando-se forma recriada para a reprodução ampliada de capital.

¹¹⁷ Há reportagens publicadas pelos próprios veículos do MST, como Jornal Sem Terra, pelas revistas Piauí e Contábil, assim como por jornais como Correio Popular.

reforma agrária, transparecendo a luta por uma nova sociedade. Comum a todas as matérias publicadas, está o destaque às sobras monetárias obtidas pelos sócios da cooperativa.

A divulgação da experiência não tem sido alvo somente de repórteres, mas também de estudantes do ensino médio e universitários, políticos brasileiros e de outros países da América do Sul, funcionários do INCRA, militantes do MST e de outros movimentos, e, mais recentemente, do Secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Paul Singer. (MST, 2008a; MST, 2008b).

Para visitar a COPAVI, é necessário agendar visita e ter o acompanhamento de um sócio responsável. Assim sendo, a cada visita institucional (Foto 4) que a cooperativa recebe, é necessário reorganizar a divisão interna de trabalho. Todavia, os assentados compreendem os possíveis benefícios políticos e econômicos de tais visitas, como ressalta o assentado GUMIEIRO:

A COPAVI [...] ela tem um grande papel, que é o papel, primeiro, de dar essa imagem da reforma agrária possível no campo, que não é só aquela imagem individual, e tal. Acho que a COPAVI tem esse papel de fazer isso. E ela tem outro papel, dentro da questão da reforma agrária, que é da propaganda da Reforma Agrária. Esse é o papel fundamental do grupo. A reforma agrária é possível, é viável e é necessária. Acho que essa que é a urgência. E tá certo. Tá aí. Não é invenção. Tá acontecendo. Esse é o papel dela. Do conjunto. (Adilson Gumieiro em entrevista realizada por Paula Camargo em 27/02/2006)

Na COPAVI, a terra é de trabalho. E muito trabalho. Os cooperados conseguiram impedir a continuidade da territorialização do capital naquela área. Desde então, resistem à monopolização do território pelo capital¹¹⁸. Resistem à pressão do capital sobre todas as formas de produção que não reproduzam a sua lógica de exploração do trabalho alheio para a produção de mais valia. É, principalmente neste ponto, da reconquista do trabalho e da sociabilização, que a COPAVI configura-se como um dos casos de produção coletiva, numa luta cotidiana, e nem sempre vitoriosa, de resistência às inúmeras formas de sujeição e subordinação recriadas continuamente pelo capital.

¹¹⁸ A resistência é necessária vide os assentamentos que, entre outros motivos, pela ausência de políticas públicas que favoreçam a viabilidade socioeconômica dos assentamentos rurais, voltam a se subordinar à monopolização de seus territórios pelo capital, por meio da agroindústria da cana e da laranja e complexos granjeiros, por exemplo. (FILHO, 2008)

A conquista das terras de Santa Maria foi oficializada pelo INCRA em maio de 1994. A terra pertencente à Brigada Iraci Salete Strozake possui área de 256,52 hectares e pôde ser coletivizada.

Sem lotes, sem cercas internas, sem separação de plantações ou criações de animais por assentado e nenhuma exclusividade sobre as agroindústrias de pequeno porte ali instaladas. Ali não há propriedade individual e é assim que vivem os assentados em Santa Maria, num processo cotidiano de superação de valores incrustados nos indivíduos que nascem e são educados na lógica capitalista de produção capitalista. A única exclusividade refere-se à área de 450m destinada à casa e ao jardim de cada uma das famílias, cuja propriedade é mantida em nome da cooperativa. Os quintais destas, porém, também não têm muros. (Foto 5)

Antes mesmo da posse da área, foi aprovado em 10 de julho de 1993 o Estatuto Interno da Cooperativa em Assembléia. (Foto 6) Passados quatro meses, em 16 de outubro, foi definido o Regimento Interno para a constituição de uma Cooperativa de Produção Agropecuária cujo nome seria “Vitória”. Os dois documentos¹¹⁹ são até hoje as principais referências para o ordenamento e a organização das relações sociais e produtivas dentro do assentamento. O conteúdo de ambos evidencia a organicidade e as linhas políticas do MST.

Especificamente quanto aos objetivos da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI: 1993), consta no Regimento Interno¹²⁰ que:

CAPÍTULO I – DA EMPRESA

Art. 3º - A COPAVI tem por objetivo:

Ser uma Cooperativa de Produção, Comercialização e Industrialização em vista de organizar o trabalho de seus sócios.

Liberar mão-de-obra para contribuir no M.S.T e seus setores de organização;

Ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da reforma agrária e do interesse de seu quadro social;

Dar exemplo através dos resultados econômicos e social de que a reforma agrária dá certo;

Especialização de mão-de-obra;

Garantir a participação nas decisões, execução, controle e divisão das sobras através de gestão democrática. (COPAVI, 2002: 03)

¹¹⁹ O Estatuto da Cooperativa e o Regimento Interno constam dos ANEXOS III e IV, respectivamente.

¹²⁰ Após aprovação do Regimento Interno em 1993, por duas vezes foram realizadas assembléias para alterar o conteúdo do mesmo, uma em 2000 e a última em 2002.

E segue:

CAPÍTULO I – DA EMPRESA

Art. 1º A COPAVI está ligada à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB – através da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná, fazendo parte do planejamento e dos projetos do Sistema Cooperativista dos Assentados.

Art. 2º A COPAVI segue as orientações políticas ideológicas do movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – M.S.T. definidas em suas linhas políticas, princípios e símbolos a nível Nacional, Estadual e Regional. (COPAVI, 2002: 03)

A COPAVI passa a nortear “o caminho que o assentamento como um todo segue, tanto nas linhas financeiras quanto políticas, sabendo que as famílias aqui assentadas participam ativamente e seguem a ideologia e as reformas propostas pelo MST” (COPAVI, 2000:1-2)

Desse modo, passa a estabelecer para si a cooperação em todos os níveis da produção, desde a obtenção de créditos e financiamentos e compra de insumos externos, passando pela produção, até a comercialização. Para além das atividades produtivas, ao coletivizar o uso da terra e dos recursos locais, a COPAVI tem também na cooperação a base para o relacionamento entre os assentados.

As características ideais segundo a CONCRAB (1996) para as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) coincidem com a realidade que foi construída na COPAVI:

- Terra: a terra permanece sob controle coletivo. (...) O título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, mas pode haver título em nome da CPA;
- Capital: todos os investimentos de capital acumulado estão sob controle da CPA. Como a cooperativa tem capital social, esse é subdividido em quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. (...);
- Trabalho: o grupo de produção coletivizada ou associação, organiza-se internamente através dos setores de produção e serviços (...);
- Planejamento da produção: os planos de produção são centralizados no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, definem-se as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas (...);
- Moradia: normalmente organiza-se em agrovilas. O esquema de moradia se diferencia apenas no tamanho do lote para a construção das casas [...] (CONCRAB, 1996: 16-17, apud MELLO, 2000: 71)

Para os assentados, a conquista não estava apenas na terra, representava novos sonhos e desafios, tais como: “Participação”, “Justiça nas Relações de Trabalho”, “Justa Distribuição de Renda”, “Respeito ao Meio Ambiente”, “Auto-Gestão”, “Gestão Administração Coletiva e Transparente” e “Instrumento de Defesa da Reforma Agrária” (STRONZAKE, 2007b).

Contudo, nos primeiros anos após a ocupação, as famílias tiveram extrema dificuldade para conseguir se estabelecer e sobreviver. Sem recursos iniciais e ainda com a área do assentamento ocupada com a cana da Usina que havia feito o plantio, portanto, sem área para poder plantar, as famílias tiveram que vender sua força de trabalho durante dois anos como diaristas e bóias-fria.

Deve ser destacada a relação com a Igreja Católica local que, desde o período de acampamento, apoiou e auxiliou a luta por meio de doações de alimentos e roupas e, sua principal contribuição, ter se colocado a favor do MST. Em tal período, foi estratégica a organização de uma missa, em 18 de abril de 1993, quando a Igreja se posicionou publicamente a favor da causa dos acampados e divulgou uma carta aberta à população. Após este ato, a população local passou a ser mais receptiva e solidária com os Sem Terra do MST.

3.2.1 Vivência em coletividade

Dentre os autores que têm estudado formas alternativas de organização da produção praticadas pelo campesinato em busca de maior satisfação de suas necessidades, tomaremos como principal referência para nosso estudo na COPAVI tendo como base a leitura dos trabalhos de Valéria de Marcos (1996; 1998). Segundo a autora, ao viver e/ou produzir coletivamente ou comunitariamente, estes camponeses conseguem se unir contra a sua submissão à lógica capitalista.

MARCOS (1998) retoma o embate teórico ocorrido no século XIX entre o geógrafo Piotr Kropotkin e o filósofo Mikhail Bakunin¹²¹, no qual os dois anarquistas apresentam pontos convergentes e divergentes sobre formas de organização da produção, destacando que ambos:

¹²¹ Nos trabalhos de MARCOS (1996; 1998) são citados diversos outros teóricos socialistas e anarquistas que contribuíram para o debate sobre “formas de organização”.

[...] defendiam que a propriedade e os meios de produção deveriam ser comuns a todos, e que cada indivíduo deveria dedicar-se às atividades às quais possuía maior aptidão, de acordo com as suas possibilidades. MARCOS (1998:42)

O MST, como visto anteriormente, considera a organização coletiva da produção e da terra como a forma mais complexa de cooperação no campo, a qual melhor contribui para a formação da consciência camponesa. A operacionalização do trabalho coletivo para o MST ocorre a partir da cooperação, divisão do trabalho e da apropriação dos resultados da produção, em forma de produto ou dinheiro, segundo o trabalho realizado por cada um. E é exatamente quanto à apropriação dos resultados do trabalho que aparece uma das discordâncias encontradas entre Kropotkin e Bakunin.

O grande ponto de discórdia entre eles estava na forma de apropriação dos frutos do trabalho realizado, fato que irá provocar o surgimento de duas correntes divergentes, a coletivista, defendida por BAKUNIN, e a comunista, defendida por KROPOTKIN. (MARCOS, 1998:50)

Por um lado, Bakunin defendia a tese de que:

[..] tal apropriação deveria se dar de acordo com o trabalho realizado, de onde a máxima 'de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho'. (MARCOS, 1998:50).

Kropotkin, entretanto, considerava que se a apropriação ocorresse segundo o trabalho de cada um, criar-se-ia uma necessidade objetiva de saber quanto cada um trabalhou o que, por sua vez, criaria a necessidade de ter alguém controlando e medindo o trabalho dos outros integrantes, papel semelhante ao do “chefe capitalista” que supervisiona e controla o trabalho dos demais e que aparentemente, ao menos, não condiz com a “liberdade” buscada pelos anarquistas.

Para o geógrafo, a apropriação deveria ocorrer “de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades.” (MARCOS, 1998:50).

A partir destas contribuições teóricas, podemos afirmar que a COPAVI se organiza de forma coletivista semelhante à apresentada por Bakunin, mais próxima inclusive da experiência que tiveram os países socialistas do leste europeu. Adiante neste trabalho, ao falarmos estritamente sobre a produção, ficará evidente como ocorre à supervisão e o controle das horas trabalhadas por cada sócio da cooperativa, e

como são essas horas que serão multiplicadas pelo valor/hora que a cooperativa estabelece para compor o rendimento mensal do cooperado.

Vale destacar que na COPAVI existe hierarquização das tarefas diárias entre quem supervisiona, coordena e planeja até quem executa, porém não há diferenciação quanto ao retorno financeiro segundo a atividade exercida; o valor hora é o mesmo para o trabalho realizado nas agroindústrias, na administração ou horta.

O cálculo do rendimento mensal do cooperado considera a dedução de alguns itens, como o gás de cozinha, que venham a ser consumidos pelo próprio indivíduo ou parentes não cooperados que vivem no assentamento.

Independentemente das necessidades de cada indivíduo ou família, o rendimento familiar será a soma do valor resultante das horas trabalhadas por cada cooperado menos as deduções dos itens diversos¹²².

Durante o campo, foi possível verificar casos em que havia apenas um membro, de uma família com sete¹²³, recebendo o valor/hora integral resultante de seu trabalho. Como saída para poder obter um rendimento que suprisse suas necessidades, este único membro da família buscava estar sempre disponível para trabalhar além do horário padrão.

A organização coletiva da produção é mencionada por MARCOS (1998:48), que aponta seu raio de alcance ao citar inúmeras experiências, como o mir russo, os kolkozos e os sovkozos, as cooperativas de produção e as comunas populares na China, e mesmo as cooperativas e grupos coletivos de movimentos como o MST.

Dentre os territórios organizados pelo MST¹²⁴ que continuam articulados ao movimento mesmo após a posse da terra, a experiência vivenciada pelos assentados da COPAVI não é a que encontraremos com maior frequência.

Considerando que os assentamentos individuais continuam sendo a forma de organização espacial mais aceita pelos assentados, quando a cooperação atinge o

¹²² Além do gás de cozinha, são deduzidos os gastos no refeitório coletivo e o consumo de produtos processados produzidos pela COPAVI.

¹²³ Neste caso específico, dos sete membros, apenas um membro recebia o valor integral e outros dois outros membros recebiam apenas parte do valor/hora por ainda não terem idade para serem associados. No Capítulo 4 será abordado, de forma mais detalhada, a organização do trabalho na cooperativa do assentamento Santa Maria.

¹²⁴ Para a apresentação deste trabalho não foi possível identificarmos e mapearmos as diversas formas de experiências cooperativas e coletivas do MST, cujo levantamento no tempo-espaço seria bastante enriquecedor para a compreensão das formas alternativas de produção e organização.

nível da produção, normalmente está relacionada a formas de ajuda mútua que visam alcançar objetivos específicos, tais como a preparação da terra para o plantio, a compra de algum insumo, a reunião dos produtos para a venda conjunta etc.

Há casos de organização coletiva da produção e uso compartilhado de maquinários, mas sem que haja coletivização da terra. Por fim, existem também outras experiências em que parte das terras é coletiva, direcionada ao uso comum, e são mantidos os lotes individuais.

Nessa longa trajetória do MST, muitos têm sido os aprendizados. A cultura camponesa que vimos no Capítulo 1, com toda a diversidade nela presente, quando submetida à estrutura cooperativista e coletivista do MST, defronta-se com a necessidade de revisar valores, atitudes e concepções de mundo. Se, por um lado, após muita luta finalmente esses camponeses conseguem voltar a terra e quer nela poder trabalhar e sustentar suas famílias, por outro, a cooperação no trabalho, como é proposta, traz esperanças de que “juntos são mais fortes”, podem produzir mais, ratear as despesas grandes iniciais, e conseguir ganhar mais (alimento e dinheiro) em menos tempo.

No entanto, aquilo que parece ser um estágio avançado de “ajuda mútua”, carrega, na realidade, novas formas estruturantes do tempo, do espaço, da linguagem e do trabalho.

A cooperação agrícola acaba sendo, assim, bem mais do que um desafio coletivo. É um desafio individual, pois implica a transformação do modo de vida de cada camponês. Aquilo que é da prática coletiva, nem sempre coincide com a prática, os interesses e os valores individuais. Iniciam-se, então, os choques.

Dentre aqueles identificados nos trabalhos de campo e na bibliografia consultada, há o embate entre a forma cooperativista de produção e o anseio de liberdade para a regulação do seu próprio tempo, contrapondo o tempo do cooperado ao do camponês, conforme aponta RIBEIRO (2002):

Com a minha percepção imersa no mundo cotidiano da cidade, demorei em entender a “violência” que representava para os assentados ter que levantar cedo e ir para o trabalho, na hora marcada. Isso era natural para mim. Somente depois de conviver com assentados que trabalham em seu lote com mão-de-obra de sua família, é que pude perceber a possibilidade de escolha e decisão sobre seu trabalho. (RIBEIRO, 2002: 202)

Para além do tempo do trabalho, a “violência” também se apresenta no tempo do “não-trabalho”, o chamado “tempo livre”.

Quando algum sócio da cooperativa deseja receber seus parentes não residentes no assentamento, por exemplo, o Regimento Interno determina que naquilo que impacta na Cooperativa, o encontro poderá ter “um dia útil, mais dois meio-dias de folga [...], em concordância com os demais membros da atividade ou departamento.” (COPAVI, 2002:4). Segundo relatos obtidos em campo, por vezes ocorre dos sócios acabarem ficando mais tempo com suas visitas do que o permitido pelo Regimento. No entanto, a produção está assentada num formato de divisão do trabalho que não permite que os cooperados fiquem ausentes de suas funções por longos períodos, sem que isso provoque a necessidade de reajuste nos departamentos produtivos aos quais estão atrelados.

Na COPAVI, parte dos assentados que acabaram saindo da cooperativa e mesmo os atuais sócios questionam o volume de dedicação ao trabalho demandado pela cooperativa, como apontam os relatos obtidos no trabalho de GUMIEIRO (1999):

[...] já teve gente que questionou que já vieram de individual para a cooperativa, achavam que não era preciso trabalhar tanto, pensava né. Foi um engano quem pensou que vinha aqui para não trabalhar. (GUMIEIRO: 1999, 39)

Só trabalho [...] É de segunda a segunda. A convivência familiar é reduzida, não te sobra tempo para nada, nem para arrumar um negócio. [...] Olha, aqui tu não tem acompanhamento nenhum, não tem tempo nem para assistir um jornal e lá a gente tinha mais informações, aqui tu não tem tempo.

[...] família aqui não é valorizada, é valorizado o trabalho, só trabalho. Trabalho é o trabalho e família se tiver oportunidade. (GUMIEIRO: 1999,40)

[...] convive uma hora e meia com a criança, ela está vivendo totalmente isolada da gente, e a gente no serviço o dia todo e é muita carga horária de serviço e exige disso aí senão não funciona muita coisa. Então tu não tem liberdade, falta liberdade. (GUMIEIRO: 1999,47)

Outro exemplo decorre da exigência posta pelo Regimento Interno quanto à comprovação de doença via apresentação de atestado médico. Durante a pesquisa de campo não foi constatada se, de fato, é prática comum na cooperativa.

No trabalho realizado por PAGAMUNICI (2001), ao comparar a relação entre o tempo do trabalho e o tempo livre de um assentamento individual com o coletivo da COPAVI, o pesquisador coloca:

Quanto ao tempo de trabalho e tempo livre, percebemos que, enquanto no assentamento Santa Maria, uma das metas da cooperativa é contabilizar o máximo de tempo possível para a ascensão econômica, porque os assentados entendem que horas de trabalho significam produção; no assentamento Oziel Alves Pereira, o tempo é o tempo da “semente”, ou seja, uma vez plantada é só manter os cuidados necessários e aguardar a época da colheita. Sendo assim, os assentados do Oziel Alves Pereira não vislumbram um ritmo frenético à lavoura, o que ficou expresso nas palavras do assentado Gilmar, ao ser questionado a respeito da possibilidade das nossas visitas atrapalharem o andamento do trabalho, respondeu-nos: Quando vocês quiserem vir aqui ficam à vontade, nós sempre estamos aqui, a roça já está plantada, agora é só ver crescer. Tempo pra conversar nós temos, é o que não falta. PAGAMUNICI (2001)

De tal modo que, para o camponês que está acostumado a tratar destas questões exclusivamente com sua própria família e tendo como valor a sua “palavra”, a presença de um item no Regimento que implique a necessidade de um atestado médico ou que limite o tempo a ser compartilhado com seus parentes, não dispor de tempo para a convivência diária familiar, provoca-lhes, no mínimo, forte estranhamento. Em outras palavras, a proposta do MST de organização coletivista, normalmente sob a forma de cooperativa, prevê normas de trabalho e comportamento que enfatizam o indivíduo, surpreendendo aqueles assentados que vinham estabelecendo relações comunitárias, e cujos referenciais nas atividades produtivas têm que ser transferidos da autoridade do pai para a da “cooperativa”. (PEREIRA, 2000)

Os entranhamentos entre os modos de vida provavelmente têm relação direta com o fato do grupo de famílias que atualmente reside no Assentamento Santa Maria não ser exatamente o mesmo que fundou a COPAVI em 1993. Das 23 famílias que moram no assentamento, e somam 77¹²⁵ pessoas, apenas nove chegaram a vivenciar os 16 anos de sua história. Desde o primeiro trabalho de campo voltado ao TGI, realizado em outubro de 2004, chegamos a conhecer três famílias que preferiam continuar a luta em outros lugares e sob novas formas de organização da sua vida¹²⁶.

¹²⁵ Aproximadamente 30% deste total são crianças.

¹²⁶ Dentre as três famílias, uma delas deixou a COPAVI recentemente, em abril de 2008. Estava há 15 anos no assentamento e tinham papel de lideranças no assentamento. Quanto ao procedimento para saída de alguma família da Cooperativa, o Regimento esclarece: “Capítulo II – dos Sócios. Art. 8º (...) § Único. – O sócio que não quiser ou vier a desistir de ser quadro da COPAVI não terá direito a parcela de terra e nem de permanecer na área da Empresa, tendo em vista que a área é coletiva. (COPAVI, 1993: 05)

Compreende-se que o processo de territorialização de um assentamento rural seja necessariamente um processo lento, de construções cotidianas a partir da heterogeneidade das famílias assentadas, segundo seus referenciais sócio-territoriais anteriores. Nesse processo, uns conseguem se apropriar do espaço mais rapidamente, estabelecendo novas relações com a terra; enquanto outros passam longos períodos relacionando-se com o espaço apenas de forma funcional, ou seja, limitando-o às relações de trabalho para sua reprodução material.

O sentimento de ser alguém “de fora” do coletivo e ter a sensação de não fazer parte da construção daquela realidade, contribui para que estes cooperados associem a relação com a COPAVI àquela vivenciada com seus antigos patrões,¹²⁷ é parte dos elementos que levaram cerca de 40% dos primeiros assentados a deixarem a terra conquistada. As experiências de estudo de campo vivenciadas por RIBEIRO (2002) trazem apontamentos semelhantes:

[...] é que muitas vezes o assentado sente-se menos dono da terra, quando trabalhando coletivamente em cooperativas. Quando ele não pode individualmente decidir o que plantar na terra e como comercializar sua produção. (RIBEIRO, 2002: 195-196)

Há cooperados que não se sentem “voz ativa” na cooperativa, capazes de ter as suas propostas de ação acatadas, ou mesmo de sentir sua opinião sendo ouvida ou considerada pelos demais ali presentes.

[...] eu acho que do tipo que estão fazendo reunião aí, não está adiantando de nada e muita reunião e pouca coisa sendo feita, por causa de um negocinho assim, tem que fazer duas a três horas de reunião e tem outra coisa por exemplo: nós que viemos por último, até hoje não consegui me sentir dono porque [...] dois meses que eu estava no conselho eu não via a hora de sair, porque nem discussão não dava [...] não aceitam tuas idéias [...] pega e vai dar uma analisada se é boa se é ruim, então o pessoal daqui, principalmente da direção que estão tocando a cooperativa, eles não aceitam a tuas idéias, é só as idéias deles é que é boa, que está certa, as dos outros não vale nada e como eles estão tocando que dá. (GUMIEIRO, 1999:41)

A existência de espaços formais voltados ao diálogo de questões pertinentes à cooperativa e ao assentamento, como as reuniões de setor, de núcleo de família e a assembléia geral, não é garantia de participação. Aqueles que se sentem leigos sobre determinadas questões, sentem-se oprimidos por outros que detêm embasamento para opinar e decidir, como mostra a fala de um dos assentados:

¹²⁷ Os conflitos provocados entre o modo de vida camponês e do cooperado são também trabalhados nos itens 2.1 e 4.1.

Porque desde que eu cheguei aqui eu falo as coisas mas, ó falei em núcleo, falo em reunião, falei em assembléia, falo no conselho e ainda a gente é debochado, certo que eu sou um bobo, sou de um nível lá de baixo, só que eu já tive experiência com lavoura, com gado, com porco a gente já fez na prática, já sabe como é. E o pessoal não aceita. (GUMIEIRO, 1999:41)

Pelos depoimentos acima e pelas considerações presentes no trabalho de GUMIEIRO (1999), nota-se que o diálogo poderia existir mais facilmente se houvesse uma homogeneização dos conhecimentos técnicos e financeiros sobre a cooperativa, junto com a reestruturação dos espaços formais, de modo que os encaminhamentos ocorressem de forma realmente participativa. O autor considera este um dos principais desafios do Sistema de Cooperação Agrícola (SCA).

Em geral, os assentados da COPAVI estão cientes da dificuldade que muitos apresentam em se sentir parte de algo que é coletivo e pela falta de ter algo que possa ser feito a partir da decisão individualizada. E mesmo quem, na COPAVI, considera o SCA a melhor possibilidade de organização da produção, reconhece as limitações da regulação do tempo, do trabalho e da remuneração pelas horas do relógio, conforme a fala abaixo:

[...] tem uns que se esforçam no serviço faz por dois e tem outros que deixa e vá do jeito que dá, parece que não mostra aquele interesse pela cooperativa, para a cooperativa crescer parece assim que não se sente o dono, que eu sou o dono, se tenho que trabalhar um pouco mais eu vou trabalhar que vai ser melhor para mim e tem pessoas que a gente vê, a gente nota que ele quer fazer hora o trabalho não. O trabalho não quer saber se vai render se não vai render, então este é um ponto negativo que a gente está vendo no dia a dia. (GUMIEIRO, 1999: 38)

No entanto, para a resolução desses conflitos, o grupo que permanece assentado considera a necessidade do trabalho de formação ideológica, que deixe claro o estreito vínculo entre a vontade pelo “meu”, pelo “meu pedaço de terra”, como sendo o prevalecimento da lógica capitalista sob o pensamento socialista, em perspectiva semelhante àquela apresentada por GERMER (2006):¹²⁸

A cooperação, entendida como organização coletiva, basicamente na produção já constituiu linha prioritária do MST (MST, 1989, p.9, 11), e parece ter sido abandonada, como prioridade, por diversos motivos, entre eles a oposição ideológica, tanto externa quanto interna (Portes, 1992, pp. 28-29). Esta é uma explicação freqüentemente dada para o pouco sucesso dos esquemas coletivos, mas também é

¹²⁸ Ademais, No sentido de trabalhar estas e outras questões sociais internas, formou-se na COPAVI um grupo composto por quatro membros da cooperativa, o qual conta com um psicanalista da CONCRAB.

possível que isto tenha resultado de um insuficiente empenho na luta ideológica contra o individualismo e a favor do coletivismo. Em outras palavras, a produção coletiva foi limitada não por ser inviável, mas porque a força política e ideológica dos seus defensores era, e ainda é, menor que a dos seus opositores.” (GERMER, 2006:55)

Ao passo que os cooperados na COPAVI acreditam e se apropriam da proposta, os “choques” e estranhamentos passam a ser internalizados como parte do processo e necessários à luta que se quer travar: “A gente não é escravo de horário a gente tem que cumprir com a tarefa.” (GUMIERO, 1999:38)

A contraposição entre quem compartilha da proposta político-ideológica da COPAVI e os que optaram por sair provavelmente pode, contudo, ser decorrência da diferenciação entre os modos de vida.

Tem outra coisa se você for falar que está saindo por causa disto ou daquilo as pessoas vão falar: não é isso estão é arrumando desculpas é porque não gostou da proposta. (GUMIEIRO, 1999:48)

A intenção de o assentado produzir individualmente no seu lote é entendida pelo MST como um “desvio” que deve ser combatido para evoluir e alcançar formas superiores de produção (cooperativa) (FABRINI: 72¹²⁹, apud RIBEIRO, 2002: 239)

Reflexo deste tipo de pensamento coletivo é a priorização da consolidação das linhas de produção em detrimento das estruturas lazer e moradia¹³⁰, para os quais a cooperativa decidiu realizar somente o investimento mínimo necessário, postergando, portanto, qualquer tipo de intervenção em atividades não produtivas que envolvesse gastos ou uso do tempo e da força de trabalho da cooperativa.

Para alcançar preços mais competitivos, os assentados necessitam cada vez mais aumentar os investimentos para ampliar seu capital constante e variável, baixar custos, diminuir despesas para aumentar a produção/ produtividade. A renda obtida através do excedente da produção deve ser reinvestida na produção e não destinada a aquisição de bens de consumo às famílias assentadas. Em tese, o consumo familiar (aquisição de produtos como móveis, gêneros alimentícios, eletrodomésticos, combustível, por exemplo) seria sacrificado, para destinar maior volume de recursos nas atividades produtivas da cooperativa. (FABRINI, 2000: 73¹³¹ apud RIBEIRO, 2002: 200)

Exemplo da priorização dos investimentos na organização da produção são as próprias moradias dos assentados em Santa Maria. As primeiras casas de alvenaria

¹²⁹ FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. In Geografia – **Revista do Departamento de Geociências**. v. 9, n.1, Jan/Jun. Londrina, 2000.

¹³⁰ A educação e a saúde não estão aqui mencionados pois as principais necessidades relacionadas aos mesmos são supridas pelos equipamentos públicos de Paranacity.

¹³¹ FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. In Geografia – **Revista do Departamento de Geociências**. v. 9, n.1, Jan/Jun. Londrina, 2000.

e madeira das famílias assentadas foram construídas em 1994 por meio de mutirão ao redor das duas únicas ruas que formam a agrovila. Até 2005, muitas das casas não tinham acabamento, como reboco. (Foto 7 e Foto 8)

Àquela época, a reforma ou ampliação das casas tinham que contar com recursos de familiares ou de poupança anterior ao início do assentamento. Em 2004, a cooperativa conseguiu um financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF) em convênio com o INCRA, específico para a reforma e construção de mais seis casas de alvenaria para novas famílias, e para substituir as que se encontravam em estado mais precário. (Foto 9 e Foto 10)

No que se refere às moradias, o MST incentiva que a construção das mesmas seja próxima uma da outra. Isto, pois, além de baratear a implementação da infraestrutura, é um facilitador para que haja maior convivência, garantindo, inclusive, maior segurança aos assentados. A agrovila conta hoje com rede elétrica e água encanada bombeada do poço artesiano. Todas as casas possuem banheiros internos os quais funcionam no sistema de fossa negra.

Neste assentamento, onde o café da manhã, o almoço, a terra, a gestão e a produção são coletivas, “o espaço de moradia configura-se como espaço individual no interior dessas comunidades.” (MARCOS, 1998:56). Essa forma de organização espacial e social do assentamento facilitou a dinâmica nos seguintes pontos:

- a) Moradia em agrovila – que proporcionou a rápida instalação de energia elétrica, estradas e rede de águas.
- b) Concentração de investimentos em algumas atividades principais, tendo sido fundamental para o desenvolvimento do assentamento. Isso porque, além das atividades propriamente agrícolas, foi possível também a implantação de agroindústrias, agregando valor ao que era produzido e aumentando a renda das famílias.
- c) Melhor aproveitamento e uso do solo – por ser uma terra muito fraca, é muito provável que de forma individual, algumas famílias não teriam condições de produzir, haja vista que em determinados lugares do assentamento simplesmente não se conseguia produzir quase nada. Então, essas áreas puderam ser recuperadas, e outras foram utilizadas para reflorestamento e também para a produção de madeira, que hoje é utilizada nas caldeiras das agroindústrias como lenha. (STRONZAKE, 2007: 29)

São considerados como parte da agrovila equipamentos de lazer, como o campo de futebol, o parquinho com brinquedos para as crianças menores, uma casa que é

utilizada como escolinha para os sem-terrinhas e pelo grupo de jovens¹³² e um orquidário. (Foto 11)

A área em torno das casas é repleta de plantas medicinais e condimentares, e muitas árvores frutíferas tais como: mangueira, jaqueira, limoeiro, laranjeira. Tais frutas constituem um elemento importante na alimentação de todos. Pode-se dizer que o plantio de árvores frutíferas seja um hábito de todos os assentados. Eles valorizam o fato de poder plantar, colher e comer frutas que estejam a um braço de distância de sua casa, o que, para as crianças, é sempre uma brincadeira. Aliás, foram elas que fizeram o passeio conosco pela agrovila, apontando cada árvore frutífera que elas e seus pais haviam plantado.

Além das frutíferas, a agrovila é colorida o ano todo. A cada estação, há diferentes arbustos, árvores, trepadeiras e plantas e vasos destoando da cor avermelhada do chão de terra. O caminho que liga a agrovila à área onde estão concentradas as estruturas produtivas do assentamento é todo ele demarcado pelas árvores frutíferas.

A proximidade com o perímetro urbano de Paranacity tornou-se um facilitador para que os assentados de Santa Maria pudessem participar ativamente da vida social do município. Verifica-se entre os assentados longa trajetória de envolvimento na vida política e pública de Paranacity.

Diversos assentados chegaram a participar de Conselhos Municipais, como o de Saúde, na Secretaria Municipal do Trabalho, na Igreja Católica local etc. Havendo inclusive o caso de Antônio Soares, sócio da cooperativa, que atuou como vereador pelo Partido dos Trabalhadores por duas vezes¹³³, e cujo apelido na região é Sacola.

Outro exemplo de participação na vida política do governo foi a gestão de secretário municipal de Agricultura em Maringá assumida pelo assentado Élon Borges dos Santos em 2001, que posteriormente participou como técnico agrícola do convênio com o INCRA para dar assistência às famílias assentadas na região.

¹³² Até o último trabalho de campo, as atividades extra-curriculares destinadas aos jovens e crianças assentadas estavam ocorrendo temporariamente numa casa que era de uma família que deixou o assentamento. A casa em breve passaria por reformas estruturais para receber nova família para residir.

¹³³ Sacola foi eleito pela primeira vez em 2000 e reeleito em 2004.

A participação de militantes do MST dentro da estrutura do Estado Burguês não é condenada pelo Movimento. Ao contrário, a atuação em partidos políticos e sindicatos é estimulada. O envolvimento direto com o ambiente político é inclusive parte da história do MST, anterior à sua fundação oficial. O objetivo do MST de promover mudanças que são de caráter político, não necessariamente o transforma em um partido político. O Movimento pretende, sim, a formação de uma estrutura que o torne uma organização autônoma capaz de atingir seus objetivos. Propõe estruturar-se como “direção coletiva”, estabelecendo princípios, divisão de tarefas, disciplina, o estudo e a formação de quadros, poder de mobilização de massa e a vinculação com a base, porém, contudo, não almeja o poder político estatal.

Ademais, o grande diferencial do MST é o uso de princípios organizativos num movimento que é constituído pela massa. Ainda que haja uma estrutura hierárquica para as tomadas de decisões, e que o debate aconteça em espaços pré-determinados, segundo a representatividade que cada militante possui, e que exista uma militância que vem historicamente construindo o MST em cada uma das regiões e setores, o movimento é a mobilização e a conscientização contínua e crescente da massa segregada para lutar por uma sociedade mais justa. E a luta pela conquista da terra tem sido seu principal instrumento.

Desse envolvimento e contato com o povo, nascem novos militantes que passam a lutar por mais do que um pedaço de terra. Os militantes trabalham no cotidiano as diretrizes votadas nos eventos nacionais, segundo cada realidade local, descentralizando a forma de aplicação, mas respeitando a centralização da tomada de decisões das linhas políticas.

Nesse sentido, é uma prática política do MST estreitar o máximo possível as relações com a população local, seja como forma de comunicação direta dos sentidos da luta pela terra e por uma sociedade mais justa, seja porque há uma compreensão de que essa luta é uma luta de todos, do campo e da cidade. O MST assumiu essa bandeira “A luta é de todos” em 1997, momento histórico marcado pela Marcha dos Sem Terra à Brasília. A prática, no entanto, é bem anterior à data.

Durante o processo de ocupação e período de acampamento, os elos de interação foram marcados por caminhadas, manifestações, celebração de missa e torneios de futebol. Entretanto, a venda da força de trabalho dos sem-terra acampados aos granjeiros e usineiros da região também deve ser considerada uma forma de

ligação. A notoriedade de um trabalho bem realizado fez com que os acampados se tornassem respeitados e contribuiu enormemente para a aproximação com a população local.

Nos últimos anos se consolidaram inúmeras formas de relacionamento para além da inserção nos espaços institucionalizados e do futebol promovido pela COPAVI em seu campo de areia.

Há as relações estabelecidas com os consumidores dos produtos da COPAVI através da venda direta de casa em casa¹³⁴ e cuja popularidade dos que realizam esta atividade pode ser verificada na eleição por dois mandatos de Sacola à Câmara de Vereadores, um dos “vendedores” mais antigos da Cooperativa.

As crianças e os jovens também fazem o elo com a área externa da COPAVI. Elas freqüentam as escolas municipais, mas reconhecem que assumir sua identidade de “Sem Terra” não é uma tarefa fácil. Mesmo depois de toda a história construída na região, os “Sem Terra” sofrem preconceitos e são, comumente, classificados de “bardeneiros” e “invasores de terra, foras-da-lei”. O relacionamento afetivo, deste modo, acaba muitas vezes acontecendo dentro dos laços de amizade entre membros de movimentos sociais e demais “amigos do MST”. A dificuldade de relacionamento dos jovens da COPAVI com demais jovens de Paranacity e região acontece principalmente, segundo os próprios jovens assentados, pela má formação política, alienação e preconceito de grande parte dos jovens da região.

¹³⁴ O meio de transporte utilizado para a venda direta de porta em porta são as duas Kombis de propriedade da cooperativa. Há apenas uma família que possui veículo próprio. Assim, “os outros podem utilizar os veículos da Cooperativa para as viagens, quando serão cobradas taxas variáveis de utilização do veículo dependendo do motivo e da distância da viagem: a) em casos de doenças comprovadamente necessárias ou por morte de parente de primeiro grau, os usuários pagam somente as despesas de combustível, pedágio e outras pequenas manutenções da viagem, caso necessário; b) nos demais casos, pagarão os custos da viagem e mais uma taxa de manutenção única, a qual terá seu valor definido pelo Conselho Deliberativo que variará de acordo com o veículo e o motivo da viagem. c) Nas viagens de passeio e lazer (distância for superior a 150 km da área da COPAVI) e viagens que necessite de deslocar veículo das atividades da cooperativa é necessário avisar o responsável e só será permitida se o veículo estiver ocioso e em condições mecânicas para viajar.” (MOURA; RAMOS, 2005:14)

3.2.2 A segurança alimentar na COPAVI

É importante tratar da questão da segurança alimentar por este ser um dos princípios agroecológicos e que, não por coincidência, caracteriza a agricultura camponesa. À medida que as famílias e os grupos camponeses conseguem produzir boa parte daquilo que os alimentará, isso pode torná-los menos susceptíveis aos processos de subordinação e sujeição.

Por sua vez, quando a economia camponesa passa a ter como principal direcionamento de seu trabalho a produção de itens a serem comercializados, subordinando a produção à circulação, tornando-a mais susceptível às variações do mercado capitalista.

Ou seja, uma vez que as famílias e grupos camponeses reorganizam seus territórios em função das demandas do mercado, acabam, necessariamente, reduzindo a diversidade de alimentos cultivados e, portanto, precisando cada vez mais que suas produções sejam transformadas na principal moeda de troca, instituída pelo sistema – o dinheiro – para que possam voltar a abastecer o próprio consumo alimentar.

Desde a fundação da COPAVI, a segurança alimentar dos assentados é considerada prioritária. A ocupação da terra para o MST significa poder produzir alimentos para a satisfação daqueles que trabalham na terra e para a população como um todo. O depoimento a seguir demonstra que os assentados têm consciência da qualidade de sua dieta alimentar:

Os pontos positivos eu vejo por exemplo: a nossa vida em alimentação é uma das melhores, nenhum rico hoje tem esta alimentação que a cooperativa tem. (Assentado da COPAVI, durante entrevista concedida a Gumieiro, 1999)

Toda a criação de suínos, peixes e aves¹³⁵ tem sido voltada apenas para o abastecimento interno; parte dos legumes e das verduras da horta também é consumida, no refeitório coletivo ou em cada uma das 23 casas.

¹³⁵ A COPAVI chegou a ter um abatedouro, porém antes que conseguisse a obtenção de alvará da Prefeitura para seu funcionamento, a cooperativa decidiu pelo seu fechamento dado os altos custos de manutenção. As primeiras estruturas do abatedouro, da pocilga, do aviário e do refeitório foram construídas a partir de mutirão e com recursos próprios em 1994. (PEREIRA, 2000)

Os derivados da cana-de-açúcar e do leite chegam a ser consumidos internamente, no entanto sua produção está focada no mercado.

O refeitório coletivo é tido como uma das atividades da Cooperativa, ou seja, o trabalho ali desempenhado é equivalente ao trabalho de quem corta a cana, por exemplo. Normalmente, dois cooperados são responsáveis por preparar de segunda a sexta o café da manhã e o almoço para aqueles que desejarem fazer a refeição comunitariamente.

Apesar de ser bastante farta, a comida consumida no refeitório, seja café da manhã ou almoço, é controlada pela pesagem do prato de cada assentado e o valor referente é deduzido das sobras mensais da família/assentado, representando em média 10% da quantia desta sobra. O custo é extremamente inferior ao custo de refeição semelhante que se faça no comércio da cidade. E isso é possível porque boa parte dos alimentos é produzida no próprio assentamento, como: verduras, legumes, frutas, milho, feijão de corda, carne bovina, suína e de frango, leite, doce de leite, manteiga, pão, cuca, melado e açúcar mascavo. Os demais alimentos como arroz, feijão, batata, tomate, por exemplo, são comprados de diversos produtores ou intermediários, normalmente no sistema atacadista mais acessível monetariamente.

A equipe do refeitório é responsável pela organização e limpeza de toda a área de refeição e cozinha, pelo acompanhamento do estoque dos alimentos, pelo preparo das refeições (Foto 12) e pela pesagem, anotação e cálculo do custo da refeição de cada um.¹³⁶

Outro aspecto positivo da alimentação coletiva no café e no almoço é o espaço de sociabilidade que acaba sendo criado. (Foto 13 e Foto 14)

Assim, ao menos uma vez ao dia, todos os assentados são reunidos e acabam conversando sobre os mais diversos assuntos, nem sempre relacionados com a cooperativa. Por outro lado, é justamente pelo fato de estarem todos reunidos, que o momento do almoço acaba por vezes se tornando o ambiente propício para reuniões e informes do Movimento e da Cooperativa. Depois de almoçar, a maioria não se desloca do espaço do refeitório, aproveitando a sombra das árvores com seus

¹³⁶ Os visitantes, pessoas que estão no assentamento para conhecer a experiência, técnicos das instituições do governo e estudantes, costumam ser convidados a se alimentarem junto aos demais cooperados. E, assim, não precisam se preocupar com o peso, ou seja, o custo de sua alimentação. Tal custo é cobrado apenas quando há visitação de grandes grupos, como   o caso de grupos de estudantes de gradua o.

banquinhos ou a varanda do refeitório para descansar e beber chimarrão antes do retorno ao trabalho. (Foto 15)

Todas as noites e aos finais de semana cada família costuma permanecer em sua própria casa e jantar apenas com os seus membros. Os sócios da cooperativa têm direito a uma cota de carne por semana, a um litro de leite por criança e podem colher frutas, legumes e verduras à vontade¹³⁷. Além disso, podem consumir produtos da cooperativa a preço de custo, como açúcar mascavo, iogurte, queijo, doce de leite, melado, bananinha e a cachaça.

Os produtos da COPAVI podem ser comprados pelas famílias diretamente no laticínio e na padaria, ou então ir a uma espécie de lojinha do MST, localizada dentro do prédio do refeitório, que é aberta duas vezes por semana. Dois cooperados ficam responsáveis pela venda dos produtos da COPAVI e de outros assentamentos e cooperativas do MST¹³⁸ que compartilham os ideais de luta do MST e com os quais estabeleceram relações de amizade e companheirismo. A lojinha também é aberta para grupos visitantes que pré agendam com a administração. (Foto 16)

3.2.3 Educação e Formação na COPAVI

Só a democratização do ensino poderia elevar seu nível de consciência crítica e de resistência (FERNANDES, 2005, informação verbal)¹³⁹

No item 2.2 deste trabalho, apresentou-se brevemente como a questão da “formação” é um dos pilares da organização do MST. É por meio dela que caminham e percorrem as discussões e reflexões do movimento, produzidas principalmente no nível da direção do movimento, seja nas instâncias regional, estadual e nacional ou pelos coletivos dos setores, mas que também estão presentes no cotidiano dos assentamentos, como é o caso da COPAVI.

¹³⁷ O autoconsumo representa 45% das sobras mensais por família. (MOURA; RAMOS: 2005, 12)

¹³⁸ Dentre os produtos mais consumidos dos outros assentamentos estão o mate e a geléia.

¹³⁹ Heloísa Fernandes, fazendo referência a uma colocação de seu pai Florestan Fernandes, em palestra proferida na Escola Nacional Florestan Fernandes em 23 de janeiro de 2005.

Na COPAVI, conforme dados colhidos por PAGAMUNICI (2001:56), em 2001 95% dos assentados estavam estudando, fosse no ensino básico ou superior. Em 2008, havia cinco adultos freqüentando as aulas de alfabetização no próprio assentamento,¹⁴⁰ quatro estão cursando o ensino superior e diversos casos de assentados que tinham realizado algum tipo de formação continuada e superior, por vezes em universidades conveniadas com o MDA/INCRA.

SERON (2001: 207) em sua tese coloca que os cooperados demonstram ser:

[...] Na sua maioria estão estudando e acreditam que precisam estudar cada vez mais, pois é através da educação que conseguirão se desenvolver e superar muitas das dificuldades. (SERON, 2001: 207)

Somente na Universidade Estadual de Maringá (UEM), a existência do convênio propiciou que quatro assentados complementassem seus estudos, são eles: Joelci Dannacena que concluiu o bacharelado em economia e Alex em pedagogia e Elson Borges dos Santos que obteve o título de mestre em agronomia.

Além destes, a Prefeitura de Paranacity também chegou a oferecer curso de “Empreendedorismo” em parceria com o SEBRAE e contou com a participação de cinco sócios.

Outros exemplos presentes no assentamento são: Jacques Pellenz, que foi à Cuba na década de 1990 para aprender mais sobre “cooperativismo”; Valmir Strozake, que estudou o beneficiamento industrial da banana na Espanha; no ITERRA Adilson Gumieiro fez especialização em administração de cooperativas, por meio de convênio com a UnB e UNISINOS, e Anderson concluiu o curso de Administração Rural e Agroindustrial, no convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, entre outros que participaram de cursos sobre agroecologia voltados para horticultura e à pecuária. Na ELAA a assentada Daniela Calzagraduou-se na segunda turma do Tecnólogo em Agroecologia.

Para incentivar e tornar possível a freqüência nos cursos, a Cooperativa se responsabiliza pelo custeio do transporte e renda mensal relativa à meia diária de trabalho.

¹⁴⁰ Nos primeiros trabalhos de campo, realizados entre 2003 e 2005, ainda havia assentados freqüentando o EJA (Ensino de Jovens e Adultos) no município vizinho, Paranavaí, no período noturno. No município de Paranacity, os dados de analfabetismo para os adultos com mais de 25 anos eram 30,16% e 16,86%, respectivamente em 1991 e 2000. (Prefeitura Municipal de Paranacity, dados INEP/MEC).

As escolas públicas do ensino básico localizam-se dentro do perímetro urbano de Paranacity¹⁴¹. Ao voltar para o assentamento, as crianças com idade entre 06 e 12 anos, chamadas carinhosamente de “Sem Terrinhas”, ficam parte do período da tarde em atividades de reforço escolar e de formação política promovidas por sócios da COPAVI. Durante os trabalhos de campo, os assentados Alex e Valdete eram os responsáveis pela atividade e desenvolviam atividades práticas, compostagem e horta medicinal, brincadeiras e leituras sobre lutadores importantes para o Movimento. (Foto 17 e Foto 18)

A segunda geração do assentamento está com idade entre 17 e 25 anos, portanto, em momento propício para a escolha de continuidade ou não no terceiro grau. No entanto, os períodos de ausência da Cooperativa para estudar não podem ser simultâneos.

Assim, para que os jovens curse suas faculdades, os sócios decidem em assembléia se estão de acordo com a saída de determinada pessoa para estudar, no caso de o curso superior estar localizado em região distante ao assentamento, e também se concordam com a opção de curso desta pessoa, no sentido de contribuir futuramente para a Cooperativa. No caso de não ser aprovada, seja pelo momento vivenciado ou pela discordância quanto ao curso, o jovem tem a última opção de deixar o assentamento e a Cooperativa.

A forte preocupação da Cooperativa com o nível de escolaridade e formação dos assentados tem o objetivo consciente de contribuir para “a estruturação política do assentamento e do movimento” (PAGAMANUCI: 2001, 68)

Meus pais eram pequenos agricultores da região de Campo Mourão. Perderam a terra para o banco, passando a viver como arrendatários. Como a dificuldade aumentou muito, descobriram a possibilidade de conquistar terra via MST. Foi assim que entramos para a luta. Vivemos em acampamentos e ocupações de 27/08/89 a 1995. Foram seis anos produzindo em ocupações. Quanto ao estudo, o próprio MST motivou e continua a motivar que seus jovens estudem. O estudo serve para fortalecer o MST no sentido de viabilizar a conquista da terra e a produção. (GUMIEIRO, 1999)

É importante ressaltar que desde o início da COPAVI houve interesse e esforço por parte da direção da cooperativa em se aproximar de universidades e centros

¹⁴¹ Portanto, segundo o documento Estatísticas do Meio Rural (2008), as escolas frequentadas pelos assentados em Santa Maria são parte dos 20,7% das escolas localizadas fora da área do assentamento.

tecnológicos. Como exemplo, temos que no ano seguinte à criação da Cooperativa, um grupo de assentados procurou o Centro Técnico de Ciência do Solo da Universidade Estadual de Londrina visando aprofundar seus conhecimentos sobre o potencial pedológico da área recém conquistada. Como resultado desta aproximação, foi ministrado um curso sobre análise morfológica do solo para os assentados. (ZANI, 1994: 20)

Foi também via articulação com uma outra instituição de ensino superior que a COPAVI conseguiu ter acesso a novos conhecimentos sobre agroecologia. A partir de 2002, o Professor Luiz Carlos Machado Pinheiro¹⁴², do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), acompanhado por um grupo de pesquisadores, passou a acompanhar a transição na COPAVI da produção pecuária convencional para a agroecológica.

Dado o enfoque de assentamento modelo, a militância da COPAVI constantemente é convidada a participar dos eventos que reúnem e articulam as lideranças do Movimento, tais como encontros regionais, estaduais ou nacionais dos setores e Encontros Estaduais. Neste sentido, os cooperados interados com as discussões relativas às áreas de atuação do assentamento normalmente encontram-se atuando nas atividades e setores que mais lhe satisfazem. No entanto nem sempre os assentados têm a possibilidade de trabalhar cotidianamente com aquilo que mais gostam e têm facilidade de fazer, pois a sua atuação será naquele setor/atividade que coletivamente foi decidido como mais importante.

De qualquer modo, os militantes participantes são encarregados de promover a disseminação e reflexão sobre as temáticas pautadas pelo Movimento. Está aí uma grande dificuldade, não exclusiva à COPAVI, que está em “como” conseguir disseminar e promover a reflexão.

Na Secretaria Regional do MST, a Brigada Iraci Salete Strozake, cuja sede permaneceu na própria COPAVI até 2005, estão diversos tipos de materiais educacionais, cadernos de formação, cartilhas, cartazes, dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de final de cursos, estudos técnicos etc. Muitos destes referentes à cooperação e à agroecologia e que foram utilizados para o desenvolvimento deste trabalho de final de curso.

¹⁴² Pesquisador há anos sobre o Sistema de Pastoreio Voisin, PINHEIRO já tinha contato e envolvimento com outros assentamentos e atividades do MST.

3.2.4 Eqüidade de Gênero na perspectiva do MST e na COPAVI

É possível verificar que as mulheres camponesas sejam as “guardiãs da biodiversidade”. Elas também têm sido responsáveis há muitos séculos, em diversas culturas ao redor do mundo, pela coleta e reprodução das sementes, pelo cuidado dos quintais, hortas e roças para a alimentação de toda a família e pelo cultivo das espécies com usos medicinais para o tratamento de doenças. Têm sido elas as principais detentoras destes conhecimentos.

Portanto, as mulheres no meio rural têm sido responsáveis pelas atividades domésticas de reprodução¹⁴³, como cuidar da saúde da família. e do abastecimento doméstico de alimentos a partir da coleta e do plantio.

Contudo, é crescente a participação das mulheres no processamento de produtos para fins alimentares, produção de artigos de vestuário e de artesanato etc.

Para além das atividades já realizadas pelas mulheres camponesas, as recentes articulações em torno do fortalecimento do papel da mulher camponesa dentro da agricultura familiar têm focado em proposições que visam problematizar a valoração de atividades até hoje não computadas no orçamento familiar. A análise da questão de gênero no meio rural também segue esta perspectiva no Projeto Brasil Democrático e Sustentável:

Acreditamos, aliás, que aí se localiza um enorme potencial represado da agricultura familiar no sentido de ampliar e aperfeiçoar esses produtos de transformação artesanal, racionalizando os processos produtivos, diminuindo o esforço e aumentando o rendimento da mão-de-obra e obviamente agregando valor à sua produção. (SILVA, s/d: 76)

Trata-se de uma abordagem que compreende que o empoderamento da mulher, em sociedades sob a lógica capitalista, necessariamente perpassa pela geração de renda e gestão financeira dos seus recursos, dada a situação de invisibilidade auferida pelas atividades não monetarizadas de reprodução da qualidade de vida familiar.

¹⁴³ Enquanto que os homens, na divisão do trabalho dentro do âmbito familiar, seriam os responsáveis pela produção.

Contudo, no cotidiano de dupla jornada de trabalho são as mulheres que, em geral, se deparam com a ausência de infra-estrutura e equipamentos de bens duráveis, como eletrodomésticos e eletrificação, que poderiam reduzir o tempo do trabalho doméstico, dado que as mesmas tecnologias não são acessíveis a todo o universo rural¹⁴⁴. A máquina de lavar roupa, por exemplo, está presente em 42,2% dos domicílios urbanos e somente em 11,2% daqueles localizados no meio rural, segundo DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (2008: 89). Tal situação, contraditoriamente, demanda que as mulheres utilizem momentos antes ociosos às tarefas de lavar e passar e, quando possível, utilizem o dinheiro recebido pelo seu trabalho para adquirir as “modernidades” que virão a lhe devolver parte deste tempo ocioso de volta¹⁴⁵.

Naturalmente que o ganho monetário e a possibilidade de obter uma renda constante dão novos significados à questão da autonomia, gestão e reconhecimento da mulher na sociedade. Ainda mais em culturas capitalistas e androcêntricas, em que o fato de a mulher começar a obter ganhos financeiros e, por vezes, ser responsável pela maior parcela da renda familiar, possa significar desestruturação das relações de poder já estabelecidas.

No entanto, ao tratarmos da questão de gênero, não podemos nos limitar a conquistas de igualdade salarial, de funções e de participação e voz nos espaços públicos.

Temos que a hierarquização do homem em relação à mulher, essa relação de poder, existe desde antes do surgimento do atual modo de produção. Nesse “jogo” de forças, certas características e funções acabam sendo atreladas a homens e mulheres, resultando em divisões sexuais do trabalho (abstrato e concreto) e no uso diferenciado dos espaços, o público e o privado. Ao longo do tempo, sociedades têm reproduzido o androcentrismo, ou seja, o mundo a partir do homem e do seu ponto

¹⁴⁴ Estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), conjuntamente com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) mostra que ainda em 2006 enquanto 99,7% dos domicílios urbanos tinham iluminação elétrica, o meio rural apresentava o percentual era de 86,4%. Além da máquina de lavar roupa, são também extramamente desiguais entre o meio rural e o urbano o acesso ao telefone e à geladeira.

¹⁴⁵ Situação comum e frequente na COPAVI, observada em todos os trabalhos de campo. Os sábados e domingos eram em parte reservados para “lavar e passar”, na maioria das vezes sem o uso de máquinas de lavar roupa. Em um caso específico observado em fevereiro de 2006, uma cooperada chegou a pagar uma outra pessoa do assentamento, não cooperada, para que tivesse as roupas de sua família lavadas.

de vista, e o naturalizado. A “emoção” passa a ser uma característica feminina e, conseqüentemente, do mesmo modo passam a ser todas as atividades relacionadas ao cuidado, como enfermagem, recepção e maternidade.

Aqui, esbarramos novamente na dualidade que há séculos contrapõe razão e emoção, fragmentando o ser humano e sua compreensão da realidade. O paradigma predominante apresenta a “inteligência racional” e o conhecimento científico como norte e balizador das ações humanas. Nos últimos séculos vem tentando impor certas verdades. Aos poucos, vai demarcando quais as formas possíveis de construção do conhecimento; em que somente algumas “verdades” serão reconhecidas e passam a ter valor de troca. No modo de produção capitalista, tudo que tiver valor de troca possui valor de uso. Porém, não necessariamente tudo que tiver valor de uso para os indivíduos será apropriado como mercadoria a ser trocada por uma outra ou equivalente.

Essa relação de hierarquia, na qual a mulher está subjugada ao homem, é um dos pilares de sustentação do modo de produção capitalista, bem como é compreendido pelo MST.

Roswitha Scholz em “O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos” apresenta a questão de gênero para além da definição de papéis na sociedade. Aponta que a desigualdade de oportunidades encontra-se dentro de um processo contraditório, no qual o “valor” tem sido o homem. Essa tem sido a forma, inconsciente e consciente, com que homens e mulheres têm reproduzido o sistema capitalista de produção. Coloca, portanto, que mais do que o androcentrismo, o patriarcado tem sido condição para a reprodução ampliada do capital.

Neste sentido, dentre os principais desafios vivenciados pelos Sem Terra no MST está a discussão das relações de gênero, ou seja, a proposição de construção de “novos” homens e “novas” mulheres. Isto, pois o movimento compartilha do pensamento de que as desigualdades de gênero estão na base de sustentação do modo de produção capitalista¹⁴⁶, e que, portanto, sua superação requer o enfrentamento da visão sexista.

¹⁴⁶ Essa base foi de certo modo abalada pela ação de inúmeros movimentos sociais, sejam feministas, ligados à diversidade sexual, à luta pela terra ou pela habitação. Conquistas importantes

Entretanto, as questões de gênero na COPAVI residem fortemente na reconstrução dos papéis sociais. O foco tem sido o rompimento com a tradicional divisão sexual do trabalho. Os assentados consideraram que a geração de renda dentro do espaço privado poderá fazer com que as mulheres concentrem ainda mais tarefas, além de continuar realizando atividades não reconhecidas, sendo assim uma opção criticada pela Cooperativa.

Nesta busca, as mulheres cooperadas recebem o mesmo valor hora que os homens, e têm a oportunidade de atuar nas mesmas atividades e funções produtivas, de participar dos espaços decisórios e desempenhar papéis de liderança, seja representando os Núcleos de Família ou a coordenação de um setor produtivo. Em todos os setores e diversas responsabilidades, desde o corte da cana até as atividades de administração ou comercialização, é possível verificar a presença de homens e mulheres, ainda que em algumas delas um gênero prevaleça sobre o outro.

Há, ainda, algumas mulheres na COPAVI que são militantes do MST, participam de cursos de formação e encontros, além de representar o movimento em outras instâncias, como é o caso da sócia Solange Czczyca, que é membro da direção nacional da Via Campesina.

Segundo trabalho desenvolvido por GREMPEL (2001) na COPAVI,

Constatou-se, portanto, que nos assentamentos administrados por CPAs, a complementaridade tradicional entre homens e mulheres baseada na divisão sexual do trabalho e a subordinação destas ao chefe da unidade está sendo abalada e sofre profundas modificações, uma vez que o modelo proposto, não é mais a terra como propriedade individual, mas a terra como espaço para o exercício de relações de trabalho e produção sob o controle coletivo dos/as próprios/as trabalhadores/as. (GREMPEL, 2001)

Ainda segundo GREMPEL (2001), a intensa participação das mulheres nas atividades produtivas é justificada por três principais motivos:

- existência do refeitório comunitário que propicia às mulheres mais tempo para se dedicar às tarefas produtivas;
- existência de creche onde as crianças pequenas permanecem boa parte do dia;

são visíveis, tais quais: maior participação nos espaços públicos e voz ativa, permitindo extrapolar os limites da vida privada.

- existência de departamentos produtivos com atividades diversificadas que necessitam sobremaneira da mão-de-obra feminina. (GREMPEL, 2001: 158).

Analisando os três motivos destacados por GREMPEL, tem-se que para além da manutenção do refeitório, a melhoria das condições sócio-econômicas na última década representou a possibilidade de aquisição de equipamentos eletroportáteis e eletrodomésticos, diminuindo o tempo despendido em algumas atividades do “lar”, que continuam a ser majoritariamente desenvolvidas pelas mulheres, e aumentando conseqüentemente o tempo para outros afazeres. Até então, os rendimentos tinham que ser reinvestidos na produção coletiva da Cooperativa.

Assim como o tempo do refeitório, para a maioria das famílias na COPAVI, este tempo que passa a “sobrar”, já tem “dono”, e é o trabalho, conforme mostra a fala da Solange, uma das líderes do assentamento: “A gente dá prioridade para os eletrodomésticos, porque faz sobrar tempo para trabalho na cooperativa” (PAGAMUNICI, 2001: 54)

Portanto, temos que a lógica prevalecente na COPAVI é a da criação contínua e progressiva de mecanismos que possibilitem uma maior dedicação dos sócios à Cooperativa. Nas palavras de PAGAMUNICI (2001: 54), “A racionalização do uso do tempo é uma preocupação central entre os assentados”.

Ademais, embora críticos à chamada “dupla jornada de trabalho” exclusiva da mulher, esta ainda ocorre, porém de forma bem menos presente do que nos primeiros anos da cooperativa.

Segundo GREMPEL (2001):

No que concerne às atividades realizadas na esfera reprodutiva (tarefas domésticas e cuidado com os filhos), constatamos, de modo geral, que nos dois assentamentos estudados, os homens adultos assim como as crianças do sexo masculino, aos poucos estão se inserindo nas atividades desenvolvidas no espaço doméstico, seja de forma consciente ou por “obrigação”, como eles mesmos colocam, procurando dessa forma, minimizar a dupla jornada de trabalho da mulher. GREMPEL (2001: 159)

O segundo motivo mencionado por GREMPEL, a creche, trata-se de um serviço público municipal, cujo acesso é facilitado pela proximidade entre o assentamento e o perímetro urbano de Paranacity, ao contrário do refeitório, que foi uma estrutura providenciada pela própria cooperativa pensando justamente em otimizar o tempo e

trabalho das famílias, aumentando assim a capacidade de produção e reduzindo os custos com a alimentação.

Em relação ao motivo da Cooperativa dispor de atividades produtivas que requerem o trabalho de mulheres, o estudo de GREMPEL traz a observação de campo que ainda que o assentamento almeje a superação da divisão sexual do trabalho, permanecem algumas barreiras em atividades historicamente associadas à presença masculina.

Por outro lado, constatamos também que quando se trata de atividades que exigem a utilização de implementos agrícolas, a participação das mulheres na unidade produtiva diminui, uma vez que o acesso aos maquinários (tratores, colheitadeiras, etc) destina-se aos homens e estes é que são treinados para operá-los. Fato semelhante ocorre no setor de comercialização, onde a participação masculina é dominante, deixando claro que ainda são os homens que negociam. (GREMPEL, 2001: 159)

Quanto à questão da participação social e política da mulher, diferente do que ocorre nos acampamentos do MST, na COPAVI não há nenhum tipo de cotas que implique a participação de mulheres em cargos de coordenação ou direção. Segundo entrevista com uma assentada realizada em 2002, apresentada no trabalho de BIZKARRA; ASTIGARRAGA (2002),

[...] aquí dentro las mujeres y los hombres somos iguales, y si em realidad somos iguales no se necesita ningún tipo de cuota. Las cuotas son necesarias donde no hay democracia, ya que cuando no hay democracia la ley obliga a tener una cuota de negros para hacer esto, una cuota de mujeres para lo outro, una cuota de deficientes físicos; em Copavi no creemos que las cuotas solucionen el problema de la desigualdad, quizá sirva para maquillar la situación pero no se resuelve nada em absoluto. BIZKARRA; ASTIGARRAGA (2002:98)

Por incentivo do MST e iniciativa das mulheres do assentamento Santa Maria, há um grupo de gênero que se reúne uma vez ao mês. O espaço do grupo de gênero é utilizado pelas mulheres como espaço de trocas de informações de saúde, jogos, mas também para organização de demandas e necessidades comuns às mulheres assentadas que estão conscientes de que ainda há muito pelo que lutar.

O MST estimula e apóia a constituição de grupos de gênero em todos os níveis de atuação do movimento. No entanto, nem sempre há interessados em conduzir essa discussão. O material teórico é de difícil acesso e compreensão, fazendo com que

sejam poucos os grupos instituídos e com discussão e ação permanentes nos assentamentos e acampamentos.

No entanto, mesmo quando não organizadas em grupos de discussão de gênero, as mulheres estão presentes e com grande destaque nas ocupações e assentamentos do MST. Dependendo de sua atuação, são reprimidas por seus maridos e pais e pressionadas para ficarem mais em casa e atuarem menos nas atividades do Movimento.

As conquistas realizadas pelas mulheres no último século, portanto, não devem ofuscar que a discriminação da mulher continua a acontecer em diversos âmbitos. Dentre eles, a violência doméstica é um dos mais latentes e que provoca violência psicológica, física, moral e sexual, dentro do espaço da família, da vida privada.

Embora a visão androcêntrica e a cultura do patriarcado sejam predominantes, a vivência em coletividade e na organização produtiva das CPAs contribui para que, ao menos, a questão dos “papeis sociais” tenham avanços.

Isto, pois, a mulher quando sócia da cooperativa passa a ter direito a participar dos espaços decisórios e de formação política. Conquista-se o direito de voz e voto igual ao dos homens cooperados. E ao participar das atividades produtivas, passa a obter o seu próprio ganho em dinheiro. De algum modo, tais mulheres saem fortalecidas quando comparado à situação anterior em que se encontravam.

Entretanto, esbarramos novamente na questão de que a existência de espaços não garante, por si só, a participação, seja econômica, social ou política. Como visto anteriormente, a participação nos espaços formais de diálogo e decisão na cooperativa está diretamente associada aos valores da cultura patriarcal e racional. Assim, aqueles com maior facilidade de comunicação e instrução sentem-se em vantagem e acabam por impor sua opinião.¹⁴⁷

Por todas as considerações colocadas, temos que o maior desafio está em combater a reprodução inconsciente da visão sexista, já que a mesma parece invisível. A existência do sexismo muitas vezes é negada.

Nessa visão,

¹⁴⁷ A questão da valorização do grau de instrução aparece nos relatos de assentados que se sentiram ignorados pelo grupo, presentes no Item 3.2.1.

[...] a dominação é sem sujeito por sua própria essência, ou seja, os depositários do domínio não são sujeitos autoconscientes, mas agem no interior de uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente. O valor sem sujeito remete ao homem sem sujeito, que na qualidade de dominador, de iniciador e realizador, colocou em movimento instituições culturais e políticas capazes de cunhar a história, que começaram a ter vida autônoma, inclusive com relação a ele. (ROSWITHA, 1992: 02)

Desta forma, autonomiza-se a socialização patriarcal da divisão desigual do trabalho abstrato, formando negativamente a subjetividade dos indivíduos.

Numa sociedade ideal, as diferenças entre homens e mulher não poderiam significar desigualdade de direitos e deveres, tais como livre acesso ao conhecimento, à saúde, ao saneamento e habitação.¹⁴⁸

Estando distantes da sociedade idealizada, é necessário identificar quais as cadeias de reprodução que levam a maior parte da humanidade a situações de segregação social e ambiental.

No âmbito das redes de poder dos símbolos, códigos e instituições perpassa a vida dos indivíduos na qual os valores e a moral são reproduzidos conforme a cultura em que estão inseridos e que, por vezes, conseguem ser reinventados já que foram e são produtos humanos.

A cultura, por sua vez, é parte de todo um processo de formação histórica daquele grupo ou sociedade, vinculada diretamente à sua organização sócio-econômica num determinado espaço.

Assim, para provocar mudanças nas relações de gênero, é preciso enfrentar o androcentrismo e o patriarcado, peças fundamentais e anteriores ao modo de produção capitalista. É uma batalha que segue tanto no nível da consciência quanto da inconsciência.

¹⁴⁸ Somente em 13 de março de 2007 saiu a Instrução Normativa (IN) do INCRA para a Portaria nº 981/2003 que estabelece a titulação conjunta obrigatória da terra nos assentamentos da reforma agrária, para os casos de casamento ou união estável.

4 A produção e territorialização da agroecologia na COPAVI

A luta pela propriedade coletiva dos meios de produção é passo fundamental no processo de luta contra os capitalistas e seus aliados, os rentistas. Mas os trabalhadores têm mostrado na prática que não basta apenas a propriedade coletiva, é preciso o controle, posse e administração coletiva desses meios de produção; numa palavra: toda soberania às assembléias dos trabalhadores. (OLIVEIRA, 1991: 15)

4.1 Cooperação e cooperativismo

No Capítulo anterior, procuramos apontar como a dinâmica socioeconômica do Assentamento Santa Maria está diretamente vinculada à organização da COPAVI.

Assim, mesmo as questões referentes à agrovila, por exemplo, devem ser debatidas e deliberadas nos órgãos apropriados da Cooperativa. Em função da abrangência, importância e urgência, a questão pode ser pautada nas reuniões dos núcleos de família¹⁴⁹, dos setores de produção, bem como no Conselho Deliberativo ou até na instância máxima que é a Assembléia Geral da COPAVI.

Cada um dos departamentos do setor de produção é dividido por atividades, tendo cada uma delas um representante. Assim, o coordenador do departamento tem a responsabilidade de “dar os encaminhamentos para o bom andamento das atividades” (GUMIEIRO, 1999:31) bem como realizar o controle das horas dos cooperados sob sua supervisão.

¹⁴⁹ A agrovila na COPAVI é estruturada por duas ruas que reúnem todas as residências. Cada uma das ruas, conhecidas como “Linhas de casas” configura um núcleo de família, de forma a constituir um espaço para o diálogo com menos integrantes e maior possibilidade de participação e voz. Segundo GUMIEIRO (1993), inicialmente a proposição da organização dos núcleos de família visava à criação de um espaço de discussão e formação política. A prática tem mostrado que o espaço se tornou mais um ambiente para discussão de questões ligadas à cooperativa.

Figura 3 - Organograma da COPAVI



Fonte: STRONZAKE, 2007b

GUMIEIRO (1999: 30) refere-se ao conselho como “uma diretoria representativa para que se possam agilizar os encaminhamentos operacionais”. O conselho é constituído pela diretoria, presidente, secretário e tesoureiro e pelos coordenadores dos núcleos de família, além de ser aberto à participação especial de algum sócio ou assistência técnica.

A responsabilidade do setor financeiro e da fiscalização do trabalho dos associados é do Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos em assembleia e cujo mandato é válido por três anos.

O Setor da Coordenação de Apoio é “um somatório de todos os serviços de suporte da cooperativa como: refeitório, contabilidade, secretaria, construção e manutenção” (GUMIEIRO, 1999:31)¹⁵⁰. Na COPAVI, essa estrutura do “escritório” (Foto 19) conta

¹⁵⁰ Denominado, na época de seu trabalho, por “Administração”.

com o trabalho regular de dois cooperados, o que alguns cooperados consideram como um setor “inchado”.

Segundo ainda o autor, é comum existir dentro dos assentamentos e cooperativas agrícolas uma desconfiança e um preconceito em relação aos trabalhos considerados mais intelectuais frente ao trabalho braçal.

Parte dessa desconfiança refere-se à incompreensão dos cálculos que resultam no retorno financeiro mensal a cada associado, e das divisões das contas por participação no total das vendas.

No exercício de buscar compreender essa situação, GUMIEIRO (1999: 45) faz a seguinte reflexão:

Um grande limite das gestões democráticas, principalmente de cooperativas que são formadas pelos trabalhadores rurais assentados, é conseguir-se, de forma clara, repassar a situação financeira, de gestão, de contabilidade dos recursos que entram e que saem do grupo. A própria experiência anterior dos atores é um fator agravante para esta condição, pois vieram de situação que sempre lhes colocou como vítimas dos patrões que, normalmente lhes enganava em seus direitos. Agora com a gestão de uma “empresa” se vêem em uma condição de reserva para com este assunto. Outra situação é que estruturas complexas de divisão social do trabalho, como a de uma cooperativa, perpassa toda a possibilidade natural de percepção de camponês. (GUMIEIRO, 1999: 45)

Nesse sentido, quando GUMIEIRO (1999) se refere à estrutura complexa da organização social do trabalho de uma cooperativa, ele o faz comparando-a com a estrutura da agricultura camponesa, na qual sua lógica de organização pressupõe menor divisão do trabalho e maior domínio de cada membro familiar sobre toda a estrutura produtiva e gestão financeira, ainda que até os dias atuais estas estejam mais centradas no gênero masculino, do homem como dono da propriedade ou da produção (no caso de meeiros etc).

De qualquer modo, na lógica camponesa as decisões cabem estritamente àquele núcleo familiar, diferente do que ocorre nas cooperativas onde existem normas e regulamentos a serem seguidos e que foram definidos num espaço de decisão muito mais amplo do que o do núcleo familiar.

Nessa perspectiva, GUMIEIRO (1999) coloca como um dos principais pontos que diferenciam a lógica camponesa da lógica de uma cooperativa de trabalhadores

rurais é o fato de o indivíduo passar de primeiro para segundo plano com relação ao coletivo.

O próprio autor, que é sócio da Cooperativa, sugere algumas mudanças para que o trabalho do Setor de Coordenação e Apoio seja mais transparente e melhor compreendido pelos associados e, assim, possa diminuir a desconfiança ora existente, o que repercutiria na melhoria das relações sociais internas e aumentaria o sentimento de pertencimento à Cooperativa.

Dentre as sugestões apresentadas por Gumieiro, coloca tanto a importância de “tradução” da linguagem administrativa para uma linguagem que possa ser compreendida por todos, quanto a pertinência em oferecer um curso para os cooperados que dê acesso aos conhecimentos básicos de gestão financeira.

Para a sócia Claudete Strumer, em entrevista realizada por Enivaldo Lucas de Mello em 2000, para além das conquistas realizadas até aquele momento, dentre os principais desafios estava a questão administrativa da cooperativa:

[...] conseguir produzir com mais eficiência e qualidade; melhorar a administração, pois não sabíamos como administrar uma cooperativa; dificuldade de adaptação à produção coletiva e principalmente superar o modo capitalista de pensar, pois todo o entorno é capitalista e precisa ter comunicação direta com o restante da sociedade, com comércio, bancos, fornecedores, consumidores de nossos produtos etc (MELLO, 2000: 80)

De fato, a COPAVI, como uma instituição inserida no modo de produção capitalista, tem a necessidade de comercialização (realização da troca), o que provoca certas determinações sobre a produção, por exemplo, influenciando na escolha dos produtos que devem ser priorizados por reverter maiores ganhos à Cooperativa. Segundo GUMIEIRO,

[...] esta cooperativa está totalmente integrada ao processo de produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos, pode-se dizer que a COPAVI, em termos gerais, é uma empresa [...]. Apresenta eficiência, para alguns produtos, em todos os espaços da cadeia produtiva, dominando com muita particularidade todas as informações locais sobre os seus produtos e o mercado. O único ponto negativo disto é que os conhecimentos acerca destes assuntos são muito desuniformes, alguns são abissais, entre os associados. (GUMIEIRO, 1999: 35)

A sociedade é capitalista. Isso a gente não pode perder de vista. Por mais que tu tenha a organização do trabalho e tenha a produção de uma forma diferente da organizada na sociedade capitalista, você tem relação com a sociedade capitalista. Então o seu produto, ele vai

ter seu valor determinado pelo tempo socialmente necessário. Quer dizer, é o preço da sociedade que vai colocar o preço no seu produto. O desenvolvimento tecnológico é parte deste processo. O desenvolvimento tecnológico não é mau nem bom. O que é mau ou bom, é o que se apropria do bem gerado por ele. Essa que é a relação diferente. Nós aqui estamos dentro desse sistema. Nós produzimos, geramos e usamos tecnologia. A diferença, está no que? Que o bem produzido por esse desenvolvimento tecnológico, por essa maquinaria, é repartido igualmente entre todos. Não tem mais valia. Então é socialismo. Né? Porque é comum.

Então essa é a situação.

Nós tamo numa relação de mercado, de comercialização de mercadoria, a realização da nossa mercadoria se dá num espaço capitalista, numa sociedade capitalista. (Cooperado, entrevistado por Paula Camargo em 27/02/2006)

Dentre as formas de sujeição ao capital, há a questão das formas de uso da força de trabalho, a qual pode ser verificada tanto nos relatos de cooperados e de ex-cooperados, no que diz respeito tanto ao excesso de trabalho e à falta de tempo para se dedicar ao descanso e à família, quanto na nossa constatação de que, há, pelo menos três anos, existe a necessidade de uso da força de trabalho de acampados para complementar o trabalho realizado pelos cooperados. SERON (2001) utiliza FLEURY (1983:16) para fazer referência a Kautsky, que menciona que

[...] numa cooperativa florescente, numa economia capitalista, chega sempre um momento em que os membros começam a empregar operários assalariados, proletários que não possuem qualquer participação na propriedade dos meios de produção e que são explorados pelos cooperados tal qual na empresa mercantil. (FLEURY, 1983:16¹⁵¹ apud SERON, 2001:51)

O trabalho dos cooperados na COPAVI está totalmente atrelado ao que diz tanto o Estatuto quanto o Regimento Interno, ambos aprovados em assembléia geral em 1993, que buscam reproduzir parte dos direitos conquistados e presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, de um lado assegura a cada trabalhador da cooperativa 30 dias de férias por ano¹⁵², por outro não remunera o período sem atividade. Num outro exemplo, garante às mulheres maior tempo com

¹⁵¹ FLEURY, M. T. L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Global, 1983.

¹⁵² São chamadas férias não remuneradas e autorizadas desde que não venham a comprometer as atividades da cooperativa. (COPAVI, 2002)

seus filhos recém-nascidos, a licença-maternidade é de sete meses¹⁵³ e, para os pais, os mesmos cinco dias garantidos na CLT.

Dos homens e mulheres assentados, considera-se permitido trabalhar na cooperativa os adultos associados e os adolescentes a partir dos seus 14 anos. Como a prioridade deve ser o estudo, até completar 16 anos a carga horária máxima de trabalho na COPAVI deve ser 100 horas mensais. Já aos 17 anos a mesma passa a ser obrigatória e, finalmente, aos 18 anos, podem solicitar associação em Assembléia Geral. O valor hora varia conforme a idade do trabalhador¹⁵⁴, mas é o mesmo para todas as atividades, cuja base de cálculo depende da rentabilidade da Cooperativa.

O total das horas trabalhadas por cada sócio é considerada na contabilidade geral da cooperativa para a divisão das sobras, se houver. Para os sócios que iniciam suas atividades antes das 7h da manhã e continuam depois das 19h, e nos finais de semana, o valor hora é 50% maior do que o valor hora considerado para 'horário comercial'." (PEREIRA, 2000:173)

O ritmo de trabalho acordado desde o início da Cooperativa era de no mínimo oito horas diárias, além do trabalho em horários "não comerciais", incluindo sábados e domingos, quando continuam as atividades de criação de animais e manutenção do assentamento.

Nos primeiros anos do assentamento, como visto no Item 3.1, os assentados chegaram a trabalhar como bóia-fria em outras fazendas da região para o recebimento de diárias, já que a produção no assentamento não tinha como dar o sustento necessário, como mostra o depoimento de Antônio Soares:

As dificuldades encontradas foram sendo superadas com a ajuda da comunidade local, principalmente por meio da Igreja Católica e algumas pessoas do município, comprometidas com a reforma agrária. O médico João Lacerda, por exemplo, muito nos ajudou, prestando atendimento à saúde e com doações de alimentos. A outra forma de sustento foi arrumar trabalhos agrícolas como construção de aviários, plantio de amora, colorau, pastagens, colheita de algodão, milho e feijão. Trabalhávamos de bóia-fria. Esta foi a sustentação por um ano e meio. Mostramos trabalho e por isso

¹⁵³ Sendo a licença atribuída por um mês antes da data prevista para o parto e seis meses depois. Em caso de gestação com risco à mãe ou bebê, a licença é estendida aos nove meses de gestação e quatro meses após o parto.

¹⁵⁴ "Os adolescentes dos 14 anos aos 17 anos recebem 65% do valor das horas dos cooperados. A remuneração da hora para aqueles que têm entre 17 e 18 anos é de 85% do valor pago aos cooperados. Caso a quantidade de horas ultrapasse a 100horas/mês, receberão, pelas horas excedentes, o valor das horas dos cooperados." (MOURA; RAMOS, 2005: 06)

passou a haver disputa pela nossa mão-de-obra pelos granjeiros da região. Conseguimos o respeito e a moral diante da comunidade. Entendemos que esse respeito e moral estavam intimamente ligados à conquista da terra. As boas relações que temos hoje com a comunidade teve origem naquela época. (Cooperado, entrevistado por Enivaldo Mello apud MELLO, 2000: 79)

Para o caso de novos sócios, o regimento da COPAVI estabelece o direito a voz e voto, independente do capital de que este disponha, já que o que conta é sua força de trabalho. A associação na cooperativa exige que a família que se candidatou ou que foi convidada vivencie um período de experiência de quatro meses. Os membros da família que têm idade superior a 16 anos podem trabalhar segundo as mesmas regras que definem quantidade de horas e a obtenção das sobras dos rendimentos. e podem participar normalmente das reuniões de núcleo e de setor. Após esse período, é convocada uma assembléia para votar, na presença dos candidatos a sócios, se a família deve ou não ficar e o porquê. A família também tem direito a se manifestar. A entrada na cooperativa é formalizada com o pagamento de uma cota parte no valor de R\$ 130,00 que pode ser parcelada em quantas parcelas a família precisar.

O convite ou candidatura de novas famílias segue alguns requisitos, como descrevem BIZKARRA; ASTIGARRAGA (2002:81): “tener contacto com la agricultura, necesitar realmente este trabajo y tener una ideologia afín a la cooperativa y al MST; em definitiva, uma ideologia socialista, creencia em la construcción de um coletivo e identificación com la práctica de trabajo em Copavi.”

O seguinte trecho relata a visão de Silvio Bueno, hoje sócio da Cooperativa há dez anos, quando estava passando pela fase de experimentação:

Vivi muito tempo trabalhando de empregado tanto no campo como na cidade. Abandonei o curso de Ciências Contábeis no terceiro ano porque gosto da terra e da vida no campo. Tornei-me especialista em horticultura orgânica, sem uso de agrotóxicos. Por concordar com a luta pela reforma agrária e pela organização coletiva da produção aceitei vir trabalhar aqui como cooperado. (MELLO, 2000: 84)

Na COPAVI, a decisão sobre o quê produzir, de como organizar o trabalho entre os assentados e sobre a carga horária tem sido, cada vez mais, diretamente vinculada às condições de mercado. O caso mais exemplar é o da produção dos derivados da cana-de-açúcar.

Em junho de 2005, a Espanha, através da Rede Mundial de Comércio Justo, recebeu o primeiro lote de exportação da “Cachaça Camponeses”. No momento

seguinte, dentro do âmbito do Governo Federal, já sob governança do Partido dos Trabalhadores, a COPAVI passou a participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁵⁵ da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)¹⁵⁶. Assim, o Setor de Cana e Derivados foi reorganizado: houve a necessidade de remanejamento de força de trabalho para o Setor da Cana, do uso da força de trabalho de bóias-frias para o corte e a colheita da cana de açúcar¹⁵⁷ e da expansão da área ocupada pela cana. Ainda com todas estas medidas, a área de plantio é insuficiente para o atendimento da demanda.

Todo o trabalho na Cooperativa é coletivo, se caracterizando pela distribuição das atividades em setores de produção, onde cada sócio possui uma atividade específica. (COPAVI, 1993: 07).

Os trabalhos de campo evidenciaram a existência da busca pela especialização de trabalho por parte de cada cooperado, seja pela facilidade em assumir uma dada função, decorrente de experiências prévias, ou ainda pela necessidade de qualificação e aprimoramento. Observamos também a tentativa em conciliar a especialização com a rotatividade de funções dentro de cada e entre todos os setores, exceto as atividades de Gerência Financeira ou da Secretaria. Se por um lado, a especialização é vista como uma forma de aumentar a produtividade do trabalho, contudo a centralização do conhecimento e da prática de trabalho é considerada inadequada para a COPAVI que, sendo parte do MST, tem frequentemente a necessidade de ausentar os assentados das atividades da cooperativa.

Deste modo, os cooperados detêm conhecimento de todo o processo produtivo e têm consciência sobre a importância de cada um para o “sucesso” da cooperativa. Em momentos de maior demanda do mercado, priorizam a alocação em atividades em que detenham maior conhecimento e prática. Com o tempo, ao demonstrar interesse por algumas funções específicas, a própria direção da Cooperativa, junto com o MST, estimula a realização de cursos e a participação em eventos para troca

¹⁵⁵ O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772 em 02 de julho de 2003; seus recursos são disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e é voltado para a comercialização de alimentos nutritivos produzidos pelos atendidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

¹⁵⁶ A participação da COPAVI no PAA será mais bem trabalhada na parte sobre “Comercialização” deste terceiro capítulo, no Item 4.2.

¹⁵⁷ A partir de 2009, a relação de trabalho com os não associados à Cooperativa passou a ser regulada pela CLT.

de experiências e aprendizados que sejam, de um lado, de interesse pessoal do cooperado e, do outro, da cooperativa.

SERON (2001), em sua dissertação cujo enfoque são as competências pessoais e profissionais de três cooperativas de trabalho conclui que, tanto na COPAVI quanto nos outros dois casos estudados, há necessidade de que cada trabalhador desenvolva

[..] um espectro bastante diversificado de competências para que possa desempenhar todas as funções sobre sua responsabilidade. Contrariamente aos empregados das organizações mercantis, baseadas no modelo taylorista/fordista, e estruturadas sob a forma de pirâmide hierarquizada, a atuação do trabalhador associado não se restringe a apenas uma parcela do processo produtivo, mas responde pelas partes e ao mesmo tempo pelo todo, desenvolvendo para isso o conhecimento do todo e a consciência da importância de sua participação. (SERON: 2001, 210)

Sobre as mudanças de função,

[...] um pouco as pessoas pedem para mudar, ficam um tempo, não está se dando bem, pede para mudar. Outro ponto, o próprio grupo de estudo da cooperativa, o conselho da cooperativa que vai analisando um pouco as tarefas e vai discutindo isso. No caso, por exemplo, do comércio, foi o grupo que entendeu. A Solange que trabalhava no laticínio tinha que assumir uma tarefa na Brigada, não ia poder tá contribuindo do jeito que tava contribuindo no laticínio, e ia precisar de uma outra pessoa lá. A pessoa que teve lá, o Ildo saiu da cana e foi pra lá. E precisava de uma pessoa que dirigisse o trator e tal e tal. Aí tinha o Darci, que era do comércio. Aí pegou o Darci botou na cana, botou o Ildo no laticínio e pegou a Elzina, que tava na padaria, e botou no comércio, porque ela dirige Kombi. E ajustou. E rearranjou. E botou mais uma pessoa que ia ajudar na padaria. Isso sai da coordenação e vai discutir com as pessoas. Normalmente sai do grupo de estudo que tá pra pensar um pouco essas coisas. (Cooperado, entrevistado por Paula Camargo em 27/02/2006)

Segundo a lógica da COPAVI, a especialização contribui para o aumento da produtividade por um lado, porém pode prejudicar por outro, dada a concentração do conhecimento em determinados sócios, pois podem vir a falecer ou sair da cooperativa, como já ocorreu anteriormente.

De acordo com BIZKARRA e ASTIGARRAGA (2002: 84), entre 80 e 90% das pessoas que trabalhavam na cooperativa no momento de sua pesquisa escolheram atividade em que desejavam trabalhar. Quando novas famílias tornam-se sócias da cooperativa, seus membros assumem atividades em que haja demanda de força de trabalho. Somente com o tempo essas famílias podem trocar de atividade, caso não

tenham se adaptado àquela a que foram designadas, ou quando um sócio mais antigo aponta desejo ou necessidade de mudança de setor ou atividade.

No trabalho de GUMIEIRO, constam as seguintes falas de sócios entrevistados:

A gente pensava que trabalhando coletivo se torna mais fácil de conseguir as coisas é questão de trabalho aonde a gente precisa fazer tendo mais gente disponível vai dois ou três para lá para ajudar vai mais rápido, que disse tudo é mais diferente né, por exemplo lá, se eu tivesse que fazer uma coisa e não tivesse recurso para pagar um peão era eu que tinha que fazer sozinho ou deixava para outro dia, aqui a gente até consegue uma coisa que se tem que fazer no dia você vai atrás de gente, dá um jeitinho ali e você consegue concluir. Então tem vantagem né. (GUMIEIRO: 1999, 36)

Os pontos positivos eu vejo por exemplo: a nossa vida em alimentação é uma das melhores, nenhum rico hoje tem esta alimentação que a cooperativa tem. Outro ponto positivo é a questão da produção, evoluiu, apesar de todos os problemas mas, evoluíram. Se aqui tivesse sido individual o fazendeiro já teria voltado. (GUMIEIRO: 1999, 37)

Tem bastantes pontos positivos desde o trabalho né, você tem um trabalho cumpre seu trabalho e pronto, individual você tem várias coisas para fazer, então você vai batalhar bem mais e tem mais preocupações, aqui as preocupações os problemas são decididos em grupos não é uma cabeça só. Nós tínhamos bastante tarefas né mas, eu terminava meu serviço e vinha cuidar das tarefas de casa, a gente sabe que no coletivo avança mais porque o individual desde se você quer comprar um trator é mais complicado, é muito mais difícil e assim no coletivo é muito mais fácil evoluir, conseguir as coisa, até financiamento, eu acho que eles dão mais prioridade a para o coletivo. (GUMIEIRO: 1999, 37)

Outro ponto é que (...) a pequena produção está fadada ao fracasso, desta forma coletiva pelo menos vai ficar mais um tempo, isso eu acho um ponto positivo. E outra coisa, no coletivo o respaldo político é bem maior que no individual por qualquer órgão: município, estado. (GUMIEIRO, 1999:37)

Nos depoimentos acima podemos observar aspectos subjetivos ao colocar se o entrevistado acredita politicamente no ideal de cooperação e coletividade, e se ele está gostando ou não de ser cooperado. Sua fala acaba sendo, como disse GUMIEIRO, “uma afirmação de sua posição e atitude e é também uma confirmação de seu ato perante os demais membros de sua esfera social [...]” (GUMIEIRO, 1999: 38)

Esses depoimentos também reforçam uma análise feita tanto por GUMIEIRO (1999) quanto por SERON (2001) no que diz respeito ao aumento da consciência sobre questão da luta de classes, atrelada à condição profissional e pessoal que os

assentados já possuem antes de decidir se integrar à Cooperativa, ou que vão construindo ao participar da organicidade da cooperativa e dos movimentos sociais.

Em relação à assistência técnica, a COPAVI recebe contribuições de diversos profissionais, ainda que não de forma sistemática, dando sempre preferência a técnicos ligados ao MST que atuam na região a partir de convênios com a Central de Cooperativas de Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) e INCRA, principalmente.

Na última década a formação dos técnicos vinculados ao MST tem sido no sentido de “construir a matriz agroecológica e a cooperação na Reforma Agrária, estimulando a organicidade e projetando os novos assentamentos com este referencial.” (MST, 2004: 15).

Como parte do sistema de cooperação agrícola do Paraná (SCA-PR), o MST dispõe de um técnico agrícola¹⁵⁸, porém este deve prestar trabalhos para toda a região, o que inclui 20 assentamentos e 300 famílias ligadas ao Movimento. O técnico é pago com recursos dos assentamentos e de ONGs internacionais que fazem algum tipo de doação. Porém, é comum o trabalho ser suspenso por falta de recursos para a remuneração do técnico.

O INCRA dispõe de dois engenheiros agrônomos que também atendem toda a região, porém com responsabilidade superior ao técnico contratado pelo MST, já que aqueles dão assistência a todos os assentamentos e famílias da região, independentemente da instituição ou movimento ligados ao assentamento.

A respeito do trabalho desenvolvido pelos professores e pesquisadores da UFSC¹⁵⁹, o grupo em conjunto com a coordenação e setor da pecuária do assentamento decidiu quais seriam as principais linhas do projeto agroecológico. Deste modo, em 2004, foi entregue um denso estudo intitulado “Pastoreiro Racional Voisin e Produção Agroecológica” (MACHADO; MACHADO FILHO, RIBAS, 2004) que analisa todos os aspectos físicos do assentamento, como solo, relevo, hidrografia, clima e vegetação. Apresenta como eixo principal a descrição detalhada de todos os procedimentos técnicos referentes ao ciclo produtivo da produção do leite agroecológico, o qual acaba por fazer interface com praticamente todos os setores

¹⁵⁸ Durante o trabalho de campo realizado em 2004, havia oito profissionais das áreas de engenharia agrônoma, veterinária e técnico-agrícola que atuavam na Brigada Iraci Salete Strozake. A redução dos recursos públicos inviabilizou a continuidade das atividades de assistência conforme ocorria em 2004.

¹⁵⁹ Este trabalho foi tratado no Item. 3.2.3.

produtivos do assentamento. Por fim, contém, inclusive, uma abordagem sobre as formas de integração entre produção de mercadorias e circulação.

Durante os trabalhos de campo realizados entre 2004 e 2006, pudemos observar que os assentados, principalmente os ligados ao Setor de Leite e Derivados, estavam progressivamente apropriando-se dos conhecimentos transmitidos por tal trabalho. Entretanto, não foi possível acompanhar o processo deste grupo de pesquisa para compreender se houve uma real participação dos assentados. Por meio de conversas informais realizadas nos campos pode ser constatada a dificuldade de entendimento da proposta da UFSC/COPAVI e uma preocupação em praticá-la com o máximo de exatidão possível.

4.2 Comercialização e Certificação

O setor do comércio é responsável pela contabilidade dos alimentos consumidos na cooperativa pelas famílias e pela comercialização através de diferentes estratégias de mercado. Detém também a atribuição de organizar a demanda e a aquisição de produtos de demais agricultores da região, alguns deles de assentamentos do MST, seja para abastecer o estoque do Refeitório, ou mesmo para vendê-los nas feiras livres e no “porta a porta”. Entre os produtos que são comercializados, porém não produzidos pela COPAVI, encontram-se legumes e raízes, como cebola e batata, além de frutas, como banana, e também ovos, café, geléia e erva mate¹⁶⁰.

[...] grande importância que assume nas economias familiares analisadas a produção para os mercados e a constituição de rendas monetárias. [...] De outro lado, a produção para os mercados se associa e se combina com a manutenção de um dinâmico setor econômico de auto-consumo (produtor de rendas não-monetárias) que garante a segurança alimentar das famílias. Em terceiro lugar, a reprodução da fertilidade dos sistemas é fundamentalmente assentada em complementaridades geradas internamente. Finalmente, as famílias procuram assegurar, individualmente ou de forma associativa, o acesso a uma grande diversidade de mercados. Diferentemente da procura de mercados estruturados, especializados

¹⁶⁰ No campo realizado em 2006, quando questionados sobre o porquê da compra de produtos para serem vendidos junto com os demais produtos da COPAVI, o Setor de Comercialização informou que se trata de uma estratégia de venda, tendo que os consumidores teriam maior preferência pela sua “barraca” ou pela aquisição dos produtos no “porta a porta” se houvesse maior oferta e variedade.

e de longa distância, ressaltam aí os mercados locais ou de proximidade como os espaços por excelência de venda da diversidade produtiva, e onde as famílias e associações são capazes de exercer maior controle sobre as relações oferta-demanda, sobre a formação dos preços e a apropriação do valor produzido. (ALMEIDA, 2005: 05)

A venda dos produtos da Cooperativa, atualmente, ocorre através de sete estratégias diferenciadas de comercialização, entre vendas regulares para o varejo ou atacado e outras que são esporádicas.

Quadro 4 - Estratégias de comercialização dos produtos da COPAVI

ESTRATÉGIA	LOCALIDADE
Vendas regulares para o mercado varejista	
1. Porta-a-porta	Municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul (PR)
2. Feiras livres semanais	Municípios de Paranacity e Maringá (PR)
Vendas regulares para o mercado atacadista	
3. Convênio com instituições públicas via contrato com CONAB	Municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul (PR)
4. Mercados e supermercados locais	Municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul (PR)
5. Exportação de cachaça e açúcar mascavo	Países Espanha e França (UE)
Vendas esporádicas	
6. Feiras de eventos de “agricultura familiar”, “agroecológicos”	Diversos
7. Lojas de produtos naturais, mercados, lojas do MST, outros	Diversos, principalmente nos estados do Paraná e São Paulo

Fonte: Pesquisas de Campo realizadas entre 2004 a 2006

As duas estratégias mais antigas que visam atender diretamente os consumidores são a venda de porta em porta (Foto 20 e Foto 21) e as feiras livres (Foto 22 e Foto 23). Estas estratégias se realizam por meio da presença da barraca da COPAVI em quatro feiras livres semanais da região, que ocorrem nos municípios de Paranacity e Maringá e pela entrega porta-a-porta, que se dá com o uso de uma Kombi equipada

com balança que percorre todas as ruas dos municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul duas a três vezes por semana.¹⁶¹

Em ambos os casos, os produtos são vendidos individualmente (Foto 24 e Foto 25) e muitos dos consumidores ainda preferem usar o bloquinho, o antigo sistema de venda “fiado” com a anotação das compras para pagamento posterior, normalmente na época em que a família recebe seus salários. (Foto 26)

Tanto um quanto outro mercado encontra-se no seu limite de expansão, já que os dois municípios atendidos não apresentam crescimento demográfico expressivo e são caracterizados por uma população de baixo poder de compra, que consome principalmente verduras e legumes, leite, iogurte, biscoito, pão e rapadura.

Deste modo, o consumo de produtos manufaturados com uso de tecnologia, como açúcar mascavo, doce-de-leite e aguardente, ou daqueles produzidos por outros assentamentos ligados ao MST, ou de produtores “amigos do MST”¹⁶², tais como geléia¹⁶³, erva mate¹⁶⁴, café, queijo mussarela¹⁶⁵, são considerados caros na região. Ainda assim, os produtos são vendidos com o acréscimo de 30% sobre o custo de produção.

Essas duas estratégias de comercialização representam um rico espaço de sociabilidade entre os sócios da COPAVI e a população da região e demais produtores que expõem seus produtos nas feiras livres, justamente por serem formas de venda direta, sem intermediações. Viabiliza-se um retorno direto dos consumidores à Cooperativa sinalizando, por exemplo, se a qualidade e quantidade dos produtos estão adequadas para a demanda local. Se há sobra de algum produto, e se isso é constante, o departamento e o setor responsáveis pelo produto

¹⁶¹ Segundo BIZKARRA, ASTIGARRAGA (2002), o número de famílias atendidas em 2002 chegava a 1000 famílias. No Item 4.3.3 apontou-se que a venda porta-porta sempre foi uma estratégia da COPAVI, mesmo quando dependia de carroça e quando o leite era vendido no sistema de “canequinha”.

¹⁶² Os Amigos do MST são considerados parceiros por compartilhar da ideologia do Movimento e contribuir cada um a sua maneira, e dentro de suas possibilidades, para o fortalecimento da luta pela reforma agrária.

¹⁶³ A geléia é do MST e é produzida no ITERRA, em Veranópolis (RS).

¹⁶⁴ A erva vendida para ser usada no chimarrão vem do Assentamento Santa Maria do Oeste (PR).

¹⁶⁵ Produzido em Nova Londrina (PR).

são informados e, eventualmente, ocorre uma revisão na linha produtiva para sua adequação segundo a demanda.

Mais do que uma troca pautada nos produtos, a presença dos sócios nas feiras livres e nas casas da população significa a construção permanente de laços de confiança e afetividade com a população local. Significa ganhar o respeito da sociedade, ao deixar transparecerem os objetivos da luta pela terra promovida por movimentos sociais como o MST, mostrando que o acesso à terra é o início de uma luta que só será finalizada quando houver justiça e equidade sociais.

Hoje, com a expansão do perímetro urbano, as pessoas que ainda moram nestes bairros antes periféricos continuam “fregueses de confiança”, como é o caso da moradora Marina de Araújo. A comodidade da entrega de produtos na porta de casa, também é o que faz Ilda Oliveira comprar leite e frutas na Kombi da COPAVI¹⁶⁶.

Além de Marina e Ilda, outros oito moradores de Paranacity foram entrevistados entre os dias 02 e 05 de março de 2006. Os questionários¹⁶⁷ foram aplicados com os consumidores dos produtos da COPAVI na feira e na Kombi com o objetivo de identificar dois principais aspectos: (1) opinião quanto ao preço e à qualidade dos produtos e (2) conhecimento sobre a forma de produção coletiva e agroecológica.

Com exceção de uma consumidora que considera caros os produtos da COPAVI, as demais respostas disseram que os preços cobrados são justos ou baratos. Em relação à qualidade, os adjetivos mais utilizados para se referirem aos produtos foram: “bons”, “frescos”, “limpos” e “bonitos”.

No entanto, quando perguntamos sobre a forma de produção, somente duas entrevistadas afirmaram saber que os produtos não contêm agrotóxicos e que são melhores à saúde, e somente uma delas tinha conhecimento sobre a certificação pela Rede Ecovida e sobre a produção agroecológica.

Conhecidos na região desde o tempo de acampamento, os assentados em COPAVI são chamados carinhosamente de “os Sem Terra”. Alguns entrevistados chegaram a contar histórias de tempos passados, como do tempo que Ildo e Sacola vendiam leite na carroça puxada por cavalo e do bom trabalho realizado como bóias-frias na região.

¹⁶⁶ Marina e Ilda foram entrevistadas no dia 05 de março de 2006.

¹⁶⁷ O modelo do questionário aplicado em campo consta do ANEXO V.

Assim, as entrevistas acabaram sendo apenas uma percepção para a pesquisadora de como a Cooperativa alcançou a confiança e estabeleceu laços de amizade com a população local.

No entanto, isso não significa que sejam estratégias que não enfrentam dificuldade. Segundo MOURA; RAMOS (2005):

Os clientes são na maioria trabalhadores bóias-frias, aposentados e desempregados. Há também funcionários públicos, bancários, professores, dentre outros. As linhas são realizadas, principalmente, na periferia da cidade, onde está localizada a maioria da clientela. São ruas, na maioria, sem pavimentação e, algumas delas, de difícil acesso. A data de pagamento fica a critério do cliente, chegando alguns a demorarem até dois meses para pagar e, outros, que jamais pagam, originando um volume considerável de contas a receber. A inadimplência está em torno de 3% a 5% da receita total. MOURA; RAMOS (2005:07):

Mesmo compreendendo a questão da limitação da renda da população atendida pela venda porta-a-porta e nas feiras livres, em todos os campos realizados estava posto o questionamento sobre o investimento na comercialização direta e estavam sendo pensadas formas de minimizar seus custos, tal como a diminuição da presença em feiras livres.

Neste sentido, o alto nível de inadimplência da população, em função da baixa renda de que dispõem, e a estreita dependência da produção quanto aos fatores naturais, como calor e chuva, por vezes desanimam os produtores.

Nosso povo, povo de uma maneira geral, o agricultor, o camponês, ele não tem muito essa de ficar estudando, teoria, para explicar teoricamente. Ele explica pelo prático. Não está me dando retorno, eu não vou fazer mais. (Cooperado entrevistado por Paula Camargo em 06/03/2006)

Contudo, as feiras livres são expressão de resistência dentre as variadas formas de comercialização no modo de produção capitalista. No momento em que se reavalia a inserção ou não nas feiras livres, deve-se considerar que o contato direto entre quem produz e quem se alimenta¹⁶⁸, e com os demais produtores e feirantes,

¹⁶⁸ Aspecto este que, principalmente, nas grandes cidades, já não é mais possível identificar. Nas feiras livres organizadas em diversos bairros do município de São Paulo, por exemplo, as barracas são propriedade de revendedores, intermediários, feirantes que não são produtores e que muitas vezes não conhecem a origem dos produtos ali revendidos, já que compram boa parte da produção em espaços como da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). No município de São Paulo, uma das feiras que ainda conta com a maioria dos feirantes-produtores é a Feira da Água Branca que comercializa produtos orgânicos, biodinâmicos, dentre outros. Em Porto Alegre, as feiras com feirantes-produtores podem ser encontradas em quatro diferentes endereços, conforme pesquisa de campo realizado em novembro de 2004.

possibilita a troca de saberes, de experiências, e demonstra o compromisso dos assentados com a produção de alimentos bonitos e saudáveis. Para além de um ambiente comercial, é um espaço de sociabilidade.

Outra estratégia de venda da COPAVI é a participação em programas governamentais como o da CONAB, pelo PAA via o mecanismo de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF). Em 2005, por exemplo, através do PAA, a COPAVI garantiu a venda no valor total de R\$ 55.000.

Trata-se de um programa integrante do conjunto de políticas adotadas pelo Governo Lula¹⁶⁹, voltadas à erradicação da pobreza e insegurança alimentar do “Fome Zero”. Os produtos são entregues em instituições públicas, como escolas, abrigos e casas de repouso para idosos, dos municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul. Este Programa Federal iniciou suas operações em novembro de 2003.

Em 2006, o documento final do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) defendeu a continuidade e ampliação do Programa por este estar exercendo papel importante para o estabelecimento de “estabilidade e segurança” na relação entre os produtores e o mercado e possibilitado o acesso local a alimentos saudáveis e nutritivos produzidos e processados na mesma região.

Tem sido visto como um atrativo econômico, já que, para as comunidades e famílias produtoras, a compra pode ser antecipada e é garantida por um dado período. Há ainda o reconhecimento do trabalho dos produtores por parte da população atendida e a contribuição para a “manutenção e/ou ampliação da agrobiodiversidade e dos sistemas produtivos dos agricultores beneficiários” (ENA, 2006:13)

O contato direto dos agricultores com as redes escolares, por exemplo, contribui para o debate sobre a qualidade dos alimentos, no caso das merendas escolares. Ademais, segundo MEYER (2006), os grupos envolvidos no PAA acabam tecendo relações que contribuem para os processos de transição em seus agroecossistemas.

¹⁶⁹ O Governo Lula, como é chamado, diz respeito ao mandato de Luis Inácio Lula da Silva como Presidente da República, iniciado em 01 de janeiro de 2003, tendo sido reeleito em novembro de 2006.

Quadro 5 – Programa de Aquisição de Alimentos – CAEAF (2003 e 2004)

Região	Agricultores beneficiários CAEAF (fam.)	Consumidores beneficiados CAEAF	Recursos CAEAF (R\$)	Operações Conab com o PAA (R\$)
Norte	3.894	166.074	8.692.657,69	40.778.440
Nordeste	3.029	370.406	6.294.811,93	73.980.386
Centro-oeste	26	148.972	64.835,16	15.625.067
Sudeste	1.533	281.253	3.834.645,88	16.507.061
Sul	13.343	393.681	32.131.293,95	41.836.080
TOTAL	21.825	1.360.387	51.018.244,61	188.727.034

Fonte: CONAB (s/d)

Segundo os dados acima, é possível perceber o destaque da região sul em relação a todas as outras regiões brasileiras, que vem concentrando os recursos e centralizando os agricultores e consumidores beneficiários.

Segundo SOARES (2005: 12), as explicações para tal distribuição geográfica deve-se ao forte histórico de agricultura familiar na região sul do Brasil e supostamente maior “capacidade organizativa e de planejamento” já que os produtores estão mais próximos de consumidores localizados nos centros urbanos, fator essencial para o sucesso do programa que exige articulação direta entre consumidores e produtores para a definição dos produtos, quantidades e periodicidade de entrega.

Na COPAVI, diversos fatores contribuíram para que fosse efetivado o convênio com diversos tipos de estabelecimentos, sendo os principais deles: o fato de os produtos serem agroecológicos caminha no sentido da segurança alimentar e nutricional; de agricultores da cooperativa já serem inscritos no PRONAF; e do bom relacionamento com prefeitura, instituições e sociedade em geral.

Fatores como o acesso, o transporte e a comunicação acabam interferindo profundamente no andamento do PAA. Ademais, o Programa acaba explicitando inúmeras lacunas presentes nas comunidades rurais que não conseguem ser

inseridas pela inadequabilidade, frente às exigências do PAA, quanto à qualidade técnica, noções de administração e planejamento econômico e produtivo.

No caso da COPAVI, a receita obtida pelo PAA é bastante representativa, principalmente quanto aos derivados da cana-de-açúcar. Neste sentido, a Cooperativa tem se organizado de modo a não se tornar dependente desta estratégia de comercialização. “Esse canal é visto com expectativas pelos assentados. No entanto, eles manifestaram que estão cientes da instabilidade desse tipo de programa, e por isso precisam manter as diferentes estratégias.” (MOURA; RAMOS, 2005:08)

A quarta estratégia é a venda via intermediários, sejam lojas de produtos naturais, identificadas em Brasília (DF), Maringá e Curitiba (PR), e São Paulo (SP), ou supermercados e padarias, todos localizados em Cruzeiro do Sul e Paranacity,

Foi possível constatar que as características naturais e artesanais dos produtos da COPAVI são importantes, principalmente para as vendas varejistas e vendas institucionais. (MOURA; RAMOS, 2005:08)

Para a ampliação deste mercado consumidor, seria preciso maior dedicação da cooperativa para identificar novos locais de venda, bem como exigiria reorganizar a estrutura preparada para a distribuição e o escoamento regular dos produtos.

Assim, ainda é um mercado que nem sempre é vantajoso economicamente, já que envolve elevado gasto com transporte para uma quantia ainda não muito expressiva de mercadorias. Neste sentido, produtos como leite e iogurte são entregues diariamente em padarias e supermercados de Paranacity e Cruzeiro do Sul, e outros com maior tempo de validade, como doce-de-leite, cachaça e açúcar mascavo, podem ser encontrados em demais assentamentos e lojas do MST.

Essa comercialização entre assentamentos rurais é parte de uma política de cooperação que visa fortalecer os projetos de reforma agrária, iniciativa dos movimentos sociais ligada à Via Campesina. É desses assentamentos que a COPAVI, sempre que possível, busca comprar os produtos para a alimentação coletiva do refeitório e para a oferta na lojinha existente no assentamento.

Desde 2005, iniciou-se uma quinta estratégia de comercialização, que é a participação da COPAVI na Rede Mundial de Comércio Justo, com a venda da

cachaça orgânica para Espanha e França, e mais recentemente a exportação do açúcar mascavo.

O alcance deste mercado está diretamente relacionado à marca do “MST”, e seus símbolos de “reforma agrária”, “agricultura camponesa” e “produção agroecológica”.

A agregação de valor praticada pelo assentamento está alicerçada na organização da COPAVI, na diversificação das atividades agropecuárias realizadas de forma agroecológica e na agroindustrialização associada à inserção mercantil. Acontece, portanto, em todo o conjunto das atividades, da produção agropecuária à comercialização. (MOURA; RAMOS, 2005:10)

Enquanto a demanda tem crescido, a produção da cana de açúcar e seus derivados tem encontrado limitações territoriais e estruturais. No próximo Item 4.3, será abordada a ampliação das áreas destinadas à plantação da cana, e que ainda assim continua estando aquém da demanda do mercado.

Ademais, há insuficiência de força de trabalho e equipamentos, como a moenda, tem capacidade de processamento inferior à disponibilidade de matéria prima, principalmente se houver aumento da mesma. Neste sentido, aumentar a produção conforme novas demandas, significa (re) planejar a infra-estrutura e tecnologia do setor, bem como (re) organizar o espaço de todo o assentamento

A penúltima estratégia mencionada é a venda esporádica dos produtos da COPAVI em feiras de eventos ligados à “agroecologia” e à “agricultura familiar”, como ocorre anualmente, por exemplo, na Jornada Paranaense de Agroecologia¹⁷⁰. A venda é realizada pessoalmente pelos próprios cooperados, ou por demais militantes do MST presentes nos eventos. Além de ser um ambiente propício para a comercialização de seus produtos, a COPAVI considera importante sua participação em eventos temáticos também pela possibilidade de estabelecer contatos com possíveis revendedores.

¹⁷⁰ Outros exemplos de feiras que tiveram participação da COPAVI: Christian Aid, Feira Orgânica Paraná (2004 a 2008) , Jornada Agroecológica (2002 a 2008), Encontro Nacional de Agroecologia (2002 e 2006), Feira dos Sabores do Paraná (2001 a 2008), Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (2006 e 2007) e Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária (2005 a 2008).

Finalmente, a última estratégia de comercialização dos produtos da COPAVI são as próprias lojinhas do MST, localizadas em outras regiões do Paraná, como Londrina, Maringá e Curitiba ou mesmo outros estados¹⁷¹.

A respeito das marcas e certificação, a COPAVI utiliza o selo da Rede Ecovida de Agroecologia em diversos produtos, principalmente os derivados da cana de açúcar. Trata-se de uma certificação participativa e voluntária¹⁷² que considera não somente o final do processo produtivo, portanto o produto em si, mas toda a cadeia produtiva do mesmo. Esta rede, além de emitir o certificado aos produtos agroecológicos, também fornece colaboração técnica, a qual é feita pelo Engenheiro Agrônomo Paulo Meyer, da AOPA de Curitiba (PR).

A origem da Rede Ecovida remete ao ano de 1998, quando ocorreram debates sobre a necessidade da criação de formas alternativas de certificação que não fossem caracterizadas por processos excludentes, como ocorre no caso do selo IBD do Instituto Biodinâmico, o qual exige o pagamento anual de taxas inacessíveis à maioria dos camponeses¹⁷³. Em 2000, organizações da região Sul do Brasil formularam os primeiros documentos que resultaram na criação da proposta, conforme segue:

A Rede Ecovida acredita que a certificação deve ser o resultado da confiabilidade gerada por um amplo processo que se inicia com a consciência de cada produtor (agricultor, processador) em torno da necessidade de produzir sem destruir, isto é, com a natureza. (REDE ECOVIDA, 2004: 09)

A organização da Rede ocorre em núcleos regionais constituídos por produtores, processadores, cooperativas etc que realizam a troca de experiências e aprendizados segundo os mais diversos modos de vida, viabilizando, assim, a constituição de uma rede agroecológica. A participação é condição para a validação do processo de certificação. Ou seja, desde os consumidores até os produtores,

¹⁷¹ Em 15 de janeiro de 2008, foi inaugurada em Brasília uma loja especializada em livros e produtos eco-sociais, chamada DATERRA - LIVROS E PRODUTOS ECO-SOCIAIS, onde os produtos da COPAVI podem ser encontrados.

¹⁷² Dependendo do país e do produto, a certificação pode ser desde facultativa ou voluntária até compulsória ou obrigatória. (REDE ECOVIDA, 2004:08). Independentemente do tipo de certificação, é necessária uma avaliação do produto, antes, durante e depois da emissão do selo certificador.

¹⁷³ Para a obtenção do selo da Rede Ecovida é necessário um pagamento anual para que a Rede possa desenvolver atividades de interesse geral da Ecovida. Foi definido que 50% do valor permanecem no Núcleo Regional que o associado integra e os outros 50% vão para o caixa da Rede. No entanto, segundo depoimento dos assentados, o valor é extremamente inferior ao cobrado por outras certificadoras.

passando pelos técnicos e organizações de assessoria, todos participam da verificação e validação das informações. Os objetivos da Rede, todavia, extrapolam a prática de certificação agroecológica:

São associações, cooperativas e grupos informais de agricultores familiares ecologistas, organizações de assessoria, associações e grupos de consumidores, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia, que se reúnem com o objetivo de:

Desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia;

Estimular o trabalho associativo na produção, comercialização e consumo de alimentos ecológicos;

Articular e tornar disponíveis informações entre as organizações e pessoas;

Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;

Estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular;

Ter uma marca/selo que expresse o processo, o compromisso e a qualidade. (SANTOS, 2003:02)

A Rede Ecovida produziu em 2004 um caderno de formação no qual constam as principais características que, segundo ela, diferenciam-na da certificação por auditoria/inspeção, pois segundo colocam está “baseado nos princípios da solidariedade, da cooperação e do respeito ao meio ambiente.”¹⁷⁴ (SANTOS, 2003:07)

Neste sentido, desenvolveu sua própria conceituação do que seja um “produto ecológico”, seguindo aspectos que são condicionantes para a certificação da produção e/ou processamento.

O conceito de produto ecológico corresponde ao de produto orgânico, porém traz embutidos aspectos referentes à equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural; autonomia das comunidades locais, respeito aos ecossistemas; entre outros, que não se restringem aos aspectos técnico-produtivos. (REDE ECOVIDA, 2004: 16)

Por fim, vale ressaltar que a Rede Ecovida emite a certificação de produção ecológica em propriedades que estejam em fase de conversão, isto é, cujo

¹⁷⁴ A Rede Ecovida apresenta como caracterizantes deste tipo de certificação: “confiança”, “participação”, “descentralização”, “organização de base”, “formação de rede”, “transparência”, “olhar externo”, “adequação à pequena propriedade familiar” e “processo pedagógico”. (REDE ECOVIDA, 2004: 09). No Caderno de Formação da ECOVIDA consta também um “conjunto de condutas relacionadas à ética e à solidariedade que devem estar presentes nas relações que se estabelecem entre as pessoas e com a natureza, durante o processo de produção e comercialização” (REDE ECOVIDA, 2004: 16).

agroecossistema, seu manejo e as relações de trabalho e comercialização ainda não estejam em total conformidade às normas e regras exigidas pela Rede.

Temos, portanto, que a Rede Ecovida caminha ao encontro dos princípios agroecológicos utilizados por pesquisadores acadêmicos que têm considerado a agroecologia como um “paradigma científico” em construção, como o faz ALTIERI (2002; 2004).

Figura 4 - Cadeia Produtiva Agroecológica



Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004b
Elaboração: Paula Camargo.

Trata-se de uma abordagem da agroecologia que reconhece o papel do agricultor como experimentador, pesquisador e disseminador. Considera também o potencial da ciência em agregar novos conhecimentos e contribuições práticas à melhoria da vida no campo para os camponeses.

4.3 Matrizes tecnológicas, Agregação de valor e Agroindústria

A partir da apresentação da estrutura da Cooperativa e suas estratégias de comercialização, esta parte do trabalho traz a caracterização do sistema produtivo na COPAVI.

Neste sentido, são descritos a seguir o funcionamento de cada um dos setores de produção, buscando demarcar no tempo e no espaço o desenvolvimento de cada um deles, a considerar os seguintes aspectos¹⁷⁵:

- Uso do solo;
- Diversificação dos alimentos para o consumo interno, na perspectiva da segurança alimentar;
- Uso e especialização da força de trabalho e aprimoramento do conhecimento técnico e de gestão, principalmente atrelado aos produtos que trazem maior rentabilidade à cooperativa;
- Contínua inovação tecnológica;
- Ecologização do agroecossistema.

De tal modo, espera-se propiciar uma compreensão da interação e integração das atividades, das opções quanto ao uso do solo e dos recursos naturais, num esforço para apresentar os elementos necessários para a compreensão das reorganizações produtivas, territoriais e sociais do trabalho as quais a COPAVI vem promovendo ao longo de sua história.

Após a apresentação do sistema produtivo por setor, são expostas algumas considerações a respeito das inovações tecnológicas na COPAVI.

4.3.1 Setor “Horta e Auto-Consumo”

A área ocupada é de aproximadamente 2 ha, sendo que metade desta está ocupada com a construção, realizada em 1994, da granja, do chiqueiro e do abatedouro de bovinos, aves e suínos.▪

As atividades de avicultura e suinocultura são exclusivas para consumo interno de ovos e carne, embora até 1998 a Cooperativa tenha pretendido fazer o abate para a venda no mercado local. Devido ao alto custo de manutenção e de exigências sanitárias¹⁷⁶ para a autorização do funcionamento do abatedouro, as atividades de comercialização foram suspensas. Entre os assentados há a desconfiança de que

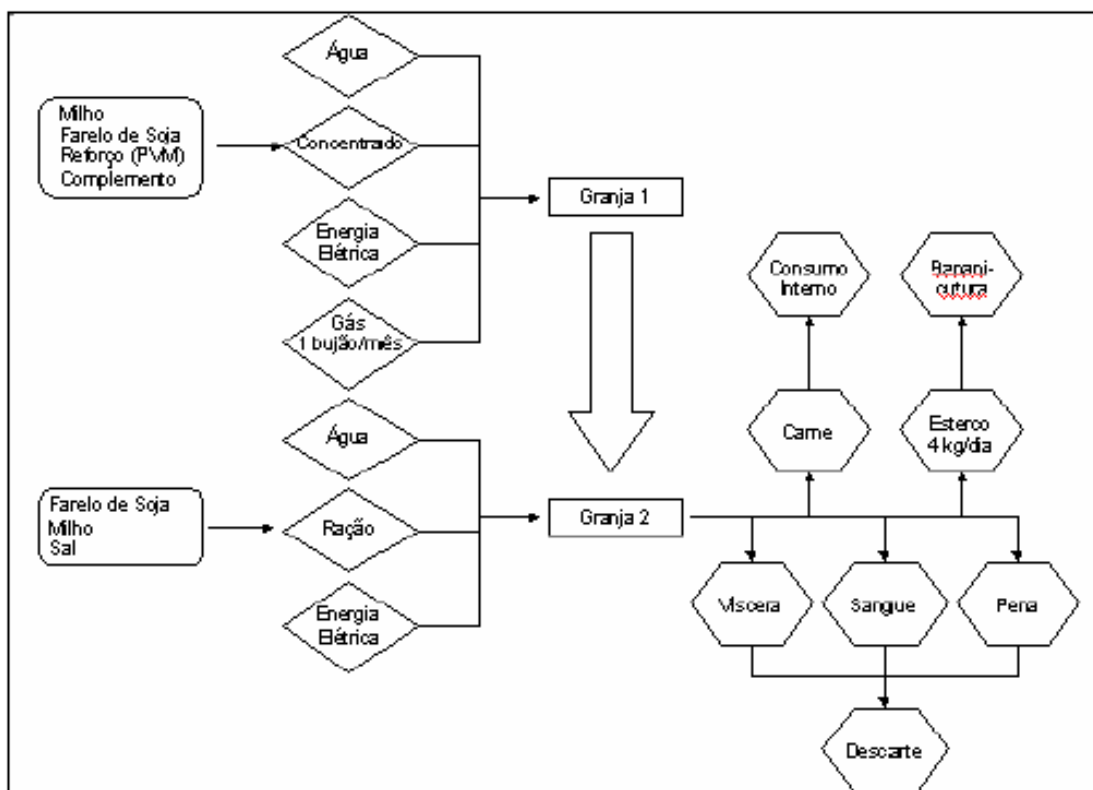
¹⁷⁵ Ao tratar de cada Setor da Cooperativa, a abordagem dos cinco aspectos é feita ao longo do texto de forma não estruturada. Contudo, reconhece-se desde já que há lacunas quanto ao levantamento de certos dados que poderiam enriquecer esta análise.

¹⁷⁶ A legislação sanitária generaliza a produção tendo como base a produção de grande escala. Com grande esforço, aquelas atividades em curso até o presente conseguiram se adequar às legislações sanitárias, ambientais e tributárias. (MOURA; RAMOS, 2005)

houve uma decisão política por parte da prefeitura municipal a fim de dificultar a legalização do abatedouro, uma vez que já existia outro semelhante no município.

A criação de aves provê os assentados para o consumo com um volume anual de 4,2 mil quilos de carne que é utilizado no refeitório coletivo e destinado às 23 famílias. O esquema produtivo da avicultura é apresentado na figura a seguir:

Figura 5 - Esquema Produtivo da Avicultura na COPAVI



Fonte: SEVERINO (2006)

O trabalho de PINHEIRO et al. (2004) sugeriu algumas alterações na avicultura para transformá-la numa produção comercial de frangos orgânicos caipira, a qual poderia ser viabilizada pela

[...] utilização de resíduos e subprodutos de outras atividades na alimentação das aves. Para tanto, necessitaria a construção de piquetes nos quais os frangos mudariam de acordo com a idade biológica (semanalmente) e com estratégia de comercialização diferenciada. (SEVERINO, 2006:124)

Também é parte desse setor o abate do gado e suínos, tendo como produção anual 3,3 mil quilos de carne de gado e 3,5 mil quilos de carne de porco. (CONCRAB, 2006)

Por sua vez, a horta ocupa uma área de 1 ha onde são plantadas diversas espécies de legumes e verduras num sistema consorciado, em que são feitas combinações entre as necessidades de nutrientes, água, espaçamento, rusticidade¹⁷⁷ e contribuições da relação de interação antagonismo-companheirismo entre as plantas. A estimativa de produção é de 60 mil unidades anuais. (CONCRAB, 2007:30) (Foto 27 e Foto 28)

A proximidade entre algumas espécies e a rotação dos canteiros propiciam o melhor desenvolvimento dos alimentos, seja porque crescem mais fortes, portanto menos susceptíveis a “ataques” de insetos e fungos, seja porque apresentam melhor qualidade nutricional. Dentre as dezenas de espécies presentes na horta ao longo do ano, estão: cenoura, jiló, beterraba, almeirão, abóbora, repolho, quiabo, melancia, amendoim, milho, mandioca, girassol, alface, rúcula, agrião, salsão, cebolinha, salsinha, cebolinha, hortelã, acelga, repolho, mostarda, nabo, rabanete, pimentão etc. Parte das sementes destas culturas é plantada no viveiro de mudas, e outra, diretamente nos canteiros da horta. (Foto 29 e Foto 30)

A horta é adubada com o biofertilizante Super Magro, um composto preparado com os insumos internos do agroecossistema, como por exemplo: esterco de gado, de porco e de galinha, bagaço da cana, urina de vaca, capim napiê, restos de silagem, palha e restos da horta. O processo de compostagem requer a produção de pilhas de matéria orgânica que são decompostas microbiologicamente. (Foto 31, Foto 32 e Foto 33)

No entanto, consta no projeto de PINHEIRO et al. (2004:104) que esta forma de adubação deve ser evitada por exigir maior demanda de força de trabalho e porque esse processo tem como finalidade nutrir mais as plantas do que o solo. Ao considerar a vida existente no solo, com todos seus organismos, o projeto sugere que para a adubação do solo seja usada matéria orgânica em seu estado natural, fresca.

Para combater os insetos que se encontram em maior número e podem afetar a produção das verduras e legumes, utilizam-se algumas espécies de plantas como o girassol e a “cravinha”, uma flor que desvia o inseto das verduras e legumes para si, e cuja raiz combate o nematóide” (TERUO et al, 2002: 12). O que na agricultura

¹⁷⁷ Para caracterizar a rusticidade são considerados os níveis de tolerância das plantas quanto à exigência de insolação ou sombreamento e deficiência nutricional.

convencional é chamado de erva - daninha, na COPAVI são chamadas de plantas espontâneas/nativas que são consideradas parte do ambiente, importantes para a proteção das plantas cultivadas. (Foto 34 e Foto 35)

Para recuperar e preparar o solo, a COPAVI faz adubação verde em sistema de consórcio. As espécies mais utilizadas são feijão guandu, feijão de porco, mucuna e aveia, que têm como funções a reposição de fósforo e nitrogênio, e impedir a luz de atingir a praga tiririca, a fim de eliminá-la. (Foto 36 e Foto 37)

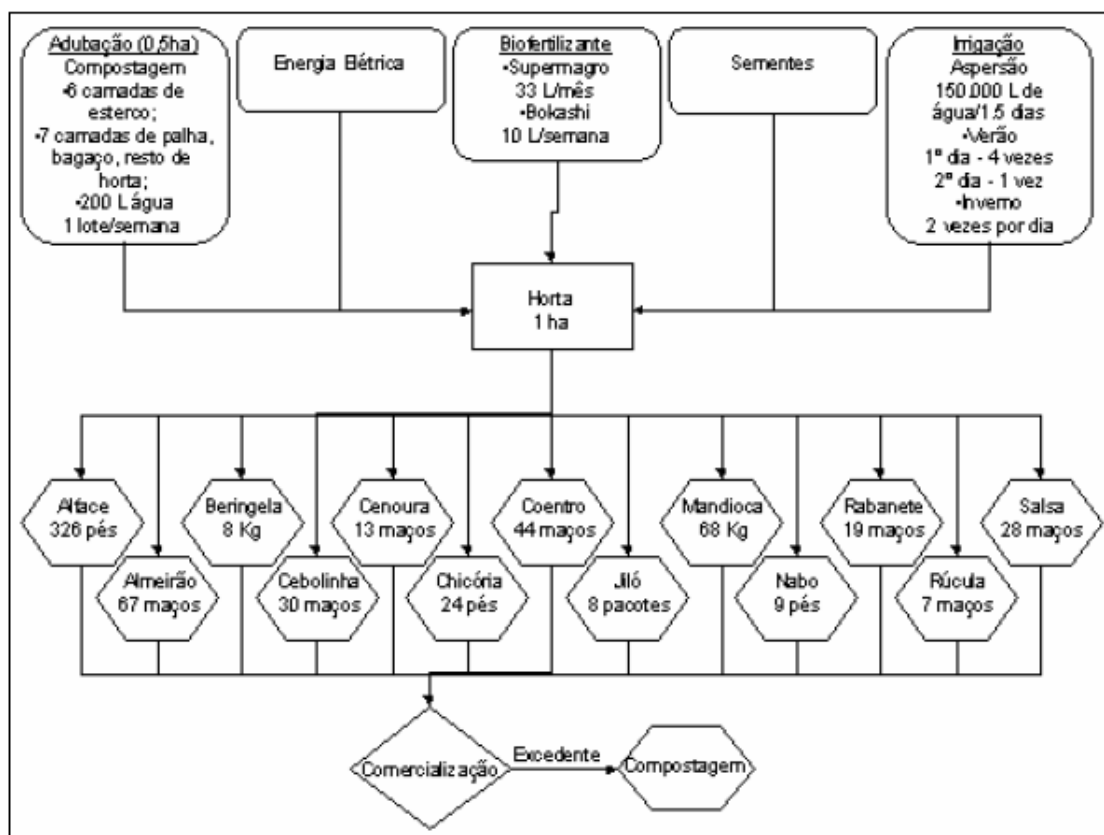
A irrigação é feita a partir do sistema de micro aspersão por mangueiras com microfuros. A água é coletada próxima à nascente que fica dentro da propriedade, levada a um tanque que fica ao lado da horta com a força de um motor e, por fim, a irrigação ocorre aproveitando ora a pressão d'água por gravidade, ora utilizando a energia a motor. (Foto 38)

A partir de todas essas formas de manejo, a horta é uma atividade “agroecológica”, pois não são utilizados produtos de síntese química¹⁷⁸, somente insumos de baixo custo, há maximização da captação da energia solar e manejo e controle dos fatores biótipos, como as chamadas pragas, doenças e inços, e as máquinas e equipamentos utilizados são de baixo impacto. (PINHEIRO et al, 2004: 96) (Foto 39 e Foto 40)

Abaixo segue figura da atividade de horticultura, destacando todos os processos e atividades envolvidos:

¹⁷⁸ Desde 1995, a horta tornou-se orgânica, iniciando a transição para a produção agroecológica.

Figura 2 – Esquema Produtivo (anual) da horticultura



Fonte: SEVERINO (2006: 103)

O projeto da USFC/COPAVI propõe um redimensionamento da horta, dividindo-a em piquetes, para que ela possa ser consorciada com a produção de ave, incorporando as fezes destes animais, e possibilite maior rotação de culturas e descanso da terra. Faz recomendações quanto à algumas benfeitorias e equipamentos existentes, tais como, viveiro de mudas, irrigação e quebra-ventos, e sugere a criação de novos, como o minhocário. O Projeto propõe ainda a associação das aves e da horta com espécies frutíferas e medicinais.

Para o plantio, são usadas sementes sem aditivos químicos da Rede BioNatur, produzidas e comercializadas pelo MST desde 1997¹⁷⁹ “como alternativa ao oligopólio na produção de sementes de hortaliças constituído no Brasil” (CORRÊA;MONTEIRO, 2004:41).

¹⁷⁹ A Rede BioNatur foi criada em 1997 pela Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados da Reforma Agrária (Coperal).

Nos últimos anos na COPAVI, inclusive por sua caracterização como assentamento modelo¹⁸⁰, houve a tentativa de produção das sementes como parte da Rede BioNatur, porém ainda sem resultados efetivos.

A produção de sementes e o intercâmbio de experiências e sementes são estimulados por todos aqueles que promovem a agroecologia, como parte estratégica na luta pela soberania alimentar. Em posse de sementes crioulas ou sem aditivos, os camponeses resgatam conhecimentos, valorizam sua cultura, e reduzem a sujeição de sua renda às transnacionais.

Em todas as regiões brasileiras, é possível identificar formas de organização comunitária para a gestão de sementes crioulas. Em muitos casos, formam-se bancos de sementes, e por vezes estes são articulados em rede regional. A estocagem e distribuição de sementes pelas e para as famílias camponesas contribuem para a oferta de sementes ao longo de todo o ano¹⁸¹.

Em 2003, tais ações comunitárias foram fortalecidas pelo lançamento, no III Fórum Social Mundial, da campanha “Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”. Liderada pela Via Campesina Internacional, a campanha objetiva promover a importância do resgate, a multiplicação e do próprio uso das sementes crioulas.

Abordando a promoção da campanha pelo MST, CORRÊA e MONTEIRO (2004:41) analisam que:

Ao favorecer a incorporação de uma nova perspectiva crítica quanto ao modelo tecnológico no MST, a Campanha deverá [...] evoluir para um Programa Ambiental mais abrangente que integrará novas dimensões relacionadas ao desenvolvimento do campesinato no Brasil. (CORRÊA; MONTEIRO, 2004:41)

¹⁸⁰ A Rede BioNatur incentiva a produção de suas sementes naqueles assentamentos que tenham destaque por sua organicidade interna e capacidade de disseminação. Entretanto, a prioridade é o incentivo à produção de bancos de sementes nos assentamentos voltados para o suprimento interno dos assentados e, se disponível, para a venda ou distribuição a demais interessados.

¹⁸¹ Segundo palestra realizada em 23 de novembro de 2004 por Luciano Marçal da Silveira da ONG AS-PTA da Paraíba com o título “Conviver no semi-árido com as Sementes da Paixão” no II Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário Internacional sobre Agroecologia e VI Seminário Estadual sobre Agroecologia, na Comunidade São Thomé, por exemplo, as famílias estão fazendo o planejamento da produção em três níveis de objetivo: primeiramente, produz-se para alimentar a família, depois para produção de semente e, por último, a produção visa a venda, que ao se realizar como mercadoria e ser trocada por dinheiro, possibilitará à família que adquira itens não encontrados em sua propriedade. As famílias, organizadas em forma de cooperação, distribuem sementes para que possam ser reproduzidas e, depois de avaliação e planejamento, as sementes são armazenadas possibilitando um novo ciclo. Em 2004, já haviam sido computadas mais de 220 variedades de sementes, sendo 67 somente de feijão.

Para além das questões, anteriormente abordadas, que demonstram a incorporação paulatina dos aspectos da sustentabilidade ao “modelo tecnológico no MST”, é também presente o debate sobre autonomia e eficiência energética, seja para o suprimento de eletricidade até como combustível líquido para abastecer os maquinários utilizados pelos Sem Terra.

Neste sentido, na COPAVI, com o apoio tecnológico de ex-estudantes da Universidade da Catalunha¹⁸² (Espanha) e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), foi construído em 2000 uma unidade de secador de frutas a luz solar. O objetivo inicial, como o próprio nome já diz, era produzir bananinhas cristalizadas e o custo de instalação da unidade foi de 70 mil reais. A estrutura do secador conta com um “campo de coletores planos para aquecer o ar do ambiente; um sistema de aquecimento auxiliar para as épocas de baixa radiação solar; um sistema de movimentação do ar; uma câmara de secado e equipamentos de controle e regulação.” (VILLALOBOS 2000) A partir do aquecimento das placas pela energia solar, e conseqüente aquecimento do ar, os alimentos têm sua quantidade de água reduzida, propiciando sabor diferenciado e assegurando sua conservação por maior tempo. A energia solar é responsável por 70% da energia total necessária. A opção pelo uso de energia solar deve-se à perspectiva da autonomia energética quanto às suas atividades. (Foto 41 e Foto 42)

VILLALOBOS (2000) descreve o funcionamento do secador nas seguintes etapas:

- a - Maduração das frutas (bananas) dentro de uma câmara durante 24 horas;
- b - Acondicionamento do produto inicial: limpeza e corte das frutas
- c - Secado dentro da câmara, reduzindo a umidade da fruta (banana) até 15 %;
- d - Acondicionamento do produto final para distribuição.

No entanto, a unidade de industrialização de frutas cristalizadas vinha sendo utilizada de forma bastante irregular. (Foto 43)

Deste modo, a disponibilidade de energia que não estava sendo aproveitada incentivou a produção de doce-de-leite, e o mesmo ocorre até hoje. (Foto 44) A desativação da unidade, como uma atividade produtiva regular da COPAVI,

¹⁸² Esses engenheiros receberam o prêmio Internacional de Inovação Tecnológica pelo projeto, por parte da Associação dos Engenheiros da Espanha, em 2000.

completa sete anos e o mesmo é decorrência da inexistência de matéria prima, no caso a banana, cuja plantação foi destruída por pragas em 2003. Na época, a plantação estava há seis anos sem usar insumos ou defensivos químicos. (Fotos 45 e Foto 46)

Além das áreas destinadas à produção, anualmente são destinados 20 alqueires, rotativos, para a recuperação do solo por meio de plantio de adubação verde.

Há também uma área de reserva florestal delimitada para preservação permanente. Refere-se à área de 31,20 hectares a qual se pretende aumentar gradativamente. Além desta, há 42 hectares caracterizados como Área de Preservação Permanente, conforme definição do Novo Código Florestal, instituído pela Lei 4771-65.

Além da reserva florestal, existe ainda uma área destinada para o reflorestamento de espécies nativas e florestamento de eucalipto. Os eucaliptos são extraídos para que o calor de seu queima possa ser utilizado no processamento do açúcar mascavo e da rapadura. (Foto 47 e Foto 48)

No entanto, existe uma preocupação sobre a sustentabilidade tanto da floresta quanto do uso desta fonte energética. Isto, pois a reserva para extração está praticamente acabando e não há plantio em estágio avançado que permita o corte da mesma forma e ritmo. A saída para a continuidade da produção tem sido comprar madeira para abastecer a agroindústria.

A disponibilidade de força de trabalho exigida pelas atividades de ornamentação, embelezamento, manutenção estrutural e preservação ambiental nem sempre é compreendida por todo o coletivo, por não trazer retorno monetário à Cooperativa. Assim, em função da pressão para o atendimento à demanda de mercado referente a produtos dos outros setores, pode ser solicitado ao Coordenador do Setor de Horta e Auto-Consumo que ocorra remanejamento para cobrir sobrecarga de trabalho. Nos dias atuais, o coletivo passou a estar ciente da importância a curto, médio e longo prazo dessas atividades.

4.3.2 Setor “Cana e Derivados”

Dentre as primeiras infra-estruturas consolidadas no assentamento, estavam a usina e o alambique para a produção dos derivados da cana, como açúcar mascavo, melado e rapadura. No entanto, os assentados enfrentaram dificuldades técnicas, o que fez com que a atividade não fosse priorizada até 2000, quando a Cooperativa reestruturou o setor priorizando a capacitação técnica e inovações tecnológicas para o assentamento. (Foto 49 e Foto 50)

A cachaça, por sua vez, somente começou a ser produzida em 1997 e logo, três anos depois, o alambique acabou sendo desativado por “dificuldades comerciais e de registro” (STRONZAKE, 2007). Em 2002, a COPAVI deu início à segunda fase da produção de cachaça, conseguindo no ano seguinte reformar o alambique e aprimorar a estrutura de produção e armazenamento para o envelhecimento e estoque nos barris de carvalho e inox. (Foto 51, Foto 52) Os recursos foram obtidos pelo Programa Paraná 12 Meses do Governo Estadual.

Em 2004 e 2005, a COPAVI conseguiu dois registros para a sua cachaça pela figura jurídica da Associação AMATERRA, as quais passaram a se denominar “Cachaça Camponeses” e “Liberação”. (Foto 53)

A COPAVI investiu naqueles aspectos da produção que lhe dariam condições de agregar valor. A “produção agroecológica” de “alambique ou artesanal” produzida pelos “movimentos sociais”, o “MST” e a “reforma agrária” tornaram-se características relevantes no processo de divulgação dos produtos e procura por mercados consumidores.

Neste sentido, em 2005, a COPAVI envia seu primeiro lote de exportação à Espanha e, mais recentemente, passou a ter também como mercado consumidor a França. A COPAVI reconhece as dificuldades da venda para o mercado exterior, principalmente em função das variações de câmbio. No entanto, o preço pago pela Rede Mundial de Comércio Justo da Espanha e da França chega a ser quatro vezes maior do que o preço pago pelos consumidores no Brasil. (CARVALHO, 2008)

A produção de cachaça, no entanto, tem exigido maior uso de força de trabalho, como dito anteriormente. Além do trabalho dos sócios da COPAVI, tem sido necessária a contratação de outros trabalhadores no sistema CLT¹⁸³, principalmente para a atividade do corte da cana.

Em reportagem sobre a COPAVI publicada na Revista Piauí, é feita alusão à aprovação de um novo financiamento à Cooperativa pelo INCRA no valor de R\$ 465 mil para a “modernização” do setor da Cana e Derivados, recurso que seria utilizado para mecanizar o plantio e a colheita, reduzindo assim a necessidade de contratação de força de trabalho e possibilitando, no mínimo, os mesmos níveis de produção. (CARVALHO, 2008)

Além disso, a aceitação dos produtos derivados da cana¹⁸⁴ reorientou o uso do solo no Assentamento Santa Maria. Ainda que não tenhamos os dados precisos, segundo constatação nos trabalhos de campo e em conversas informais com os assentados, é possível afirmar que a área com plantio de cana-de-açúcar tem aumentado gradativamente¹⁸⁵

Ainda assim, em 2006, a COPAVI passou a comprar cana-de-açúcar de pequenos agricultores da região para suprir a demanda do mercado, os quais nem todos tinham certificação de produção agroecológica.

A reorganização espacial¹⁸⁶ provocada pelo processo de transição da produção de leite para o sistema de Pastoreio Voisin inclui, entre os piquetes de pastagem e na própria horta, o cultivo da cana-de-açúcar, o que pode minimizar a problemática de insuficiência de área para a cana. (Foto 54)

SEVERINO (2006: 110) elaborou da seguinte forma o fluxograma do Setor de Cana e Derivados:

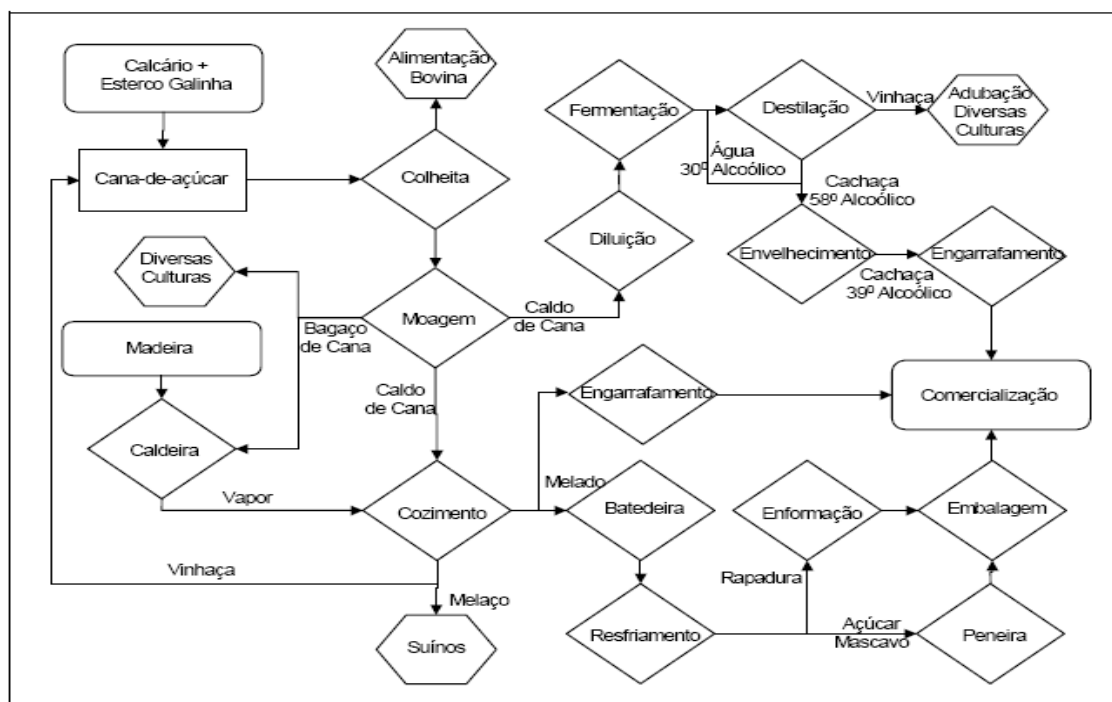
¹⁸³ E que ocorria no sistema de uso de “bóia-fria” até o início de 2008.

¹⁸⁴ Além da venda direta nos municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul, os produtos como açúcar mascavo e rapadura têm sido comercializados no PAA e a cachaça exportada para a Espanha e França, como já colocado anteriormente.

¹⁸⁵ Reportagem sobre a COPAVI publicada em 2006 na Revista Contábil e Empresarial chegou a afirmar que a área com cana passaria de 30 ha para 58 ha, ou seja, uma expansão de 93,33%. (REVISTA CONTÁBIL, 2006)

¹⁸⁶ No Item 4.4 são feitas considerações sobre a reorganização espacial do assentamento.

Figura 6 - Esquema Produtivo da Cana e Derivados da COPAVI



Fonte: SEVERINO (2006: 110)

Em 2006, o setor da cana apresentava a seguinte produção anual: 140 mil quilos de açúcar mascavo, 18 mil quilos de melado, 10 mil quilos de rapadura e 15 mil litros de cachaça. (CONCRAB, 2007: 30; CARVALHO, 2008)

4.3.3 Setor “Leite e Derivados”

O Setor de Leite e Derivados é considerado o principal setor dentro da Cooperativa, seja pela importância que tem na entrada diária de recursos, a partir da venda do leite em saquinhos, seja por ser a atividade que ocupa a maior extensão de área no assentamento.

Todos os dias são tirados nove litros de leite por vaca, num rebanho de 200 cabeças. O leite é pasteurizado e empacotado através de processo automatizado. Porém, nem sempre foi assim.

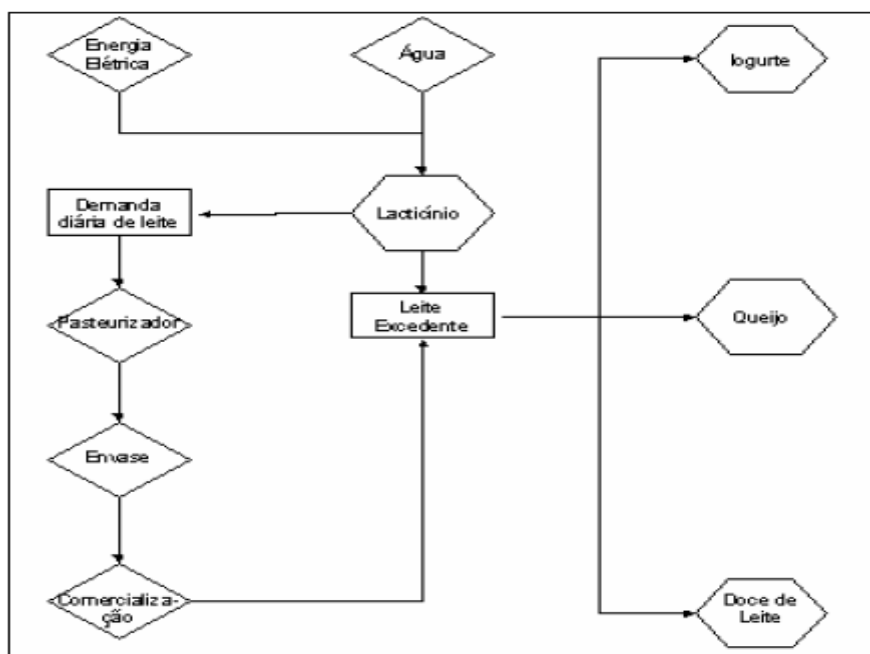
Os primeiros anos do assentamento foram marcados pela ordenha manual do leite, o qual primeiramente destinava-se às famílias assentadas, para que então pudesse ser vendido de porta em porta nos municípios de Paracity e Cruzeiro do Sul. O

meio de transporte para a venda no varejo era uma carroça puxada a cavalo ou mesmo carrinho de mão, e o leite era vendido a granel, pela “canequinha”. Em 1996, o leite passou a ser pasteurizado e ensacado manualmente. (Foto 55 e Foto 56)

Atualmente a produção de leite conta com ampla estrutura de máquinas e equipamentos, tais como tratores para colheita de forragem, máquinas de produção de forragem, galpão e unidade de beneficiamento do leite e automatização do processo de ensacamento. (Foto 57 e Foto 58)

Abaixo segue o fluxograma da estrutura interna do leite elaborada por SEVERINO (2007):

Figura 7 - Esquema Produtivo do Leite e Derivados da COPAVI



Fonte: SEVERINO (2006: 117)

Dentre os desafios do setor da pecuária está a questão de 1/3 das vacas ser da raça Holandesa, que não se adapta tão bem às condições climáticas da região e necessita de muitos cuidados veterinários, repercutindo na produção de leite abaixo do esperado do que quando comparado ao gado holandês cruzado com Gir, que é um gado mais “rústico”.

O leite produzido na COPAVI foi considerado pela Universidade Estadual de Londrina de qualidade “A”. No entanto ele é comercializado como “B” e a sua

taxação equivale ao valor pago pelo leite com qualidade “C” para conseguir atender a população local de baixa renda. Além do leite, são produzidos na unidade de beneficiamento iogurte, queijo branco e doce-de-leite.

Em 1997, foi introduzida a inseminação artificial que, entre outras medidas, propiciaram o aumento da produção anual de leite, passando de 72 mil litros/ano em 1995 para 298 mil em 1999.

Em 1999, porém, o setor de leite inicia o processo de ecologização, tendo como primeira medida a suspensão do uso de insumos ou defensivos químicos. O processo ainda está em curso e tem como prioridade atual a substituição do uso de antibióticos no gado por práticas naturais.

Além destes aspectos e concomitante ao interesse em tornar a produção sustentável ecologicamente, havia a preocupação com o alto custo do sistema produtivo, o qual dependia da produção de silagem para a alimentação do gado, envolvendo grande quantidade de força de trabalho, sem, no entanto, trazer a rentabilidade desejada.

Deste modo, entre 2002 e 2004, iniciam-se os estudos em parceria da UFSC/COPAVI para a introdução do sistema de Pastoreio Racional Voisin no assentamento Santa Maria. Assim, algumas modificações começaram a ser implementadas no Setor de Leite e Derivados.

Por alguns anos, a produção do leite era baseada na produção de sorgo para silagem e, depois, tratavam-se as vacas no cocho. Nesse sistema, tínhamos que utilizar um pouco de veneno e adubo químico para produzir silo. Mas a partir de 2002, as famílias decidiram que era hora de transformar a atividade do leite convencional para a forma agroecológica. Para isso, foi adotado o sistema de produção de leite em PRV – Pastoreio Racional Voisin que agora ainda está em processo de conversão, principalmente nos tratamentos, pois estão sendo substituídos os tratamentos com medicamentos convencionais (da Bayer, etc...) para produtos homeopáticos e fitoterápicos, com acompanhamento do Professor Luiz Carlos Machado, da Universidade Federal de Santa Catarina. (MACHADO et al, 2004)

O Sistema Voisin mencionado tem como finalidade promover uma relação equilibrada entre o solo, o gado e o capim, considerando a produção pecuária de forma integrada às demais atividades do assentamento. Busca-se respeitar as necessidades naturais dos animais, tais como maior espaçamento, reprodução, melhor alimentação que não seja restrita ao silo e capim, com a disposição no pasto de grãos e frutas que melhor se adequam ao sistema de moela do gado. No Sistema

são considerados o aumento da fertilidade do solo, maior produtividade, melhores condições para o gado e otimização do trabalho do Setor Leite e Derivados e, portanto, de toda a Cooperativa.

O funcionamento desse sistema consiste na divisão do pasto em piquetes, separados por cerca elétrica, os quais devem receber o gado somente depois de terem permanecido “em descanso” num tempo suficiente para o crescimento do capim e outras espécies que darão o alimento na quantidade e qualidade ideais. Orienta-se que o gado permaneça no mesmo piquete por período máximo de três dias. (Foto 59)

Sistema atende plenamente os princípios da agroecologia, sendo uma importante ferramenta para a implementação da chamada pecuária orgânica no país. Tais como: conservação dos recursos naturais (solos, água, florestas, animais silvestres, etc.); adaptação da agricultura ao ambiente natural; manutenção de níveis altos de produtividade, sem retrocessos; reduzir emprego de energia e insumos; empregar métodos produtivos que restaurem os mecanismos homeostáticos (reguladores do equilíbrio ecológico); promover o retorno da matéria orgânica ao solo e a permanente reciclagem de nutrientes; incrementar o uso múltiplo da terra; reduzir custos e aumentar a eficiência econômica das propriedades agrícolas através do gerenciamento de processos; e promover um sistema agropecuário diversificado e potencialmente resistente às variações no ambiente natural e na economia. (SANTOS, 2006 apud SEVERINO, 2006: 114)

Em tal contexto de ecologização, a partir de 1999 e principalmente após 2002, a produtividade de leite por vaca vem diminuindo, o que tem sido acompanhado com muita precaução, pois da venda do leite provém a renda mais estável e diária da cooperativa. A resposta imediata por parte da Cooperativa tem sido a compra da produção de leite de outros assentamentos próximos, como pôde ser presenciado nos trabalhos de campo entre 2004 e 2006. (Foto 60)

Mesmo sem apresentar a produtividade e lucratividade desejada, os assentados estão seguros de que se trata de uma questão de tempo para adaptação às novas práticas pecuárias e aprofundamento teórico sobre o sistema produtivo¹⁸⁷.

¹⁸⁷ GLIESSMAN pondera os seguintes aspectos para que ocorra o processo de transição para os agroecossistemas agroecológicos: o(s) tipo de cultura ou culturas produzidas, as condições ecológicas locais, a história anterior de manejo e uso e consumo de insumos. (GLIESSMAN: 2000, 576)

A expectativa é que as atividades pecuárias passem a exigir menos dedicação e tempo dos sócios do que requerem, por exemplo, as atividades de horta e cana.

Segundo dados de 2006, a produção desse setor era de 160 mil litros de leite industrializado e embalado em saquinhos, sete mil litros de iogurte, dois mil litros de doce de leite e 1,5 mil quilos de queijo. (CONCRAB, 2007: 30)

4.3.4 Setor “Padaria e Refeitório”

A produção de pães¹⁸⁸ é atividade recorrente desde a fase de acampamento na Fazenda Santa Maria. Nos fornos construídos na cozinha comunitária eram assados os pães para alimentar as famílias que estavam lutando pela terra.

Após a conquista da posse da área, a produção de pães tornou-se parte da atividade do refeitório coletivo, para abastecer a demanda do café da manhã e do almoço. Em 1996, além dos pães, passaram a ser vendidas e consumidas as “cucas”, pães caseiros com recheio doce.

Gradativamente a padaria foi ganhando importância entre as atividades econômicas do assentamento, deixando de ser parte do Setor de Horta e Auto-Consumo, dado o crescimento da venda de pães em varejo no mercado local. No ano seguinte, em 1997, os pães encaixaram-se como um dos produtos do PPA/CONAB, ampliando também para o atacado a venda dos produtos da Padaria.

Anualmente são produzidos cerca de 24 mil pães, bolachas eucas. (CONCRAB, 2007)

¹⁸⁸ Trataremos aqui somente da Padaria, já que o Refeitório foi abordado no Item 3.2.2.

4.3.5 Inovações tecnológicas

Desde o início da cooperativa, foram identificados ao menos dez itens¹⁸⁹ que deixaram de ser comercializados e, alguns deles, inclusive não são mais produzidos. (Fotos 45, 46, 61 e 62)

Os motivos para tanto variam desde aspectos econômicos, como alto investimento inicial, custo tecnológico e de manutenção inacessível, grande demanda por força de trabalho, até relacionado a questões culturais, como não adaptação às tecnologias e ao conteúdo do trabalho.

A reflexão sobre o que produzir e o que destinar ao auto-consumo ou à comercialização é permanente e considera diversos fatores, de natureza qualitativa e quantitativa, a fim de planejar e gerir o sistema produtivo segundo a melhor rentabilidade. Entre inúmeros fatores temos: os recursos monetários e as matérias primas necessárias, o tipo de estrutura produtiva, a expectativa de retorno financeiro, a expectativa do mercado consumidor; a disponibilidade e o custo da força de trabalho, além dos conhecimentos técnicos e de organização social interna.

Parece-me que, de fase transitória de um processo social mais amplo, os assentados estão passando a ser encarados como unidades produtivas cuja sobrevivência no interior do capitalismo pode ser viabilizada, desde que uma tecnologia apropriada seja tornada possível (GERMER, 2006)¹⁹⁰

De fato, a organização produtiva da COPAVI esteve constantemente atenta às adaptações tecnológicas que viabilizassem a sua presença no mercado capitalista.

Por outro lado, ao analisarmos cada setor produtivo e suas mudanças ao longo do tempo, é possível verificar que houve a intensificação de processos de interação entre os diversos departamentos e atividades produtivas da cooperativa, naquilo que se refere ao consumo de insumos, produção de dejetos e seu reaproveitamento

¹⁸⁹ Segundo levantamento em campo, os nove itens são: café, banana, sorgo, feijão, melancia, abóbora, amendoim e frango e porco para corte e cabra.

¹⁹⁰ Segundo o autor, na luta de classes os assentados são pequenos capitalistas que deixam de ter a condição material para a continuidade na luta, pois passam a ser pequenos burgueses donos de terra, esta caracterizadora de um dos principais meios de produção. Ademais serão submetidos à concentração de capital e terra por meio da concorrência e da promoção de processos de expropriação. O desenvolvimento tecnológico é peça chave para o aumento da produtividade e destaque no mercado.

como insumo em outra atividade produtiva; tal direcionamento contribui para a redução da aquisição de insumos externos à cooperativa.

Nesse sentido, podemos considerar que a COPAVI, ao longo de seus 16 anos, tem conseguido reduzir a dependência externa no que diz respeito ao abastecimento energético interno em seu do agroecossistema.

A economia desses sistemas se fundamenta na combinação de diversificados subsistemas de produção de bens e serviços voltados para o mercado, para o consumo da família e para reciclagens internas, gerando diferentes formas e fontes de renda e complementaridades técnico-econômicas. A par de constituírem unidades territoriais de produção e consumo, os sistemas familiares constituem igualmente unidades de relações organizadas em torno a valores, referências culturais e conhecimentos, que são também parte integrante de suas estratégias reprodutivas. (ALMEIDA, 2005:04)

A determinação pela proposta de coletivização dos meios de produção, a organização interna, a formação e a instrução dos cooperados, o pertencimento e a militância no MST, a localização, entre tantos outros aspectos, permitiram que a COPAVI desde o início do assentamento tivesse acesso a créditos e financiamentos, pudesse contar com assistência técnica, ainda que esporádica e ter condições de propiciar a liberação de diversos assentados para realizar cursos técnicos, especialização e superior. Além disso, a necessidade da força de trabalho na região dos sem terra recém assentados, o acesso rápido e permanente ao mercado consumidor associado à produção de baixo custo e investimento determinou a capitalização inicial da cooperativa.

O direcionamento da receita positiva da cooperativa visou a constituição e fortalecimento contínuo das bases produtivas. Foi necessário apenas cinco anos para que a Cooperativa tivesse suas próprias unidades de agroindustrialização do leite e da cana de açúcar, ainda que dependente de financiamentos e doações.

Por outro lado, a forma como a COPAVI estruturou sua produção, assentada em unidades agroindustriais para a produção de produtos com agregação de valor em larga escala, acirra sua dependência às variações do mercado capitalista visto que as mercadorias ali produzidas têm no desenvolvimento tecnológico forte alicerce para acompanhar o custo social médio.

A estrutura produtiva projetada e implementada na COPAVI, logo em seus primeiros quatro anos, tinha/tem a perspectiva de criar condições de concorrência com a

“grande e média burguesia agrária”¹⁹¹. Dentre as questões que poderiam ser aqui enumeradas, está a contínua situação de desvantagem da “pequena burguesia” em relação à “média e grande burguesia”, as quais detêm continuamente os meios de produção mais sofisticados e aperfeiçoados, seja em institutos de pesquisa dos centros universitários ou em seus próprios conglomerados, e que, portanto, conseguem mais rapidamente reduzir o custo médio, com a vantagem também de obter melhores condições de empréstimos e financiamentos que beneficiam a circulação de mercadorias ou a inserção no mercado de *commodities*.

O problema é que os pequenos produtores fracassam porque não conseguem acompanhar o desenvolvimento tecnológico da agricultura, isto é, não possuem capital suficiente para adotar as novas tecnologias à medida que surgem. [...] por um lado não conseguem adotar a nova tecnologia como um todo, mas apenas parte dela, o que impede que obtenham o rendimento integral derivado delas; por outro lado, endividam-se perigosamente para financiar esta parte, de modo que qualquer acidente imprevisto os leva à falência. (GERMER, 2006:54)

Em seu trabalho, MELLO (2000:77) avalia que a ampliação da capacidade de trabalho na COPAVI deve-se ao uso de novas tecnologias e ao aperfeiçoamento da organização do trabalho, repercutindo no aumento da produção e produtividade.

MOURA (s/d) por sua vez enfatiza a importância das políticas públicas, por ter viabilizado melhorias tecnológicas, tendo que é por meio dos créditos e financiamentos que o assentamento teve/tem acesso à capacitação, assistência técnica e, principalmente, aos recursos para a implantação da infra-estrutura básica e produtiva¹⁹².

Desde sua oficialização como assentamento rural de reforma agrária, Santa Maria contou ainda com diversas fontes externas, conforme identificadas no Quadro a seguir.

¹⁹¹ O termo Burguesia agrária é utilizado por GERMER (2006) para se referir a todos que detêm os meios de produção, que são desde a pequena burguesia, no caso camponeses, até o grande burguesia, os capitalistas latifundiários.

¹⁹² MOURA; RAMOS (2005) destacam o PROCERA teto I e II.

Quadro 6 - Aquisição de recursos monetários segundo fonte provedora – COPAVI (1994-2006)

1994	CONCRAB ¹⁹³ , convênio via CCA/PR: permitiu o custeio inicial das atividades produtivas.
1997	ONG Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), uso de fundo rotativo atuante há 42 anos no Paraná.
1997	Programa Federal Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ¹⁹⁴ , tetos I e II: financiaram R\$ 15 mil para cada uma das 20 famílias, então assentadas. O prazo para o pagamento do financiamento foi negociado e o valor de R\$ 300 mil ¹⁹⁵ será pago até 2017.
2000	Grupo de Cooperação Campos de Terraço (GCCT) da Espanha, Universidade de Maringá e MST, parceria que viabilizou a construção da agroindústria de processamento de banana movida por energia solar e deu a instrução técnica necessária para os assentados.
2003	Projeto do Governo Estadual “Paraná 12 Meses” ¹⁹⁶
2003/ 2005	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
2004	Caixa Econômica Federal, convênio com o INCRA para financiar a construção e reforma das casas da agrovila.

Fonte: Trabalho de Campo realizado em fevereiro de 2006

A busca pelo custo médio está diretamente vinculada ao aumento de produtividade e produção, então associadas às inovações tecnológicas, que devem ser compreendidas como prováveis reorganizadoras do espaço no Assentamento, em função das modificações que proporcionalmente ocorreram em todo o processo de produção. Ou seja, ao ampliar a capacidade produtiva, alteram-se todas as escalas de todos os meios de produção.

¹⁹³ Criada em 15 de maio de 1992, é resultado de um processo de debates sobre a produção e organização nos assentamentos. (CONCRAB, s/d)

¹⁹⁴ Crédito criado em 1986 e voltado à produção, com prioridade a alguns cultivos de larga escala e inseridos na lógica da modernização da agricultura. BORGES (2007) analisa que a política de crédito, especialmente o PROCERA Teto II, no Governo de FHC, era incompatível com as realidades locais e que “boa parte das organizações coletivas de produção e/ou comercialização foram desestruturadas e houve forte endividamento nas instituições financeiras”. (2007: 105)

¹⁹⁵ Segundo entrevista com Valmir Stronzake realizada em 02 de março de 2006, o PROCERA exigia o pagamento de metade do valor requerido, corrigido com juros baixos.

¹⁹⁶ Trata-se de um projeto do Governo do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, que apresenta linhas de investimentos financeiros aos pequenos agricultores. Não foi possível obter a informação precisa sobre as linhas e dos itens financiados pela COPAVI.

O preço dos produtos da COPAVI é calculado visando obter em média 20% acima do custo de produção, sem considerar os financiamentos contratados. Utilizando-se dados de 2002, BIZKARRA & ASTIGARRAGA (2002:71) afirmam que o doce de leite tinha um lucro de 20% acima do gasto na produção, o açúcar mascavo chegava a 30% e a rapadura conseguia 60%, porém o pão chegava a somente 2% e as hortaliças e verduras conseguiam 5%.

Na COPAVI há diferenciação entre o preço de seus produtos comercializados no varejo ou no atacado. Na região, a população ainda desconhece as qualidades dos produtos orgânicos, não fazendo distinção entre os produtos orgânicos da COPAVI e os não orgânicos de outros produtores. O fato de serem orgânicos, portanto, não faz com que a COPAVI venda mais, e muito menos que ela se utilize deste rótulo para agregar valor a seus produtos.

No entanto este posicionamento se altera quando a venda é para outras regiões. A projeção internacional adquirida pela COPAVI pode estar vinculada ao fato de seus produtos resultarem da luta pela reforma agrária, e mesmo por seus produtos serem certificados como agroecológicos, como ocorre com a “Cachaça Camponesa”. De tal forma que no exterior tais signos podem abrir novos mercados.

Agregar valor a seus produtos pela marca ou pelo beneficiamento minimiza a deficiência tecnológica e, portanto, a defasagem quanto ao custo médio, que os pequenos sempre terão em relação à média e grande burguesa. No sentido de adequar a tecnologia e suas implicações, GORGEN (2004)¹⁹⁷ coloca que:

a indústria de máquinas e implementos agrícolas no Brasil se estruturou para atender os grandes. Por isso que só fabricam tratores, colheitadeiras e implementos grandes, sofisticados, pesados e caros. O pequeno agricultor precisa investir em mecanização leve, simples, resistentes, rústica, econômica e barata (GORGEN, 2004, apud GUTERRES, 2006:49)

Nesta perspectiva, ou seja, no sentido oposto ao das inovações tecnológicas das “média e grande burguesia”, que teóricos têm trabalho com a agroecologia e apontam que a gestão do agroecossistema deve ter em vista prioritariamente a segurança alimentar e energética, ao invés de se pautar em inovações que levem fundamentalmente à maior produtividade e, teoricamente, maior lucratividade.

Consideram que o uso de tecnologias apropriadas à realidade social, econômica e ambiental, na perspectiva de contribuir para a redução das formas de sujeição ao

¹⁹⁷ GORGEN, Frei. Os novos desafios da agricultura camponesa. Porto Alegre, 2004.

modo de produção capitalista, seja um dos meios para tal processo, que requer uma revisão epistemológica das ciências modernas, caso a pretensão seja provocar transformações sociais mais amplas.

O próprio MST, ainda que tenha lutado pela viabilização dos assentamentos contando com a base técnica e científica que caracterizou a revolução verde, neste início de século XX está marcado por um processo de transição que evidencia a necessidade de adotar/criar novas matrizes tecnológicas.

Esta transição encontra resistência interna no Movimento e mesmo em pesquisadores que atuam próximo ao MST e têm se posicionado de forma semelhante às proposições iniciais do MST na década de 1980. GERMER (2006), por exemplo, coloca que a ciência e tecnologia da revolução verde, quando associadas a formas de produção coletiva, continuam sendo o principal meio para que os assentados tenham condições de sobrevivência.

[...] seria a implantação de unidades de produção de grande escala e sob gestão coletiva, por intermédio da unificação dos pequenos lotes individuais dos assentamentos em unidades de produção com grandes áreas, atingindo escalas de produção capazes de comportar tecnologias mais avançadas. Toda produção socialmente avançada, de alta tecnologia e alta produtividade do trabalho, em todos os setores, faz-se em bases coletivas e em grande escalas, isto é, com o emprego de grande número de trabalhadores trabalhando em regime de cooperação técnica ou de divisão técnica do trabalho. (GERMER, 2006:55)

Por fim, a busca pela eficiência econômica da COPAVI e aumento da renda dos cooperados não devem ser vistos como razões norteadoras de sua existência. É visível uma série de elementos e posturas adotadas pelos cooperados que buscam tornar realidade sonhos e ideologias a favor de uma maneira diferenciada de se relacionar e agir com as pessoas, o ecossistema e o processo produtivo. De certo, porém, a produção e a realização do trabalho estruturam a Cooperativa Vitória, aproximando-se bastante de seus ideais socialistas.

E, assim, pela concretização de suas utopias, os cooperados se vêem obrigados a submissões ao modo de produção capitalista, como manter o valor dos produtos na média social, atentar-se às exigências sanitárias e do código do consumidor, reinventar os mercados, mas do outro lado, buscam modificar a maneira pela qual esta produção é realizada. Cientes das limitações colocadas, trata-se de modificar o “como produzir”, o conteúdo, a qualidade. Sempre que possível, também, busca-se

controlar o tempo próprio da cooperativa na decisão do “o que”, “quando” e “quanto” produzir.

No entanto, como todos inseridos no modo de produção capitalista, a COPAVI tem sua produção pautada pela demanda dos capitais produtivos e especulativos, segundo movimentações da macro-econômica mundializada. Assim, o que produz, quanto, como e quando extrapola a organização social e as condições estritamente naturais e ecológicas do assentamento.

4.4 Agroecologia: reorganização produtiva e territorial

Ao tratarmos de cada um dos setores, buscamos ressaltar a forma como os cooperados têm realizado o processo de transição para a produção agroecológica, no intuito de promover interação e interdependência de uma atividade com a outra, seus insumos e dejetos.

Ainda que a interação e interdependência já caracterizassem a organização produtiva e socioespacial na COPAVI, existe a perspectiva, comum àqueles que pretendem enxergar a agroecologia de maneira abrangente, que o processo de transição agroecológica possa potencializar e qualificar a produção e qualidade de vida. (CINTRÃO, 2005)

Se tomarmos a caracterização realizada por GLIESSMAN (2000, apud CAPORAL; COSTABEBER, 2004b:14) a respeito dos níveis de transição ou conversão agroecológica¹⁹⁸, o assentamento Santa Maria encontra-se no mais complexo, aquele que pressupõem o “redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b:14).

No entanto, as alterações no uso do solo do assentamento não podem ser exclusivamente vinculadas ao processo de ecologização do agroecossistema.

¹⁹⁸ Segundo a descrição de CAPORAL; COSTABEBER (2004b:14), no primeiro nível são reduzidos “o uso e consumo de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente”. No segundo, é a completa “substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas”. E, finalmente, o terceiro e mais complexo nível é alcançado através do redesenho dos agroecossistemas, o que demanda a reorganização dos processos ecológicos, das relações sociais e de trabalho.

Assim sendo, buscamos apontar dentro de cada setor da Cooperativa as dificuldades e os obstáculos enfrentados que demandaram o replanejamento dos espaços no assentamento. Tais dificuldades são em parte associadas à inviabilidade econômica provocada pela insuficiência de mercado consumidor, ou pela inadequabilidade de certos cultivos, ou por carência de conhecimentos técnicos ou pela inadaptação das espécies ao agroecossistema, ou mesmo pela demanda de capital para investimento e continuidade da produção segundo demandas do mercado.

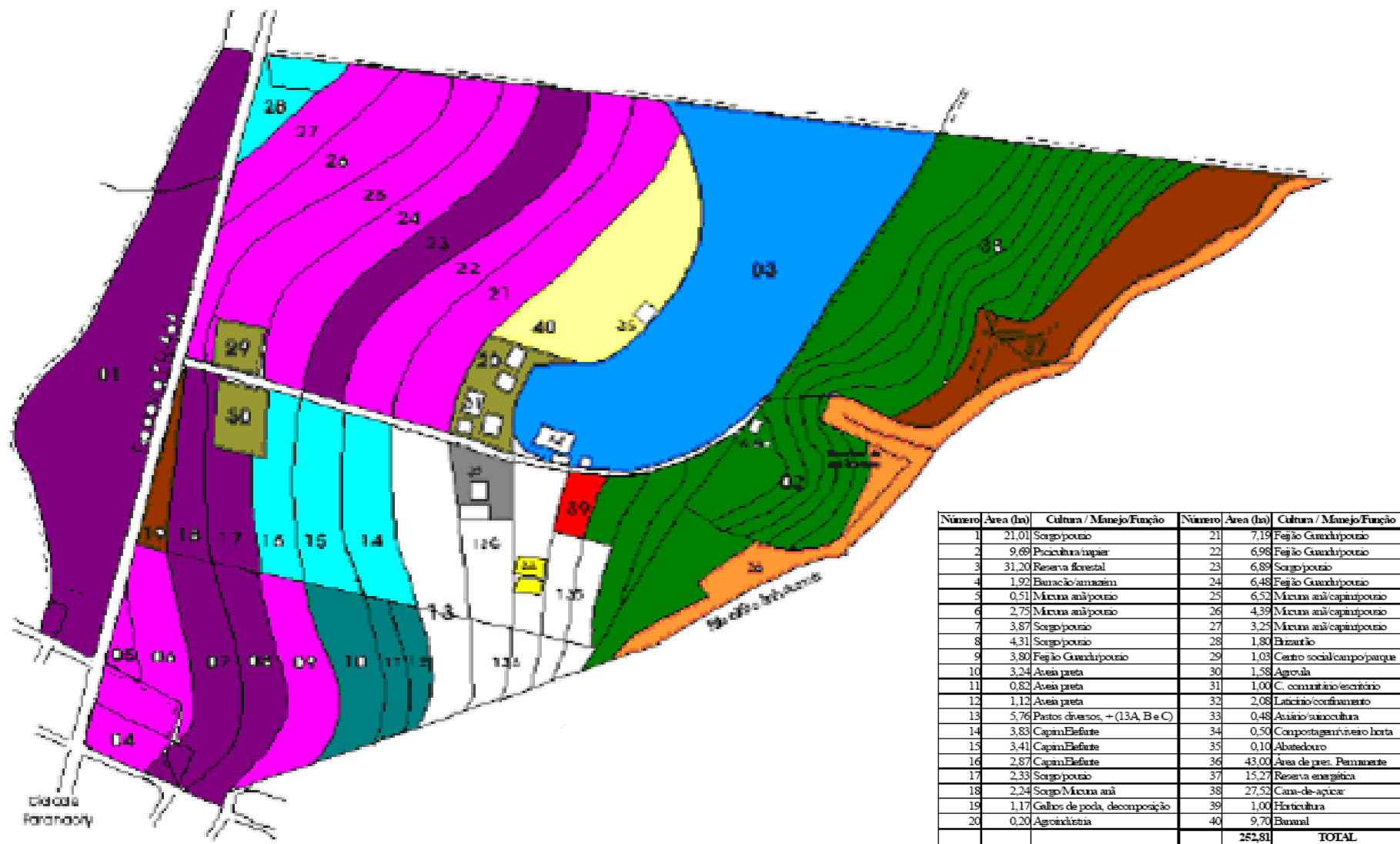
Buscou-se também destacar o Setor da cana, que em função da grande demanda de seus produtos, exigiu novos arranjos espaciais no assentamento.

Pesquisamos nos trabalhos anteriormente realizados sobre a COPAVI os dados referentes ao uso do solo por cada cultura e a quantidade produzida de produtos agroindustrializados para que pudéssemos estudar as transformações no tempo e no espaço. Contudo, as informações são divergentes, mesmo quando utilizado o mesmo ano base.

Ainda que faltem dados precisos e, portanto, que não seja possível fazermos leituras a partir de gráficos e tabelas, utilizamos as informações coletadas em nossos trabalhos de campo para identificar em quais momentos ocorreram as principais mudanças no assentamento.

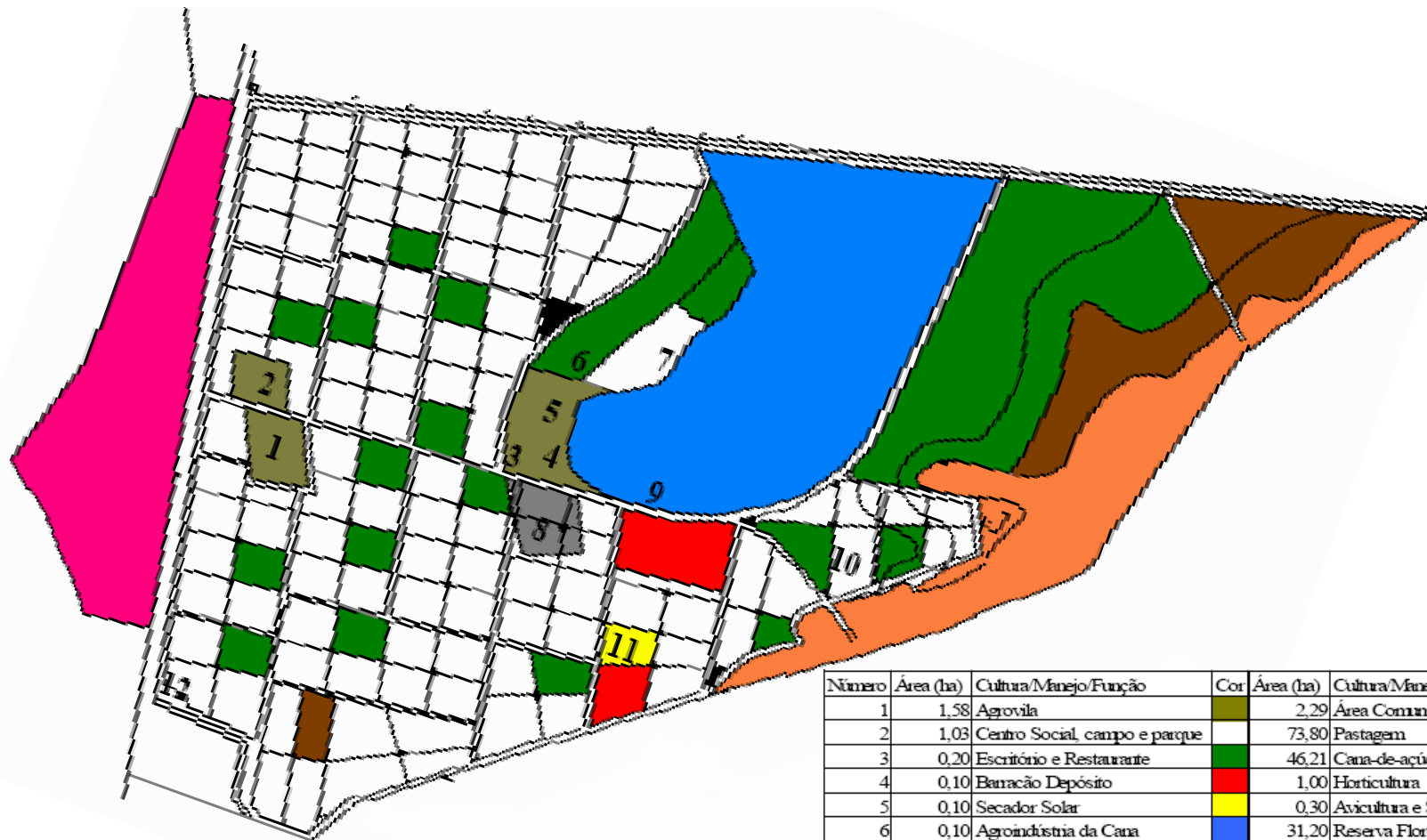
A pesquisa de mestrado de SEVERINO (2006) foi outra fonte utilizada para compreendermos as mudanças organizacionais, produtivas e territoriais vivenciadas pela COPAVI. Em seu trabalho, SEVERINO faz uma análise comparativa da Cooperativa em dois momentos, 2003 e 2005, retratados nos croquis abaixo:

Croqui 1 – Uso do Solo, COPAVI (Paranacity), 2003



Fonte: SEVERINO (2006), adaptação de MACHADO (2003)

Croqui 2 - Uso do Solo, COPAVI (Paranacity), 2005



Número	Área (ha)	Cultura/Manejo/Função	Cor	Área (ha)	Cultura/Manejo/Função
1	1,58	Agrovia		2,29	Área Comum
2	1,03	Centro Social, campo e parque		73,80	Pastagem
3	0,20	Escritório e Restaurante		46,21	Cana-de-açúcar
4	0,10	Baracão Depósito		1,00	Horticultura
5	0,10	Secador Solar		0,30	Avicultura e Suinocultura
6	0,10	Agroindústria da Cana		31,20	Reserva Florestal
7	0,10	Abatedouro		16,40	Reserva Energética
8	0,10	Laticínio		2,00	Pecuária Leiteira
9	0,50	Viveiro de mudas e árvores		43,00	Área de Preservação Permanente
10	9,69	Açúdes/Piscicultura		21,01	Feijão Guandu/pousio/macuna anã
11	0,18	Granja e Chiqueiro			
12	1,92	Mercado		252,81	TOTAL

Fonte: SEVERINO (2006), adaptação de MACHADO (2003)

Dentre as principais mudanças no uso do solo, destacamos:

- 1) Redução das atividades de lavoura;
- 2) Ampliação da área destinada à pastagem; e
- 3) Dispersão das áreas com cultivo de cana de açúcar.

Nesse sentido, consideramos que a construção do conhecimento e da prática agroecológica na COPAVI está relacionada com os seguintes aspectos abaixo apontados:

- A COPAVI como assentamento modelo, território estratégico para o MST, é considerado um espaço para a experimentação e divulgação de técnicas de manejo alternativas. A fundação da COPAVI está inserida no contexto de debates internos sobre a necessidade de propiciar formas de organização e produção menos dependentes dos laboratórios e complexos agroindustriais, fortalecidos ao longo da década de 1990 devido às políticas neoliberais;
- Em geral, as famílias que fazem, ou fizeram, parte da COPAVI têm compreensão dos aspectos políticos, ambientais e sociais da agroecologia:
 - A preocupação e atenção com a saúde dos trabalhadores rurais, evitando exposição e contaminação com agrotóxicos;¹⁹⁹
 - O objetivo da COPAVI e do MST em fornecer alimentos saudáveis e com maior valor nutritivo à população;
 - Redução dos custos de produção, atrelada principalmente à diminuição do consumo de insumos e recursos externos;
 - Negação dos produtos produzidos pelas multinacionais;
 - A busca por autonomia energética;
 - Agregação de valor.
- Desde o início do assentamento, são visíveis os esforços dos assentados para a construção de uma lógica diferenciada de organização da produção e relação com os recursos naturais. O cartaz produzido pelo MST no IV

¹⁹⁹ Importante ressaltar aqui que foram identificados ao menos três casos de sócios da COPAVI que nas experiências que antecederam a luta pela terra enfrentaram problemas de saúde provocados pelo contato com agrotóxicos. Nas entrevistas realizadas com dois deles, eles afirmam não querer nunca mais voltar a trabalhar diretamente com agrotóxicos.

Congresso com os “Compromissos com a terra e com a vida” pode ser encontrado em diversas casas de sócios da Cooperativa e nos espaços de refeitório e administração. Outro material com conteúdo semelhante encontrado no assentamento é o da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, que aponta nove ameaças à vida e que foi produzido em 2004 para a 19ª Romaria da Terra do Paraná;²⁰⁰

Vale salientar que citamos a “agregação de valor” como um dos motivos que levaram os assentados a promover o processo de transição à agroecologia em função da recente inserção da COPAVI na Rede Mundial de Comércio Justo. Em Paracity, como vimos anteriormente, não há interesse do MST em cobrar por esse diferencial, mesmo porque a população residente na região, em sua maioria, não possui renda para tanto. Como um dos objetivos da COPAVI e do MST é produzir alimentos para a população a baixo custo, seria incoerente com sua ideologia cobrar a mais pelos produtos por estes serem ecológicos.

O processo de conversão do agroecossistema da COPAVI consiste num processo lento, cujas transformações devem partir fundamentalmente dos próprios assentados. Estes devem ser os principais observadores, pesquisadores, experimentadores e disseminadores. Nesse sentido, o cooperado Valmir Stronzake considera que os limites para “a irradiação em massa da cooperação e da agroecologia” estão na falta de “compreensão e a conscientização dos atores envolvidos no processo, indo desde as pessoas assentadas até os órgãos responsáveis pela Reforma Agrária.” (CONCRAB, 2006:32)

²⁰⁰ Na 19ª Romaria da Terra do Paraná, realizada no município de Cruz Machado, apontou nove ameaças à vida, sendo elas: 1) A monocultura: a morte das sementes; 2) O monopólio do patrimônio natural; 3) A propriedade intelectual sobre a vida; 4) A fome; 5) Erosão genética e perda da biodiversidade; 6) A esterilização das sementes; 7) O aumento da dependência; a perda de renda; 8) A padronização da dieta alimentar; 9) O machismo e menosprezo pelo conhecimento popular.

A partir dos elementos trabalhados até o momento, podemos considerar que, ao lado dos aspectos econômicos, a reorganização territorial na COPAVI tem sido também promovida com base em valores como cooperação, solidariedade, respeito ao homem e aos recursos naturais, e como decorrência da conscientização de sua importância estratégica na luta contra a lógica capitalista, como aponta a fala de Alex Verdério, sócio da COPAVI, ao dizer que o território agroecológico é aquele que:

[...] tem seu fundamento no bem estar do ser humano, e sua preocupação no meio ambiente, ou seja, existe respeito com as nascentes, matas ciliares, animais nativos. O processo de produção é integrado a essa ideologia, e compreende a qualidade nas pastagens, na diversificação de culturas, uso de adubos orgânicos para a horta em toda a propriedade, não exploração de mão-de-obra, e compromisso de oferecer à sociedade um alimento de primeira qualidade em um preço que todas as classes possam consumir. (TERUO et al, 2002: 11)

Considerações Finais

Iniciamos este trabalho abordando as formas de expansão da lógica capitalista de produção sobre o campo no Brasil do século XX, destacando processos contraditórios que caracterizam este modo de produção, dentre eles o surgimento de movimentos de contestação da ordem vigente e de resistência em busca da permanência na terra.

As diferentes conceituações e apropriações da agroecologia também foram abordadas neste trabalho. Ressaltamos o viés que enfatiza a importância de revermos nossos valores e paradigmas, em renovarmos as bases epistemológicas da ciência moderna e termos a sustentabilidade dos agroecossistemas compreendida a partir das dimensões social, econômica, política, biológica e cultural. Ou seja, diferentemente da lógica capitalista de produção, na racionalidade agroecológica não há prevalectimento da dimensão econômica sobre as demais. Segundo aqueles que têm pesquisado, experimentado e praticado a agroecologia, as diferentes expressões da agricultura tradicional são reflexos da racionalidade ecológica.

Inseridas no modo de produção capitalista, o cotidiano das populações camponesas e tradicionais é uma forma de resistência, luta e enfrentamento ao latifúndio e ao capital.

Voltamos, então, nossa atenção ao MST, movimento contestador e que busca num primeiro momento conquistar direitos garantidos, porém não assegurados, pelo Estado. Estudamos sua organicidade, suas estratégias de luta, suas ideologias e diretrizes relativas à organização social, territorial e produtiva. O fizemos a partir das informações obtidas em seus próprios veículos, como Jornal e Revista Sem Terra, boletins eletrônicos, assim como consultando referências bibliográficas escritas por suas lideranças. São informações destinadas a qualquer “público”, e por vezes são generalistas e superficiais. Assim, tivemos o cuidado de tratar os dados obtidos para evitar transmitir a imagem de que o Movimento seria estático ou uniforme. Há divergências internas e especificidades na forma de luta pela terra e na terra. Tal

heterogeneidade é também o que move o MST, cuja territorialização chega a abarcar 24 estados do país.

Neste sentido, identificamos e valorizamos como principal “fonte”, para reflexão, descrição e análise, a experiência de três anos (2004 a 2006) nos assentamentos, acampamentos e regionais do MST, assim como a leitura de outros trabalhos que envolveram o MST.

No atual processo de territorialização do MST, ao mobilizar os camponeses para a luta pela terra, (re) cria-se a possibilidade para a territorialização da agroecologia, da racionalidade ecológica, justamente dadas a “rebeldia” e a “resistência” camponesa.

É importante ressaltar que ao fazermos referência à agricultura camponesa, à racionalidade ecológica e à agroecologia, compreendemo-nas inseridas no contexto das políticas neoliberais e do capitalismo financeiro, cujas existências se explicam pelos processos contraditórios e desiguais que caracterizam o desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Nesse sentido, portanto, também apresentam contradições. Aquelas formas de produção camponesa, nas quais homem e natureza não se dissociam e que buscam agir a favor da sustentabilidade do agroecossistema, deparam-se continuamente com diferentes formas de exploração e expropriação.

Inclusive, ao estudarmos como o MST se movimentou ao longo de quase trinta anos²⁰¹, compreenderemos que aquilo que definimos como racionalidade ecológica, ou camponesa, não é necessariamente a racionalidade que norteia a concepção ideológica de desenvolvimento e de sociedade do MST.

E essa percepção se torna latente ao estudarmos a territorialização das linhas políticas do MST, portanto de suas ideologias, visíveis nos trabalhos de campo.

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória foi fundada para regular e organizar o trabalho coletivo com o objetivo de comercializar produtos agropecuários, visando não somente o sustento das famílias diretamente envolvidas na produção, proporcional ao trabalho de cada cooperado, mas também, de ser um referencial ao MST, contribuindo em forma de propaganda da “viabilidade” da

²⁰¹ Considerando os discursos, as conquistas e ações desde as primeiras articulações sociais do final da década de 1970 que estiveram diretamente ligadas à sua fundação oficial em 1984.

reforma agrária do Movimento, como luta que permanece mesmo após a conquista da terra.

Portanto, o caso da COPAVI extrapola a territorialização da luta pela terra e, assim, tem sido considerado como territorialização do MST, como um assentamento que caminha junto com a organização, e em cujo território podem ser identificadas as linhas político-ideológicas que demarcaram momentos históricos do MST.

Nesse sentido, mais do que ser um território onde a “luta continua”, que “fornece militantes para a luta do MST” com atuação nas estâncias regional, estadual e nacional do Movimento, a COPAVI é a territorialização da coletivização da terra e dos meios de produção, da cooperação de trabalho, da divisão de trabalho, da agroindústria, da agregação de valor em seus produtos, da produção de alimentos acessíveis à população, da conscientização da luta de classes, da solidariedade, da propaganda da reforma agrária. E o é tudo isso, sob uma forma diferenciada de interação econômica, social e ambiental, da construção de uma nova matriz de desenvolvimento no campo, a agroecologia.

Desse modo, quando o próprio MST faz referência à COPAVI como modelo de assentamento, ele o faz para que este consiga implementar, tentando respeitar suas singularidades, as principais linhas políticas anunciadas pelos dirigentes do Movimento e que regem a atuação do conjunto de militantes.

Para tanto, a COPAVI reorganizou por diversas vezes sua produção em busca da realização das necessidades sócio-econômicas colocadas pelos assentados, porém objetivando, primeiramente, responder às “necessidades” da estrutura produtiva criada pelo MST/COPAVI, a qual necessariamente torna a renda agrícola da cooperativa sujeita ao capital. As contradições tornam-se mais ou menos perceptíveis, como a questão dos bóias-frias, da compra de cana de açúcar, leite e madeira, a produção 24hs/dia, a falta de sociabilidade, os espaços para participação, para uns não participativos, conforme alguns dos exemplos que abordamos ao longo do texto.

A partir do que vimos, é possível afirmar que os cooperados têm conseguido, internamente, democratizar os frutos do trabalho, os processos decisórios; socializar os meios de produção, o acesso e o uso dos recursos naturais; promover a interação e interdependência dos insumos e das atividades; zelar pela educação,

saúde e formação de seus membros; estabelecer relações de colaboração e cooperação, numa crítica a formas individualistas de concepção de mundo que priorizam o valor de troca sobre o valor de uso. No entanto, e esta é uma questão fundamental para este trabalho, a COPAVI e seus cooperados não detêm o domínio sobre a intensidade e o ritmo de seu trabalho.

O planejamento produtivo está sujeito à necessidade de produção de excedente para que sejam cobertos os custos da produção, que se referem à reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, os quais foram adquiridos a partir de financiamentos, ou seja, do capital fictício, juntamente com a cobrança de juros que lhe é característica, na expectativa de obter capital ampliado que possa cobrir os mesmos. Tendo que a COPAVI não liquidou os financiamentos já adquiridos, que vem num processo de renegociação de dívidas, existe grande possibilidade²⁰² da renda agrícola ser menor do que os custos da produção.²⁰³

Outra questão é que tal processo tende a ser permanente, pois, ao sujeitar a produção à circulação de mercadorias, a COPAVI precisa manter o tempo social médio necessário da produção, exigindo a contínua busca pela redução dos custos de produção, pelo aumento da produtividade e por maior agregação de valor. No modo de produção capitalista, esse processo se realiza pela incorporação de inovações tecnológicas e pela exploração do trabalho. Nos últimos anos, tornou-se necessária a compra das matérias-primas anteriormente asseguradas pela produção interna, cana e madeira, em função da maior demanda do processo produtivo, a qual não tem sido acompanhada pela capacidade de produção. Do mesmo modo, verificamos que a questão da contratação de trabalhadores volantes ou assalariados está há quatro anos sem solução.

Portanto, ainda que internamente a COPAVI não deseje reproduzir a lógica capitalista, dada a forma como ela se insere na sociedade temos que produção e rentabilidade financeira tornam-se o eixo central do assentamento Santa Maria.

²⁰² Os dados que possibilitariam tal afirmação não foram obtidos, e alguns dos trabalhos que tratam do assunto apresentaram dados divergentes quanto à produção anual e rendimentos. Seria necessário realizar novos trabalhos de campo específicos para o levantamento e organização dos dados administrativos e financeiros da COPAVI.

²⁰³ Se considerarmos a renda agrícola da cooperativa sem contabilizar os gastos com os financiamentos, que asseguraram o capital inicial, poderíamos concordar com alguns autores como MOURA; RAMOS (2005) que consideram que as famílias assentadas na COPAVI chegam a ter uma renda média mensal superior àquela da população economicamente ativa dos domicílios urbanos no Paraná. No entanto, esta não tem sido a nossa compreensão.

A rotina de trabalho, que em 2005 foi marcada pelo funcionamento incessante da agroindústria da cana, compromete em alguma medida a disposição e a disponibilidade de tempo para a convivência familiar, os estudos, a formação e participação nos espaços de diálogo, mesmo em reuniões referentes à cooperativa. O tempo é o tempo do relógio. Certamente afeta também a percepção sobre a complexidade da realidade, restringindo a própria reflexão, o aprendizado, a observação da natureza e do agroecossistema, a interação entre trabalho braçal e intelectual.

Nesse sentido, o MST e sua ideologia do progresso, assentada na lógica do pleno desenvolvimento das forças produtivas pelos trabalhadores socialmente organizados e na exigência pela modernização contínua de sua base produtiva, ou seja, apropriação de inovações tecnológicas, caminha de encontro com a racionalidade camponesa, que não apreende a racionalidade econômica da reprodução ampliada como tem proposto o MST, mesmo que supostamente associada ao fim da mais-valia e demais características que a diferenciam da racionalidade econômica capitalista.

Noutra perspectiva, aquilo que o MST almeja como organização social, territorial e produtiva não é a forma de organização predominante nos assentamentos que participam do processo de territorialização da luta na terra. E, assim sendo, somos remetidos de volta à leitura do processo histórico que vem construindo o MST, fazendo-nos perceber que justamente esse processo de territorialização da luta na terra e, portanto, do aprender-fazendo do MST, somado à internacionalização, multinacionalização e mundialização da economia capitalista, fez com que na última década o Movimento passasse a definir linhas políticas que mais se aproximam da racionalidade ecológica, portanto da agricultura camponesa.

Atrelada à crítica que faz da apropriação privada e concentração de meios de produção, o Movimento passa a enfatizar, como nunca antes em sua trajetória, a natureza, os recursos naturais e a necessidade de desenvolvimento de uma nova matriz tecnológica, denominada em certos momentos como “agroecológica”.

Para as famílias que participam da COPAVI desde sua fundação, está claro que aquela terra é uma terra de trabalho. Terra de materialização de uma utopia. Terra de resistência. Terra de enfrentamento ao latifúndio, ao capital e à ignorância. Terra exemplo da reforma agrária. A forma como acabam se sujeitando ao capital, faz com

que a racionalidade econômica prepondere na cooperativa. No entanto, a luta é também contra esta racionalidade. Ao buscarem a transição de sua matriz tecnológica convencional para a agroecológica, as mudanças não se restringirão a inovações tecnológicas agrícolas. O que está posto é a reorganização socioterritorial e produtiva por meio de processos mais participativos, da base para a militância, por meio dos quais os assentados de Santa Maria possam enfrentar o desafio de territorializar a utopia da nova sociedade, com “novos homens e novas mulheres”.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente?. IN.: Desenvolvimento e Meio Ambiente: Caminhos da agricultura ecológica. n.6, Curitiba: Editora UFPR, 2002.
- ALMEIDA, Luiz Renato. Entrevista com Marino de Bortolli. Bionatur leva sementes agroecológicas para todo o país. São Paulo, 9 maio 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1861>>. Acesso em: 10 jul 2006.
- ALMEIDA, Sílvio Gomes de. A agricultura alternativa em construção. In: **Alternativas: cadernos de agroecologia**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 1992.
- _____. Economia familiar: modo de produção e modo de vida. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v.2, n.3, outubro. Rio de Janeiro, AS-PTA: 2005.
- ALMEIDA, Sílvio Gomes de; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, Ângela. Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.
- ALTIERE, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. A participação no II Encontro Nacional de Agroecologia - A memória em números. (arquivo em power point)
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA. **Agricultura Biodinâmica**. Edição Comemorativa. Ano 21, n.90. Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica: Botucatu, 2004.
- BIZKARRA, Lorea Urrutxi; ASTIGARRAGA, Miren Zufiaurre. Análisis de la Realidad Productiva de Copavi. Mondragon Unibertsitatea, 2002.
- BORGES, Juliano Luis. A transição do MST para a agroecologia. Dissertação (Ciências Sociais) Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2007.
- BRACAGIOLI, Alberto. Desenvolvimento e envolvimento da agricultura no sul do Brasil: abordagem crítica do processo de desenvolvimento. Encontro Nacional de Agroecologia. **Anais**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003. p. 33-35
- BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: Caminhos da agricultura ecológica**. Curitiba, PR: Editora UFPR, n.6, 2002.
- BRASIL. II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: SEDH, 2008.
- BRASIL. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis_L4771.htm. Acesso em: fev 2010.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2000.
- _____. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004a

_____. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.b

CARVALHO, Luiz Maklouf. O modelo Vitória. Revista Piauí. Junho 2008. Disponível em: <http://www.revistapiaui.com.br/artigo.aspx?id=648&anteriores=1&anterior=62008>. Acesso em: 15 jul 2008.

CARTA DA TERRA. Disponível em www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc. Acesso em: 02 maio 2009. p.01

CALDART, Roseli Salet. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. n.43, p.207-224. São Paulo: IEA, 2001.

CERVEIRA, Ricardo. Agroecologia & Desenvolvimento: Estudo de Caso do Grupo Curupira, Jaboti – PR. Dissertação de mestrado apresentado à Pós-Graduação Geografia Física – FFLCH/USP, 2002.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. A reforma agrária e a reconversão produtiva do meio rural. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v.2, n.3, p.34-36, outubro. Rio de Janeiro, AS-PTA: 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?pag=37>. Acesso em: 10 jan 2009.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA. Sistematização de experiências agroecológicas do MST. V.1. Brasília: Maxprint, 2007

_____. Folder, s/d

_____. Cooperativas de produção: questões práticas. Caderno de Formação nº21, 2ª ed. São Paulo, 1996.

_____. Uma concepção de desenvolvimento rural. Caderno de Cooperação Agrícola N. 1. São Paulo: CONCRAB, 1993.

COPAVI. Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI). Copavi: Paranacity, 1993.

_____. Documento Breve Histórico do assentamento Santa Maria – Paranacity. COPAVI: Paranacity, 2000

_____. Regimento Interno da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. COPAVI: Paranacity, 2002.

CORRÊA, Ciro Eduardo; MONTEIRO, Denis. O MST e a Campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v. 1, nº 1, novembro, p.40-43. Rio de Janeiro, AS-PTA: 2004.

COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?. **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía**. Héctor Alimonda. CLACSO. 2002. pp. 203-215. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/costa.pdf>. Acesso em: 12 set 2007.

DA COOPERATIVA para o mercado externo – Assentamento em Paranacity comemora 12 anos, transforma a economia da região e chega à Europa. **Brasil de Fato**. Ano3, n.103, fevereiro, p.08. São Paulo. 2005

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, 1972. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc. Acesso em: jul 2008.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Agroecologia Base científica para uma agricultura sustentável. Folder (s/d).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. Estatísticas do Meio Rural. Brasília: MDA; DIEESE, 2008.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. II Encontro. Documento final. Recife, 2006.

ENGELMAN, Solange. Capacitação: escola latino-americana forma pedagogos para orientar as famílias. Brasil de Fato. 04 dezembro 2007. Disponível em:

<<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especial.2007-12-04.0066499435/capacitacao-escola-latino-americana-forma-pedagogos-para-orientar-as-familias>>. Acesso em Mar 2008.

FAXINA, Cassia Morgana. Produção sustentável: agroecologia muda a agricultura no PR. Brasil de Fato. 04 dezembro 2007. São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/especial.2007-12-04.0066499435>.

Acesso em: 15 jan 2008.

FEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <http://www2.faepr.com.br>. Acesso em: 10 abril 2008.

FERNANDES, Heloísa. Palestra proferida na Escola Nacional Florestan Fernandes, 2005. (informação verbal).

FERNANDES, Heloísa. Ciranda Internacional de Informação Independente. ENFF. A escola Nacional Florestan Fernandes em busca de Ciranda Internacional da Universidade pública e popular. Extraído de uma palestra da professora Heloísa Fernandes sobre a relação entre MST e a educação. Disponível em:

http://www.ciranda.net/spip/article1247.html?var_recherche=

[cap%EDtalistas](#). Publicado em: 26 jun 2007. Acesso em: 18 mar 2008.

FILHO, Jorge Pereira; LIMA, Mayrá. Os novos desafios do MST. Entrevista com Marina dos Santos. São Paulo, 11 jun 2007. Disponível em:

<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3664>. Acesso em: 10 set 2007

FILHO, José Juliano de Carvalho. A nova (velha) questão agrária. Valor Econômico, 22 fevereiro 2008. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/clipping.php?id=458>. Acesso em: jan 2010.

GERMER, Claus. Anotações críticas sobre o papel da C&T na reforma agrária. In. CONCRAB. Reforma Agrária & Meio Ambiente. Ano 1, nº 1, p 41-56, novembro. São Paulo:, 2006.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000

GÓMEZ, José R. Montenegro. Políticas Públicas de Desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no nordeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do estado e do controle social do capital. Dissertação (Mestrado em Geografia). Maringá: UEM, 2002.

GONÇALVES, Sérgio. O MST em Querência do Norte – PR: da luta pela terra à luta na terra. Dissertação (Mestrado em Geografia). Maringá: UEM, 2004.

GREMPEL, Mary Beatriz. Os assentamentos rurais coletivos do noroeste do Paraná e a participação da mulher nos processos de luta. Dissertação (Mestrado em Geografia) Presidente Prudente: UNESP, 2001.

GRUPO DE AGRICULTURA ORGÂNICA. Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais. Florianópolis: Grupo de Agricultura Orgânica, 2004.

- GUMIEIRO, A. Uma análise das desistências das famílias associadas na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA. Especialização (Administração de Cooperativas). Veranópolis: CEACOOOP. UnB, UNISINOS, ITERRA: 1999.
- GUTERRES, Ivani. Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HARDIN, Garret. The tragedy of commons. The population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. **Science**. nº 162, 1968, 1243-1248. Disponível em <<http://www.sciencemag.org/>>. Acesso em: 10 jan 2009.
- HOLLANDA, Teresa Paris Buarque de. Violência e destruição na Amazônia: o processo de (des) ocupação de Rondônia. Trabalho de Graduação Individual (Geografia). São Paulo: FFLCH, 2009.
- IAMAMOTO, André Toshio Villela. Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Piracicaba, 2005. Dissertação de Mestrado em Recursos Florestais. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Contagem da População Amostra 2001. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 10 abril 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Projeto de viabilização econômica do Assentamento Santa Maria. Curitiba:1996.
- IORE, Andye. Europa compra produtos de assentados. **Gazeta do Povo**. São Paulo, 18 maio 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2263>>. Acesso em 30 jul 2006.
- _____. Universitários mudam assentamento. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 18 maio 2006. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=564606>> Acesso em 30 jul 2006.
- JORNADA DE AGROECOLOGIA. 1º Encontro paranaense. 07 a 10 maio 2003. Curitiba: Gráfica Popular, 2002
- _____. 2º Encontro paranaense: 07 a 10 maio 2003. Curitiba: Gráfica Popular, 2003
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. Manejo de fertilidade em sistemas de produção e estratégias de conversão para a agricultura orgânica. Caderno de conteúdos 1. Curso Técnico em Agropecuária, Habitação em Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia. Articulação paranaense por uma educação no campo, 2002.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.
- LEROY, Jean-Pierre et al. Tudo ao mesmo tempo agora – desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis:Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 2002.
- LUTZEMBERGER, José A. O absurdo da agricultura. **Estudos Avançados**. n.43, p.61-74. São Paulo: IEA, 2001.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro; RIBAS, Clarilton Edzard D. C. Pastoreio Racional Voisin e Produção Agroecológica. COPAVI MST. Florianópolis, 2004.
- MARCIEL, Franquismar et al. Aprimorando o manejo tradicional de açaizais nativos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v. 3, nº 3, outubro. Rio de Janeiro, AS-PTA: 2006.

MARCOS, Valéria de. Comunidade Sinsei (u) topia e territorialidade. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1996.

_____. A (u)topia da produção comunitária camponesa no final do século XX. **Caderno do CEAS**. n.177, set-out, p. 41-58. CEAS: Salvador, 1998.

_____. Construindo Alternativas: a produção agroecológica através da mandala. In. **Anais do Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, III, Presidente Prudente, 2005. (informação pessoal)

MARQUES, Marta Inêz Medeiros. A atualidade do uso do conceito de Camponês. In. **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos**, XIII, João Pessoa, 2002

MELLO, Enivaldo Lucas de. Viabilidade da produção camponesa nos assentamentos do MST: Assentamento Santa Maria. Dissertação (Grau de Especialista). Curitiba, 2000.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1993.

MEYER, Paulo Henrique. Transição Agroecológica na Região de Curitiba. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v. 3, nº 3, outubro. Rio de Janeiro, AS-PTA: 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Linhas de créditos do Pronaf. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em : 05 jan 2009 e 10 jan 2010.

MOLLISON, Bill. Introdução à Permacultura. Austrália, Tagari Publication, 1994.

MOURA, Iracema Ferreira de; RAMOS, Pedro. Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização – o caso do assentamento Santa Maria (Paranacity-PR). Campinas, 2005. 17p.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação, n.20. São Paulo, 1993.

_____. COPAVI: Uma prova de que a cooperação agrícola é viável. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, n.144, p.7, janeiro-fevereiro, 1995.

_____. COPAVI: um exemplo de trabalho e de vida. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, n. 160, p.6-7, julho 1996.

_____. COPAVI inaugura nova unidade produtiva. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, n. 161, p.19, agosto 1996.

_____. Compreender e construir novas relações de gênero. São Paulo, 1998.

_____. Romaria reúne 20 mil pessoas em assentamento. Trata da Romaria permaneceu na COPAVI. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, n.182, p.7, setembro 1998.

_____. Assentamento do MST recebe prêmio internacional. Trata do secador de energia solar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, n.202, p.16, julho 2000.

_____. COPAVI festeja 10 anos. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, n.232, p.6, agosto 2003.

_____. Jornada de Agroecologia resgata cultura de sementes criolas. Referência à Copavi. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, p.8, junho 2004a.

_____. A organicidade e o Planejamento. *CARTILHA DE ESTUDO (Estadual do Paraná) Construindo Coletivamente*, Curitiba, n.3, p.14-22, setembro, 2004b.

_____. Sem Terrinha fica em segundo lugar em Olimpíada. Relata a vitória de Jaqueline Padilla que na época vivia na COPAVI com seus pais cooperados. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, n. 258, p.6, dezembro-janeiro 2005/2006.

- _____. MST participa de encontro nacional de agroecologia. São Paulo, 2 junho 2006.
- _____. Por uma alternativa agroecológica para o campo. Jornal Sem Terra. São Paulo, n.263. p.8-9, junho 2006.
- _____. No Paraná, 58 oficinas e seminários discutem a produção agroecológica. São Paulo, 8 junho 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/2343>. Acesso em nov 2006.
- _____. Produção do MST é exibida em feira da agricultura familiar. São Paulo, 22 junho 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/2392>. Acesso em: nov 2006.
- _____. MST exhibe sua produção em feira agroecológica. Jornal Sem Terra. São Paulo, p. 7, julho 2006.
- _____. Cooperativa do Paraná participa da VII Feira dos Sabores. São Paulo, 19 julho 2006. Disponível em: <http://www.ms.org.brnode/2502>. Acesso em: nov 2006.
- _____. COPAVI completa 15 anos. Jornal Sem Terra. São Paulo, p.7, julho 2008.
- _____. Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST - 2000. São Paulo, 12 setembro 2007 Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/4677>>. Acesso em: 10 dez 2007a.
- _____. V Congresso Nacional do MST. São Paulo, 12 setembro 2007 Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/4676>>. Acesso em: 10 dez 2007b.
- _____. MST quer novo modelo para Reforma Agrária, entrevista com João Pedro Stedile. Jornal Sem Terra. São Paulo, 02 agosto 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4517>>. Acesso em: 10 set 2007.
- _____. Amora agroecológica é fonte de renda para assentados no RS. São Paulo, 01 janeiro 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4848>>. Acesso em: 21 julho 2008.
- _____. Assentamento modelo completa 15 anos no Paraná. Jornal Sem Terra. n.284 São Paulo, 11 Julho 2008a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5580>>. Acesso em: 29 jul 2008.
- _____. Notícia sobre a COPAVI. Paul Singer e João Pedro Stédile conhecem assentamento da Copavi, São Paulo, 07 maio 2008b. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/e_solidaria/message/9358>. Acesso em: 29 jul 2008.
- _____. Cooperativa do Paraná recebe visita de prefeitos do Brasil e América do Sul, São Paulo, 09 maio 2005a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/informativos/minforma/ultimas739.htm>>. Acesso em: 10 mai 2008.
- _____. Experiências atuais de cooperativas – REGIÃO SUL. São Paulo, 17 novembro 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8610>>. Acesso em 07 jan 2010.
- _____. Assentamento do MST no Paraná produz e exporta cachaça para a Europa. São Paulo, 02 setembro 2009. Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/8036>> Acesso em 25 novembro 2009.
- _____. Nota de esclarecimento sobre os recentes acontecimentos. Disponível em<<http://www.mst.org.br/node/8319>>. Acesso em 25 novembro 2009.
- _____. Reforma Agrária: Por um Brasil sem Latifúndio! Agroecologia: o Futuro em construção. (s/d)
- NEVES, Fátima Lima das. Reforma Agrária Assentamentos: Uma lição de vida. Monografia do curso de Ciências Econômicas. Curitiba: FAE.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. In.:ALTIERI, M. A (ed.). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. p.42-48 Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In CARLOS, Ana Fani (org.). Novos caminhos da geografia. p.63-110. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. n.43, p.185-206. São Paulo: IEA, 2001.

_____. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: CHRISTOFOLETTI, A. e outros (org). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3ªed., p. 280-306. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Por que o silêncio sobre a reforma agrária? Taubaté, 29 janeiro 2008. Disponível em <<http://www.reformaagraria.org/node/415>>. Acesso em: 15 jan 2010.

_____. Lula é o presidente companheiro dos grileiros da Amazônia. Taubaté, 08 agosto 2008b. Disponível em: <<http://www.reformaagraria.org/node/412>> Acesso em: 15 jan 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. 1ªed. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. **Estudos Avançados**. n.43, p.255-266. São Paulo: IEA, 2001.

_____. Camponês. **Orientação**. Instituto de Geografia: São Paulo, n.8, p.102-104, 2003.

PAGAMUNICI, Aníbal. Estudo dos Referenciais de Produção Coletivo e Individual dos Assentamentos Santa Maria e Oziel Alves Pereira. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2001.

PEREIRA, José Roberto. De Camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social. Tese (Doutorado Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

PETERSEN, Paulo; TARDIN, José Maria; MAROCHI, Francisco M. Tradição (agri) cultural e inovação agroecológica – facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2002.

PETERSEN, Paulo. Agricultura sustentável: um desafio político. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/modules/articles/article.php?id=30>. Acesso em: 15 set 2007.

PINHEIRO, Sebastião. Tucuruí: o Agente Laranja em uma república de bananas. Porto Alegre: Sulina, 1989.

_____. Cartilha dos agrotóxicos. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 1998.

_____. Novos padrões da tecnociência e nova organização crematística do meio ambiente. Disponível em: < <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/184.rtf>>. Acesso em: jul 2007.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des) caminhos do meio ambiente. São Paulo : Contexto, 2000.

_____. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, A. e outros (org). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3ª ed, p. 309-333. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. p.207-254. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

_____. A Afirmação dos Latifúndios Empresariais Monocultores de Exportação e Expropriação: as marcas da geografia da violência no campo brasileiro em 2008. Disponível em: <[HTTP://www.cptnac.com.br/?system=new&action=read&id=3157&eid=277](http://www.cptnac.com.br/?system=new&action=read&id=3157&eid=277)> . Acesso em 05 jan 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY. Dados do INEP/MEC. Disponível em: <http://www.paranacity.pr.gov.br>. Acesso em: 10 Jan 2007.

PRINCÍPIOS DO EQUADOR. Disponível em <http://www.equator-principles.com>. Acesso em: 07 jan 2010.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, nº43, p. 141-156, setembro/dezembro 2001.

REDE ECOVIDA. Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

REVISTA CONTÁBIL Empresarial. Lavoura socialista exporta cachaça. São Paulo, 18 mai 2006. Disponível em: <http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=/detalhesDestaques.jsp&cod=4346>. Acesso em: 30 jul 2006.

RIBEIRO, Sílvia. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In. : CARVALHO, Horácio Martins (org.). Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada – SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 2002.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e sua experiência de certificação participativa. SCHMITT, Claudia Job. Transição para a agroecologia na Região Sul. Encontro Nacional de Agroecologia. **ANAIS**. p. 60-64. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003

SCHOLZ, Roswitha. O Valor é o Homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rst1.htm>. Acesso em: jun 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS; INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Curso: fatores sócio-ambientais relacionados às áreas de assentamento de reforma agrária no Paraná. IAP, União da Vitória, 2004.

SERON, Paulo Cesar. Cooperativas de trabalho: um estudo sobre as competências pessoais e profissionais dos associados. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade). Assis: UNESP, 2001.

SEVERINO, Maico Roris. Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). São Carlos: UFSCar, 2006.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: em busca de novos caminhos. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MEDEIROS, Marta Inez. (Org.). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. p 335-352. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

_____. Assentamentos e outras formas de apropriação da terra e agroecologia. Disponível em:

http://www.encontroagroecologia.org.br/files/Assentamentos_outras_formas_de_apropriacao_da_terra_e_agr.rtf. **ANAIS**. pp. 93-95 Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003 Acesso em: 10 set 2007.

_____. Democracia e Sustentabilidade na Agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. **Projeto Brasil Sustentável e Democrático. Caderno Temático nº4**. Rio de Janeiro: AS-PTA;FASE, s/d. Disponível em: http://www.fase.org.br/_brsust/pagina.php?id=599. Acesso em jan 2007.

SILVA, Letícia Rodrigues da. Os riscos dos agrotóxicos. ANVISA: 2009. (Apresentação em power point). Disponível em: <http://www.prt6.mpt.gov.br/ForumAgrotoxicos/downloads/PalestrasAgrotoxicosRecife.ppt/vi ew>. Acesso em: nov 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A luta pela terra: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004b.

SOARES, Eduardo. Compra Antecipada Especial: uma política pública fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento local. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v.2, n.2, p.10-13, junho. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2005.

SOUZA, Maria Antonia. A cooperação agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXII, **Anais**, Caxambu: ANPOCS, 1998.

STÉDILE, João Pedro; SÉRGIO, Frei. A luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STRONZAKE, Valmir. Apresentação sobre a COPAVI. Paranacity: COPAVI, 2007b. pdf.

_____. COPAVI. In. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. Sistematização de experiências agroecológicas do MST. v.1. Brasília: Maxprint, 2007a

TERUO, Carlos; GOMES, Cristina, SIQUEIRA, Marçal. "COPAVI: Sonho, Perseverança, Realidade". Monografia (Disciplina Comunicação). Faculdade Maringá. Maringá, 2002

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. Obejtivos. Disponível em: <http://www.udr.org.br> Acesso em: 10 jan 2010.

VILLALOBOS, Jorge Guerra. Modernização agrícola e reforma agrária: uma análise desde o assentamento de reforma agrária Santa Maria no município de Paranacity-Paraná. Maringá, 1998

_____. Inovação Agrícola, movimentos sociais rurais e reforma agrária no Paraná, Brasil. In. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, n.69 (86), agosto, Universidad de Barcelona: 2000. Diposnível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-86.htm>. Acesso em: jun 2005.

VOITCH, Guilherme. Há que lucrar, mas sem perder a ternura. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 14 setembro 2008. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?ti=1&id=807732&titid=564606> Acesso em 10 jan 2009.

WALDMAN, Maurício. Ecologia e lutas sociais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1992.

ZANI, Odila Silvia Knobbe. A conquista de um espaço para a produção: o caso da Fazenda Santa Maria - Paranacity – PR. (Trabalho de conclusão de curso do Departamento de Geociências). UEL: Londrina, 1994.

**ANEXO I – Localização de Paranacity e do Assentamento
Santa Maria**

ANEXO II – Fotografias

ANEXO III – Estatuto

ANEXO IV – Regimento Interno

ANEXO V – Questionário aplicado em fevereiro de 2006